

SEGUNDA PARTE

Pernambuco no séc. XVII: Os desafios externos à soberania portuguesa

Capítulo 3. O domínio Filipino

3.1. A Monarquia dual: Aspectos institucionais e governativos

Primeiramente fora instaurada a Monarquia Hispânica pela partilha dos estados de Carlos V entre os dois ramos da Casa de Habsburgo. Com efeito, a partir de 1556, coube a Filipe II reinar nos reinos de Castela, Navarra, Aragão, Catalunha, Valência, Maiorca (Baleares), no império americano e nas Filipinas, em metade da Itália e, também, nos Países-Baixos e no condado da Borgonha ¹.

Assim, não se pode considerar ainda a existência política de um País denominado Espanha nesta construção ². Vários cronistas (de reis de Portugal) do séc. XVI e XVII, para designar o soberano em causa, usam a denominação “Rey de Castella” ³, ou seja o primeiro dos nomes indicados que corresponde ao reino resultante da união de Leão e Castela havida na primeira metade do século XIII.

Poderíamos, também, denominar o soberano como Rei “das Españas” (ou “das Espanhas” como alguns autores escrevem), como consta do texto do Tratado de Paz assinado com o rei de Portugal em 13 de Fevereiro de 1668 ⁴.

A insurreição dos Países-Baixos levava, em 1579, à secessão das sete províncias setentrionais agrupadas na União de Utreque. Para Filipe II, esta perda fora

¹ Christian Hermann, Jacques Marcadé, *A Península Ibérica no século XVII*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2002, p. 19.

² Antes dos Tratados de Utrecht (1713-15) que colocam fim à Guerra da Sucessão, não existe reino de Espanha ou estado espanhol; cf. Christian Hermann, Jacques Marcadé, *op.cit.*, p. 19.

³ Pode verificar-se in: Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Introd. e revis. M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, Ed., 1976, pp. 262, 989, 1191 [1.ª ed. 1613]; António de Vaena [anteriormente atrib. a Frei Bernardo da Cruz], *Chronica D’El-Rei D. Sebastião*, vol. I, Prólogo e notícia por Alexandre Herculano, Lisboa, Escripório, 1903, pp. 42,150,156, 160. Vol. II, p. 184,192; D. Manuel de Menezes, *Chronica do Muito Alto, e esclarecido príncipe D. Sebastião decimo sexto Rey de Portugal*, Primeira Parte, Publ. Lisboa Occidental: na Officina Ferreyriana, 1730, p. 68, segunda parte, p. 17; *Chronica do Muito Alto e Poderoso Rey D. Sebastião* pelo Padre Amador Rebelo da Companhia de Jesus, fls. 18v,19; BNP. Ms.: *Relações das Cousas Principaes Que sucederão em Portugal em tempo del Rey D. Sebastião tiradas de originaes do Reyno* por João Baptista Lavanha, Cronista Mor do R.no de Portugal, fls. 5, 34, 40.

⁴ No Tratado de Paz com Portugal, de 13 de Fevereiro de 1668, estabelecido sob mediação inglesa, Carlos II (sob a tutoria de sua mãe D. Maria Anna de Áustria), intitula-se: “Dom Carlos Segundo, por la gracia de Dios Rey de las Españas, de las dós Sicilias, de Hierusalen, de las Indias, &c. Archiduque de Austria, Duque de Borgoña, de Milan, Conde de Aspurg, y de Tirol, &c.”; cf. *Colecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potências desde 1640 até ao presente*, org. por José Ferreira Borges de Castro, tomo I, Imprensa Nacional, 1856, p. 358.

compensada, pouco depois, pela Coroa do reino de Portugal e do seu império de além-mar⁵.

Pois, a derrota na Batalha de Alcácer-Quibir, travada em 4 de Agosto de 1578, de que resultara a morte do rei D. Sebastião e de muitos dos nobres que o acompanharam, além de impedir a reconstituição do Império Português no Norte de África, mergulhou o País numa grave crise sucessória, porquanto o monarca desaparecido⁶ não deixara descendência.

Sucedeu-lhe no trono o Cardeal D. Henrique, seu tio-avô, de 66 anos de idade que já fora regente do Reino na sua menoridade. O cardeal-rei morre em 31 de Janeiro de 1580 sem indicar sucessor.

Entretanto, D. António, prior do Crato, obteve o consentimento da Santa Sé para a organização de um processo, sendo declarado filho legítimo, por sentença de frei Manuel de Melo, de 24 de Maio de 1579; mas o cardeal-rei conseguiu fazer-se nomear árbitro do pleito e contestou aquela decisão, seguindo-se uma série de acontecimentos que culminaram na sentença de ilegitimidade, em 26 de Agosto de 1579, e no desterro de D. António para fora da corte, privado de todas as honras⁷.

Nesta grave conjuntura, o Cardeal D. Henrique, nos fins do ano de 1579, convocou as cortes para reunirem em Almeirim, cuja abertura teve lugar a 11 de Janeiro de 1580 na sala chamada da Rainha, no Paço de Almeirim⁸.

Em nome do Cardeal, o bispo de Leiria D. António Pinheiro, pronunciou a tradicional oração, anunciando que Sua Alteza se ocuparia da sucessão da coroa. Respondendo, o Dr. Manuel de Sousa Pacheco⁹ louvando o Rei pelo seu desejo de deixar assegurado o herdeiro do trono. Os prelados e os nobres ficaram em Almeirim,

⁵ Christian Hermann, Jacques Marcadé, *op.cit.*, 2002, p. 19.

⁶ No seu curto reinado o monarca promulgou um notável acervo legislativo. D. Sebastião tratou de legislar sobre o recrutamento e a mobilização militares (*Lei das armas*, de 6 de Dezembro de 1569), a organização territorial militar do País e as escalas hierárquicas (*Regimento das Companhias de Ordenanças*, de 10 de Dezembro de 1570), o equipamento e armamento dos navios (*Lei de como Ham de ir Armados os Navios que destes Reinos navegarem*, de 3 de Novembro de 1571) e a fortificação das possessões africanas (*Alvará Sobre as Rendas Aplicadas para a Fortificação dos Lugares de África*, de 3 de Janeiro de 1570), entre outras medidas legislativas; cf. Humberto Nuno Oliveira, Sérgio Vieira da Silva, “Elementos para o Estudo da História Militar no Reinado de D. Sebastião”, in *Boletim do Arquivo Histórico-Militar*, 67.º vol., Lisboa, 1997, pp. 43-58, apud Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640. Um estudo Geopolítico e Estratégico*. Dissertação de Mestrado em Estratégia, apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2007, p. 103.

⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, “D. António, Prior do Crato”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 158.

⁸ Ruy d’Abreu Torres, “Cortes de Almeirim” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. I, p. 117.

⁹ Dr. Manuel de Sousa Pacheco foi um dos procuradores eleitos, da Câmara de Lisboa, às Cortes de Almeirim de 1580; cf. Ruy d’Abreu Torres, “Febo Moniz” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. IV, p. 335.

tendo os procuradores dos concelhos, por falta de acomodações, efectuado as suas reuniões em Santarém no Convento de S. Francisco.

Ao proceder-se, nos dias seguintes, à eleição de definidores, verificou-se que os prelados, em número reduzido, resolveram não os eleger e, de entre os nobres, saíram eleitos, entre outros, o conde de Tentúgal e o comendador de Cristo que eram partidários da duquesa de Bragança. Em face, porém, da reacção de protesto do duque de Ossuna e de Cristóvão de Moura, o Cardeal mandou repetir a eleição, sendo então escolhidos o marquês de Vila Real e D. Afonso de Castelo Branco, «ambos vendidos ao grande corruptor»¹⁰.

A 15 de Janeiro, o bispo de Leiria apresentou-se em Santarém e, perante o espanto dos procuradores dos concelhos, pronunciou um discurso em que se concluía com um convénio com Filipe II, o qual seria submetido à apreciação das Cortes

Entregou uma cópia do discurso a Febo Moniz¹¹ e retirou-se. Era enorme a exaltação da assembleia. No dia imediato, na audiência que o monarca lhes concedeu, Febo Moniz expôs os desejos dos representantes do povo, concluindo: «Entregue Vossa Alteza o Reino a um príncipe português e todos lhe beijarão a mão».

A 18, volta D. António Pinheiro a Santarém. Vem expor com mais clareza a opinião do rei: o direito de Filipe II é muito superior ao da duquesa de Bragança. Podia, portanto, dar sentença a seu favor; mas era preferível que o assunto se resolvesse por um acordo, cujo estudo competia às Cortes. Febo Moniz respondeu-lhe com arrebatada indignação. E logo de manhã saíram dois procuradores para Almeirim, com a missão de pedir aos braços do clero e da nobreza o seu apoio em defesa do Reino. Muito embora as respostas recebidas tenham sido meramente protocolares, os representantes do povo «assentaram entre si antes morrer todos do que obedecer a el-rei de Castela»¹².

No noite de 29, a duquesa de Bragança foi aclamada ao chegar a Almeirim. Teve com o tio curta entrevista mas sem resultados. E, no que respeita a D. António, mantinha-se a obstinação do cardeal rei, o que levou Queirós Veloso a escrever que «o seu ódio vesgo ao Prior do Crato não lhe secara só, no coração, a paternal ternura que

¹⁰ Ruy d'Abreu Torres, “Cortes de Almeirim” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. I, p. 117.

¹¹ Febo Moniz desempenhou vários cargos no Paço e, por nomeação da rainha-regente D. Catarina de Áustria, foi *sumilher de cortina* do rei D. Sebastião e foi Procurador eleito da Câmara de Lisboa (juntamente com o Dr. Manuel de Sousa Pacheco) às cortes de Almeirim de 1580; cf. Ruy d'Abreu Torres, “Febo Moniz” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. IV, p. 335.

¹² Ruy d'Abreu Torres, “Cortes de Almeirim” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. I, p. 117.

sempre dedicara à sobrinha; fazia-lhe esquecer até a sua velha repugnância, a sua constante oposição à influência castelhana em Portugal¹³.

Na noite de 31, cerca das onze horas, o cardeal expirava sem ter declarado definitivamente Filipe II herdeiro da Coroa, a despeito dos esforços insistentes de Ossuna e Moura. A 27, escreve o codicilo ao seu testamento de 29 de Maio de 1579, onde lê este passo: « Declaro e mando que todos os oficiais de meus Reynos assim de minha casa, fazenda e justiça sirvam meus cargos como agora servem até ser declarado verdadeiro sucessor deste reyno...»¹⁴.

3.1.1. O processo sucessório no reino de Portugal

Nesse mesmo dia tomaram posse os cinco governadores que o Cardeal-Rei deixara nomeados para a governação do Reino. O governo ficou pois entregue ao arcebispo de Lisboa, a D. João de Mascarenhas, a Francisco de Sá, a Diogo Lopes de Sousa e a D. João Teles de Meneses, todos defensores do princípio «legalista», ainda que o primeiro fosse inclinado para as razões da duquesa de Bragança; os três seguintes, de não encoberta simpatia pelo rei Filipe II; e o último era favorável ao prior do Crato. Certo é que, conforme observa Veríssimo Serrão, desde o início do seu governo, procuraram fazer-se acatar no respeito da lei, não revelando sectarismo nas suas decisões conjuntas.

Iniciava-se o processo sucessório tendo-se manifestado seis candidatos ao trono.

Começamos por indicar a personalidade que mais se destaca em diligências para conseguir a Coroa Portuguesa: Filipe II, rei de Castela, neto de D. Manuel I, como filho da infanta D. Isabel (n. 1503) que, na linha dos descendentes do rei *Venturoso* vinha a seguir à linha extinta de D. João III.

Perfila-se também D. António, prior do Crato, filho bastardo do infante D. Luís (n. 1506) que fora segundo filho varão de D. Manuel I e, também, tudo fará para a conseguir.

D. Catarina, duquesa de Bragança, filha do infante D. Duarte, duque de Guimarães, invocando o «benefício da representação»¹⁵ para manter direitos que pertenceram ao seu progenitor.

¹³ Ruy d'Abreu Torres, “ Cortes de Almeirim” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. I, p. 117.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ D. Catarina de Bragança era neta do rei D. Manuel I e casara com D. João, duque de Bragança em 1563. Como seu irmão D. Duarte (1541-77) falecera sem descendência, D. Catarina pretendeu guardar os seus direitos sucessórios, para o que invocou «o benefício da representação», que lhe permitia substituir

Os outros candidatos foram: o duque de Sabóia, Manuel Felisberto, também neto do rei D. Manuel I, como filho de D. Beatriz (n. 1504), segunda filha daquele monarca; Rainúcio, príncipe de Parma que, ainda em grau mais remoto no que respeita aos direitos dos vários descendentes de D. Manuel, era filho da infanta D. Maria de Parma e neto do infante D. Duarte (n. 1515); e Catarina de Médicis, rainha-mãe de França, que ia entroncar a sua pretensão no século XIII com D. Matilde de Bolonha, de quem ela se considerava a legítima descendente¹⁶.

Os candidatos fizeram valer os seus títulos, mas tornava-se evidente que eram três as correntes de opinião que poderiam impor-se: Filipe II, que diligenciava, havia algum tempo, junto do clero e da nobreza por intermédio do embaixador Cristóvão de Moura¹⁷ que era acompanhado pelo duque de Ossuna, embaixador extraordinário de Filipe II¹⁸; a duquesa de Bragança, apoiada pela nobreza desafecta ao prior do Crato e ciosa da independência do reino; D. António¹⁹, que, pela sua condição de bastardo, era

seu pai, o infante D. Duarte; cf. Joaquim Veríssimo Serrão, “D. Catarina, Duquesa de Bragança”, in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. II, p. 23.

¹⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, “Perda da independência (1580)”, in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. III, p. 276.

¹⁷ Cristóvão de Moura (Lisboa, 1583- Madrid, 1613) era um fidalgo português que foi pajem de D. Joana – a mãe de D. Sebastião – que, depois de enviuar e, quando teve de regressar a Castela, levou-o, tendo ele recebido uma comenda da Ordem de Calatrava e o cargo de *gentilhombre de la boca do príncipe Carlos*. Durante o reinado de D. Sebastião veio três vezes a Lisboa: a primeira, em 1565, por ordem de D. Joana para obter informações sobre a saúde do rei; a segunda, em 1566, enviado pelo rei Filipe II, na esperança de pôr termo às desavenças entre o Cardeal-infante e o Prior do Crato que saíra ocultamente de Portugal acolhendo-se à protecção de Filipe II; a terceira em 1576 para combinar os pormenores da entrevista de D. Sebastião com o tio Filipe II no mosteiro de Guadalupe. Depois, quando Filipe II recebeu a notícia da derrota de Alcácer-Quibir, logo escreveu a Cristóvão de Moura prevenindo-o que o ia mandar a Lisboa. Partiu Moura de Madrid no dia 20 de Agosto de 1578. A sua missão oficial era significar a D. Henrique e aos governadores a profunda mágoa de Filipe II pelo falecimento do rei D. Sebastião e oferecer o auxílio de uma esquadra para defesa das praças africanas no caso de serem atacadas pelos Mouros. Mas trazia outras instruções de âmbito secreto; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 18, Lisboa, Rio de Janeiro, Enciclopédia Editora, s.d., p. 10.

¹⁸ D. Pedro de Gijon, duque de Ossuna era fidalgo espanhol aparentado com a mais alta nobreza de Portugal, que foi nomeado embaixador extraordinário para cumprimentar o Cardeal D. Henrique, quando da sua subida ao trono.

O embaixador, além desta missão de cortesia, devia propor ao cardeal-rei os direitos de Filipe II ao trono de Portugal, após o seu falecimento; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 12, Lisboa, Rio de Janeiro, Enciclopédia Editora, s.d., p. 414.

¹⁹ D. António, Prior do Crato (1531-1595) era filho legitimado do infante D. Luís e de uma mulher do povo, de nome Violante Gomes. A sua educação decorreu em várias instituições religiosas, começando no Colégio de Penha Longa dos monges de S. Jerónimo, passando aos seis anos para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa perto de Guimarães. Ali terminou o estudo de Humanidades, e dois anos depois encontrava-se a estudar Artes no Colégio Hieronimita de Coimbra, transferindo-se para o Mosteiro de Santa Cruz em 1548. Era desejo de seu pai que ele ascendesse à vida eclesiástica, porventura com uma rendosa prelazia do reino. Para lhe assegurar tal ascensão foi transferido, em 1551, para o Colégio dos Jesuítas de Évora em que pontificava o seu tio cardeal D. Henrique, e onde teve mestres de reconhecido mérito. Mas com a morte do pai, em 1555, e ascendendo ao priorado do Crato, quebra D. António os vínculos que o ligavam a uma carreira para que não se sentia talhado. Recusa a ordenação de presbítero, comporta-se como pessoa secular, leva vida pródiga não isenta de desmandos, e daí o desacordo que o vai separando de seu tio o cardeal D. Henrique, sentimento que se transformou em declarada inimizade e, por

rejeitado pela nobreza «legalista», mas que assegurava também a independência do reino e dispunha de largo apoio dos povos e das ordens religiosas, gozando de assinalável aura popular²⁰.

Sobressaía a acção dos agentes de Filipe II que conseguiram convencer parte dos eclesiásticos das vantagens de uma Península unificada para combater as heresias protestantes, e persuadiram muita da aristocracia sobre os benefícios nobiliários que a Monarquia dual concederia, aumentando-lhes o prestígio e diminuindo-lhes o controlo régio e, relativamente à burguesia comercial, conseguiram a sua anuência com a promessa de participação livre na actividade do Atlântico Sul.

A partir da exposição destas «utilidades práticas», como as designa Fernando Bouza, é que ganham verdadeiramente sentido os privilégios concedidos nas Cortes de Tomar de 1581, que serão o «autêntico eixo sobre o qual viria a girar o Portugal dos Filipes»²¹.

No aspecto militar, Veríssimo Serrão refere um documento existente na Biblioteca Nacional de Paris (*Fonds Portugais*, 23, fls. 572 v.º e 574 v.º), que nos permite compreender aspectos ainda nebulosos da crise de 1580. Diz que contém um texto com « a fórmula de homenagem que os ditos capitães [das fortalezas do Reino] deviam prestar aos governadores» com a indicação das «pessoas que pelo livro das menagens se mostra que fizeram menagem a hos governadores». Essa fonte releva interesse e permite verificar que se dividiam entre os dois partidos de Filipe II e de D. António os capitães que fizeram menagem no período de 18 de Fevereiro e meados de Maio de 1580, concluindo-se que, dos 31 nomes citados, 16 eram ou vieram a ser adeptos da realeza filipina, sendo os restantes 15 partidários da causa do prior do Crato²².

Verifica-se, ainda, que passavam a estar nas mãos dos amigos de Cristóvão de Moura as posições militares que permitiam abrir os vários caminhos da raia. Ei-las: Torre de Moncorvo, Trancoso, Pinhel, Viseu, Monsanto, Arronches, Portalegre, Elvas, Mourão, Beja, Castro Marim, não referindo já as Fortalezas de S. Julião da Barra e de Outão, uma abrindo o estuário do Tejo e a outra a foz do Sado. Assim, nos fins de Maio

fim, no ódio que o velho cardeal lhe veio a manifestar; cf. Joaquim Veríssimo Serrão, “D. António, Prior do Crato”, in *Dicionário de História de Portugal*,..., vol. I, pp. 157-159.

²⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, “ Perda da independência (1580)”, in *Dicionário de História de Portugal*,..., vol. III, p. 276.

²¹ Fernando Bouza, *Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 58.

²² Joaquim Veríssimo Serrão, “ Perda da independência (1580)”, in *Dicionário de História de Portugal*,..., vol. III, p. 277.

de 1580 o dispositivo militar estava preparado no Reino para assegurar o êxito de uma futura invasão pelas tropas do rei de Espanha²³.

Por esse mesmo tempo os governadores ordenaram fazer cortes em Almeirim, com início no dia 20 de Maio, com o objectivo de proporem o nome de Filipe II para ascender à realeza, ainda que no aviso da convocatória se declarasse encobertamente «que de novo se ofereciam algumas coisas de muita importância e qualidade, convindo sobre elas tomar uma breve resolução; e esta não se poderia nem deveria fazer sem a presença dos três Estados»²⁴. Os procuradores instalaram-se em Santarém, aguardando o início das cortes.

Entretanto, houve alteração no elenco dos governadores do reino, já que o arcebispo de Lisboa adoeceu e D. João Telo de Meneses desgostoso com a marcha dos sucessos resolveu afastar-se dos colegas da governação, ficando como governadores: D. João de Mascarenhas, Francisco de Sá, Diogo Lopes de Sousa, todos devotados à causa dos Filipes.

O aparecimento de casos de peste em Almeirim, levou os três governadores a instalar as cortes na vila de Setúbal, para onde se dirigiram em 4 de Junho.

Teria então D. António, prior do Crato, sugerido um projecto de concerto com o duque de Bragança, tomando ambos a defesa do Reino contra Castela; mas deparou com a recusa do duque.

Vários procuradores fixaram-se em Santarém, não querendo obedecer à ordem de se transferir para Setúbal, e ali mantiveram em torno de D. António a chama do sentimento pátrio que ia abrir um novo capítulo da crise dinástica.

No dia 18 de Junho de 1580 chegou a Santarém um emissário informando da invasão do Alentejo pelas tropas do duque de Alba. A notícia não era exacta porque o exército invasor ainda não passara a fronteira, mas provocou cenas de clamoroso protesto que levaram, no dia imediato, à aclamação de D. António como rei de Portugal, sendo bem recebido em Lisboa a 24 e dali passou a Setúbal, pondo em fuga os três governadores em direcção ao Algarve.

Nestes dias, as tropas castelhanas invadiram o Alentejo, onde os capitães afectos ao Prior do Crato lhes ofereceram resistência, mas a superioridade castelhana conseguiu impor-se, com vitórias sucessivas, e assim se estreita o cerco a Lisboa; por mar, os

²³Joaquim Veríssimo Serrão, “Perda da independência (1580)”, in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. III, p. 278.

²⁴*Ibidem*.

navios do marquês de Santa Cruz colaboram com o exército de terra e tornam cada dia mais precária a situação de D. António.

A 17 de Julho os três governadores publicaram o *documento de Castro Marim* em que nomearam Filipe II «por Rey e Sõr natural nosso de todos os ditos Reynos E Sñorios da coroa de Portugal, como de direito o he E lhe pertence» e declaravam D. António por rebelde²⁵. Este documento levou muitos portugueses indecisos, que aguardavam a derradeira palavra dos governadores, a curvarem-se ao «poder legal», na pessoa do rei de Castela. Os duques de Bragança foram dos primeiros a reconhecer essa realza, levando no seu rasto uma parte da nobreza.

Depois, a batalha de Alcântara ocorrida em 25 de Agosto marca a derrota militar de D. António e abre a posse de Lisboa às tropas castelhanas, enquanto o rei vencido fugia para terras do Norte²⁶.

Nos fins de Outubro o reino estava submetido e extinto o foco de resistência que D. António²⁷ organizara em terras de Entre Douro e Minho, onde Sancho de Ávila o perseguira até à foz do Lima.

Entretanto, Filipe II, que em Badajoz aguardara a conquista do seu novo reino, chega a Elvas no dia 27 de Dezembro de 1580, ali recebendo a obediência dos duques de Bragança. Desta cidade expediu diversas cartas convocando as cortes a reunirem na «cidade de Lisboa do fim deste mes de Janeiro por diante»²⁸. Viriam a ter lugar na vila de Tomar em meados do mês de Abril depois de se ter posto de parte Lisboa devido à persistência da peste²⁹.

Assim, no dia 16 de Abril de 1581, com a presença das figuras mais representativas do clero e da nobreza, e dos procuradores municipais, abriram as cortes que iam proceder à sua aclamação. No discurso pronunciado pelo bispo de Leiria D. António Pinheiro, este eclesiástico teceu largos encómios ao novo soberano exaltando os seus méritos e direitos à coroa portuguesa; o prelado invocou sobretudo a intenção de Filipe II de tratar os portugueses como vassallos fiéis, rogando que concedesse o régio

²⁵ Joaquim Veríssimo Serrão, “Perda da independência (1580)”, in *Dicionário de História de Portugal*, ..., p. 278.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ D. António, Prior do Crato, combateu Filipe II praticamente até à sua morte, em 1595. O bastião açoriano manteve-se firme até 1583, depois D. António fez oposição a partir de França onde se exilou e, mais tarde, numa última tentativa, já refugiado em Inglaterra, logrou desembarcar em Peniche, em 1589, numa tentativa infrutífera de tomar o poder; cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1994, pp. 20-22.

²⁸ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1885-1911, XII, p. 8, apud Fernando Bouza, *op.cit.*, p. 145.

²⁹ Fernando Bouza, *op.cit.*, p. 145.

perdão aos que «induzidos, enganados ou compelidos ofenderam a paz pública e perturbaram a justa posse da legítima sucessão do Reino»³⁰. No dia 18 de Abril o monarca concedia o perdão geral aos que tinham seguido D. António, exceptuando «os principais delinquentes e autores que forão causa de tantas mortes, roubos, insultos e outros danos», em número de 33 nobres e populares e de 18 religiosos. Cinco dias mais tarde o príncipe D. Diogo era jurado pelas cortes como legítimo sucessor de seu pai à coroa portuguesa³¹.

Fernando Bouza considera que as Cortes de Tomar, onde Filipe II foi entronizado como rei de Portugal, tornando-o «Hispaniarum Rex»³², foram o golpe de misericórdia na argumentação dos que temiam pela perda da individualidade portuguesa. As deliberações de Tomar mostraram a astúcia e o tacto político de Filipe II que, conhecedor da realidade política portuguesa e da sensibilidade do seu tecido social³³, procurou congregar sobre si os tronos ibéricos sem ferir, de todo, as prerrogativas próprias de Portugal. Assim, legitimando-se em Cortes, à maneira portuguesa, e garantindo aos nacionais os foros de soberania, nomeadamente as leis, o governo, a administração da justiça e a cunhagem de moeda, Filipe II firmou um pacto de Monarquia Dual, isto é, dois reinos para um só soberano³⁴.

Nos capítulos que resultaram das Cortes de Tomar de 1581, não figura, porém, um dos que foram apresentados às Cortes de Almeirim (de Janeiro de 1580), estabelecendo que «as guarnições de soldados que houverem de star nas fortalezas delles (Reinos & Senhorios) sejam Portugueses», sendo dada a explicação de que «considerando o que convem ao bem & quietação destes meus reinos, que eu pretendo antepor a todas as cousas, não me pareceo que ao presente devia mandar dar aa execução o conteúdo no dito capitolo»³⁵.

A respectiva carta patente publicada em 15 de Novembro de 1582, continha 25 capítulos com os quais o Rei visava dar satisfação às susceptibilidades portuguesas³⁶. Vejamos um resumo.

³⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, “Perda da independência (1580)”, in *Dicionário de História de Portugal*, ..., p. 279.

³¹ *Ibidem*.

³² Fernando Bouza, *op.cit.*, p. 30.

³³ A mãe e a mulher de Filipe II eram portuguesas. Além disso, a língua não constituía entrave à união das coroas, porquanto o castelhano era frequentemente falado em território português.

³⁴ Abílio Pires Lousada, *op.cit.*, p. 108.

³⁵ Ruy d' Abreu Torres, “Cortes de Tomar” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. VI, p.172.

³⁶ *Ibidem*.

O texto mantinha os foros, usos e costumes, privilégios e liberdades existentes, e as Cortes, referentes a Portugal, em Portugal se fariam; o vice-rei ou governador seria português e todos os altos e baixos cargos seriam providos em portugueses; manter-se-iam todos os ofícios, tanto da Casa Real como do Reino «que em vida de Reis houve» e neles seriam colocados portugueses; os tratos da Índia, da Guiné e de outras partes, descobertas ou a descobrir manter-se-iam e os oficiais que andassem nesses tratos e seus navios seriam portugueses e navegariam em navios portugueses; a moeda legal em Portugal teria «cunhos de armas de Portugal sem outra mestura» e os bens da coroa que vagassem iriam para os parentes daqueles por quem vagassem; quando o rei viesse a Portugal, não se tomariam casas de aposentadoria «da maneira que se usa em Castela, se não guardando o costume de Portugal»; quando estivesse fora de Portugal, teria junto de si um Conselho de Portugal, constituído por um vedor da Fazenda, um chanceler-mor e dois desembargadores do Paço – todos portugueses. E «tudo será feito em linguagem portuguesa»; a rainha teria ao seu serviço «senhoras principais portuguesas» e haveria liberdade de comércio entre Portugal e Castela, pelos «portos secos de ambas as partes», etc.³⁷

3.1.2. A vigência da Monarquia dual

O rei Filipe I, prudente e calculista no que tocava às classes superiores, procurou não desmerecer da confiança depositada, mantendo os privilégios prometidos ao clero e à alta nobreza, concretamente a não cobrança de impostos ao primeiro e a Lei Mental³⁸ à segunda³⁹. A sua prudência ficou ainda bem patente com a redacção das Ordenações Filipinas, acervo legislativo baseado numa mera actualização e readaptação que lhe mereciam as leis tradicionais do país, concretizando a reforma das Ordenações dentro de um autêntico espírito nacional⁴⁰.

³⁷ Ruy d' Abreu Torres, “Cortes de Tomar” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. VI, p.172.

³⁸ A Lei Mental “ordenava que as «doações andassem sempre inteiras em o filho maior varão legítimo daquele que se finasse e as ditas terras tivesse», impondo assim que não se pudesse dividir as propriedades e incapacitando as mulheres para a transmissão de direitos e o benefício das mesmas”; cf. Fernando Bouza, *op.cit.*, p. 106.

³⁹ Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 22.

⁴⁰ Mário Júlio de Almeida Costa, *História do Direito Português*, Coimbra, Livraria Almedina, 3.ª edição, 2002, p. 289.

O Conselho de Portugal foi criado e recebeu regimento em 27 de Abril de 1586, embora sendo reformado em 1607 pelo monarca seguinte⁴¹.

De facto, se a coesão e harmonia religiosa foi uma realidade ibérica, durante as primeiras décadas do domínio filipino, e a nobreza e demais aristocracia beneficiaram grandemente com a política praticada pelos Habsburgos⁴², não faltou quem lastimasse o *status* vigente, bem expresso na frase de frei Heitor Pinto, quando disse que “El rey Filipe bem me poderá meter em Castela, mas Castela em mim é impossível”⁴³.

Filipe I permaneceu dois anos em Portugal e durante esse tempo, por morte de seu filho o infante D. Diego, foi jurado herdeiro o novo príncipe das Astúrias, D. Filipe, pelas Cortes de Lisboa de 1582. A 11 de Fevereiro de 1583 o Rei voltou a Castela, depois de deixar entregue o governo de Portugal ao seu sobrinho o Cardeal Alberto de Áustria⁴⁴. Os conselheiros nomeados pelo rei foram: Jorge de Almeida, arcebispo de Lisboa, Pedro de Alcazoba e Miguel de Moura⁴⁵.

No plano económico e da política relativa ao Oriente foi de graves consequências a decisão do governo de Madrid de fechar o porto de Lisboa aos comerciantes e navegadores ingleses e aos das Províncias Unidas dos Países Baixos, como forma de lhes restringir o espaço comercial. Com efeito, a partir de então, aqueles trataram de preparar o seu avanço para as fontes das especiarias, não demorando a organizar as suas companhias comerciais que se intrometeram nos mares do Oriente. No ano de 1599 os lucros das Províncias Unidas, com o retorno das especiarias, ascendiam a 400%. Em 1601 partiram para a Ásia 14 frotas das Províncias Unidas dos Países Baixos num total de 65 navios, mas havia já interesse em reunir estas pequenas

⁴¹ Nas cortes de Tomar de 1581, fora pedido ao Rei Filipe I que trouxesse sempre consigo um vedor da Fazenda, um Chanceler-mor e dois desembargadores do Paço com quatro escrivães, todos portugueses, para despacharem na língua portuguesa os negócios do Reino formando o Conselho de Portugal. Vemos que Filipe I anuiu a este pedido. No reinado de Filipe III, em 1631 as escrivânias foram substituídas por secretarias: das Mercês, Ordens e Padroado, do Estado, Fazenda e Justiça, e de Estado da Índia e Conquistas; *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 5, Lisboa, Ed. Verbo, s.d., col. 1442.

⁴² É sintomático que foram concedidos mais títulos nobiliárquicos durante o período filipino que em toda a Dinastia de Avis. De tal forma que, nas vésperas da Restauração, 41 das 56 casas titulares portuguesas eram criações filipinas.

⁴³ Rodrigues Cavalheiro, “Os Antecedentes da Restauração e a Posição do Duque de Bragança”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, tomo II, Lisboa, 1940, p. 14.

⁴⁴ O termo do seu vice-reinado teria sido no ano de 1593; cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil*, Lisboa, Ed. Colibri, 1994, p. 22.

Depois, o monarca entregou o poder a cinco governadores, todos naturais do reino de Portugal e que tinham dado provas da sua fidelidade a Castela: o Arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro, o mordomo-mor da Casa Real D. João da Silva 4.º conde de Portalegre, o Capitão-mor de ginetes D. Francisco de Mascarenhas, o meirinho-mor D. Duarte Castelo Branco, e ainda o escrivão de puridade Miguel de Moura que fora antigo secretário de D. Sebastião. Governaram de 1593 a 1599; cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes ...*, p. 22.

⁴⁵ Aurea Javierre, “Filipe I” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. III, p.14.

companhias numa única, por razões que se entendem, pelo que no ano seguinte, foi criada a Companhia das Índias Orientais «como companhia meio pública meio privada, que ficou com o monopólio do comércio com o Oriente [...]»⁴⁶. O seu sucesso não demorou a verificar-se.

A seguir, durante o reinado de Filipe III (II de Portugal), que vai de 1598 a 1621, verifica-se uma deterioração considerável do estado de ânimo que, apesar de tudo, a Monarquia dual conseguiu manter no reinado anterior. É certo que neste reinado foram publicadas as Ordenações Filipinas, elaboradas no anterior reinado e respeitando as instituições portuguesas.

As novas Ordenações iniciaram a sua vigência através da Lei de 11 de Janeiro de 1603, tornando-se o monumento legislativo mais duradouro em Portugal⁴⁷.

A 25 de Julho de 1604 era criado o Conselho da Índia para superintender no governo do Ultramar português; compunha-se de Presidente, dois letrados (dos quais um canonista), dois fidalgos e dois secretários, um para o Brasil e Guiné e outro para a Índia. Este Conselho foi extinto dez anos depois⁴⁸.

No que respeita às nomeações políticas neste reinado, deu-se a nomeação de Cristóvão de Moura, conde de Castelo Rodrigo, em 1600, como vice-rei de Portugal, o que constituiu um primeiro passo em falso. Para além de ferir o consignano em Tomar, pois o antigo agente diplomático português de Filipe II não era membro da Casa Real, a sua acção centrou-se num subtil processo de integração de Portugal na Monarquia Hispânica⁴⁹.

⁴⁶ Joaquim Romero de Magalhães, “Os limites da Expansão Asiática”, in *História da Expansão Portuguesa*, dir. por Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 15.

⁴⁷ Em Portugal, foram integralmente revogadas pelo Código Civil de 1 de Julho de 1867, enquanto no Brasil isso sucederia apenas com o Código Civil publicado a 1 de Janeiro de 1916 (Lei n.º 3071), entrando em vigor no dia 1 de Janeiro de 1917; cf. Mário Júlio de Almeida Costa, *op.cit.*, p. 289.

⁴⁸ Parece que o facto de ter censurado o arcebispo de Goa D. Aleixo de Meneses durante o seu governo interino do Estado da Índia (1607-09) teria sido a causa de, nomeado o prelado vice-rei de Portugal, este haver obtido em Madrid a carta régia de 21 de Maio de 1614 que extinguiu o Conselho da Índia; *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 5, Lisboa, Ed. Verbo, s.d., col. 1441.

⁴⁹ Com a subida ao trono de Filipe II, os cinco governadores foram substituídos por um vice-rei, D. Cristóvão de Moura, que recebeu o título de Marquês de Castelo Rodrigo. Foi vice-rei em dois períodos: de 1600 a 1603 e de 1608 a 1612; cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes ...*, p. 23.

Em 1603 (mais precisamente de 22 de Agosto de 1603 a 26 de Dezembro de 1604) a regência passou para o bispo de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco; cf. Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 99.

A seguir, D. Pedro de Castilho bispo de Leiria e Inquisidor Geral, foi vice-rei de 1 de Janeiro de 1605 a 3 de Janeiro de 1608; cf. Jean-Frédéric Schaub, *op.cit.*, p. 99.

Após o segundo vice-reinado de Cristóvão de Moura, em 1612, a regência passou para o bispo D. Pedro Castilho; a este sucedeu o arcebispo de Braga D. Aleixo de Meneses (6 de Julho de 1614 a 11 de Julho de 1615) e, a este, o arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro (de 11 de Julho de 1615 a 16 de Março de

Por outro lado, nesta época, os inimigos externos da Monarquia dirigiram ataques às colónias portuguesas. E, se a Ocidente, concretamente no Brasil, houve empenho de Madrid em refutar os ataques dos ingleses, dos franceses e das Províncias Unidas, tendo em conta os interesses comerciais atlânticos e a proximidade das suas possessões sul-americanas, a Oriente registou-se uma situação bastante diferente.

Em 1609 a Monarquia Hispânica firmou tréguas por doze anos com as República das Províncias Unidas, procurando ganhar tempo para refazer a sua estratégia continental e reorganizar os seus meios humanos e económicos, em franco declínio. Para Portugal, essas tréguas que não contemplaram as colónias tinham uma dupla face. Por um lado, reaberto o porto de Lisboa ao comércio, o país desafogou-se economicamente, escoando o sal e o açúcar brasileiro para o Norte da Europa, por outro, as Províncias Unidas dos Países Baixos passaram a guerrear, decisivamente, os portugueses no Oriente.

O Estado Português da Índia foi especialmente visado tanto pelos holandeses como pelos ingleses, onde a acção das suas Companhias Comerciais, apoiadas por armadas e exércitos possantes, viria fragilizar as posições portuguesas, das quais Goa, Macau, Malaca e Ceilão devido aos primeiros, e Ormuz por causa dos segundos, vieram a ser os mais atingidos.

Obrigados a suportar sozinhos o esforço de defesa face a inimigos poderosos que não eram directamente seus, os portugueses sentiram um despertar de consciências⁵⁰.

Entretanto, na primeira década de seiscentos, a Monarquia enfrentara uma enorme crise financeira, instando as regiões e as nações ibéricas a contribuírem monetariamente para o equilíbrio das finanças de Madrid. Não sendo poupado às tributações, Portugal sentiu um mal-estar e uma indisfarçável agitação. Tanto mais que Filipe II tomava essas medidas para proveito do centro político ibérico sem consultar as Cortes, norma usual em Portugal para esse tipo de medidas.

Perante um monarca ausente em Madrid que não se interessava pela defesa das colónias orientais, que incentivava a centralização, notória a partir de 1609, que

1617), que fora governador no reinado anterior; Jean-Frédéric Schaub, *op.cit.*, p. 99 ; cf. J .M. de Queirós Velloso, “ História Política “ in *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. V, Barcelos, Portucalense Editora, L.da, 1933, p. 266.

Depois, desde 1 de Abril de 1617 até 8 de Agosto de 1621, foi vice-rei o conde de Salinas e 1.º Marquês de Alenquer D. Diogo da Silva y Mendonça; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 1, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia L.da, s.d., p. 864.

⁵⁰ Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640...*, p. 112.

tributava sem reunir Cortes, Portugal duvidava já das vantagens económicas e políticas que tinham favorecido a agregação a Madrid.

Como se não bastasse, reapareciam os piratas mouriscos e ingleses junto à fronteira marítima do sul do País.

Entretanto, a sempre adiada visita de Filipe II a Portugal realizou-se, finalmente, em Abril de 1619. A 10 de Maio chegou a Olivença e a 29 de Junho entrou solenemente em Lisboa. As Cortes reuniram em Julho: no domingo, 14, «Filipe II comprometeu-se perante os foros lusitanos, e os procuradores juraram o príncipe»⁵¹. Depois de presidir às Cortes, o rei presidiu aos capítulos das Ordens militares: em Setúbal ao da Ordem de Avis, em Palmela ao da de Sant'Iago, e em Tomar ao da Ordem de Cristo. Regressou a Madrid em 4 de Dezembro de 1619⁵².

Quando Filipe II morreu, em 1621, o sentimento português face ao trono castelhano transitava da indiferença para a desconfiança.

O novo monarca, Filipe III (IV da Monarquia Hispânica), não renovou a trégua de doze anos que vigorava com as Províncias Unidas dos Países Baixos e, então, recomeçou a guerra entre as duas potências que iria assumir proporções consideráveis no espaço do Atlântico .

A importância da fachada atlântica de Marrocos já fora objecto do interesse das Províncias Unidas que fizeram aliança com o rei de Marrocos passando a ter livre acesso a portos desta costa, assegurando assim maior segurança aos seus navios vindos das duas Índias⁵³. Desenvolveram-se relações comerciais⁵⁴ e de cooperação noutros domínios, como é notório num memorando de um agente do rei de Marrocos enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas, em Janeiro de 1612, informando da necessidade de se fortificar portos de Marrocos para defesa de ataques de piratas e de navios castelhanos⁵⁵.

⁵¹ Fernanda Olival, *D. Filipe II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 252.

⁵² Aurea Javierre, “ Filipe II ” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. III, p.14.

⁵³ *Les Sources inédites de L'Histoire du Maroc de 1530 à 1845*, France, org. por Henry de Castries, tome I, Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1906, p. IX.

⁵⁴ Refira-se, por exemplo, uma carta do rei Moulay Zidan a Maurício de Nassau, datada de Marraquexe em 12 de Fevereiro de 1617, em que é referido o envio de várias fazendas entre as quais seguiam trinta e seis caixas de açúcar⁵⁴; cf. *Les Sources inédites de L'Histoire du Maroc* ...,III, 1912, p. 18.

⁵⁵ *Les Sources inédites de L'Histoire du Maroc*..., II, 1907, p. 3.

Por outro lado, as Províncias Unidas estavam interessadas em explorar economicamente o hemisfério ocidental, à semelhança do que já fizeram para o oriental, tendo procedido à formação da Companhia das Índias Ocidentais no ano de 1621⁵⁶.

Assim, no ano de 1623, a Companhia conseguia armar uma frota de vinte e seis navios, guarnecida de 3300 homens, dispoendo de quinhentas peças de artilharia, que recebeu o objectivo de atacar o Brasil. A armada era comandada por Jacob Wilekens, tendo como vice-almirante Pieter Heyn, estando o desembarque confiado ao comando de João Van Dorth, futuro governador da conquista⁵⁷.

O ataque à Bahia, em Maio de 1624, foi bem sucedido. Iniciado na madrugada do dia 9, a esquadra transpôs a barra e rapidamente abriu fogo de artilharia contra a cidade de Salvador. Ao mesmo tempo que eram atingidos os fortes e os principais edifícios, os holandeses trataram de assaltar os navios mercantes, apoderando-se de alguns⁵⁸. A seguir, atacaram a cidade que, a custo, susteve os atacantes. Durante a noite a população, descrente na sua capacidade defensiva, pôs-se em fuga para o interior, o que facilitou a conquista da cidade no dia seguinte.

O Rei e o conde-duque de Olivares⁵⁹ mostraram-se, então, resolvidos a debelar aquele grave perigo.

Em Portugal houve um levantamento de indignação contra o audacioso golpe dos holandeses. Os portugueses tomaram sobre si as despesas e trataram de preparar uma forte armada. A cidade de Lisboa repartiu pelos moradores um donativo de 120.000 cruzados. O duque de Bragança D. Teodósio mandou 20.000 cruzados para munições e pólvora. O duque de Caminha, marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, 16.500; o conde de Ficalho, duque de Vila Hermosa, presidente do conselho de Portugal, 2 400; o marquês de Castelo Rodrigo, conselheiro de estado, 3.000. Muitos fidalgos e titulares também ofereceram ajuda. Os prelados concorreram com igual vontade. O arcebispo de Lisboa D. Miguel de Castro ofereceu 2.000 cruzados; o arcebispo de Braga D. Afonso Furtado de Mendonça, 10.000; e o metropolitano de Évora D. José de Melo, 4.000. Os bispos do Porto, de Coimbra, da Guarda e do Algarve,

⁵⁶ A Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* - WIC) foi fundada por carta patente dos Estados Gerais das Províncias Unidas em 3 de Junho de 1621; cf. José António Gonsalves de Mello, "Companhia das Índias Ocidentais" in *O Brasil e os Holandeses, 1630-1654*, org. por Paulo Herkenhoff, Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1999, p. 43.

⁵⁷ Jaime Cortesão, "Domínio Ultramarino" in *História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. V, Barcelos, Portucalense Editora, L.da, 1933, p. 424.

⁵⁸ *Ibidem*.

⁵⁹ D. Gaspar de Gusmão y Pimentel Ribera Velasco y Tovar, conde de Olivares por herança paterna e duque de São Lucar a Maior por mercê real.

também acudiram com avultadas somas. Os mercadores alemães deram cinquenta quintais de pólvora, e os negociantes em geral, 34.000 cruzados. Subiu sem violência o subsídio a 234.000 cruzados, consumidos com a esquadra e as tropas. A fazenda real foi poupada. Não foi menos pronto e espontâneo o socorro dos braços, do que o sacrifício do dinheiro.

Observa Jaime Cortesão que, desde o cerco de Mazagão na menoridade de D. Sebastião, se não notara nos fidalgos e senhores igual fervor de empunhar as armas no outro lado do Atlântico, numa jornada bastante perigosa «pelo clima e pela fortaleza do inimigo»⁶⁰.

Assim, passados três meses estava pronta a largar uma armada de vinte e seis navios, guarnecida por 4.000 homens entre marinheiros e tropas de desembarque. Tal o empenho de participar na expedição que houve casos em que foi necessário tirar à sorte dentre irmãos aquele que tinha de sofrer o vexame de permanecer em Portugal. A armada era comandada por D. Manuel de Meneses, levando como almirante D. Francisco de Almeida.

O mesmo autor salienta que esta *jornada dos portugueses para a recuperação da Baía*, como então se lhe chamou, denota uma capacidade inesperada de reacção, um remoçamento de energias políticas, um ressurgir do espírito colectivo, tão quebrantado como estava então, e que este autor atribui a uma renovação da consciência do Império e das esperanças dos portugueses, postas, mais que em nenhuma outra colónia, no Brasil⁶¹.

Por sua vez o padre Bartolomeu Guerreiro, na *Jornada dos vassallos da Coroa de Portugal...*, salienta a acção do Governador Matias de Albuquerque, referindo a que desenvolveu no campo logístico, ao mandar à «Bahya 270 barris de biscoito, 4200 alqueires de farinha da terra, Setenta e tres terços, & cento & vinte quartos de farinha de trigo: quatrocentas & trinta & cinco sacas de farinha das Ilhas. Quinhentas e dezanove pipas de vinho. Setenta e sete barris, & mil & seiscentas, & oitenta, & oito botijas de azeite. Vinte & nove pipas de sal»⁶².

⁶⁰ Jaime Cortesão, “ Domínio Ultramarino” ..., p. 426.

⁶¹ *Ibidem*, p. 427.

⁶² Padre Bartolomeu Guerreiro, *Jornada dos Vassallos da Coroa de Portugal, pera se recuperar a Cidade do Salvador, na Bahya de todos os Santos, tomada pollos Olandeses a oito de Mayo de 1624, recuperada ao primeiro de Mayo de 1625. Feita pollo Padre Bartolomeu Guerreiro da Companhia de IESU*. Em Lisboa. Por Matheus Pinheiro. Anno de 1625, fl. 67.

Também o governo Filipino não poupou a esforços os seus súbditos de outras nações para a recuperação do Brasil. A armada espanhola⁶³, tinha por almirante D. João Fajardo de Guevara, e compunha-se de trinta e sete navios com mais de sete mil homens. As forças conjuntas, sessenta e tantos navios e onze mil homens, iam sob as ordens de D. Fradique de Toledo.

No dia 29 de Março, a frota hispano-portuguesa fundeava junto de Salvador da Bahía. No dia 30 estabeleceu-se o bloqueio da barra; e no dia seguinte começou o desembarque dos soldados⁶⁴. Poucos dias volvidos, chegavam também socorros de Pernambuco, Rio de Janeiro, S. Vicente e outras capitánias, e fechou-se o cerco à cidade.

Os holandeses resistiram durante cerca de um mês até que a 27 de Abril, quando as forças sitiadas se dispunham a um assalto, gritaram que se queriam entregar. Depois de várias conferências, a 30 desse mês a cidade capitulava, nas generosas condições que D. Fradique lhes concedeu: entregar a cidade com toda a artilharia, bandeiras, dinheiro, navios, mercadorias e escravos, restituição dos prisioneiros, e juramento solene de não praticar qualquer hostilidade contra a Monarquia Hispânica até desembarcar na sua pátria, em troca do que se lhes consentiu que levassem roupas de seu uso, mantimentos para três meses e meio, e as armas necessárias para sua defesa depois de saírem do porto.

No dia 1 de Maio, as tropas hispano-portuguesas entravam na cidade; e, logo no dia 2 a esquadra holandesa de reforço chegava em frente da mesma cidade. Ao ver que a cidade tinha sido reconquistada pelas forças de Filipe IV, e ao avaliar a importância das forças de terra e mar que a defendiam, o general holandês decidiu seguir para norte do Brasil.

Passados três meses, D. Fradique abandonava a Bahia, deixando em sua defesa uma guarnição de mil homens, dentre os soldados portugueses que tinham vindo na armada. Mas houve descuido quanto às forças do mar que deveriam defender a cidade de nova investida que, quando em 1626, nova esquadra holandesa, sob o comando de

⁶³ Para facilitar várias transcrições e citações, usaremos algumas referências a Espanha e a espanhóis (em que Castela e os castelhanos são os referentes principais), por serem termos usados com frequência por vários autores citados, embora o sejam impropriamente para a época em estudo; cf. Christian Hermann, Jacques Marcadé, *op.cit.*, p. 19.

⁶⁴ Jaime Cortesão, “Domínio Ultramarino” ..., p. 427.

Pieter Heyn, veio atacar a cidade, o novo governador Diogo Luís de Oliveira «não dispunha de um único navio capaz de repelir o ataque do inimigo»⁶⁵.

Na Europa, entretanto, o rei Filipe IV intervinha no teatro de operações germânico, do lado dos seus parentes da Casa de Áustria, em plena Guerra dos Trinta Anos. O seu ministro Olivares, para enfrentar a situação política e militar com tendência a agravar-se com a previsível entrada, na guerra, da França de Richelieu, tomou diversas medidas, entre as quais tentou formar a União de Armas, ou seja, impôs uma cooperação militar às nações da Península Hispânica, empenhando-as nos esforços de guerra de Madrid ⁶⁶.

Com o agravamento das dificuldades económicas, o governo de Madrid procurou apoiar-se cada vez mais na capacidade económica portuguesa, passando a tributar os residentes a partir de 1628. Para tanto, o Pacto de Tomar foi ignorado, pois, para a cobrança de receitas fiscais extraordinárias era exigida a anuência de Cortes, como era norma em Portugal. Madrid passou, também, a impor rendas individuais fixas que recaíam sobre os patrimónios entretanto inventariados, onde a fidalguia e o clero não constituíam excepção.

O motim popular das Maçarocas, ocorrido no Porto em 1629, fora mostra evidente da insatisfação popular que redundara em revolta de cunho antifiscal. Mas, quando no ano seguinte as Províncias Unidas dos Países Baixos ocuparam Pernambuco, o governo de Madrid prosseguiu no agravamento da situação fiscal dos portugueses, exigindo o montante necessário para equipar uma armada de socorro ao Brasil e a contribuição de 500 000 cruzados⁶⁷. Era criado o imposto da «meia-anata», pelo qual todo o funcionário do Estado tinha de pagar um tributo, quando nomeado para o exercício de um cargo, correspondente a metade do salário anual. Este imposto envolvia, portanto, as classes privilegiadas, que viam fugir suas as isenções fiscais. A própria burguesia mercantil, tão ciosa das perspectivas de lucro que a União Dinástica permitia, não escapou ao longo braço fiscal de Madrid.

Com efeito, em 4 de Agosto de 1631, foi criado o «estanque do sal», produto que o Estado monopolizou, obrigando os mercadores a comercializá-lo internamente, sujeitando-os a entregar quantidades até um terço da produção. Subjugada

⁶⁵ Jaime Cortesão, “ Domínio Ultramarino” ..., p. 427.

⁶⁶ John Lynch, *Los Austrias (1598-1700), História de España*, vol. XI, Barcelona, Crítica, 1993, p. 124, apud Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640 ...*, p. 118.

⁶⁷ Christian Hermann, Jacques Marcadé, *op. cit.*, p. 196.

comercialmente e espoliada de parte dos rendimentos, uma facção da burguesia comercial solidariza-se com a insatisfação do povo e da nobreza ⁶⁸.

Procurando apoiar a execução dessa política em colaboradores de fidelidade inquestionável, o conde-duque de Olivares, em 1631, nomeou Miguel de Vasconcelos e Diogo Soares como seus interlocutores para Portugal, o primeiro instalado em Lisboa e o segundo agindo em Madrid.

As insatisfações fiscais que se iam generalizando pelo país, evoluíam para sentimentos anti-castelhanos, com uma oposição em crescimento. Então, o governo Filipino decidiu confiar o governo de Portugal a uma prima co-irmã de Filipe IV, Margarida, viúva de Vicencio Gonzaga, duque de Mântua. Foi nomeada «viso-rei e capitão-general» ⁶⁹ de Portugal, o que foi comunicado a Lisboa com data de doze de Novembro de 1634.

A duquesa de Mântua ⁷⁰ tomou conta do governo de Portugal em fins de 1634 ⁷¹. Ao serviço da princesa Margarida estava Gaspar Ruiz de Escaray como secretário particular, Fernando Henriques de Toledo como mestre-de-campo-general da gente de guerra castelhana, e o marquês de La Puebla como mordomo-mor que era quem controlava as instruções secretas, o que fazia dele, na prática, o vice-rei ⁷².

⁶⁸ Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640* ..., p. 119.

⁶⁹ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para História do Município de Lisboa*, 1.^a parte, Lisboa, Typographia Universal, 1889, p. 91, apud António de Oliveira, *D. Filipe III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 288.

⁷⁰ Quando da subida ao poder do rei Filipe III, em 1621, foram nomeados governadores para Portugal em substituição do 1.º Marquês de Alenquer. Foram os seguintes: D. Martim Afonso Mexia, bispo de Coimbra, D. Diogo de Castro, presidente do Desembargo do Paço, e D. Nuno Álvares de Portugal; cf. J. M. de Queirós Velloso, “História Política” *in História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. V, Barcelos, Portucalense Editora, L.da, 1933, p. 267.

Em 1623 faleceu D. Nuno Álvares de Portugal e, então, em 1624 ficaram, como governadores de Portugal, D. Diogo de Castro e D. Diogo da Silva, conde de Portalegre; cf. J. M. de Queirós Velloso, “História Política” *in História de Portugal*, dir. por Damião Peres, vol. V, ..., p. 268.

No ano de 1627 foi feita nova remodelação ficando, no governo de Portugal, os seguintes governadores: O 2.º Conde de Basto D. Diogo de Castro e Afonso Furtado de Mendonça.

Porém, a partir de 1628 ficou só, como governador, o 2.º Conde de Basto; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia L.da, s.d., p. 346.

Observa Damião Peres que em 1631 estiveram como vice-reis, o arcebispo de Lisboa D. João Manuel, de Abril a Julho; os governadores D. António de Ataíde e Nuno de Mendonça, juntos, de Agosto de 1631 a Março de 1632; e só o segundo desde esta data até Abril de 1633; cf. J. M. de Queirós Velloso, “História Política” ..., pp. 271-272 [É de Damião Peres o texto das pp. 270-272].

Em Julho do mesmo ano, o conde de Basto foi nomeado vice-rei de Portugal; cf. J. M. de Queirós Velloso, “História Política” ..., pp. 271-272. [Idem]

Até que o conde-duque de Olivares lembrou-se de confiar o governo de Portugal a uma prima co-irmã de Filipe IV, duquesa de Mântua, que governou até 1640; Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas*, II, pp. 196 ss., apud *Ibidem*, p. 272; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia L.da, s.d., p. 346.

⁷¹ J. M. de Queiroz Velloso, “História Política”, ..., p. 272.

⁷² António de Oliveira, *op.cit.*, p. 292.

Em 1635 houve um aumento nos impostos, com a «Sisa» a subir para 25 %, e o «Real d'Água» que era um imposto municipal sobre a carne e o vinho, a ser taxado anualmente de forma automática⁷³. Embora fossem os povos a sofrer maior aumento de impostos, a verdade é que também a nobreza e a própria Igreja viram piorar a sua situação fiscal, sentindo um desconforto inquietante⁷⁴.

A resistência aos inventários das fazendas do reino e as dificuldades na cobrança aos contribuintes, levou Olivares a enviar para Lisboa um conjunto de nobres castelhanos destinados a ocuparem postos militares-chave em apoio da Duquesa de Mântua, o que fez piorar o ambiente de insatisfação⁷⁵.

Nesta época, ou melhor, no período de 1631 a 1643, como observam Christian Hermann e Jacques Marcadé, a Monarquia Hispânica estava na iminência «de tudo perder»⁷⁶. A complexa situação em Portugal estava a ser acompanhada pelo governo do cardeal Richelieu, interessado em dispersar as forças do seu opositor na Guerra dos Trinta Anos.

O certo é que no Verão de 1637 ocorreram graves motins na capital portuguesa. Quase ao mesmo tempo, em Évora, deflagrou uma revolta antifiscal em larga escala, praticada em nome de um tal Manuelino. A revolta cresceu e escapou ao controlo das autoridades, tendo fugido o corregedor da cidade e demais oficiais de justiça. Os manifestos que os sublevados fizeram circular clamavam contra a política fiscal de Filipe III incitando os compatriotas à resistência civil⁷⁷.

Todos os estratos sociais aderiram ao movimento, sendo de registar o apoio dos professores jesuítas da Universidade de Évora. Há notícia de motins noutras regiões, como a cidade do Porto, e também Vila Real, Viana do Lima, assim como em várias

⁷³ A esta nova carga tributária não será alheia o deflagrar do conflito entre a Monarquia Hispânica e a França.

⁷⁴ Observa Jean-Frédéric Schaub que as inovações fiscais que a Monarquia aplicou em Portugal relevavam de três domínios: as que diziam respeito à coroa, como o contrato do sal, a cobrança de um direito sobre os ofícios atribuídos pelo rei; as que diziam respeito ao reino, recaindo directamente nos súbditos, eram os empréstimos forçados, o aumento do imposto sobre as transacções (o cabeção das sisas), o “real d’agoa”, e o projecto de uma capitação universal com base nos inventários dos patrimónios, a partir dos anos 1634-35; por último, as inovações que relevam da Monarquia Hispânica, como os efeitos da repressão do contrabando e a imposição de taxas sobre a exportação do sal; cf. Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 80.

⁷⁵ Abílio Pires Lousada, *A Restauração Portuguesa de 1640 ...*, p. 120.

⁷⁶ Christian Hermann e Jacques Marcadé, *op.cit.*, p. 123.

⁷⁷ António Martins Barrento, *Reflexões sobre temas militares*, Lisboa, IAEM, 1991, p. 238, apud Abílio Pires Lousada, *op.cit.*, p. 121.

povoações do Algarve (Tavira, Faro, Loulé, Albufeira), onde também se protestou contra a política fiscal de Olivares⁷⁸.

Entretanto, os holandeses ao longo da década de trinta, não só consolidaram posições na costa pernambucana, fazendo do Recife a sua base de operações, como estenderam os seus domínios até ao rio de S. Francisco, espraiando-se para o Ceará, negando aos Portugueses toda a região do litoral norte do Brasil⁷⁹. Com a chegada de João Maurício, Conde de Nassau, em 1637, as Províncias Unidas vão ganhar o domínio na capitania de Pernambuco com a conquista de Alagoas e ocupam o Ceará, fórmula tentada para formar o Brasil Holandês e dominar a produção de açúcar⁸⁰.

Assim, as Províncias Unidas dos Países Baixos passaram a dominar a faixa marítima e os portugueses controlavam o interior do território, uma constatação que, nos anos seguintes, centraria no Brasil o confronto entre duas vontades irreconciliáveis. Seja como for, o comércio luso-atlântico, que no período de 1600-1630 se tinha portado melhor que o sevilhano-atlântico, começou a decair. Impotentes para inverter a situação, os portugueses, mais uma vez, apontaram o dedo acusador ao «protector» hispânico.

No Ultramar, a conjuntura portuguesa conhecia desenvolvimentos diversos até 1640. Entregues a si próprios, a máxima prevalecente era aguentar tanto quanto possível a contínua pressão das Companhias Comerciais inglesas e das Províncias Unidas, onde uma estratégia marcadamente terrestre, assente na resistência que as fortalezas costeiras permitiam, contrabalançava a perda de influência no mar.

Apesar de tudo, o sucesso não foi despiciendo, se exceptuarmos a perda de Ormuz, para os ingleses que contaram com ajuda persa em 1623, e a queda de Malaca para as Províncias Unidas em 1641, que fez perder o domínio dos mares no extremo-Oriente e debelou o próspero comércio na Insulíndia, onde Malaca era o ponto-chave. Assim, o Império oriental Português, propriamente dito, estava condenado, com o trânsito do Índico para o Pacífico bloqueado.

Por esse tempo difícil, os maiores sucessos foram os obtidos no Índico ocidental, com a colonização da costa africana, onde o posicionamento das fortalezas de Sofala, Moçambique e Mombaça deixaram uma marca duradoura, facilitando a navegação e o controlo das rotas na região.

⁷⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil(1580-1668)*, Lisboa, Edições Colibri, 1994, pp.28- 29.

⁷⁹ General Ferreira Martins, *A Restauração e o Império Colonial Português*, Lisboa, 1940, p. 9.

⁸⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes...*, p. 27.

O conde-duque de Olivares, como vimos, concebera o projecto de obrigar a Catalunha, Aragão, Nápoles e Portugal, nacionalidades nominalmente reunidas à Coroa pelo vínculo pessoal do soberano, a unir efectivamente as suas forças e recursos aos de Castela, para se constituir um exército permanente de 100 mil infantes e 10 mil cavalos, pronto a socorrer qualquer ponto atacado, bem como numerosas esquadras navais, prontas a defender os portos, e a realizar o transporte de tropas e a protecção das frotas mercantes ⁸¹.

Portugal ficava sujeito às requisições militares castelhanas, cabendo-lhe a responsabilidade de contribuir com cerca de 6 000 soldados, preferencialmente para servirem em Itália (substituída mais tarde pela Catalunha)⁸². Todavia, Olivares não encontrou receptividade a tais pretensões. Com o evoluir do tempo e da conjuntura europeia, tornou-se evidente para os portugueses que a sua incorporação no grande exército hispânico interessava menos aos seus objectivos internos e sobremaneira à política externa castelhana. Como a convergência de objectivos era diminuta, pois se a Flandres ou as Províncias Unidas eram importantes do ponto de vista económico para ambos, as questões relativas ao Mediterrâneo e à Europa central não interessavam muito aos portugueses, e estes tornaram-se pouco colaborantes. Por isso, segundo Abílio Lousada, as tentativas de recrutamento feitas em Portugal contaram com a oposição dos responsáveis municipais.

Quando em 1635 se desencadeou a guerra entre a Monarquia Hispânica e a França ⁸³, veio ao de cima a falta de vontade de servir a coroa madrilena, que se manifestou «quando milhares de soldados portugueses foram encaminhados para os Pirenéus, para ajudar a combater a França» ⁸⁴.

O agravar da situação e a insuficiente colaboração portuguesa, levaram Filipe IV a mandar comparecer em Madrid, no ano de 1638, os representantes da nobreza, dando-lhes a conhecer a criação da Junta de *Las Levas de Portugal*, cuja convocatória nas diversas regiões de Portugal era da sua responsabilidade. O passo seguinte consistiu na nomeação da Duque de Bragança como Governador das Armas de Portugal, cargo que o

⁸¹ J. M. de Queiroz Veloso, “História Política” ..., p. 268.

⁸² John Lynch, *op.cit.*, p. 137, apud Abílio Pires Lousada, *op.cit.*, p. 122.

⁸³ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987, p. 143.

⁸⁴ Abílio Pires Lousada, *op.cit.*, p. 122.

próprio procurou rejeitar. Se dúvidas havia de que Portugal deixava de contar como individualidade política de facto, estas medidas dissipavam-nas⁸⁵.

Largos sectores da nobreza passaram a resistir a uma situação de acessos cada vez mais limitada, porquanto exceptuando o alistamento militar nos exércitos expedicionários da Monarquia Hispânica, deixara de contar com a relevância social anterior, perdendo o acesso aos centros de decisão do espaço comum.

Na opinião de Rodrigues Cavalheiro, se exceptuarmos os inquisidores e o alto clero, largos sectores do clero incluindo as ordens monásticas dos franciscanos e dominicanos secundaram o clamor de insatisfação, a quem deu voz os jesuítas, contribuindo para a preparação da sublevação.

Para evitar um movimento de autonomia em Portugal, decidiu Filipe IV convocar para a corte de Madrid os arcebispos de Braga, Évora e Lisboa, assim como membros da alta nobreza e da magistratura. O Conselho de Portugal que vigorava na capital espanhola, foi extinto, passando a ser controlado com o nome e as atribuições de uma junta. O monarca ordenou também, como vimos, que alguns milhares de soldados fossem juntar-se nos Pireneus às tropas espanholas em guerra com a França, o que era a maneira de afastar aqueles braços de Portugal⁸⁶.

Nesta altura, a província da Catalunha revoltara-se contra Filipe IV, para o que obteve o apoio militar francês.

Entretanto, os movimentos em surdina que se verificavam em Portugal levaram a oposição interna e as autoridades castelhanas, por razões diferentes, a centrar a atenção na mesma figura, Dom João, Duque de Bragança. Para os primeiros, defensores do rompimento unilateral com a dinastia dos Filipes, o Duque representava a esperança de recuperação da dinastia portuguesa; para os segundos, conscientes dessa possibilidade, ele concentrava os principais receios de poder dar voz à vontade dos seccionistas. Por isso, cada qual procurou manobrar no sentido de ganhar a sua simpatia⁸⁷.

Até que, nos finais da década de 1630 o movimento autonomista Português conseguiu o apoio, considerado essencial, do Duque de Bragança que residia em Vila Viçosa.

⁸⁵ Abílio Pires Lousada, *op.cit.*, p. 122.

⁸⁶ Joaquim Veríssimo Serrão, *O Tempo dos Filipes...*, p. 29.

⁸⁷ Abílio Pires Lousada, *op.cit.*, p. 124.

Segundo nos diz Borges de Macedo, as negociações para o apoio da França parece terem-se centrado em Lisboa e foram realizadas muito em segredo, procurando acautelar a integridade do território português. Com efeito, a entrada de tropas estrangeiras em Portugal teria transformado imediatamente o País num campo de batalha⁸⁸.

A prudência de D. João, Duque de Bragança, «senhor dos cordelinhos internos e externos da conjura, salvaria a situação [...] intervindo no momento oportuno, que é apenas um em cada sucesso histórico»⁸⁹.

3.2. A sociedade nas primeiras décadas do século XVII

Nos finais do século XVI era próspero o estado a que tinha chegado a capitania de Pernambuco. (Fig. 2)

Na vila de Olinda o comércio das fazendas chegadas do reino era animado nas diversas lojas que vendiam toda a sorte de louçaria, sedas e panos finíssimos, e bons brocados. Afluíam ainda mercadores de arribação que vendiam as suas cargas e, de retorno à metrópole, levavam em suas embarcações carregamentos de açúcar, algodão, madeiras, âmbar e outros géneros coloniais⁹⁰.

D. Domingos de Loreto Couto caracteriza tal crescimento dizendo que era «ilustre em cidadãos, esmerada em polícia, engrandecida em trato, fausto e riqueza»⁹¹.

Mas, por essa época, era pouco populosa a vila. Oliveira Lima cita o Padre Fernão Cardim que a visitou no ano de 1584, e diz que Olinda tinha «700 colonos e com o seu termo 2000, pois cada engenho tinha 20 a 30 moradores e afora os engenhos havia as roças»⁹².

⁸⁸ Jorge Borges de Macedo, *op.cit.*, p. 145.

⁸⁹ Rodrigues Cavalheiro, “ Os Antecedentes da Restauração e a Posição do Duque de Bragança”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. VII, Tomo II, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 23.

⁹⁰ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, 2.^a ed., vol.2, Recife, FUNDARPE, 1983, p. 3.

⁹¹ D. Domingos de Loreto Couto, *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981, p. 89.

⁹² Oliveira Lima, “ A Nova Lusitânia” in *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dir por Carlos Malheiro Dias, vol. III, Porto, s.n., 1924, p. 295.

Nestas condições, não deve admirar a exclamação de um bispo ⁹³ visitante de Olinda que ficara admirado por, ao mandar comprar um frango, quatro ovos e um peixe nada lhe traziam, «porque não se achava na praça, nem no açougue e, se mandava pedir as ditas coisas e outras mais às casas particulares, lhas mandavam»⁹⁴.

Como se vê, ainda era prevacente na capitania o modo de vida privado.

No entanto, em festas e banquetes verificava-se luxo e opulência, não havendo modas que não adoptassem logo, e briosamente despendendo com cavalos de alto preço ricamente ajazados. De tal modo que Ambrósio Fernandes Brandão, tratando de Pernambuco, diz que já ouvira afirmar «a homens mui experimentados na corte de Madrid, que não se trajava melhor nela do que se trajam no Brasil os senhores de engenhos, suas mulheres e filhas, e outros homens afazendados e mercadores»⁹⁵.

Esse luxo no trajar não se limitava então somente aos colonos brancos. Os índios principais, convertidos e civilizados, trajavam também com magnificência, e de um deles, o chefe Mitaguaia, que teve várias conferências com o padre visitador Cristóvão de Gouveia, conta o Padre Fernão Cardim que se apresentava vestido de damasco com passamanes de ouro e espada à cinta ⁹⁶.

Por essa época a arte da ourivesaria devia atrair muitos, de tal modo que em 20 de Outubro de 1621 foi assinado um alvará régio ordenando que nenhum mulato ou negro, nem índio, posto que forros, exercessem a arte de ourives, sob pena de cinquenta cruzados, extensiva a quem os ensinasse, ou os tivesse em sua casa para usar do ofício⁹⁷.

Por sua vez, Frei Manuel Calado dizia que «as delícias de mantimentos e licores, eram todos os que se produziam assim no reino, como nas ilhas. O fausto e aparato das casas era excessivo porque, por mui pobre e miserável se tinha o que não tinha seu serviço de prata »⁹⁸.

⁹³ Frei Vicente do Salvador identifica-o como bispo e dominicano, vindo de S. Miguel de Tucuman. Ora, podemos admitir que esse ilustre pregador estivera ou passara por Potosi onde se concentrara o interesse do império dos Habsburgos pela sua grande riqueza mineral, formando-se, em poucas décadas, naquele local da actual Bolívia, um dos mais populosos aglomerados habitacionais do mundo de então, no princípio do século XVII, com os seus mais de 100.000 habitantes.

⁹⁴ Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil, 1500-1627*, 6.^a ed., Livro I, Cap. II, S. Paulo, Edições Melhoramentos, 1975, p. 58.

⁹⁵ Ambrósio Fernandes Brandão, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos Editora, 1943, p. 152.

⁹⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 549.

⁹⁷ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, org. por José Justino de Andrade e Silva, vol. 3, 1620-1627, Lisboa, Imprensa de J. J. A. e Silva, 1855, p. 55.

⁹⁸ Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, 4.^a ed., Recife, FUNDARPE, 1985, p. 38.

No que respeita à agricultura, verificava-se, então, franco crescimento na capitania com as novas técnicas e novos instrumentos⁹⁹ e, desenvolvia-se para além da cultura da cana do açúcar. Na realidade, a cultura de plantas úteis foi um dos primeiros cuidados dos povoadores da colónia logo na época da sua fundação, tanto para a sua subsistência como para o início de uma agricultura de exportação e de aplicação a algumas indústrias.

No colégio da Companhia de Jesus cultivavam-se várias plantas, no seu quintal, de que faz menção o Padre Fernão Cardim, nomeadamente: parreiras, figueiras, laranjeiras, melões, e pepinos, «e tantas romeiras, de que colhem carros de romãs»¹⁰⁰; e o Padre José de Anchieta, tratando do mesmo colégio de Olinda, numa carta escrita no ano seguinte, refere a existência de «muitas parras de Portugal, muitos coqueiros, laranjais e hortaliças»¹⁰¹.

Gândavo faz referência ao ananás e à bananeira vinda da ilha de S. Tomé¹⁰².

Por sua vez, Gabriel Soares de Sousa, em 1587, menciona além do cultivo de várias plantas já indicadas, mais o da limeira, o limão francês e galego, o arroz e o inhame originários de Cabo Verde e S. Tomé, também a melancia e ainda as seguintes: abóbora, mostarda, nabo, couve, alface, coentro, endro, salsa, hortelã, cebolinho, berinjela, alfavaca, bredo, chicória, cenoura, espinafre e mangericão¹⁰³. O mesmo autor diz que «de Pernambuco veio para a Bahia a semente de uma fruta a que chamam mamões»¹⁰⁴.

Outra planta que vem também do século XVI é o gengibre, importado da ilha de S. Tomé, e que prodigiosamente produzindo, começou em 1575 a sua exportação; mas, como era melhor o da Índia foi proibida a sua cultura no Brasil para não prejudicar o comércio do Oriente.

⁹⁹ Foram trazidos novos instrumentos e seguidas novas técnicas em uso no reino. Os naturais organizavam-se em sociedades semi-sedentárias que baseavam o seu modo de subsistência numa agricultura de coivara, sem recurso à utilização do arado ou de adubos, e também recorriam à caça, pesca, colecta de animais e vegetais, adoptando um padrão cultural que é normalmente designado pelos antropólogos por «cultura da floresta tropical»; cf. Jorge Couto, *A Construção do Brasil*, 1.ª edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 65.

¹⁰⁰ Padre Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 250.

¹⁰¹ Padre Joseph de Anchieta, *Cartas, Informações, fragmentos históricos e Sermões (1554-1594)*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1933, p. 411.

¹⁰² F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 4, Recife, FUNDARPE, 1983, p. 142.

¹⁰³ Gabriel Soares de Sousa, *Notícia do Brasil*, com notas de F.A. de Varnhagen, Pirajá da Silva e Edelweiss, São Paulo, Ed. do M.E.C., 1974, pp. 84-88.

¹⁰⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 98-99.

Anos decorridos, porém, foi levantado o interdito, e daí a provisão de 24 de Abril de 1642, permitindo aos moradores do Brasil a cultura do gengibre em terras impróprias para a da cana – do – açúcar e facultada a sua exportação, pagos os direitos; e uma provisão expedida em 10 de Abril de 1671 recomendou mesmo a sua cultura em Pernambuco permitindo a sua exportação, livre de tributos.

Outras duas plantas, ainda, a jaqueira, originária das Índias orientais, e a mangueira, da mesma procedência, foram igualmente introduzidas no Brasil no século XVI, transportadas nas naus portuguesas¹⁰⁵. A pinheira, originária das Antilhas, já era cultivada em Pernambuco na primeira metade do século XVII, como se vê dos escritos de Pizon e Marcgrave, sendo o seu fruto conhecido pelo nome de pinha¹⁰⁶.

A prosperidade referida, para Pernambuco, tinha antecedentes nos primeiros tempos da donataria. O primeiro donatário, Duarte Coelho, cedo assumira papel activo na indústria do açúcar, trazendo artesãos das ilhas atlânticas, pedindo em 1542 autorização ao rei para importar africanos e procurando investidores em Portugal. O primeiro engenho “Nossa Senhora da Ajuda” foi construído pelo seu cunhado, Jerónimo de Albuquerque, mas outros foram construídos pelo próprio Duarte Coelho, e por homens como Cristóvão Lins que seria agente dos Fuggers, e um pelo cristão – novo Diogo Fernandes em sociedade com outros companheiros de Viana¹⁰⁷.

Stuart Schwartz salienta que desde 1570 até meados do sec. XVII, os açúcares brasileiros dominaram o mercado europeu. Por volta daquela data, no Brasil, existiam 60 engenhos operacionais ao longo da costa, com maiores concentrações em Pernambuco e na Bahia, respectivamente 23 e 18. Cita Domingos Abreu e Brito que visitou Pernambuco em 1591 e referiu a existência de 63 engenhos produzindo uma média de 6000 arrobas de açúcar cada, num total de 378 000 arrobas. A uma média de 800 réis por arroba, o total era de 302 milhões de réis¹⁰⁸.

Na proximidade do engenho de açúcar ficavam as habitações do proprietário e as do pessoal que laborava no engenho. Com o florescimento da indústria açucareira a habitação do grande proprietário ampliou-se atingindo o estatuto que adquiriu de “casa-grande”. Era uma construção característica, primeiramente do Nordeste e, depois, de outras regiões, nomeadamente das capitanias do Rio de Janeiro e S. Paulo.

¹⁰⁵ F. A. Pereira da Costa, *Anais* ..., vol. 4, p. 143.

¹⁰⁶ Idem, *Ibidem*, p. 145.

¹⁰⁷ Stuart Schwartz, “A Babilónia Colonial: A economia açucareira” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. por Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 214.

¹⁰⁸ *Ibidem*.

Leila Algranti apresenta a planta de uma casa-grande com varanda em três lados e de outra com pátio interno¹⁰⁹.

António da Silva considera que a casa-grande foi o núcleo da civilização açucareira, fazendo parte do triângulo engenho-casa-capela que, nos séculos XVI e XVII, era casa de 1.º andar com larga varanda, escada exterior e loja no rés-do-chão; ao lado ficava a senzala. Citando Gilberto Freyre refere que a casa-grande, completada pela senzala, representava todo um sistema económico, social e político; acrescentando que «foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa da Misericórdia, amparando os velhos e as viúvas, recolhendo os órfãos»¹¹⁰.

Por esta época na ilha da Madeira o ciclo do açúcar estava em crise, depois de atingido o auge de produção em 1506 com 230.000 arrobas, baixara em 1537 para menos de 47.000, e, no século XVII, vai dando lugar ao ciclo do vinho. Mas a qualidade do açúcar da Madeira era ainda muito apreciada na Europa, onde a produção madeirense, ao longo de quase um século, contribuíra mesmo para democratizar o seu consumo¹¹¹.

Roberto Simonsen salienta o papel da iniciativa particular no desenvolvimento da indústria açucareira no Brasil pois, cooperando com os esforços dos donatários, negociantes portugueses adiantavam dinheiro aos colonos para montagem de engenhos e outros se associavam com os respectivos senhores. Muitos colonos de menos posses arrendavam terras e recebiam de seus proprietários pagamento em açúcar pela cana que lhes entregavam. Na Bahia, o Governador estabeleceu um lagar para serviço dos colonos, numa verdadeira cooperativa; muitos deles conseguiram assim a sua independência, montando a seguir os seus próprios engenhos¹¹².

Os primeiros engenhos à mão utilizados nas ilhas atlânticas, foram aí sendo substituídos por engenhos a água, lagares e trapiches impulsionados pela força animal. Com efeito, no Brasil eram mais elevadas as despesas em instalações e meios necessários, para, num meio hostil, trabalhar terras virgens, cultivá-las e proceder às

¹⁰⁹ Leila Mezan Algranti, “Famílias e vida doméstica” in *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 1, coord. por Fernando Novais, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, pp. 92-94.

¹¹⁰ António da Silva, “casa grande” in *Enciclopédia luso-Brasileira de Cultura*, vol. 4, Lisboa, Ed. Verbo, 1992, cols. 1290-1291.

¹¹¹ Azevedo e Silva diz que os mercadores estantes no Funchal, apesar das repetidas proibições do rei e da câmara, passaram a importar açúcar do Brasil e a vendê-lo depois como sendo da Madeira; Arquivo Regional da Madeira, Registo Geral da Câmara Municipal do Funchal, t. III, fl. 12v, apud José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico*, vol. I, Funchal, Ed. da Secretaria Regional do Turismo e Cultura, C.E.H.A., 1995, p. 258.

¹¹² Roberto C. Simonsen, *História Económica do Brasil, 1500-1820*, tomo I, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, 1937, p. 148.

operações necessárias, seguidas do transporte e embarque para grandes distâncias. Daí a opção pela construção de engenhos médios, produzindo acima de 3 mil arrobas anuais, e, a seguir, substituídos pela construção dos de maior produção, acima de 10 mil arrobas¹¹³.

O estabelecimento de um engenho de regular categoria, segundo João Lúcio de Azevedo que cita Fernão Cardim e Antonil, não importava em menos de dez mil cruzados. Cinquenta negros, quinze a vinte juntas de bois, carros, barcos, ferramentas e aparelhos da fábrica, além do capital para despesas de preparo, salários de mestres e obreiros livres, manutenção do pessoal escravo até o produto ser vendido, tudo isso requeria grandes somas¹¹⁴.

O açúcar produzido nos engenhos não provinha somente das lavouras do proprietário. Assim, das alheias deduzia-se a parte tocante à fábrica na ocasião de encaixotar¹¹⁵.

Nesta época em Pernambuco, já havia trabalho agrícola e de laboração dos engenhos que assentava na mão de obra de escravos africanos¹¹⁶ pois, como relatava o Padre Fernão Cardim, em 1584, em Pernambuco, eram cerca de dois mil¹¹⁷.

Era avultada a produção das safras do açúcar, como refere Frei Manuel Calado, que então residia em Pernambuco, dizendo que saíam «de seu porto grandes frotas de naus, navios e caravelas; e se andarem as embarcações encontrando umas com as outras, em tal maneira, que os pilotos faziam mimos, e regalos aos senhores de engenho, e lavradores, para que lhes dessem suas caixas»¹¹⁸.

A depressão do início da década de 1620, originada pelo fim da trégua de doze anos e recomeço das hostilidades com os Holandeses no contexto da Guerra dos Trinta Anos, a que Schwartz acrescenta as manipulações cambiais e o excesso de stocks nos mercados europeus, viera afectar seriamente a economia açucareira do Brasil durante

¹¹³ Roberto C. Simonsen, *op.cit.*, p. 149.

¹¹⁴ João Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Económico*, 4.^a ed., Lisboa, Livraria Clássica Ed., 1978, p. 259.

¹¹⁵ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁶ Para Kátia de Queirós Mattoso, ser escravo no Brasil não era ser irresponsável e inteiramente devotado a obedecer humilde e fielmente aos senhores onipotentes, numa condição de total dependência. Reconhece que o português possui uma palavra intraduzível, que talvez seja uma das chaves desta adaptação mais ou menos feliz do homem negro à sua condição, ao seu ambiente: a palavra “jeito” que ela interpreta como astúcia, arte, destreza. Graças ao seu jeito de saber viver, o escravo empenhava-se em apressar a passagem que leva do passado mítico, perdido, através do presente difícil, a um futuro de liberdade idealizada; cf. Kátia de Queirós Mattoso, *Ser Escravo no Brasil*, 3.^a ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 2003, p. 175.

¹¹⁷ Padre Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, ..., p. 255.

¹¹⁸ Frei Manuel Calado, *op.cit.*, 1985, p. 38.

uma década. Refere que, de acordo com as estimativas de um observador, nos anos de 1626 e 1627, foram apresados, pelos holandeses, 60 dos 300 navios de comércio brasileiro com um prejuízo de mais de 270 000 arrobas de açúcar. Frei Vicente do Salvador perguntava em 1627 para que servia produzir açúcar se os lucros não chegavam para os gastos ¹¹⁹.

Entretanto, as relações com os naturais continuavam a preocupar o governo da metrópole, pelo que, no ano de 1605, com data de 5 de Junho, fora expedida uma provisão régia estabelecendo que em nenhum caso se pudessem cativar os gentios do Brasil ¹²⁰, e em 30 de Julho de 1609 era enviado um alvará que declarava livres todos os gentios das partes do Brasil, conforme o direito e o seu nascimento natural, assim os já baptizados e reduzidos à fé católica, como os que ainda viviam como gentios, conforme os seus ritos e cerimónias; e que não fossem constrangidos a serviço, nem a coisa alguma contra a sua vontade, e que as pessoas que deles se servissem nas suas fazendas lhes pagariam o seu trabalho, assim e da maneira a que eram obrigados a pagar a todas as mais pessoas livres de que se servissem ¹²¹.

Ângela Domingues, citando Perrone- Moisés, reconhece que a liberdade foi assegurada aos índios aliados durante toda a colonização. Eram a principal fonte de mão-de-obra e o principal meio de defesa da colónia e admitia-se - lhes o direito de posse sobre as suas terras, bem como o direito a uma justa remuneração a troco de serviços prestados ¹²².

Era proibida a mudança dos índios de uns para outros lugares contra a sua vontade, e passava a haver um juiz privativo para as suas causas, nas terras onde não houvesse ouvidor, e mandava o soberano que fossem logo postos em liberdade todos os que estivessem em cativo ¹²³.

¹¹⁹ Stuart Schwartz, “A Babilónia Colonial: A economia açucareira” in *História da Expansão Portuguesa*, dir. por Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 216.

¹²⁰ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, org. por José Justino de Andrade e Silva, vol. 1, 1603-1612, Lisboa, Imprensa de J. J. A. e Silva, 1854, p. 129; F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 227.

¹²¹ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 1,..., p. 271; F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 227.

¹²² Beatriz Perrone-Moisés, “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII)” in *História dos Índios do Brasil*, org. de Manuela Carneiro da Cunha, São Paulo, Fapesp, Companhia das Letras e Secretaria Municipal da Cultura, 1992, pp. 116-131, apud Ângela Domingues, *Quando os índios eram vassallos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 26.

¹²³ F.A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 228.

Informado o soberano que, apesar das várias medidas tomadas em benefício dos índios, era ainda necessário prover sobre vários inconvenientes a respeito, foi expedido um alvará em 10 de Setembro de 1611, determinando, que no caso de moverem os gentios guerra, rebelião e levantamento, se fizesse junta composta pelo governador do estado, chanceler, desembargadores da Relação e prelados das ordens religiosas, cujo assentamento se remetesse a Sua Majestade; e que sendo de aprovação de guerra, fossem cativos os gentios que nela se tomassem, e igualmente aqueles que fossem comprados, estando presos¹²⁴. [...] e que sendo o preço arbitrado pelo governador, fossem cativos somente pelo tempo de dez anos, sendo essa arbitragem de preço feita pelos mais adjuntos, além do governador¹²⁵.

Sobre este assunto pronunciou-se Ângela Domingues, considerando que a capacidade para deliberar sobre a aprovação de guerra justa «variou ao longo do tempo, sendo um atributo do rei, mas podendo, em determinadas alturas, estar delegadas nas pessoas dos governadores, de capitães – mores ou de juntas»¹²⁶.

Anteriormente, no ano de 1591 promovera o Padre custódio dos franciscanos Fr. Melchior de Santa Catarina a fundação de um aldeamento de índios sob a invocação de S. Miguel, situado entre os extremos dos termos de Igarauçu e Goiana¹²⁷. Foram despachados alguns religiosos para fundarem essa nova aldeia, e sendo bem aceites pelo gentio, estabeleceram a missão, levantaram uma capela e casas para a sua assistência e, também, construíram uma cerca de madeira para defender o aldeamento dos assaltos das tribos contrárias.

Dirigiram os padres franciscanos este novo núcleo indígena, até que o deixaram em 1619 em estado florescente, para o entregarem à jurisdição do bispo diocesano.

O aldeamento tinha o nome de Meretibe ou Miritibe, como assim era chamada a localidade, e pelos anos de 1629 era dirigido pelos padres jesuítas. O ensino da doutrina estava a cargo do padre Manuel de Moraes, como em um depoimento judicial prestado na paróquia da Várzea em 1647 referiu o chefe índio D. António Filipe Camarão que ali

¹²⁴ A escravidão era lícita não apenas aos inimigos da coroa. Podia ainda compreender os índios que fossem comprados ou resgatados a seus inimigos, sendo, também, a sua aquisição uma forma de salvá – los da devoração nos rituais antropofágicos ou, então, se o seu aprisionamento fosse considerado como resultado de uma guerra inter-tribal «justa». Ao adquiri-los, os moradores passariam a ter o dever de os converter e civilizar e o direito de usufruírem do seu trabalho por um determinado período, e «uma vez pago o preço do resgate, o indivíduo seria, pelo menos de direito, livre»; cf. Ângela Domingues, *op.cit.*, p. 28.

¹²⁵ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 1, ...,p. 309.

¹²⁶ Ângela Domingues, *op.cit.*, p. 28.

¹²⁷ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 26.

residia ao tempo, designando o aldeamento pelo nome de Meretibe. Com o de Miritibe, porém, aparece em alguns documentos, entre os quais Pereira da Costa cita uma doação de terras a Baltazar Gonçalves, em que a carta de data foi assinada por Matias de Albuquerque, em nome do seu irmão donatário, com data de 7 de Agosto de 1625 e que foi confirmada por Duarte de Albuquerque Coelho no Arraial do Bom Jesus a 23 de Agosto de 1633 ¹²⁸.

Continuava a fazer-se a fundação de vilas na capitania de Pernambuco. Assim, em 1 de Junho de 1627 procedeu-se à instalação da Vila Formosa de Serinhãem pelo Dr. Diogo Bernardes Pimenta, ouvidor geral de Pernambuco, sendo a vila criada, no ano anterior, com aquela denominação, pelo quarto donatário da Capitania, Duarte de Albuquerque Coelho. Sendo então limitado o seu termo territorial, foi-lhe depois ampliado por Matias de Albuquerque, governador, loco-tenente e irmão do referido donatário por uma provisão de 17 de Dezembro de 1629 ¹²⁹.

Em 1630 havia 18 engenhos de açúcar. Segundo Adriano Verdonck, na sua memória desse ano, os engenhos de Serinhãem produziam grande quantidade de açúcar da melhor qualidade; e a duas milhas do litoral subiam os barcos o rio para transportar o açúcar, conduzindo cada um regularmente cem caixas ¹³⁰.

Era pobre de gado, mas havia caça de várias espécies e, para além da cana, plantavam muita mandioca, tabaco, cereais, apanhavam muito peixe e marisco. Abundavam igualmente os frutos havendo belos pomares e hortas; e da cultura da mandioca tiravam bom proveito com a fabricação da farinha ¹³¹.

Em 1636 foram criadas, pelo donatário, as vilas de Porto Calvo, da Laguna do Sul e do Rio de S. Francisco, dando a cada uma delas o competente termo e jurisdição ¹³².

Sobre a localidade das Salinas, Pereira da Costa diz-nos que é referida pela primeira vez em 1630, vindo a dar origem à povoação de Santo Amaro das Salinas na década de oitenta. Tinha, também na época, a denominação de salinas de Francisco do Rego, do nome do seu proprietário, sendo assim frequentemente mencionada em documentos coevos ¹³³.

¹²⁸ Livro do Tombo do mosteiro de S. Bento de Olinda, fls. 166-167, apud F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 28.

¹²⁹ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 460.

¹³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 461.

¹³¹ Idem, *Ibidem*, pp. 461-462.

¹³² Idem, *Ibidem*, p. 22.

¹³³ Idem, *Ibidem*, p. 558.

A povoação de Jaboatão, quando em Outubro de 1633 foi atacada por uma força militar holandesa¹³⁴, era uma povoação próspera que gozava do predicamento de paróquia, sob a invocação de Santo Amaro, tendo por vigário o Padre Francisco Lopes Lima, e contava no seu termo nove engenhos, assim relacionados num documento holandês de 1637 : Engenho Gurjaú, com uma capela dedicada a S. Miguel , pertencente a André Soares; Engenho de N.^a S.^a da Apresentação com uma capela desta invocação pertencente a Baltazar Gonçalves Moreno, depois denominado “ Morenos”; Engenho de S. João Baptista, pertencente a António Bulhões, de cujo apelido veio depois a sua denominação; Engenho Suassuna, pertencente a João Barros Correia ; Engenho Santana, de Manuel de Sousa de Abreu, que, ausentando – se, foi confiscado; Engenho N.^a S.^a da Conceição, de António Pereira Barbosa, que, ausentando – se foi confiscado e vendido a Servais Carpentier; e um pertencente a António Nunes Ximenes. Completam esta lista o Engenho N.^a S.^a da Guia , que havia anos que não funcionava, e não tinha então senão as suas terras e matas; e o “ Camaçari” muito arruinado e sem canaviais .

Todos estes engenhos eram movimentados a água. Em 1645, quando da insurreição contra a dominação dos flamengos, foi confiado a Tomé da Costa o cargo de capitão da freguesia de Jaboatão; em 1662 o governador Francisco de Brito Freire nomeou Leandro Pacheco Falcão capitão de cavalos da freguesia de S. Amaro, por patente de 13 de Fevereiro¹³⁵.

Nessa época, foram nomeados capitães em Muribeca os irmãos João Soares de Albuquerque e João Leitão de Albuquerque; e quando do compromisso firmado para a Insurreição pernambucana, lavrado no mesmo ano, figura entre os signatários o Padre João de Abreu, vigário de Muribeca.

Em 1668 criou o governador Bernardo de Miranda Henriques uma companhia da gente parda forra nas freguesias de Santo Amaro e Muribeca, para a qual nomeou comandante o capitão André de Matos, por patente de 5 de Março, pelos seus serviços prestados particularmente na guerra holandesa.

¹³⁴ Em 21 de Outubro de 1633 uma força holandesa, de 700 homens sob o comando do tenente coronel Byma, invade e saqueia a povoação de Jaboatão; porém, na volta, foi batida pelas forças portuguesas comandadas pelo major Pedro Correia da Gama e pelo capitão Luís Barbalho Bezerra, e deixaram no campo 180 mortos e 18 prisioneiros; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 615.

¹³⁵ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 616.

Muribeca teria por essa altura oito bons engenhos de açúcar, e era abundante de mantimentos¹³⁶. O seu nome, de origem tupi é, como escreve Teodoro Sampaio, corruptela de « merú – beca», a mosca importuna, o mosquito insistente¹³⁷.

Entretanto, no que respeita às questões de segurança, o corso e a pirataria constituíam motivo de grande preocupação. Ainda estava na memória o saque que acontecera no ano de 1595, depois de ocupado o porto e povoação do Recife pelo corsário James Lancaster, com cerca de mil homens, durante várias semanas¹³⁸.

Com data de 6 de Maio de 1606 foi expedido um alvará régio mandando fortificar os portos do Recife e da Bahia, para cujas despesas o Rei consignou vinte mil cruzados do dinheiro da imposição dos vinhos, para arrecadação da qual deu ao provedor da fazenda real o competente regimento¹³⁹.

Mais tarde, em observância do disposto numa carta régia de 20 de Julho de 1623, criou o governador geral Diogo de Mendonça Furtado, um imposto chamado “Imposição e avarias”, com aplicação às obras de fortificação das praças do estado do Brasil¹⁴⁰.

Sobre o assunto escreveram ao monarca os oficiais da Câmara de Olinda, tendo baixado a carta régia de 17 de Julho de 1624, instando a que se procedesse sem mais dúvidas nem dilações às necessárias obras de fortificação da praça¹⁴¹.

Veio então para Pernambuco o sargento – mor engenheiro Pedro Correia da Gama, incumbido dos reparos nas fortificações de Olinda e do Recife¹⁴².

A câmara de Olinda e as outras correspondiam-se com o Rei e eram consultadas pelo donatário e seus representantes. Em algumas ocasiões recebiam pedidos ou ordens nomeadamente para colaborarem no socorro de partes do império. Noutras, eram os seus oficiais a fazerem solicitações ao rei.

As eleições que, de três em três anos, se realizavam nas vilas eram ocasiões de reunião dos principais de cada vila e de todos os interessados na *res publica*. Os cargos eram prestigiados e, geralmente, disputados.

Também as eleições para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia eram disputadas entre as pessoas de principal condição.

¹³⁶ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 605.

¹³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 606.

¹³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 69- 76.

¹³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 233.

¹⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 234.

¹⁴¹ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 3, ...,p. 124.

¹⁴² F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 235

A Santa Casa da Misericórdia de Olinda recebeu por breve do Papa Paulo V, de 21 de Abril de 1607, a graça da nomeação de capelães para o seu serviço religioso. No texto consta que foi ela construída à custa dos moradores com o fim de agasalhar e cuidar dos pobres e enfermos, socorrer as viúvas, órfãos e toda a sorte de gente necessitada; tratar e defender as causas dos pobres encarcerados, enterrar os mortos e exercitar outras obras pias e de misericórdia.

Já no ano anterior o rei Filipe II, por alvará de 26 de Janeiro de 1606, tornara extensivos a ela todos os privilégios, prerrogativas e mercês de que gozava a Santa Casa de Lisboa¹⁴³. Depois, por alvará de 26 de Abril de 1627, o rei Filipe III, ampliava, a todas as Casas de Misericórdia do reino e possessões, o uso da bandeira da mesma instituição adoptada em 1576¹⁴⁴.

Em 1630, a Misericórdia de Olinda foi saqueada pelos holandeses, e envolvida no incêndio da vila no ano seguinte ficando em ruínas. Mas, fundando-se logo a seguir o forte do Arraial do Bom Jesus, onde se acolheram moradores, logo estabeleceram os irmãos da Santa Casa um hospital em Parnameirim. E, como às vezes eram muitos os feridos e enfermos, recebiam os moradores alguns em suas casas¹⁴⁵.

Assim, arruinada e abandonada permaneceu a Santa Casa de Olinda por alguns anos, até que no governo do conde de Nassau foi restaurada e, como nos refere Pereira da Costa, foi a sua administração entregue a uma comissão a que se dava o título de “Colégio”, composta de sete membros, três holandeses e quatro portugueses, sendo estes últimos escolhidos entre os irmãos da Misericórdia¹⁴⁶.

A igreja teria sido restaurada na mesma época porquanto, na acta da aclamação do governador João Fernandes Vieira em 7 de Outubro de 1645 quando rompeu a insurreição contra a dominação holandesa, figura a assinatura do padre João de Araújo que era Capelão da Misericórdia.

Na nova situação criada pela Insurreição, o governador João Fernandes Vieira estabeleceu, no acampamento da Várzea, uma Casa da Misericórdia provisória destinada ao tratamento dos soldados enfermos e feridos na campanha e nomeou Cosme de Crasto Passos para provedor e foram escolhidos para mordomos Manuel João da Neiva e Matias Henriques, moradores em Apipucos.

¹⁴³ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 246.

¹⁴⁴ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 3, ..., p. 178; F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 455.

¹⁴⁵ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 247.

¹⁴⁶ Idem, *Ibidem*.

O provedor nomeado, Cosme de Crasto Passos, era um dos homens notáveis do seu tempo, natural de Olinda, e dele disse Loreto Couto: «tão nobre por geração como insigne pelo talento»¹⁴⁷.

Retirando-se de Pernambuco quando se deu a emigração dos seus habitantes em 1635, Cosme de Crasto Passos voltou depois, e em 1640 ocupava o cargo de escabino da jurisdição da cidade Maurícia, tomando parte na assembleia geral reunida por Nassau como representante da referida cidade.

Porém, em 1645, Cosme de Crasto tomou parte na conspiração contra a dominação holandesa e o seu nome figura no auto de aclamação do governador Fernandes Vieira.

No aspecto religioso a vida em Pernambuco era muito semelhante à da metrópole. Vivia-se uma época em que despontavam muitas vocações religiosas e a população vivia em torno da sua paróquia e, em geral, seguiam os preceitos da religião.

Luiz Mott, diz que o Cristianismo sempre ensinou aos seus fiéis um caminho de duas mãos para se conseguir a perfeição espiritual: «de um lado, o exercício individual e privado de atos de piedade e comunicação mística e direta da criatura com Deus Nosso Senhor; do outro, a prática pública e comunitária dos sacramentos e cerimônias sacras»¹⁴⁸.

Assim sendo, não admira que o terceiro donatário se tenha empenhado em trazer para Pernambuco mais algumas Ordens religiosas.

Depois de ter conseguido a instalação em Olinda da Ordem Franciscana em 1585, o terceiro donatário Jorge de Albuquerque Coelho fez idêntico convite ao geral da Ordem de S. Bento padre Frei Gonçalo de Moraes. Havendo anuído o geral beneditino, lavrou o donatário uma Provisão com data de 6 de Abril de 1592, permitindo o estabelecimento dos monges beneditinos nas vilas ou outros quaisquer lugares da mesma capitania onde quisessem levantar mosteiros. Para semelhante fim mandou dar aos padres o terreno necessário para construírem o seu mosteiro com igreja, capela-mor e sacristia; também as oficinas necessárias, o pomar e a horta, mandando dar quinhentos cruzados para ajuda a cada mosteiro¹⁴⁹.

Sendo dignas de nota as razões que apresenta para esse acto na citada provisão, conforme refere Pereira da Costa, fazemos a sua transcrição: «Considerando eu Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro capitão e governador da capitania de Pernambuco na

¹⁴⁷ D. Domingos de Loreto Couto, *op.cit.*, p. 406.

¹⁴⁸ Luiz Mott, “Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu” in *História da Vida Privada no Brasil*, coord. por Fernando Novais, 8.ª reimpressão, vol.1, S.Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 156.

¹⁴⁹ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 34.

Nova Lusitânia nas partes do Brasil por el-rei nosso senhor, nas muitas e mui grandes mercês que Deus me tem feito assim em me livrar de muitos e mui grandes naufrágios¹⁵⁰, que passei por mar, como das guerras e trabalhos que passei na conquista da dita minha capitania de Pernambuco, e em outras partes: e assim em me livrar da batalha, que el-rei D. Sebastião deu em África aos mouros, ficando estirado no campo em que se deu a batalha, onde escapei milagrosamente, com ficar tão destroncado de muitas e mortais feridas, que na dita batalha me deram¹⁵¹, que foram causa de andar perto de quatorze anos sobre duas muletas, ou encostado em dois criados: e por entender as muitas e mui grandes mercês que nosso senhor me tem feito em me livrar de tantos perigos e trabalhos, me pareceu razão, que em louvor de tantas mercês, tenho obrigação para fazer a Deus os meus serviços que puder, com favorecer e ajudar aos religiosos e religiosas para que vão fazer muitos mosteiros à dita capitania de Pernambuco, como já com a ajuda de Nosso Senhor estão feitos alguns mosteiros, assim de frades de S. Francisco capuchos da província de S. António deste reino de Portugal, e um colégio dos padres da Companhia de Jesus, e frades da ordem de Nossa Senhora do Monte do Carmo; e agora pela devoção que tenho ao bem-aventurado S. Bento, faço o que posso, para que os frades da sua ordem vão fazer muitos mosteiros à dita minha capitania»¹⁵².

Em virtude desta concessão vieram para Pernambuco religiosos beneditinos tendo por superior o Padre Frei Bento do Rio Douro.

Entretanto, a Ordem de S. Francisco, continuava a expandir-se, após a fundação em Olinda, no ano de 1585, do convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda que foi primeiro da ordem Franciscana que houve no Brasil, seguindo-se outros quatro, a saber: o convento de S. Francisco na Bahia, o de S. António em Igaráçu, e os da vila da Paraíba e da vila da Vitória na capitania do Espírito Santo.

O custódio como vimos, era Frei Melchior de Santa Catarina, religioso de grandes merecimentos e virtudes, exímio pregador, a ele se refer particularmente Frei António

¹⁵⁰ Foi um dos protagonistas do célebre naufrágio da nau “Santo António”, viagem celebrada em folheto de 1601, incluído na *História Trágico-Marítima*, na qual alguns autores reconhecem ser origem da conhecida canção “Nau Catrineta”; cf. José António G. de Mello “Jorge de Albuquerque Coelho” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 90-91.

¹⁵¹ Jorge de Albuquerque Coelho fora nomeado Enfermeiro-mor do exército que D. Sebastião levava a Alcácer-Quibir e, ao longo da batalha, já tendo recebido várias feridas, cedeu o cavalo ao rei quando este lho pedira, depois, sendo atropelado pela cavalaria inimiga, ficou agonizante no campo de batalha, mas sendo transportado à cidade de Fez foi curado embora fosse preciso retirar-lhe alguns ossos, tendo andado sobre muletas; cf. Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, tomo II, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, pp. 790- 791.

¹⁵² F.A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 35.

de Santa Maria Jaboatão ao citar um admirável elogio do padre Frei Cosme de S. Damião, de que se transcrevem algumas passagens:

«A piedade, e misericórdia Christãa, de que este Servo de Deos andava cheyo, erão claros indícios da sua muita charidade; [...] e conhecendo os Indios este amor, que todo o seu dezejo era zelo do seu bem, todos o amavão, chamando-lhe Pay Grande , “ Abaré Guaçu”, na sua língua; e lhe trazião seus filhos para os bautizar, e ensinar a doutrina Christãa[...].Na penitência foy hum pasmo; porque parece tinha seu corpo de bronze para ella»¹⁵³.

A 5 de Maio de 1593 Frei Melchior de Santa Catarina entrega ao seu sucessor o cargo de custódio da província da ordem franciscana do Brasil, partindo para Portugal.

No ano de 1606, no dia 28 de Outubro, reuniu uma junta no capítulo do convento de S. Francisco de Olinda ¹⁵⁴, presidida por Frei Leonardo de Jesus, prelado maior da custódia do Brasil, e foi aceite o pedido dos moradores do Recife para a fundação de um convento da ordem na localidade, sendo escolhido S. António para titular.

Marcos André, abastado colono e proprietário da ilha dos Navios (depois, ilha de António Vaz), por escritura de 14 de Dezembro do mesmo ano, lavrada pelo tabelião Paulo de Sousa, na vila de Olinda, na casa do Dr. Lopo Soares, ouvidor geral da capitania, e de que foram testemunhas Domingos da Silveira e Duarte Mendes, fez doação de terreno necessário para o convento, constante de cinquenta e seis braças de testada, ao longo da praia, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, na dita ilha dos Navios (hoje o bairro de S.to António de Recife), procurando o doador obter a outorga de sua mulher Domingas Jorge quando lha fosse pedida, e tomando a dita terra sem sua terça caso lha fosse negada, a fim de ficar firme e valiosa a sua doação¹⁵⁵.

A construção do convento terminou no tempo do seu terceiro guardião Fr. Bernardino de S. Tiago, pelos anos de 1612 e 1613. Para as funções de igreja e a lâmpada do santíssimo tiveram os religiosos a concessão régia de uma pipa de vinho, duas arrobas de cera lavrada, um quarto de azeite e outro de farinha de trigo, pago tudo pela alfândega da vila de Olinda, em virtude da Provisão de 29 de Abril de 1620, mercê

¹⁵³ Frei António de Santa Maria Jaboatão, *Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos Frades Menores da província do Brasil*, parte primeira, vol. II, livro II, cap. XV, Recife, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980, p. 284.

¹⁵⁴ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 238.

¹⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 239.

essa que depois foi reduzida a dinheiro, passando a receber então noventa mil réis anuais ¹⁵⁶.

Sucedeu, então, que o bispo do Brasil, D. Constantino Barradas, visitando as igrejas de Pernambuco e as demais ao norte do Brasil, sofrera tantos trabalhos e perigos que, para os evitar, solicitou em 1615 do rei Filipe II que elevasse Pernambuco e o Rio de Janeiro a bispados, porque eram terras ricas e de muitos dízimos; mas, informado anteriormente destas dificuldades, pelo Governador geral, pareceu ao Rei que seria mais razoável que houvesse um administrador eclesiástico independente dos bispos do Brasil, pelo que se dirigiu ao papa Paulo V conseguindo por bula de 5 de Julho de 1614 a criação da prelazia em Pernambuco, tendo por termo todo o território que se estende desde Alagoas até ao Maranhão. A seguir, por carta régia de 19 de Fevereiro de 1616 foi nomeado o padre António Teixeira Cabral, licenciado em cânones, para o cargo de prelado administrador, que regeu até 1622 ¹⁵⁷.

No Recife, tornava-se necessária a ampliação do convento de S. António. Para tal, os padres compraram um terreno, por escritura de 19 de Dezembro de 1627 passada em Olinda pelo tabelião Paulo de Sousa, em casa de António Mendes de Azevedo, e de que foram testemunhas Manuel Gonçalves de Siqueira, José de Castro e o síndico Manuel Alves. Nela consta que Manuel Francisco e sua mulher Isabel Gomes declararam que entre os bens que possuíam se achavam trinta braças de terra de testada, que lhe havia vendido João Feijó, genro de António Vaz «as quais trinta braças meteram os padres dentro de sua cerca, e lhe deram por isso noventa mil réis». Estas terras partiam do extremo sul das que foram doadas por Marcos André ¹⁵⁸.

Com a invasão holandesa em 1630, o guardião Fr. Luís da Anunciação e os mais padres do convento, abandonaram-no, recolhendo-se uns aos conventos de fora da sua ordem, e outros com o seu guardião ao Arraial do Bom Jesus.

Ocupado o convento pelos invasores, estes levantaram aí um quartel fortificado com o título de Forte Ernesto. Assim permaneceu por alguns anos, até que, dada a restauração de Pernambuco em 1654, os religiosos franciscanos que acompanhavam as forças portuguesas triunfantes, tendo como prelado superior o padre custódio Fr. Mateus

¹⁵⁶ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 239.

¹⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 323.

¹⁵⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 239-240.

de S. Francisco, ocuparam logo o convento e repararam-no. Do convento deixou-nos minuciosa descrição Frei Jaboatão ¹⁵⁹.

Entretanto, no ano de 1608, no dia 6 de Janeiro fora lançada, na vila de S. Miguel de Ipojuca, a primeira pedra da construção do Convento de S. António de Ipojuca, sobre cujo acontecimento diz Frei Jaboatão que «esta pedra foi em procissão com a imagem de S. António sobre ella e depois de chegar ao alicerce a benzeo o custodio Fr. Leonardo de Jesus e dicerão as ladainhas; e acabadas ellas a puzerão no alicerce e foi assentada pelo pedreiro Miguel Ramos»¹⁶⁰.

Era o início da concretização de um anseio dos moradores de Ipojuca, ao fim de várias diligências, tendo sido nomeados para a fundação do novo convento os religiosos Frei António da Ilha, como prelado, e por seus companheiros Fr. João da Esperança, pregador, Fr. Mechior da Madalena, sacerdote, e Fr. João da Madalena, corista.

No ano seguinte estava concluída a igreja e parte do convento pelo mestre pedreiro Manuel Gonçalves Olinda que também construíra o do Recife, sendo ambos de semelhante arquitectura.

Em 1639 foi a localidade invadida pelos holandeses que ocuparam o convento e os religiosos foram levados para o Recife e, depois, com outros religiosos, deportados para as Índias de Castela.

Bem avisados, porém, andaram os franciscanos, pouco antes, promovendo a remoção do convento das relíquias, vasos sagrados e alfaias que tinham em depósito, pertencentes às outras casas da ordem desamparadas pelos religiosos e ocupadas pelo invasor, representando tais objectos um elevado valor, convindo transferi-los para lugar seguro, o que foi feito sob a protecção de um destacamento militar.

Nas obras de construção da igreja e do convento muito concorreram os moradores da localidade, avantajando-se pela sua generosidade, o fidalgo António Ribeiro de Lacerda, senhor de engenho e de outras fazendas na freguesia, e que heroicamente morreu no combate do forte Ernesto, em 1630; Cosme Dias da Fonseca, senhor de dois engenhos; Francisco Dias Delgado, homem nobre e rico a quem foi conferido o padroado da capela de N.^a S.^a da Conceição, com sepultura perpétua para ele, sua mulher e seus sucessores, para o que instituiu competente património¹⁶¹.

¹⁵⁹ Frei António de Santa Maria Jaboatão, *op.cit.*, parte segunda, vol. II, livro III, cap. XXIV-XXV, pp. 438-447.

¹⁶⁰ Idem, *Ibidem*, cap. XXXI, p. 479.

¹⁶¹ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 270.

Também os moradores da Vila Formosa de Serinhãem pretendiam ter um convento de frades menores, e viram o seu requerimento atendido pelo padre custódio Frei António dos Anjos. Pelo que, no ano de 1630, por escritura pública, D. Madalena Pinheiro, viúva de Filipe de Albuquerque, fez doação aos padres franciscanos de um terreno nesta vila para fundarem um convento ¹⁶².

Para prelado do convento foi escolhido Frei Bernardino de S. Tiago, tendo por companheiros Frei João de S. Francisco, pregador, Frei Salvador do Nascimento, sacerdote, e Frei António de S. Francisco e Frei Pedro de Santa Maria, leigos, que vieram do convento de Olinda.

Em 17 de Julho de 1631, por uma escritura pública, fez Lopo Soares, filho de D. Madalena Pinheiro, desistência do foro a que tinha direito sobre o terreno doado, e também declinou dos seus direitos relativamente a outras terras, chamadas do “Sítio novo” onde se pretendia então fundar o convento. Para semelhante fim, a referida doadora, D. Madalena Pinheiro, por escritura de 20 de Janeiro de 1633, ampliou a data constante da doação anterior, compreendendo-se nessa ampliação o “Sítio novo”, que ficava mais para o alto e no fim da rua da vila, onde efectivamente foi fundado o convento ¹⁶³, no qual permaneceram os religiosos até 1635, ano em que os invasores flamengos alargaram a sua ocupação da capitania com a conquista do forte do Arraial do Bom Jesus, tendo então retirado para a Bahia o guardião com os religiosos existentes.

Assim permaneceu o convento até que, após a insurreição de 1645, veio a ser ocupado de novo e no capítulo de 1649 já figurava o seu guardião. O acabamento da sua construção com a igreja e restantes partes, segundo Pereira da Costa, seria conseguido após a restauração de Pernambuco ¹⁶⁴.

No que respeita ao ensino na capitania, sabe-se que em 1618, como escreve o autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, mantinham os padres jesuítas, no colégio de Olinda, escolas públicas onde ensinavam a ler e escrever, e latinidade, e que pelos mais mosteiros se liam as artes e teologia, de onde saíam consumados teólogos. Em 1626 o jesuíta António Vieira, então menorista, ensinava retórica no referido colégio de Olinda

¹⁶² F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 520.

¹⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 521.

¹⁶⁴ Idem, *Ibidem*.

e dava aos seus discípulos um comentário de obras de Sêneca e de Ovídio de que fazia particular apreço, como refere Pereira da Costa citando António J. de Melo ¹⁶⁵.

Há notícia que, por esta época, se formaram irmandades e confrarias religiosas em Pernambuco. Assim, a confraria de homens pardos de Nossa Senhora de Guadalupe de Olinda foi fundada por Manuel Carvalho no ano de 1627, data que Pereira da Costa encontrou ao ler o epitáfio da sepultura deste fundador que faleceu no terceiro ano do seu período de juiz ¹⁶⁶.

Apesar da dominação dos holandeses, o culto religioso da igreja não sofreu interrupção, ao que parece, uma vez que na certidão de aclamação do governador João Fernandes Vieira, lavrada em 7 de Outubro de 1646, figura a assinatura do Padre Tomás Coelho capelão da igreja de Guadalupe, o que demonstra também que não foi o templo atingido pelo incêndio de Olinda em 1631, naturalmente por ficar nos extramuros da vila ¹⁶⁷.

Considera Pereira da Costa que, após 1645, ficara a igreja ao abandono e se desorganizara a confraria. Todavia, em 1683, estava reconstruída conforme se deduz da carta régia de 17 de Novembro desse ano, mandando que o governador D. João de Sousa, ouvindo os oficiais da Câmara de Olinda e os homens bons da sua governança, informasse uma representação «dos irmãos da confraria de N.^a S.^a de Guadalupe da vila de Olinda, em como eles levados de zelo e piedade cristã, por serem homens pardos queriam com as esmolas que tirassem entre si e pelos fiéis cristãos resgatar todos os escravos homens e mulheres da sua cor, em razão de muitos sofrerem mal o cativo, por serem filhos de homens honrados que serviram na guerra. Mais alegavam que por não os deixar libertar seus senhores, tendo com que se resgatar, fugiam muitos para os negros dos Palmares, apartando-se do grémio da igreja, pelo que solicitavam a concessão de uma provisão régia para que pudessem livrar do cativo todos os escravos homens e mulheres da sua cor, pagando- os a seus senhores pelo justo preço que arbitrassem dois homens de consciência, na forma que tinham os irmãos do Rosário da ilha de S. Tomé e da cidade de Lisboa». O requerimento teria sido indeferido ¹⁶⁸.

Outro aspecto da vida na colónia a referir, é o que diz respeito à Inquisição. Logo no primeiro século da colonização do Brasil, começou ela a exercer a sua influência. Pereira da Costa cita Gabriel Soares de Sousa ao referir que os bispos do

¹⁶⁵ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 361.

¹⁶⁶ Idem, *Ibidem*, p. 467.

¹⁶⁷ Idem, *Ibidem*, p. 468.

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 469.

Brasil tinham os poderes necessários para aplicar penas da Inquisição, por comissão especial, mas dando apelação para o Santo Ofício de Portugal ¹⁶⁹.

A primeira visitação a Pernambuco foi feita pelo deputado do Santo Ofício, licenciado Heitor Furtado de Mendonça, do Desembargo do Paço, nomeado por provisão do cardeal arquiduque Alberto da Áustria, inquisidor geral dos reinos e senhorios de Portugal, dada em Lisboa a 26 de Maio de 1591 para visitar os bispados de Cabo Verde, S. Tomé e Brasil.

Iniciada a visitação do bispado do Brasil em fins de Julho daquele ano, na cidade de Salvador da Bahia, sede do bispado, seguiu-se a da Administração de S. Vicente; a 8 de Janeiro de 1594 teve início a visitação de Pernambuco sendo dados os trinta dias de graça, para virem confessar-se em Olinda, aos habitantes das freguesias dos Santos Cosme e Damião de Igarauçu, de S. Lourenço, de Santo Amaro, de S. António no Cabo de S. Agostinho, de S. Miguel de Ipojuca ¹⁷⁰.

A 21 de Dezembro do mesmo ano terminaram os doze dias da graça concedidos à paróquia de N.^aS.^a da Conceição de Itamaracá; a 24 de Janeiro de 1595 os atribuídos à de N.^aS.^a das Neves da Paraíba .

Acompanhavam o visitador nesta missão o Padre Manuel Francisco como notário e Francisco de Gouveia como meirinho.

Eram nove os livros da visitação: três de confissões, quatro de denúncias e dois de ratificações. Das confissões, falta o livro de Pernambuco que era o segundo volume; e das denúncias restam o primeiro da Bahia, e o terceiro ¹⁷¹.

Um caso é relatado por Pereira da Costa. Em 1601, foi presa D. Brites Fernandes, filha de Diogo Fernandes feitor do engenho Camarajibe, da freguesia de S. Lourenço de Muribara, e de sua mulher Branca Dias. Acusada de judaísmo, foi enviada para Lisboa por ordem do Santo Ofício ¹⁷².

Anos mais tarde, por carta régia, datada de 22 de Julho de 1621, mandava Filipe III criar, no Brasil, os cargos de oficial do Tribunal da Inquisição porquanto «os havia mister pela muita povoação e qualidade da gente que nele habita» ¹⁷³. Dois anos depois por carta régia de 8 de Junho de 1623 foi determinado ao bispo inquisidor geral D. Fernão Martins Mascarenhas, que enviasse ao bispo do Brasil a comissão necessária.

¹⁶⁹ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 385.

¹⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 59.

¹⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 60.

¹⁷² Idem, *Ibidem*, p. 386.

¹⁷³ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 3, ...,p. 50.

Vejam os agora alguns aspectos da vida política e da governação da capitania. Começamos por referir o nascimento de Duarte de Albuquerque Coelho, na cidade de Lisboa, no dia 22 de Dezembro de 1591. Filho primogénito de Jorge de Albuquerque Coelho e de sua mulher D. Ana de Meneses, foi baptizado no dia 29 na igreja paroquial de S. Nicolau, tendo por padrinho D. Diniz de Lencastro comendador-mor da Ordem de Cristo¹⁷⁴.

Duarte de Albuquerque entrou na posse da donataria como quarto donatário de Pernambuco depois da morte de seu pai, pelos anos de 1596 ou 1597, de cujo senhorio teve confirmação régia no ano de 1603¹⁷⁵. Para a governação da capitania foram nomeados, pelo rei, capitães-mores governadores que eram loco-tenentes do donatário.

Em 22 de Novembro de 1624, Duarte de Albuquerque Coelho partiu de Lisboa na armada destinada a socorrer e recuperar a Bahia do poder dos holandeses, levando consigo vários criados seus, mantidos à sua custa; tomou parte em vários combates e houve-se com distinção regressando a Portugal após o término da campanha vitoriosa.

Pelos serviços prestados à Coroa, concedeu-lhe Filipe III a faculdade de «quando da sua ausência na capitania, poder indicar três nomes dos quais o rei escolherá o capitão da mesma capitania»¹⁷⁶.

Depois, quando os holandeses atacaram e conquistaram Pernambuco, partiu na armada de socorro comandada por D. António de Oquendo, e tão apressadamente, que não se despediu de pessoa alguma, e sem atender mesmo aos poucos dias que faziam do falecimento de sua esposa¹⁷⁷.

À chegada, Duarte de Albuquerque Coelho, saltou no porto da Barra Grande em 21 de Setembro de 1631, e foi recebido com entusiasmo pelos moradores da sua capitania que o viram pela primeira vez. Logo seguiu com o socorro que trouxe de gente e munições de guerra para o forte real de Bom Jesus, no Arraial, e tomou à sua conta o tratamento dos enfermos e feridos.

Para as despesas da guerra, despendeu o donatário avultada quantia não só da sua fortuna particular como da de seu sogro D. Diogo de Castro conde de Basto,

¹⁷⁴ F.A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 20.

¹⁷⁵ Carta régia de confirmação da doação da capitania de Pernambuco datada de 2 de Julho de 1603; ANTT, Chancelaria de Filipe II, livro 15, fls. 22 v.º- 27 v.º.

¹⁷⁶ Alvará régio com data de 27 de Agosto de 1627; ANTT, Chancelaria de Filipe III, Livro 22, fl. 20 v.º.

¹⁷⁷ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 21.

sustentando um séquito de duzentos homens; diz Pereira da Costa que, de Outubro de 1636 em diante, supriu ele toda a infantaria à sua custa ¹⁷⁸.

Nesta guerra contra o invasor holandês, ainda pelejou na Bahia em 1638 a fazer frente à última tentativa dos holandeses contra a cidade de S. Salvador, daqui partindo para Portugal em Dezembro desse ano, onde se demorou algum tempo seguindo depois para Castela, onde já se achava em 1640 quando eclodiu a restauração da independência de Portugal.

Em Madrid entregou-se ao cultivo das letras, de cujos labores apenas chegou aos nossos dias o seu minucioso trabalho *Memórias diárias de la guerra del Brasil*, publicado em Madrid em 1654, porquanto ficaram inéditos os outros escritos que Barbosa Machado menciona na *Biblioteca Lusitana* ¹⁷⁹.

Na sua menoridade, após a morte de seu pai, a capitania teve governadores com a patente de capitão-mor nomeados pelo rei e que também eram loco-tenentes do donatário.

Assim, no ano de 1597, fora expedida em 15 de Março uma carta régia mandando que o capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, e o capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, de acordo com o Governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa, promovessem a conquista do território da capitania do Rio Grande e o rio dos Tapuias¹⁸⁰, e bem assim a colonização das suas terras.

Esta decisão teve origem numa representação dirigida ao soberano pelos habitantes da Paraíba, que sofriam frequentes ataques dos índios Potiguares que habitavam a faixa litorânea do Rio Grande, de onde partiam associados aos franceses que mantinham com eles comércio clandestino ¹⁸¹.

Manuel Mascarenhas Homem deixara o governo da capitania de Pernambuco confiado ao bispo do Brasil, D. Frei António Barreiros, que ali estava de visita, e a Duarte de Sá¹⁸², vereador mais velho da senado da câmara de Olinda, os quais governaram até ao seu regresso nos meados do ano seguinte.

¹⁷⁸ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 22.

¹⁷⁹ Duarte de Albuquerque Coelho morreu em Madrid a 24 de Setembro de 1658 e foi sepultado na igreja do Convento de Santa Bárbara. Era conde e senhor de Pernambuco, depois marquês de Basto, gentil homem da câmara de Filipe IV de Espanha e do seu conselho de Portugal. Foi casado com D. Joana de Castro, filha do conde de Basto D. Diogo de Castro, vice-rei de Portugal, cuja casa herdou de D. Lourenço Pires de Távora que morreu na Catalunha. Deste consórcio nasceram Jorge de Albuquerque Coelho e D. Maria Margarida de Castro e Albuquerque, em quem se verificou a herança da donataria de Pernambuco, assim como o condado de Basto; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 23.

¹⁸⁰ Actual rio Potengi.

¹⁸¹ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 97.

¹⁸² Duarte de Sá, natural de Ponte de Lima, embarcara, em 1563, para as Índias em companhia de um tio

Não terminara ainda o mês de Dezembro de 1597, quando deu entrada no rio dos Tapuias a frota de Mascarenhas Homem com catorze velas e quatrocentos homens em armas. As naus francesas que aí se encontravam logo procuraram afastar-se, mas nem todos os franceses tiveram tempo de fugir. Por isso, houve combates nos dias seguintes e, por uma vez, as naus francesas voltaram ao porto dos Búzios mas foram repelidas. No dia 6 de Janeiro foi iniciada a construção do Forte dos Reis Magos na foz do dito rio.

Nos finais de 1599 estava conquistado o Rio Grande e fundada a vila de Natal no dia 25 de Dezembro; depois foram firmadas as pazes com o índios potiguares graças à acção do capitão Jerónimo de Albuquerque. Estes factos foram comunicados ao Governador geral D. Francisco de Sousa pelo capitão –mor de Pernambuco Manuel de Mascarenhas Barreto que seguiu para a Bahia para o fazer pessoalmente ¹⁸³.

Um dos que governaram o Rio Grande foi o coronel Ambrósio Machado, nomeado capitão – mor governador dessa capitania por carta régia de 20 de Agosto de 1616, tendo-se desempenhado do cargo até meados de 1619 ¹⁸⁴. Em Pernambuco era senhor de um engenho com o seu nome, pelo qual se fazia a passagem a vau do rio Capibaribe (a passagem de Ambrósio Machado) por onde o Mestre de campo João Fernandes Vieira e os seus homens viria a passar em 1645, após a batalha do Monte das Tabocas, para a jornada da Casa Forte. Com a sucessão dos proprietários o nome que ficou foi o de Passagem do Cordeiro ¹⁸⁵.

Anteriormente foram feitas tentativas para o domínio da região do rio Paraíba e a fixação de colonos, mas era pertinaz a resistência dos Potiguares associados aos franceses com quem faziam comércio havia décadas. Fracassaram as tentativas de Frutuoso Barbosa que se fizera acompanhar de famílias de colonos e de alguns religiosos. Até que o ouvidor Martim Leitão à frente de novos povoadores, a 5 de Agosto de 1586, recomeçou a empresa partindo de Pernambuco e conseguindo restaurar os estabelecimentos abandonados, entre os quais o da povoação (já tivera o nome de

mas tomando a nau rumo mais acentuado a Ocidente foi ter às costas da Bahia onde naufragou. Conseguindo salvar-se, ficou Duarte de Sá na Bahia, e em 1577 exercia o cargo de secretário e escrivão da câmara. Depois, veio residir em Olinda onde já se achava em 1580, servindo os cargos de juiz de órfãos e escrivão da câmara. Em 1584 foi eleito capitão de uma companhia de ordenanças e em 1597 era o vereador mais velho do senado da câmara. Duarte de Sá constituiu família casando-se com D. Joana Tavares, constituindo tronco da família Sá e Albuquerque, de Pernambuco; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, pp. 126-127

¹⁸³ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 143.

¹⁸⁴ Idem, *Ibidem*, p. 344.

¹⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 346.

Filipeia) com o nome de Nossa Senhora das Neves¹⁸⁶. Distinguiu-se o Capitão João Tavares que parlamentara com o chefe Braço de Peixe obtendo o concurso de grupos de indígenas anteriormente hostis¹⁸⁷. Constituiu-se a capitania da Paraíba que ficou dependente da de Pernambuco até ao ano de 1684¹⁸⁸.

Também o Maranhão foi o destino de outra expedição com base de partida em Pernambuco. A 20 de Janeiro de 1607 foi enviada uma expedição religiosa dirigida pelos padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira, do colégio de Olinda, nomeados pelo provincial Fernão Cardim¹⁸⁹.

Três anos depois, o governador geral do Brasil, D. Diogo de Meneses, mandou Jerónimo de Albuquerque descobrir o rio Camaci e assentar na costa um presídio para servir de apoio à projectada conquista das terras do Maranhão¹⁹⁰. Depois, por carta régia de 8 de Outubro de 1612 foi nomeado Gaspar de Sousa Governador geral do Brasil incumbido da conquista das terras do Maranhão ocupadas pelos franceses¹⁹¹.

Chegando Gaspar de Sousa a Pernambuco logo obteve as informações necessárias e tomou as suas primeiras medidas, considerando prioridade tomar e sustentar os postos do Ceará e Buraco das Tartarugas, não só para que não fossem ocupados pelos franceses como para impedir a estes as aguadas que de ordinário ali faziam e para estabelecer-se mais íntimas relações com os índios da região.

Para tal missão, revelava-se Jerónimo de Albuquerque o mais competente, apesar dos seus 65 anos de idade, mas era aparentado por sua mãe com os indígenas, de quem sabia o dialecto e gozava da sua estima¹⁹². Assim, sendo, o Governador geral, por provisão de 29 de Maio de 1613, nomeou Jerónimo de Albuquerque para o cargo de Capitão da conquista e descobrimento das terras do Rio Maranhão.

A 26 de Maio de 1614, vindo de Lisboa, desembarca no Recife Diogo de Campos Moreno com o despacho régio que o nomeava Sargento-mor do Estado do Brasil, sendo escolhido pelo Governador geral para adjunto de Jerónimo de Albuquerque¹⁹³. Então, sob o comando do Sargento-mor, a 23 de Agosto desse mesmo ano pelas sete da manhã,

¹⁸⁶ Artur César Ferreira Reis, “Capitania da Paraíba” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 543.

¹⁸⁷ M. de Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, 3.^a ed., Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 1997, p. 28.

¹⁸⁸ Voltou a estar subordinada à capitania de Pernambuco de 1753 a 1799; cf. A. Oliveira, “Paraíba” in *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 14, Lisboa, Ed. Verbo, 1984, cols. 1276-1279.

¹⁸⁹ F. A. Augusto Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 243.

¹⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 283.

¹⁹¹ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 1, ..., p. 384.

¹⁹² F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 292.

¹⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 316.

saía do porto do Recife uma esquadilha composta de cinco caravelões, dois patachos e uma caravela, com destino à conquista do Maranhão, levando trezentos homens e mantimentos constantes de seis mil alqueires de farinha, cem arrobas de peixe, vinte canastras de sardinhas, vinte quintais de pólvora, três peças de ferro fundido, duzentas balas de ferro, e grande cópia de arcabuzes e mosquetes, chumbo e morrão. Fez escala no Rio Grande para tomar os índios que Jerónimo de Albuquerque escolhera cujo número ultrapassava os duzentos.

Acompanharam a expedição dois religiosos franciscanos do convento de Olinda, Frei Cosme de S. Damião que havia sido guardião do convento da Paraíba e Frei Manuel da Piedade nascido em Pernambuco, teólogo e perfeito conhecedor da língua tupi¹⁹⁴.

Para esta campanha registaram-se vários oferecimentos voluntários e os capitães comandantes de companhias renunciaram a outras vantagens que não as da paga e ração de simples soldados, a exemplo dos capitães António de Albuquerque e Gregório Fragoso de Albuquerque, filho e sobrinho, respectivamente, do Capitão da conquista.

Marcharam outros voluntários, como Francisco de Frias, engenheiro do estado do Brasil, que acabara de construir o forte do Picão no porto do Recife; os alferes Cristóvão Vaz Muniz e Conrado Lins, e António Ribeiro que, ao lado de Matias de Albuquerque filho do Capitão Jerónimo de Albuquerque, prestara relevantes serviços quando do levantamento dos Tupinambás em Cumá; seguiram, ainda, o sargento Francisco de Novais, e João Neto, homem pardo e sua mulher mestiça, com praça de soldado e servindo ela de enfermeira; também Francisco de Araújo de Moura que serviu no cargo de almoxarife, e João Gonçalves Baracho, Manuel Vaz de Oliveira, Luís de Andrade e Luís Machado servindo estes quatro últimos de capitães das caravelas.

Os combates para desalojar os franceses foram inconclusivos pelo que os dois chefes firmaram um acordo de tréguas. Então, partiu Diogo de Campos do forte de S. Luís a 4 de Janeiro de 1615 para Lisboa, levando notícia das ocorrências, e a 5 de Março apresentava-se ao vice – rei de Portugal D. Aleixo de Menezes, arcebispo de Braga, a dar contas da sua missão levando em sua companhia o capitão do exército francês Matheu Maillart. Porém, estranhando, o governo de Castela – cabeça da Monarquia Hispânica no tempo da monarquia dual -, as tréguas concluídas, e anulando-as, visto terem sido negociadas com os que eram designados de piratas, despediu logo

¹⁹⁴ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 330.

Diogo de Campos, com forças e ordens terminantes, a Pernambuco, para que, de uma vez, fizessem a conquista.

Chegando a Pernambuco, logo se integrou na expedição organizada pelo Governador geral Gaspar de Sousa. Assim, a 5 de Outubro de 1615 partiu do porto do Recife uma armada composta de nove navios com mais de 900 homens entre brancos e índios, sob o comando do capitão-mor Alexandre de Moura investido como General da operação militar, tendo por almirante o ex-capitão-mor de Itamaracá, Paio Coelho de Carvalho, conduzindo, além do material de guerra e mantimentos, grande quantidade de gado e plantas. Seguiam dois padres da Companhia de Jesus.

Para as despesas previsíveis não dispunha a fazenda real dos necessários meios, e assim recorreu o Governador geral à Câmara de Olinda que emprestou onze mil cruzados¹⁹⁵.

No final de Outubro a armada entrou pela barra do Peraiá, tendo antes Alexandre de Moura enviado aviso a Jerónimo de Albuquerque. Na reunião que tiveram a bordo da capitânia, este recebeu ordem para que «rotos os tratados marchasse logo sobre os Franceses»¹⁹⁶. Assim, moveu as suas tropas sobre a fortaleza de S. Luís do Maranhão com tanta «actividade, valor e disciplina que no último dia do mês de Outubro as postou junto à fonte das Pedras», ficando «os inimigos sitiados pela parte de terra»¹⁹⁷.

Na manhã seguinte, Alexandre de Moura entrou na baía de S. Luís do Maranhão, a que pôs o nome de “Todos os Santos” e, fazendo um pronto desembarque na pequena ilha de S. Francisco, distante pouco mais de tiro de canhão da fortaleza dos Franceses, aí levantou uma «defensa de pau a pique» que rapidamente cresceu e lhe chamaram forte da Sardinha. Para guarnecê-la com a equipagem do seu navio, nomeou Bento Maciel Parente, que prestava serviço à sua custa como Capitão de mar e guerra¹⁹⁸.

Diz Berredo que «vio-se logo o cuidado de Ravardiere por toda a parte combatido; porque nos tratados que tinha celebrado com Jeronymo de Albuquerque, nunca entrou com mais resolução que a de dilatar o tempo». Mas, quando instado a capitular com o

¹⁹⁵ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 336.

¹⁹⁶ Bernardo Pereira de Berredo, *Annaes Historicos do Estado do Maranhão, em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nelle tem succedido desde o anno em que foy descoberto até o de 1718*, Lisboa, Officina de Francisco Luiz Ameno, Impressor da Congregação Cameraria da Santa Igreja de Lisboa, 1749, p. 170.

¹⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 171.

¹⁹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 172.

aviso de Alexandre de Moura, responde que «ainda que o prazo das últimas capitulações não estava cheyo se achava prompto para cumprillas sem a menor duvida»¹⁹⁹.

Assim, no quartel da ilha de S. Francisco, rendeu-se la Ravardiere no dia 3 de Novembro de 1615. Firmada a capitulação, regressa a Pernambuco o capitão – mor Alexandre de Moura, e entra em triunfo na vila de Olinda, a 5 de Março de 1616, trazendo como prisioneiro o chefe francês Daniel de la Touche, senhor de la Ravardiere²⁰⁰.

Restaurada a capitania, foi Jerónimo de Albuquerque investido no cargo de capitão-mor da capitania do Maranhão²⁰¹ o qual, adicionara, ao seu nome, o de Maranhão, em comemoração do termo da grande empresa como refere Varnhagen²⁰².

Nestas condições foi criado o Estado do Maranhão, com sede em S. Luís, compreendendo, além da capitania do Maranhão, o vale amazónico em disputa e os territórios do Piauí e do Ceará, por carta régia de 13 de Junho de 1621²⁰³.

No que respeita a aspectos governativos da capitania de Pernambuco, nesta época em que o Governador geral passou a residir temporadas em Pernambuco, surgiram problemas na delimitação das suas competências próprias com as que pertenciam ao Capitão-mor da capitania.

Quando foi despachado Vasco de Sousa Pacheco com o cargo de Capitão-mor governador da capitania de Pernambuco no ano de 1615, sucedendo a Alexandre de Moura que embarcara para o Maranhão, aquele encontrou a residir em Pernambuco o Governador geral Gaspar de Sousa. Entendendo este que devia ingerir-se nos assuntos do governo da capitania, como havia feito no tempo do governo de Alexandre de Moura, opôs-se a isto Vasco de Sousa e «por menos sofrido que aquele», na frase de Frei Vicente do Salvador, enviou à metrópole seu irmão, religioso franciscano, que levava um «requerimento a el-rei que se servisse d'elle em outra cousa, porque alli estava ocioso e só o governador geral fazia tudo». No que foi atendido, pelo que el-rei

¹⁹⁹ Bernardo Pereira de Berredo, *op.cit.*, p. 172.

²⁰⁰ O chefe francês, temendo pela sua situação em França por ter entregue a praça, preferiu seguir para Lisboa, onde veio a perceber uma diária de 2\$000; por suas exigências esteve preso na Torre de Belém. Depois, solto, permaneceu em Lisboa cerca de dois anos, até que foi, naturalmente, residir na Holanda, uma vez que a 13 de Outubro de 1621 recebia o general Matias de Albuquerque, capitão-mor governador de Pernambuco, uma carta do soberano avisando-o de que Daniel de la Touche se tinha oferecido ao governo daquele país para tornar ao Brasil com gente e navios, para se estabelecer e fortificar nas terras do Maranhão;cf. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 344.

²⁰¹ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*, 4.ª ed. integral, tomo II, São Paulo, Comp.ª Melhoramentos de S. Paulo, 1948, p. 168.

²⁰² Idem, *Ibidem*, p. 164

²⁰³ Artur Cezar Ferreira Reis, “ Estado do Maranhão e Grão-Pará” in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, s.d., p. 169.

«lhe mandou provisão pera que viesse por capitão-mor da Bahia e a governasse como o fez»²⁰⁴.

Então, por nomeação do Governador geral teria tomado posse do governo da capitania D. Luís de Sousa Henriques que viera para Pernambuco em 1613 e casara com D. Catarina Barreto, filha do senhor de engenho João Pais Barreto²⁰⁵.

Em 1617, no dia 1.º de Janeiro, assumiu o governo geral do Brasil D. Luís de Sousa que trouxe, também, recomendação para fixar-se temporariamente em Olinda para melhor atender às coisas do Maranhão²⁰⁶. No ano seguinte deslocou-se à Bahia para examinar uma jazida de prata na região do rio S. Fernando, em companhia do seu descobridor Belchior Dias Moreira, mas nada de valor foi descoberto.

Em princípios de 1619 já se encontrava D. Luís de Sousa de volta a Pernambuco e, ao aproximar – se o termo do seu governo, partiu para a Bahia. A sua mulher, a condessa de Medelin, que não o acompanhara ao Brasil, empenhava-se na corte pela sua não recondução no cargo e regresso à metrópole.

Nomeado governador geral Henrique Correia da Silva, que não aceitou o cargo, foi então provido Diogo de Mendonça Furtado, que aportaria à Bahia a 12 de Outubro de 1621 recebendo depois a investidura do governo das mãos de D. Luís²⁰⁷.

Sobre o governo de D. Luís de Sousa, Pereira da Costa cita Frei Vicente do Salvador, que disse ter ele deixado a todos saudosos «porque nunca por obras nem por palavras fez mal a alguém, e foi mui rico sem tomar o alheio senão pelo grande cabedal que trouxe seu, e retorno que sempre vinha; antes fez alguns empréstimos que lhe ficaram devendo, os quais não sei depois se lhe pagaram»²⁰⁸.

Do seu sucessor, fez também Frei Vicente do Salvador um elogio dizendo que «era o governador Diogo de Mendonça Furtado liberal e gastava muito em esmolas» e que «acrescentou a igreja de S. Bento». No campo das «fortificações e outras boas obras» foi também diligente, pois «começou a fazer a fortaleza do porto em um recife

²⁰⁴ Frei Vicente do Salvador, *op.cit.*, 6.ª ed, p. 350.

²⁰⁵ Da escritura dotal de sua mulher consta entre outros bens o engenho Gurissaca, situado no cabo de Santo Agostinho, vinculado a um morgado que, certamente, seria o morgado do Cabo instituído, em 1580, pelo seu ancestral homónimo João Pais Barreto e sua mulher D. Ignez Goardes; cf. António José Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, vol. II, Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1935, p. 218.

²⁰⁶ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 355.

²⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 358.

²⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 359.

[...]havendo provisão de Sua Magestade pera se fazer não só da imposição do vinho, que estava posta nesta Bahia, mas também da de Pernambuco e Rio de Janeiro»²⁰⁹.

Foi, então, expedido um alvará régio com data de 21 de Fevereiro de 1620 pelo qual era proibido aos Governadores gerais do Brasil irem às capitanias sem licença régia, devendo assim residir na Bahia ²¹⁰.

A seguir, foi expedido um alvará régio dado em Madrid, em 15 de Março de 1620, atribuindo o posto de Capitão-mor a Matias de Albuquerque para o governo da capitania de Pernambuco, de que era «capitão proprietário Duarte de Albuquerque» ²¹¹.

Borges da Fonseca diz que Matias de Albuquerque sucedeu no governo a João Paes Barreto, fidalgo da Casa Real, com hábito da ordem de Cristo, capitão do cabo de S. Agostinho. Diz que João Paes Barreto era governador de Pernambuco desde 1619 até 20 de Maio de 1620 «dia em que, em suas mãos, tomou homenagem para o Governo da mesma capitania Mathias de Albuquerque, irmão do Senhor Donatário della»²¹². Loreto Couto, porém, diz que Matias de Albuquerque sucedeu no governo a D. Francisco Gouveia ²¹³.

Não consta documentadamente o tempo em que Pais Barreto esteve no governo da capitania, sabendo – se contudo, que o desempenhava em fins do termo daquele período, como consta da ocorrência de um conflito entre ele, o senado da Câmara de Olinda e o comandante do forte do Recife acerca do provimento dos ofícios do patrão-mor da ribeira e juiz dos calafates, o que tudo foi levado ao conhecimento régio por intermédio do Desembargo do Paço que, sobre o caso, dirigiu à Coroa três consultas nos anos de 1622 e 1623.²¹⁴

O marquês de Basto diz, em suas Memórias, que João Pais Barreto era um dos proprietários mais ricos do Brasil e, com efeito, em 1637, os seus bens foram confiscados pelos holandeses e vendidos os seus engenhos Velho e Guerra, por 70000 florins, quantia elevada na época. Naquele mesmo ano, Pais Barreto acompanhou o exército em sua retirada para a Bahia, mas chegando à vila de S. Cristóvão, sede da capitania de Sergipe, embarcou para a Europa onde, em Madrid, esteve em missão por mandado do Conde de Bagnuolo para, como escreveu Borges da Fonseca: «representar

²⁰⁹ Frei Vicente do Salvador, *op.cit.*, 6.ª ed, p. 359.

²¹⁰ *Coleção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 3, ..., p. 5.

²¹¹ ANTT, Chancelaria de Filipe II, livro 42, fls. 206-206 v.º

²¹² António José V. Borges da Fonseca, *op.cit.*, vol. II, p. 217.

²¹³ D. Domingos de Loreto Couto, *op.cit.*, p. 141.

²¹⁴ Consultas com datas de 10 de Maio e 3 de Novembro de 1622, e 23 de Fevereiro de 1623, que constam de uma carta régia expedida nesta última data; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 377.

ao Rei Felipe, que então era o 3.º de Portugal, o estado em que se achavam as nossas armas e os mais negócios da guerra»²¹⁵. Enquanto não voltou ao Brasil, refere Loreto Couto, esteve Pais Barreto a servir na Flandres, e deu mostras do seu valor ²¹⁶.

Morrendo sem sucessão, ficou para seu irmão imediato Estevão Pais Barreto o morgado que seu pai instituíra na região do Cabo de S. Agostinho ²¹⁷.

Frei Vicente de Salvador diz que Matias de Albuquerque e Diogo de Mendonça Furtado, nomeado Governador geral do Brasil, vieram na mesma frota que partira do porto de Lisboa, e que no «mês de Agosto de 1621, chegando à altura do Recife, onde os navios de Pernambuco se apartaram dos da Bahia, mandou o governador um criado chamado Gregorio da Silva provido na capitania do forte do Recife que estava vaga»²¹⁸. Mas Mathias de Albuquerque admitiu-o só como capitão da fortaleza de el-rei, «separando-lhe a do logar ou povoação que alli está, dando-a a um seu criado, e assim andam já separadas»²¹⁹.

A 16 de Outubro de 1621 teve lugar em Olinda um conselho convocado pelo Capitão-mor governador Matias de Albuquerque para reunir na sua residência. Compareceram o sargento-mor da capitania, o capitão do presídio, os dos fortes do mar e terra, e os da ordenança da vila, que assinaram o auto, lavrado pelo escrivão Gaspar Pereira. Na reunião o governador começou por informar que recebera uma carta do Rei na qual avisava «que Mr. Reverdiere estava concertado com os holandeses para vir a este estado, e que estivesse nesta dita capitania com todo o cuidado e vigia que a tal nova obrigava»²²⁰.

Neste auto ficou escrito que «no que tocava a despesa o faria saber aos oficiais da Câmara, para que do dinheiro da imposição o mandasse prover, visto estar aplicada a metade do rendimento dela para fortificação do dito forte da Lajem e mais fortificações

221

²¹⁵ António José V. Borges da Fonseca, *op.cit.*, vol. II, p. 217.

²¹⁶ D. Domingos de Loreto Couto, *op.cit.*, pp. 435-436.

²¹⁷ João Pais Barreto era natural de Pernambuco. Seu pai, do mesmo nome, era natural de Viana, Portugal, da estirpe dos morgados de Bilheira. Veio para Pernambuco em 1557 e casou – se com D. Inês Guardes, de uma das mais importantes famílias da nascente colónia. Foi casado com D. Ana Corte Real, filha de Afonso da Franca Barros que no ano de 1626 era governador da Paraíba. O morgado que seu pai instituiu, em 1580, com o nome de N.ª S.ª Mãe de Deus, teve confirmação por alvará régio de 28 de Julho de 1603, e manteve-se nos Pais Barreto até à sua extinção, pela Lei de 6 de Outubro de 1835, sendo o seu último possuidor o capitão – mor Francisco Pais Barreto, depois marquês de Recife, que faleceu em 1848; António José V. Borges da Fonseca, *op.cit.*, vol. II, p. 218; F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol.2, p. 378.

²¹⁸ Frei Vicente do Salvador, *op.cit.*, 6.ª ed., p. 353.

²¹⁹ Idem, *Ibidem*.

²²⁰ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 388.

²²¹ Idem, *Ibidem*, p. 389.

A Câmara respondeu a Matias de Albuquerque, em 13 de Novembro, dizendo que os moradores desta capitania nunca faltaram ao serviço de Sua Majestade com o zelo e despesas de sua fazendas, mas historiaram as vezes em que suportaram as despesas de várias obras que não eram da sua responsabilidade e, também, o fretamento da armada para combater os corsários no tempo do governador D. Luís de Sousa. Concluíram dizendo: «em confirmação do grande zelo que temos do serviço de Sua Majestade, nos oferecemos a acudir nesta ocasião presente em todo o necessário para os ditos fortes por esta vez somente, e quando faltar dinheiro do rendimento da dita esmola o daremos de nossas casas, assim pelo que devemos ao serviço de S.^a Majd. como ao amor, paz e quietação com que V.^a S.^a nos governa »²²². A seguir, escreveu Matias de Albuquerque uma carta ao Rei sobre a defesa da Capitania na qual elogia os oficiais da Câmara²²³.

No período do seu governo em Pernambuco coube a Matias de Albuquerque dirigir também o Governo geral do Brasil por ser uma das cinco pessoas indicadas no documento régio das sucessões, quando em Maio de 1624 a Bahia foi invadida pelos holandeses e caiu prisioneiro o governador geral Diogo de Mendonça Furtado ²²⁴.

Ao receber aquela comunicação, Matias de Albuquerque convocou uma junta em Olinda, na qual tomaram parte os vereadores da câmara, os oficiais do exército, os prelados e outras pessoas qualificadas, para consultar se devia ir ou não tomar conta do governo da Bahia, o que foi resolvido negativamente, pelo perigo em que deixaria a capitania que necessitava da sua assistência para sua defesa no caso de ser atacada e, também, para a partir dela socorrer as demais.

Matias de Albuquerque tomou rápidas providências, além de mandar reforçar as fortificações em Pernambuco. Despachou, por terra, o capitão António de Moraes com uma companhia armada à sua custa, que foi tomando vários soldados de caminho e chegou assim aos arraiais baianos, segundo narra Fr. Vicente do Salvado. E, também, logo mandou em seu lugar o Capitão-mor Francisco Nunes Marinho²²⁵, com dois caravelões, levando trinta soldados, pólvora, munições e vitualhas de vinho, azeite e outros géneros de que pôde dispor.

²²² F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 391.

²²³ Carta de Matias de Albuquerque ao Rei com data de 21 de Novembro de 1621; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, pp. 395-396.

²²⁴ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, pp. 372-373.

²²⁵ Francisco Nunes Marinho era fidalgo da Casa Real, tinha o hábito da Ordem de Cristo, nobilitado por serviços prestados na Índia e na metrópole, e fora capitão-mor governador da Paraíba; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 432.

Para reunir o maior número de tropas para aquele fim, concedeu o governador Matias de Albuquerque um perdão geral aos criminosos que voluntariamente se apresentassem, acto que surtiu o efeito desejado e mereceu confirmação régia ²²⁶.

Entretanto, com data de 1 de Junho de 1624 Matias de Albuquerque enviou uma carta aos governadores de Portugal D. Diogo de Castro, conde de Basto, e D. Diogo da Silva, conde de Portalegre, comunicando a tomada da Bahia pelos holandeses. Chegando esta carta a Lisboa a 24 de Julho logo comunicaram aqueles governadores à corte de Madrid os despachos de Pernambuco ²²⁷.

Nesta situação, e porque o porto do Recife é o principal, onde estavam os navios e duas fortalezas que são a chave de todo o Pernambuco, Matias de Albuquerque pediu a Francisco Coelho de Carvalho, governador do Maranhão, que havia pouco chegara do reino, que não seguisse a sua viagem para aquela capitania, encarregando-lhe a defesa do porto e praça do Recife. Por este motivo ficou Francisco Coelho de Carvalho com três companhias de soldados do reino e, juntamente, o seu filho Feliciano Coelho de Carvalho e Manuel Soares seu sargento-mor, bem como o provedor da fazenda do Maranhão, Jácome de Reymonde, e o capitão-mor do Pará, Manuel Sousa de Eça.

Tendo os holandeses capitulado na Bahia no mês de Maio de 1625, não demorou a aparecer nas águas de Pernambuco uma esquadra holandesa que, sob o comando do almirante Bandewyn Hendrikson viera reforçar a defesa da Bahia, mas vendo-a perdida tomaram o rumo do Norte. O almirante holandês, encarregou o comandante do navio “Gouden Soune” de fazer um reconhecimento à praça do Recife, que na volta informou não recomendar a aproximação ao porto cuja profundidade ignorava, estando além disso fundeados no mesmo para cima de trinta navios.

Prosseguindo a esquadra a sua derrota, foi fundear na Bahia da Traição, com a intenção de se abastecer de água e mantimentos, e havendo no navio grande número de doentes, foram os mesmos alojados nas casas dos habitantes do povoado que se refugiaram no mato, ficando somente os índios que acolheram bem os holandeses e se puseram ao seu serviço.

Avisado de tais ocorrências, o capitão – mor e governador de Pernambuco Matias de Albuquerque despachou uma força militar para desalojar os holandeses, constantes de sete companhias de infantaria, sob a chefia do referido capitão-mor

²²⁶ A confirmação régia veio por alvará de 7 de Abril de 1626; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 373.

²²⁷ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 430.

Francisco Coelho de Carvalho. Combinando esta força a sua acção com uma da Paraíba constante de 300 homens, atacaram os holandeses que, batidos, abandonaram o posto e embarcaram com destino às Antilhas deixando dezenas de mortos, e levando avultado número de feridos.

Prevendo os índios a sorte que os aguardava por aquela sua atitude em favor dos holandeses, quiseram todos partir com eles, o que era impossível à falta de acomodações e mantimentos; contudo, o almirante Hendrikson tomou a bordo uns tantos, que levou para as Províncias Unidas dos Países Baixos. Os que ficaram, porém, foram acoissados por Francisco Coelho de Carvalho com a sua gente, por António de Albuquerque, capitão – mor da Paraíba, e por António Gomes de Melo, do Rio Grande .

Os índios levados à Holanda foram bem acolhidos e instruídos; entre eles figurava um jovem que depois representou saliente papel no tempo da dominação holandesa. Inteligente, de convicções firmes e inabaláveis, chamava-se Pedro Poti, era Potiguar, primo do notável Capitão-mor, afecto ao rei Filipe, D. António Filipe Camarão ²²⁸. Na Holanda demorou-se, até que veio para Pernambuco provavelmente na expedição invasora. O que não há dúvida é que em 1631 já estava na Paraíba, de onde enviou uma carta ao governo holandês do Recife, escrita na língua neerlandesa, recomendando os emissários do chefe índio Jandouy e fazendo considerações sobre a possibilidade de uma aliança com várias tribos ²²⁹ .

Francisco Coelho de Carvalho somente seguiu para o Maranhão a 13 de Julho de 1626, com cinco barcos que lhe deu o governador Matias de Albuquerque, o qual à sua saída mandou fazer-lhe salvas das fortalezas ²³⁰ .

Por carta régia de 10 de Novembro de 1623 foi mandado que a Provedoria da Fazenda real de Pernambuco fizesse o provimento das conquistas do Maranhão e Pará com os sobejos do rendimento do Estado do Brasil ²³¹.

Matias de Albuquerque pouco tempo exerceu o cargo de governador geral do Brasil, porquanto a 30 de Novembro de 1625 tomou posse o seu sucessor D. Francisco

²²⁸ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 441

²²⁹ Mais tarde, na assembleia geral reunida no Recife em 1640, pediram os deputados da Paraíba, representantes da câmara e do povo, que se tirasse dentre os índios da sua circunscrição «o capitão Poti, que é mau e perigoso, como recentemente se observou, e por isso não convém que tal sujeito se ache investido de mando», no que não foram atendidos pelos holandeses; cf. F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 441.

²³⁰ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 434.

²³¹ Idem, *Ibidem*, p. 409.

de Moura ²³². Manteve-se no Governo da capitania até 7 de Novembro de 1626 quando chegou André Dias da Franca, nomeado para o substituir no cargo ²³³.

Na mesma frota chegara a Pernambuco Diogo Luís de Oliveira nomeado Governador geral do Brasil. Desembarca no porto do Recife, hospeda – se no convento de S. Francisco, e a 11 segue para Olinda, acompanhado de uma luzida comitiva de oitenta cavaleiros, onde teve solene recepção. Na vila de Olinda foi recebido pelo novo Capitão-mor e por Matias de Albuquerque. Este e o governador geral visitaram-se várias vezes durante o tempo em que o governador ali se deteve, que foi até 20 de Dezembro. Tal é revelador, para além de mútua estima, da importância que este lhe atribuía dada a experiência que tinha nos aspectos políticos e militares.

Viera também de Lisboa em companhia de Diogo Luís de Oliveira, Pero da Mota Leite, provido no cargo de capitão-mor governador de Itamaracá pelo seu donatário D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, conde de Monsanto e marquês de Cascais ²³⁴.

Matias de Albuquerque embarcou para o Reino em 18 de Junho de 1627 onde chega ao porto de Caminha após 52 dias de viagem ²³⁵. A seu respeito escreveu Frei Vicente do Salvador, o seguinte :«Foi Mathias de Albuquerque, todo o tempo que serviu assim capitão-mor de Pernambuco como de governador geral do Brasil, que foram sete anos, sempre muito limpo de mãos[...]. Nas ocasiões de guerra e do serviço de Sua Magestade foi mui diligente, não se poupando nem de dia nem de noite ao trabalho. Nunca quis andar em rede, como no Brasil se costuma, senão a cavallo ou em barcos e, quando nestes entrava, não se assentava, mas em pé os ia elle próprio governando. Tinha grande memoria e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham aquelle porto»²³⁶.

Por esta época, procurava o governo de Madrid melhorar a governação, pelo que expediu um decreto, com data de 30 de Setembro de 1628, determinando que os vice – reis, embaixadores e governadores das capitanias, quando acabassem o seu tempo, imediatamente remetessem uma relação exacta dos negócios graves que trataram, e do estado em que ficavam os que não se tivessem concluído²³⁷; e outra carta régia foi expedida em 31 de Outubro, acrescentando a obrigação de ser dirigido ao Rei um

²³² F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 373.

²³³ Frei Vicente do Salvador, *op.cit.*, 6.ª ed., p. 421.

²³⁴ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, p. 454.

²³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 374.

²³⁶ Frei Vicente do Salvador, *op.cit.*, 6.ª ed, p. 422.

²³⁷ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 4, ..., p. 136.

relatório sobre o estado em que ficavam os distritos dos governos daqueles funcionários, sob pena de, não cumprindo tais determinações, se lhes não pagar o salário do último ano²³⁸.

Surgindo a ameaça de nova invasão holandesa, possivelmente a Pernambuco, e alertado o governo de Madrid de que se aprestava na Holanda uma grande esquadra com destino ao Brasil, foi Matias de Albuquerque de novo incumbido do governo da capitania. Nomeado para superintendente da guerra de Pernambuco, visitador e fortificador das Capitânicas do Norte²³⁹ e ao mesmo tempo incumbido do governo da capitania de Pernambuco, chega ao Recife em 12 de Agosto de 1629.

Entretanto, no que tocava à distribuição de terras, como vimos, ela era feita por cartas de doação, dadas de sesmaria, que seguia legislação própria. Nos primeiros anos do século XVII chegaram ao conhecimento da corte algumas irregularidades na concessão de sesmarias, que teria cometido o capitão –mor do Rio Grande, Jerónimo de Albuquerque, levando o Rei a intervir.

Assim, foram comissionados o Dr. Afonso Garcia Tinoco, desembargador e juiz da Relação do Estado do Brasil e o capitão-mor de Pernambuco, Alexandre de Moura, por provisão régia datada de 28 de Setembro de 1612 e dirigida ao Governador geral. Este, que então residia em Olinda, mandou lançar bandos, nesta vila e nas de N.^a S.^a das Neves e Natal, referentes às concessões de sesmarias²⁴⁰.

Instalada a comissão na vila de Natal, foram registadas todas as dadas de terras até então conferidas pelos respectivos capitães-mores da capitania, cujo número atingia as 185, entre as quais vêm as que o capitão-mor Jerónimo de Albuquerque fez a seus quatro filhos e outros parentes, a saber: a Matias de Albuquerque²⁴¹ e António de Albuquerque, em 2 de Maio de 1604, 500 braças quadradas na várzea de Cunhaú; aos mesmos, em 20 de Agosto de 1605, umas salinas situadas ao norte da cidade; a Gaspar de Albuquerque de Ataíde, em 2 de Novembro do mesmo ano, uma légua de terra em quadro; a Lourenço de Albuquerque e Afonso Lagarto meia légua em quadro, em 6 de Junho de 1608; a Gaspar de Albuquerque e Jerónimo de Ataíde, duas léguas de terra em 9 de Outubro do mesmo ano, e mais uma outra dada aos mesmos sem designação de data e área; a Jerónimo Fragoso de Albuquerque uma dada em 10 de Março de 1613; e em 20 de Maio de 1610, uma a D. Maria de Albuquerque.

²³⁸ *Colecção chronologica da legislação portuguesa*, vol. 4, ..., p. 138.

²³⁹ Carta régia datada de 24 de Maio de 1629; ANTT, Chancelaria de Filipe III, livro 31, fls. 299 v.º-300.

²⁴⁰ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol.2, p. 289.

²⁴¹ Não confundir com o general Matias de Albuquerque filho do terceiro donatário, que era primo.

Por sua vez tiveram os padres jesuítas, em 6 de Julho de 1600, légua e meia de comprido e uma de largo; em 15 de Setembro do mesmo ano, meia légua quadrada; e em 7 de Janeiro de 1607, mais 14 léguas em quadro. Enfim, entre mais outras concessões, figura a de uma légua e meia de terras feitas em 29 de Março de 1605 a Manuel Ribeiro, de Igarçu. Jerónimo de Albuquerque, porém, não se esquecera de si próprio, e assim obteve do capitão-mor Lourenço Peixoto Cirne, seu sucessor, uma légua de terra em quadro.

Tudo consta do auto cujo termo de encerramento foi lavrado na vila de Olinda a 28 de Maio de 1614 pelo tabelião público Luís Marreiros²⁴².

Todavia, a concessão de sesmarias era importante para fazer avançar o povoamento do território. Por exemplo, o povoamento das terras da Muribeca vem da segunda metade do sec. XVI com a concessão da sua primeira sesmaria em 1568 como consta da escritura de venda do engenho Santo André²⁴³.

Falemos agora da capitania de Itamaracá que tão próxima está de Pernambuco. O seu açúcar e outros produtos eram levados de barco para o Recife e aí se carregavam para o reino²⁴⁴. Desde cedo, a ilha que deu nome à capitania, bem como as terras que lhe ficavam fronteiras no continente, eram conhecidas e frequentadas pelos portugueses. Uma das mais antigas feitorias fora localizada, em 1516, na margem direita do rio Igarassu, sendo provável que outra tivesse existido no território da ilha.

O primeiro donatário Pêro Lopes de Sousa designou Loco-tenentes que governaram a capitania em seu nome. Os quais, na opinião de J. A. Gonsalves de Mello, revelaram-se incompetentes, tanto que a capitania se constituiu em centro de perturbações para o esforço colonizador de Duarte Coelho em Pernambuco²⁴⁵.

Esta capitania, pelo sul, confina com Pernambuco pelo dito rio, e a norte pelo Taperubu, mas tem a sua povoação na ilha de onde toma o nome. Era abundante em pau brasil, e nas duas várzeas, a de Goiana e de Areripe, funcionavam dez engenhos que produziam fino açúcar.

No princípio do século XVII, a sucessão do donatário provoca um litígio entre os pretendentes que se arrasta até 1615, quando foi dada a sentença em 20 de Maio favorável a D. Luís de Castro, filho de D. António de Castro, conde de Monsanto, e de

²⁴² F.A. Pereira da Costa, *Anais,...*, vol.2, p. 291.

²⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 604.

²⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 302.

²⁴⁵ José António Gonsalves de Mello, "Itamaracá" in *Dicionário de História de Portugal*, dir. por Joel Serrão, vol. III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 348.

sua mulher D. Inês Pimentel, filha de Martim Afonso de Sousa, irmão de Pêro Lopes de Sousa, primeiro donatário da capitania²⁴⁶.

Falecido D. Luís de Castro, reverteu a posse da capitania em favor de seu filho D. Álvaro Pires de Castro e Sousa, conde de Monsanto e primeiro marquês de Cascais, que obteve confirmação régia da sentença por Alvará de 10 de Abril de 1617 e tomou posse da donataria de Itamaracá em 20 de Julho de 1618, passando daí por diante a nomear capitães-mores governadores da capitania seus loco-tenentes, e percebendo as respectivas rendas. D. Álvaro teve nova confirmação régia lavrada a 3 de Julho de 1628.

Pelo ano de 1629, era Salvador Pinheiro o Capitão-mor e ouvidor pelo donatário. Governou a capitania até 1633, quando sofreu um forte ataque das forças holandesas tendo capitulado no dia 22 de Maio.

De Salvador Pinheiro existe um escrito que se acha publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob o título: “Preparativos para a restauração do Brasil do poder holandês”, em que revela senso prático e perfeito conhecimento de toda a zona do litoral da Capitania e seus recursos materiais ²⁴⁷. Na fase crucial da invasão de Pernambuco, ele esteve sempre ao lado do governador Matias de Albuquerque na defesa da praça do Recife, tendo tomado parte no conselho que o mesmo general convocou em 15 de Fevereiro de 1630 ²⁴⁸.

Restauradas as possessões portuguesas do domínio holandês em 1654, foi a capitania de Itamaracá incorporada à coroa, e opondo – se a essa incorporação o donatário D. Álvaro em litígio judicial, faleceu a 11 de Junho de 1674, privado da sua posse porquanto a questão continuava os seus trâmites²⁴⁹. Depois, foi reconhecido judicialmente o direito do donatário à posse e administração da capitania, em 1685, tendo havido alguma resistência da parte dos moradores. Mais tarde, falecido o último herdeiro, passou a capitania em 1763 à Coroa, sendo anexada à de Pernambuco²⁵⁰.

²⁴⁶ F. A. Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 2, pp. 333-334.

²⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 484.

²⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 485.

²⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 334.

²⁵⁰ José António Gonsalves de Mello, “Capitania de Itamaracá” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., vol. III, p. 348.

3.3. As atribuições das Câmaras

No reino de Portugal, eram os concelhos ou municípios, ao princípio em pequeno número, tendo algum desenvolvimento nas Beiras sobretudo por serem escassas as terras privilegiadas. Depois, foram implantados na região de Entre Douro e Minho, prosseguindo a sua implantação no Sul, à medida que o território cristão se foi alargando, fazendo, também, os monarcas amplas doações às ordens militares²⁵¹. Com o andar dos tempos vão-se multiplicando os concelhos nesta parte do País, sendo criadas vilas e povoações nas terras das ordens e dos mosteiros.

Na vida municipal medieval, o órgão principal era a assembleia dos vizinhos, *concilium*, concelho, que normalmente reunia no adro da igreja mais importante do lugar ou nalgum claustro.

Com o crescimento da população e a necessidade de resoluções frequentes, tornou-se necessário nos meados do século XIV escolher alguns homens-bons para, em lugar da comunidade, se ocuparem da administração ou *vereamto* da terra, auxiliando os juízes ou alvazis: são os vereadores. Estes tinham as suas reuniões numa sala que passou a chamar-se câmara da vereação, donde se chegou à concepção da Câmara como órgão da vereação²⁵².

As circunscrições maiores em que se dividia o reino para efeitos da administração civil e militar tinham o nome de «terras» e à testa de cada uma delas estava um nobre de alta categoria, chamado «rico-homem», que vulgarmente era conhecido por *Tenens*. O «rico-homem» tinha a qualidade de chefe militar e superintendia nos assuntos de administração e fazenda, e intervinha na decisão dos pleitos.

Os tenentes tinham direito a uma parte dos tributos e multas, e gozavam do direito de aposentadoria. Normalmente os «alcaides» estavam subordinados ao «rico-homem» do distrito a que pertencia o castelo, mas no período das lutas contra os Mouros o alcaide ficava sujeito directamente ao monarca.

Devemos notar que se muitas terras devem o regime municipal a cartas de foral, há casos em que as instituições existem independentemente das ditas cartas, formando-se espontaneamente e só mais tarde são confirmados por diploma régio. Exerciam os

²⁵¹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 18, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, L.da, s.d., p. 171.

²⁵² *Enciclopédia Luso-brasileira de Cultura*, vol. 4, Lisboa, Verbo Ed., 1992, col. 575.

concelhos, dentro da sua esfera, poderes semelhantes aos dos senhorios nas suas terras, distinguindo-se destes, porém, pelo seu carácter colectivo e democrático²⁵³.

A divisão administrativa em concelhos parece estar definitivamente estabelecida nos meados do século XIV, sendo então aperfeiçoada a organização municipal. No reinado de D. Afonso IV aparecem os *vereadores*, que eram, com os juízes, os órgãos administrativos do concelho.

A política centralizadora dos reis nos séculos seguintes foi, pouco a pouco, cerceando as regalias dos concelhos e o seu privilégio mais característico, a nomeação das magistraturas. Os reis iam substituindo esses magistrados pelos juízes de fora ou corregedores de sua nomeação, apesar das resistências manifestadas nas cortes de Lisboa em 1312 e nas de Elvas em 1361. Todavia, no século XVI, D. João III apoiou-se nos concelhos quando ocorriam exaustos na ambição dos grandes²⁵⁴.

No Brasil, as instituições municipais formaram-se espontaneamente. João Francisco Lisboa, ao referir-se à influência de certas câmaras, diz que «é um dos fenómenos mais extraordinários que oferece a história do regime colonial»²⁵⁵. Os membros de cada câmara eram escolhidos entre os homens bons e aspiravam aos privilégios dos cidadãos do Porto.

Com o andar do tempo criou-se uma magistratura com a designação de *juiz do povo* e *procurador do povo*. Em muitas destas câmaras as funções políticas do senado eram tão vastas, que os governadores tinham conveniência em obter o acordo da câmara nos casos de importância. As câmaras mais importantes do Brasil chegaram a mandar procuradores à corte e a ter ali representantes efectivos²⁵⁶.

Oliveira Lima afirmou que «a célula inicial das novas nacionalidades (de origem latina) a encontrarão os que quiserem buscar as suas origens na instituição municipal transplantada para a América pelo fundadores do Novo Mundo Latino»²⁵⁷.

No Brasil as câmaras foram crescendo de influência nos primeiros séculos de colonização. Taxavam o preço dos salários, dos artigos de comércio e estabeleciam providências sobre toda a actividade económica. No domínio fiscal podiam criar imposições e fintas, e chegavam a recusar tributos. Deliberavam sobre a criação e

²⁵³ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 18, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, L.da, s.d., p. 172.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 173.

²⁵⁵ *Ibidem*.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 174.

²⁵⁷ *Ibidem*.

localização de povoações, e chegavam a prender e castigar funcionários, a suspender governadores e os seus magistrados, e a governaram interinamente capitânias²⁵⁸.

Os oficiais das Câmaras eram eleitos para mandatos de um ano num processo eleitoral faseado que se iniciava antes que terminasse o mandato dos oficiais que serviram no «derradeiro anno da eleição passada»²⁵⁹. Então, eram, os homens bons e o povo, «chamados a Concelho pelo Juiz mais velho²⁶⁰», que lhes requeria a nomeação «de seis homens para Eleitores»²⁶¹.

Nesta primeira votação, cada votante indicava seis nomes ao escrivão da Câmara que, acompanhado do Juiz, a todos ouvia em segredo e escrevia num rol. A seguir, o Juiz com os Vereadores viam o rol, e escolhiam para Eleitores os seis mais votados.

Estes, depois de fazerem juramento, eram, pelo Juiz, apartados dois a dois, não sendo parentes nem cunhados dentro do quarto grau do Direito Canónico, competindo-lhes, cada dois em separado, escolher por escrito, para os próximos três anos, quais os mais capazes para o exercício do cargo de Juiz; e num outro título os mais capazes para Vereadores; noutra, os mais capazes para Procuradores²⁶².

Depois, os respectivos róis eram entregues ao Juiz mais antigo, «o qual perante todos jurará de não dizer a pessoa alguma os Officiaes, que na eleição, ficam feitos»²⁶³. Ele, vendo os róis, concertava uns com os outros e escolhia as pessoas com mais votos, escrevendo numa pauta, «os que ficam eleitos para Juizes, e em outro título os Vereadores, os Procuradores, e assim de cada officio. Esta pauta era assinada pelo Juiz, cerrada e selada. A seguir, o mesmo Juiz, fazia três pelouros para Juizes, três para Vereadores, e assim o mesmo para cada officio.

Os pelouros eram metidos num saco com vários compartimentos, e em cada, com o título respectivo, se metia os pelouros daquele officio. E, noutra compartimento era colocada a pauta e os três róis. Por fim, o saco era guardado num cofre de três fechaduras. E, «no tempo que houverem de tirar os pelouros, segundo seu fôro e costume, mandarão pregoar que venham a Conselho; e perante todos, um moço de idade até sete annos metterá a mão em cada repartimento, e revolverá bem os pelouros, e

²⁵⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 18, Lisboa, Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, L.da, s.d., p. 174.

²⁵⁹ *Ordenações Filipinas*, nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa, livro I, título LXVII, Lisboa, Fundação Gulbenkian, 1985, p. 153.

²⁶⁰ Se o Corregedor estivesse presente era a este que competia fazê-lo; cf. *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título LXVII, § 2, ..., p. 154.

²⁶¹ *Ordenações Filipinas*, livro I, título LXVII, ..., p. 154.

²⁶² Consoante o foral de cada concelho, poderia a eleição abranger mais alguns officiais.

²⁶³ *Ordenações Filipinas*, livro I, título LXVII, §1, ..., p. 154

tirárá hum de cada repartimento, e os que saírem nos pelouros, serão Officiaes esse anno, e não outros»²⁶⁴.

No princípio do século XVII, ante os abusos de que a Corte teve notícia, nomeadamente subornos e desordens, teve o Rei de intervir introduzindo reformas no processo eleitoral. Foi expedido um alvará régio datado de 12 de Novembro de 1611 que acompanhava um regimento reformador do processo eleitoral das câmaras.

Além de algumas alterações processuais, eram fixadas multas e penas de degredo até dois anos em África e eram dadas mais atribuições ao Corregedor, Ouvidor e Juízes Ordinários que presidissem ao acto, cabendo-lhes, por exemplo, «fazer os pelouros dos oficiais que hão-de servir nos tês anos seguintes»²⁶⁵.

Havia correspondência entre a câmara, os governadores e o próprio soberano. E, assim, no início do século XVII foi expedida uma carta régia dirigida às câmaras com a recomendação de que «as cartas da Câmara a ElRei devem ser assinadas por todos os oficiais»²⁶⁶.

A Câmara de Olinda foi solicitada pelo Governador geral Gaspar de Sousa, empenhado na organização da armada destinada ao Maranhão, para a qual não dispunha a Fazenda real dos meios necessários. A Câmara de Pernambuco, como vimos, correspondeu ao pedido emprestando onze mil cruzados²⁶⁷.

Entretanto, o Capitão-mor de Pernambuco logo no primeiro ano do seu governo procurou melhorar as condições das fortalezas de Pernambuco dado o agravamento político que se vivia na época, com o fim da trégua de doze anos que vigorara desde 1609 entre a Monarquia Hispânica e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos. Referimos no subcapítulo anterior a reunião do conselho que o Capitão-mor governador Matias de Albuquerque convocou, para o dia 16 de Outubro de 1621, e teve lugar na sua casa na vila de Olinda.

Da acta constavam algumas obrigações para a Câmara de Olinda, nomeadamente: «que o dito capitão-mor e governador estava prestes para dar a execução tudo o que se lhe pedia e estava assentado, mas no que tocava a despesa o faria saber aos ditos oficiais da Câmara, para que do dinheiro da imposição o mandasse

²⁶⁴ *Ordenações Filipinas*, livro I, título LXVII, §5, ..., p. 155.

²⁶⁵ Alvará régio e Regimento reformador das eleições municipais, com data de 20 de Novembro de 1611; cf. *Colecção Chronologica da legislação Portuguesa*, vol. 1, ..., pp. 314-316, publ. em Apêndice doc. n.º 4.

²⁶⁶ Carta régia datada de 3 de Junho de 1615; cf. *Colecção Chronológica da legislação Portuguesa*, vol. 2, ..., p. 134.

²⁶⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 336.

prover, visto estar aplicada a metade do rendimento dela para fortificação do dito forte da Lajem e mais fortificações.[...]»²⁶⁸.

A Câmara respondeu ao Capitão-mor por carta de 13 de Novembro do mesmo ano, cujo texto é também apresentado por Pereira da Costa e que, pelo seu interesse, se transcreve :

«Por algumas vezes que acompanhamos a V.S. nos fortes do mar e terra para vermos as obras que detinham necessidade e as coisas de que estavam faltos e se tratar do remédio de umas e outras (a que acudimos como abaixo dizemos) vimos que careciam das que se contêm neste Auto. E agora da última vez que tornamos a acompanhar V. S. com o aviso da carta de S. Majd. de que no mesmo Auto se faz menção.

« E posto que os moradores desta capitania nunca faltaram ao serviço de Sua Majestade com o zelo e despesas de suas fazendas, como sempre fizeram de que o dito Snr. está inteirado e se dá por muito obrigado por suas cartas que estão nesta câmara: contudo nós como oficiais dela, e cabeça desta república, não podemos deixar de dizer que não nos corre obrigação de sustentar e prover os fortes de armas e munições e do mais que tiverem necessidade, pelo tempo em diante, nem ainda nesta ocasião das coisas conteúdas neste Auto, à custa do rendimento da esmola dos vinhos.

«Porque primeiramente os moradores desta capitania puseram a princípio a dita esmola voluntariamente sobre si, para se fazer a igreja matriz que a não tinham (o que era da obrigação de Sua Majestade o fazê-la) e outras obras públicas e necessárias, como eram um mosteiro para religiosas, uma ponte sem a qual não se podem servir os que entram e saem desta vila, uma fonte de que tem muita necessidade e de se trazer água a ela o que há de ser com muito custo, e de calçadas para todas as ruas; e outras obras que se vão fazendo.

« E depois de posta a dita esmola na maneira sobredita, houve Sua Majestade por seu serviço que se applicasse a metade do rendimento dela por igual parte para se fazerem os dois fortes do mar e da terra para a segurança e defesa desta capitania: o que os moradores dela como tão zelosos do dito serviço aceitaram o fazê-los somente como fizeram e os acabaram no estado que a V.S. é presente.

«E correspondendo com o mesmo zelo na ocasião das conquistas do Maranhão e do Pará, estando a fazenda de Sua Majestade impossibilitada para todas as despesas que então se fizeram, emprestaram os oficiais desta mesa à sua real fazenda onze mil

²⁶⁸ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 389.

cruzados do dinheiro da dita esmola, em tempo do governador Gaspar de Sousa, que até agora se não pagaram.

«E estando nesta capitania o governador D. Luís de Sousa, e representando aos oficiais desta câmara por duas vezes, que parecerem navios de corsários nesta costa, a necessidade em que estava a fazenda de S. Majd. para com ela se fazer a armada para os desbaratar, aprestaram os ditos oficiais por ambas as vezes os navios que saíram de armada contra os ditos corsários, com muita despesa do rendimento da dita esmola²⁶⁹.

«Por maneira que em todas as ocasiões do serviço de S. Majd. acudiram os oficiais desta mesa com o dinheiro da dita esmola (depois que ela foi posta) sem estarem obrigados a despendê-lo em mais que naquilo o para que a puseram; e ainda agora no princípio deste ano representando-nos V.S. o estado perigoso em que estava o forte do mar pela ruína que o tempo e os mares tinha feito nele pelo cunhal da parte do sueste, se reedificou pela dita de seus primeiros princípios; e se lhe fez uma escada; e no forte de terra outra porta de novo por a que tinha estar podre e gastada por causa do tempo, e em ambos se fizeram algumas obras mais em que se despendeu grande quantidade de dinheiro da dita esmola não sendo de nossa obrigação o reedificá-los, nem custeá-los, porque não nos obrigamos a mais que a fazê-los.

«Assim que pela razão dita, como pelas despesas que se fizeram neste ano nos ditos fortes, na torre dos sinos da igreja matriz, nas trincheiras da praia, na reedificação da ponte, nas muitas calçadas das ruas desta vila, e na nova casa da câmara e dos mais auditórios; não temos dinheiro com que possamos acudir as coisas necessárias para os ditos fortes conhecidas neste dito Auto, ainda quando fora de nossa obrigação os provê-los das sobreditas coisas, porque nem para tantas despesas quantas feitas neste ano poderá chegar o rendimento da dita esmola.

«Porém em confirmação do grande zelo que temos do serviço de Sua Majestade, nos oferecêssemos a acudir nesta ocasião presente em todo o necessário para os ditos fortes por esta vez somente, e quando faltar dinheiro do rendimento da dita esmola o daremos de nossas casas, assim pelo que devemos ao serviço de S. Majd. como ao amor, paz e quietação com que V. S. nos governa, procedimento igual ao de filho, neto e sobrinho, dos que conquistaram e ganharam esta capitania.

«E supostas as razões que damos deve V.S. informar a S. Majd. para que mande que da sua real fazenda se façam as despesas necessárias daqui em diante, para o conserto e

²⁶⁹ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 390.

provimento dos ditos fortes como se fazem em todas as mais partes onde os há, e para tudo o mais que se oferecer nas ocasiões semelhantes a esta do aviso da carta de S. Majd. porquanto determinamos levantar a dita esmola quando estiverem acabadas as obras públicas desta capitania para as quais foi posto voluntariamente a princípio, como temos dito.

«Aires Tavares escrivão da Câmara desta vila de Olinda capitania de Pernambuco a subscrevi . Em mesa dela a treze de Novembro de mil seiscentos e vinte e um. Pero da Cunha de Andrade, André de Albuquerque, Paulo Pereira do Lago, Gregório da Rocha, Francisco da Cunha».

« Foram-me dados estes Autos por Aires Tavares escrivão da Câmara desta Vila com a resposta atrás dos oficiais dela, em os 14 do mês de Novembro de 1621 anos, os quais levei ao capitão-mor e governador desta capitania Matias de Albuquerque que me mandou os mandasse trasladar e dar-lhe o traslado autêntico, para avisar a S. Majd., ao que satisfiz. Gaspar Pereira Escrivão o escrevi²⁷⁰ .

Com data de 16 de Novembro de 1623 foi expedida nova carta régia dirigida às câmaras do reino, ordenando uma contribuição anual para os socorros da Índia²⁷¹. Considera Pereira da Costa que esta foi a primeira imposição régia que apareceu com o título de “ Donativo dos povos”, os quais se sucederam.

Em observância de ordem régia, criou o Governador geral Diogo de Mendonça Furtado, um imposto chamado “Imposição e avarias”, com aplicação às obras de fortificação das praças do Estado do Brasil, como consta da carta régia de 20 de Julho de 1623, que recomendava a necessária coordenação com o Capitão-mor de Pernambuco²⁷².

Dada a demora na concretização do referido, resolveram escrever ao monarca os Oficiais da Câmara de Olinda e, então, foi resolvido por carta régia de 17 de Julho de 1624, que se procedesse sem mais dúvidas nem dilatações às necessárias obras de fortificação da praça²⁷³. Determinava que das quantias resultantes das imposições e avarias, se tirasse uma parte para as despesas da obra do Forte Novo da Lajem da Bahia, ficando o resto para ser aplicado nas fortificações de Pernambuco.

²⁷⁰ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 2, p. 392.

²⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 409.

²⁷² Idem, *Ibidem*, p. 235.

²⁷³ *Colecção Chronologica da legislação Portuguesa*, vol. 3, ..., p. 124.

Capítulo 4. A invasão holandesa e a guerra de resistência

Pernambuco era, no primeiro quartel do século XVII, uma das mais ricas e prósperas capitânicas do Brasil. Com uma população em crescimento, possuía vilas e povoações florescentes como Olinda, Igarçu, Recife, Muribeca, Santo António do Cabo, São Miguel de Ipojuca, Serinhaém, Porto Calvo e outras. A sua produção agrícola, como vimos no capítulo anterior, desenvolvera-se bastante, principalmente a produção de açúcar .

Apesar do desaire que constituiu a expulsão dos holandeses da cidade de Salvador da Bahia em 1625, diz Varnhagen que a Companhia das Índias Ocidentais não desistiria, pois «o saque do reconcavo da Bahia, alcançado com tanta vantagem por Piet Heyn, seria por si um grande estímulo para a companhia ocidental não desistir de novos ataques contra o Brasil»²⁷⁴ .

Três anos depois, a referida Companhia das Índias encheu-se de ambição com a vitória alcançada pelo mesmo Piet Heyn, contra D. Juan Benevides, no porto de Matanzas, em Cuba, tomando-lhe vários galeões carregados de prata no «valor de uns nove milhões de ducados, presa considerada das mais valiosas de que ha exemplo nos annaes marítimos»²⁷⁵ .

Portanto, a ideia de enviar uma nova expedição ao Brasil foi considerada pelos directores da referida Companhia sediada em Amesterdão, mas desta vez o objectivo não seria a Bahia que, provavelmente, estaria prevenida e pior receberia de novo o seu domínio.

Pensaram, então, na conquista de Pernambuco, mais perto da Europa, e cuja ocupação julgaram mais fácil e mais rendosa, «em consequência até das devastações que acabava de sofrer a Bahia» e de outros dados conhecidos na Holanda, publicados em 1629 por J. Laet com base nas informações de um compatriota que vivera trinta anos no Brasil, segundo o qual «só Pernambuco produzia annualmente sessenta mil ducados, afora o tabaco, pau Brazil, etc.»²⁷⁶ .

E, assim, no mesmo ano de 1629 desenvolveram-se grandes preparativos em estaleiros e portos da Holanda, formando-se uma poderosa armada dos Países Baixos,

²⁷⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brazil desde 1624 a 1654*, Lisboa, Typographia de Castro Irmão, 1872, p. 45.

²⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 46.

²⁷⁶ Idem, *Ibidem*.

composta por mais de cinquenta velas, mil canhões e oito mil homens, sob o comando do General Hendrick Corneliszoon Lonck.

Por maior que fosse a cautela, estes preparativos não escaparam à argúcia da espionagem das nações interessadas nas actividades marítimas dos holandeses. Lisboa e Madrid foram informadas.

Para organizar a defesa, o governo Filipino decidiu enviar Matias de Albuquerque para Pernambuco com responsabilidade sobre as capitanias do norte do Brasil. A respectiva carta régia de 24 de Maio de 1629, refere-o como fidalgo da Casa Real e nomeia-o «superintendente da guerra de Pernambuco, e visitador e fortificador das ditas capitanias»²⁷⁷. Porém, em Lisboa, apenas recebeu um pequeno contingente de soldados e algumas munições, tendo partido a 12 de Agosto e chegado ao Recife em 18 de Outubro desse ano²⁷⁸.

Chegado a Pernambuco, logo ordenou a execução de obras defensivas em Olinda e no Recife e empenhou-se em armar as companhias de milícias da terra, cujo efectivo não ultrapassava os 1000 homens, e solicitou a cooperação dos índios, do que resultou a apresentação de António Felipe Camarão acompanhado de vários guerreiros da sua tribo, os Potiguares.

4.1. A conquista de Olinda e Recife

No dia 13 de Fevereiro de 1630 chegava a armada das Províncias Unidas dos Países Baixos a avistar o Cabo de Santo Agostinho onde fizeram paragem para estabelecer o plano do ataque que pretendiam realizar a Pernambuco. (Fig. 3)

Foram atribuídas 16 naus ao Coronel Diederick van Waerdenburch com 2100 soldados e 700 marinheiros escolhidos para saltarem em terra²⁷⁹.

No dia 15 de Fevereiro de 1630, apresentou-se finalmente diante do Recife, a frota flamenga do General Hendrick C. Lonck. A táctica que vai utilizar, assemelha-se à que surtira efeito no ataque à Bahia em 1624, cabendo a uma parte da esquadra, sob o

²⁷⁷ ANTT, Chancelaria de Filipe III, livro 31, fls. 299v-300: Carta de nomeação de Matias de Albuquerque para o cargo de Superintendente da guerra e visitador e fortificador de Pernambuco e capitanias do norte, dada em Madrid em 24 de Maio de 1629.

²⁷⁸ Duarte Albuquerque Coelho, *Memorias Diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empezando desde el de MDCXXX*. Com Privilegio: Em Madrid, por Diego Diaz de la Carrera, Impresor del Reyno, Año de 1654, fl 5.

²⁷⁹ Diogo Lopes de Santiago, *História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis do mestre de campo João Fernandes Vieira, herói digno de eterna memória, primeiro aclamador da guerra*, Recife, FUNDARPE, 1984, p. 28.

comando de Lonck, realizar um ataque de diversão, frontal aos fortes que defendiam o Recife, enquanto o grosso das tropas de desembarque, sob o comando do Coronel Waerdenburch, seria lançado em terra, a norte da sede da Capitania, a vila de Olinda.

Na manhã desse dia, o fogo rompeu dos navios holandeses diante do Recife e respondeu a artilharia dos fortes do Mar e de S. Jorge, enquanto mais a norte os dezasseis navios do Coronel Waerdenburch, lançaram âncoras em frente às praias denominadas do Pau Amarelo.

Na tarde do mesmo dia deu-se o desembarque das tropas holandesas, tendo Waerdenburch decidido marchar em direcção a Olinda, com três regimentos escalonados em profundidade, na vanguarda ia o do Tenente-coronel Van Elst com 934 homens, o do Tenente-coronel Callenfels com 1049 homens no centro, e o Major Hounckes com 965 homens na retaguarda, deslocando-se pelo caminho junto à costa. Essa marcha era protegida pela artilharia de algumas lanchas que acompanhavam o movimento da coluna invasora, na proximidade das praias.

O General ²⁸⁰ Matias de Albuquerque que dirigia pessoalmente a defesa do Recife onde a situação se tornara favorável aos defensores, ao saber que mais a norte os holandeses desembarcados se encaminhavam para Olinda, seguiu com cerca de 700 homens para defender a sede da Capitania.

Entretanto, os holandeses foram retardados na sua progressão pela subida das águas do Rio Doce devido à maré cheia. Refere A. Souza Júnior que «os nossos soldados, nesses primeiros encontros, sobrestimaram o poder das armas da Holanda, cujo povo era considerado, no princípio do século XVII, dos mais guerreiros que existiam na Europa»²⁸¹. Pelo que, quando baixou a maré e os holandeses atacaram, bombardeando com os canhões de apoio e os das barcaças, a resistência fracassou, apesar dos reforços trazidos por Matias de Albuquerque. Este, ainda tentou estabelecer nova linha de resistência no rio Tapado, mas «a maior parte dos homens foi pelo mato, a por em cobro suas mulheres e filhos, e mais bens, vendo que a vila estava aberta, e incapaz de defesa, pelo que, vendo-se Matias de Albuquerque com pouca gente veio para a vila»²⁸².

²⁸⁰ A patente de General é já usada por Duarte de Albuquerque Coelho e outros autores como Robert Southey, ao referirem-se a Matias de Albuquerque no tempo das guerras em que participou no Brasil; cf. Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 5 ss.

²⁸¹ Major Antônio de Souza Júnior, *Do Recôncavo aos Guararapes*, Rio de Janeiro, Edição da Biblioteca Militar, 1949, p. 49.

²⁸² Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 31.

As tropas holandesas marcharam rapidamente para Olinda que se erguia altaneira e elegante sobre uma colina. (Fig. 4)

Tendo como guia um prisioneiro português, repartiram-se, ficando uns para atacar o baluarte de S. Francisco que ficava à entrada da vila, e outros foram subindo ao alto da vila à igreja da Companhia de Jesus; e indo uma companhia dos invasores por um caminho estreito, que fica por trás da cerca do convento de S. Francisco, saiu-lhes ao encontro o capitão Salvador de Azevedo com cerca de 22 homens de sua companhia e «com estes poucos teve o encontro com o inimigo com grande valor e ânimo, onde lhes fez muito dano»²⁸³.

Enquanto isto se passava, o restante do exército invasor carregou em força no centro da vila, entre os Capuchinhos e os Jesuítas, por onde penetrou e venceu a resistência que pouco durou e sofreu alguns mortos, e foi acampar sobre uma colina onde estava situada a principal igreja paroquial de Olinda. Dali podiam atirar sobre o referido baluarte que defendia o lado norte, o qual resistiu pouco tempo, pois sofreu um ataque das forças do general Lonck apoiadas por quatro canhões e, sabendo que os holandeses se tinham apoderado do alto da vila, entregaram-se sem resistência. Um novo desembarque de 500 homens a sul de Olinda decidiu a sorte da vila, que foi abandonada.

Os holandeses ficaram senhores da vila, havendo por parte dos defensores, segundo Varnhagen, «quarenta e cinco mortos e cinquenta e seis feridos, entrando no número dos primeiros o bravo capitão de linha André Pereira Temudo»²⁸⁴.

Matias de Albuquerque retirou-se para o Recife, acompanhado de pouca gente, porque o terror se estabelecera por toda a parte com a forte presença do invasor em Olinda.

Nestas condições, o General português encontrou-se acompanhado de um pequeno número de combatentes mas bastante animados, com grande vontade de defender aquela terra, mesmo com sacrifício da própria vida. Com eles, Matias de Albuquerque reforçou os desfalcados contingentes dos dois fortes, do Mar e de S. Jorge, e guarneceu as trincheiras e redutos que defendiam o Recife pelo lado de terra.

Entretanto, a construção de uma fortificação regular, em local a 300 passos do forte de S. Jorge, a cargo do engenheiro Diogo Paes, não estava ainda concluída²⁸⁵.

²⁸³ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 31.

²⁸⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal, ...*, II, p. 255.

No Recife, ante a iminência da entrada da armada holandesa, decidiu o governador Matias de Albuquerque afundar, na Barra, oito navios e a seguir, para evitar que caíssem em poder dos batavos cerca de 16 000 caixas de açúcar, tabaco e algodão, mandou queimar vinte e quatro navios e alguns armazéns onde estavam esses produtos. Calcula o prejuízo em um milhão e seiscentos mil cruzados²⁸⁶.

Não demoraram os holandeses a atacar o Recife e, assim, nos dias 18 e 19 de Fevereiro, procuraram silenciar as fortalezas e entrar no porto mas, o bombardeio eficaz que sofreram os seus navios, levou-os a mudar de tática. Assim, no dia 20, o Tenente-coronel Callenfels com uma força considerável, atacou, de noite, por terra, o forte de S. Jorge, mas António Lima e a sua guarnição resistiram durante duas horas causando várias baixas aos holandeses que tiveram de se retirar com perdas de «vinte mortos e quarenta feridos», segundo o relatório do comandante holandês Waerdenburch²⁸⁷.

A bravura com que se defenderam os do forte serviu não só para encorajar as demais guarnições do Recife, como ainda para animar os que se tinham retirado que então voltaram e outros movidos pelo entusiasmo apresentaram-se.

Os holandeses tornaram a investir na manhã do dia 1 de Março e, apesar da resistência dos defensores, foram-se agravando os estragos nas muralhas do forte e nas plataformas das peças, ao mesmo tempo que crescia o número de feridos e mortos entre os defensores, situação que levou à rendição na manhã de 2 de Março.

No mesmo dia rendeu-se o forte do Mar, menos guarnecido e agora desamparado, sendo assinada a capitulação em termos honrosos para os vencidos. No dia 3, as tropas invasoras ocuparam inteiramente o Recife e a ilha de António Vaz também designada de S.to António²⁸⁸.

O domínio destas posições pelos invasores, obrigou Matias de Albuquerque a deixar o seu acampamento de Asseca que ficava ao alcance da artilharia inimiga, e a procurar melhor local onde pudesse reunir os que estavam dispostos a continuar a luta. Logo

²⁸⁵ Esta construção foi tomada pelos holandeses em Março de 1630, e vieram a concluí-la dando a denominação de Forte de Bruyne, em honra de John de Bruyne, presidente do conselho político de Olinda, nome este que veio a ser adoptado até hoje «injustamente», no dizer de Varnhagen, embora alterado para Brum; cf. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, 2.^a ed., vol.2, Recife, FUNDARPE, 1983, p. 485-486.

²⁸⁶ Carta do general Matias de Albuquerque ao Rei, escrita no Recife, em 18 Fevereiro de 1630; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Reservados, códice 1,2,35 doc. n.º 31, fls. 129 -131

²⁸⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História das lutas com os holandeses no Brasil, desde 1624 a 1654*, Lisboa, Typographia de Castro Irmão, 1872, p.61.

²⁸⁸ António de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 52.

organizou as Companhias de emboscadas que passaram a hostilizar o inimigo e a causar-lhe baixas, como acontecera na Bahia em 1624-25 com os resultados conhecidos.

Matias de Albuquerque, na carta que dirigiu ao Rei, escrita em 18 de Fevereiro de 1630, diz que a força inimiga que defrontou na passagem do Rio Doce, em demanda de Olinda, era composta por «quatro escoadrões formados e 36 bandeiras de Infantaria e quatro peças de Artilharia, e serião de quatro p.^a cinco mil Infantes e duzentos cavallos»²⁸⁹. Para lhes fazer frente, no dia do desembarque em Pau Amarelo a 15 de Fevereiro, contou apenas com oito companhias de infantaria, três de presídio e cinco de ordenança, quatro de cavalos, e uma força de índios, somando tudo uns mil infantes e duzentos cavalos.

4.2. O início da resistência ao invasor. As armadas de socorro

O termo “guerra de resistência” contra os holandeses é usado por Evaldo Cabral de Mello para a guerra que ocorreu desde a conquista holandesa de Olinda em 1630 até ao ano de 1637 em que as forças hispano- portuguesas sob o comando do Mestre de campo general conde de Bagnuolo são repelidas para sul do rio S. Francisco, aproximando-se da Bahia²⁹⁰.

Neste período foram enviadas, pelo governo Filipino, duas armadas de socorro nos anos de 1631 e 1635, cujo reforço de tropas e de meios materiais não foi suficiente para alterar o rumo da guerra, favorável aos holandeses.

Tão-pouco o conseguiu a armada enviada em 1638, sob o comando do 1.º conde da Torre, desta vez com a missão de reconquistar Pernambuco e expulsar os holandeses do Brasil quando era seu governador o conde de Nassau. É certo que a armada hispano-portuguesa deu batalha, que se prolongou por vários dias, ao longo da costa nordeste, mas soçobrou diante do poderio naval holandês e ante circunstâncias meteorológicas adversas.

²⁸⁹ Carta do general Matias de Albuquerque ao Rei, escrita no Recife, em 18 Fevereiro de 1630; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Reservados, códice 1,2,35 doc. n.º 31, fls. 129 -131.

²⁹⁰ Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1998, p. 15.

4.2.1. O comando do General Matias de Albuquerque

Com boas provas dadas no Brasil durante seis anos no governo da Capitania de Pernambuco desde 1620, cabendo-lhe também, em 1624, quando da conquista holandesa da Bahia, dirigir o governo geral do Brasil até Novembro de 1625.

No ano de 1629 quando chegaram notícias a Madrid e Lisboa de que se preparava na Holanda uma grande armada para ir ao Brasil e atacar Pernambuco, o rei pretendeu escolher uma «pessoa de tais portes e qualidades que se possa esperar [...] para fortificar as capitanias do norte do estado do Brasil», e voltou a escolher Matias de Albuquerque que, aliás, lhe fora proposto pelo donatário. Nomeou-o, como vimos, para o cargo de Superintendente da guerra de Pernambuco, visitador e fortificador das capitanias do norte.

Em Pernambuco, percorreu os presídios e examinou as fortificações, achando muitas em estado de ruína²⁹¹. Tomou providências para se fazerem obras de defesa do porto, atendeu à disciplina e ao armamento da tropa, organizou duas companhias de gente do mar, ordenou que todos os homens de armas do interior da capitania e das vizinhas, e os índios, estivessem preparados para acudir onde se mostrasse necessário. Mas o tempo era escasso, como se provou, para acudir a 60 léguas de costa com mais de duas dezenas de locais favoráveis a um desembarque.

Desencadeada a guerra de resistência ao invasor flamengo, esta revela-se de grande violência e sem tréguas.

Matias de Albuquerque tratou de organizar a resistência. Assim, no alto de um outeiro que dominava a campina, cerca de légua e meia a Oeste do Recife, mandou levantar baluartes protegidos por trincheiras e fossos que os circundavam²⁹². Assim se iniciou a construção de um acampamento fortificado que recebeu o nome de Arraial do Bom Jesus (ou Forte Real do Bom Jesus), e conseguiria resistir, durante cinco anos, aos bombardeamentos e investidas dos holandeses.

A seguir, organizou na Várzea, do Recife, estâncias-redutos que constituíssem posições de onde se podia vigiar e dificultar o movimento das tropas holandesas fora da praça do Recife.

²⁹¹ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico de Pernambucanos célebres*, Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p. 705.

²⁹² Marcos Albuquerque, Veleza Lucena, *Forte Real do Bom Jesus. Resgate Arqueológico de um sítio histórico*, Recife, Ed. CEPE (UFPE), 1988, p. 167.

Logo cuidaram, também, os holandeses de aperfeiçoar as defesas existentes e de construir outras fortificações no istmo do Recife e na ilha de António Vaz, com a intenção de enfrentar as ameaças e ataques vindos do interior. Em Olinda, reforçaram muros, demoliram casas e abriram trincheiras na face voltada para o interior. No dia 14 de Março atacaram de surpresa o Arraial do Bom Jesus, mas foram repelidos com pesadas baixas ²⁹³.

Entretanto, os invasores trataram de montar a sua administração na terra conquistada, instalando o seu Conselho Político, o Conselho de Guerra e outros órgãos previstos nas instruções e regimentos elaborados pelo Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais.

Todavia, os trabalhos de organização e defesa dos batavos não decorriam em ambiente calmo, pois sucediam-se os ataques levados a efeito por Luís Barbalho e por António Ribeiro de Lacerda, provocando baixas e atrasos, e ferindo inúmeros oficiais incluindo o comandante da ilha de António Vaz, Tenente coronel van der Elst. O próprio general Lonck quase foi aprisionado na emboscada preparada por Pascoal Pereira, Luís Barbalho e Felipe Camarão, quando se dirigia do Recife para Olinda fortemente escoltado.

O certo é que, em pouco tempo, já os invasores não ousavam ir muito longe das suas fortificações. Senhores do mar, não dispunham, nesse período, senão de uma limitada faixa de terra e para alimentação da tropa dependiam inteiramente da metrópole ou de alguma acção de corso feliz, pelo litoral ²⁹⁴.

As notícias sobre os acontecimentos em Pernambuco causaram em Madrid, Lisboa e Haia reacções diversas e de diferentes intensidades. D. Diogo de Castro, Governador interino, em Lisboa, considerou grave a situação criada pela presença dos holandeses no Brasil e pediu ao rei de Castela que se enviassem socorros urgentes e poderosos, a fim de expulsarem os flamengos da colónia.

Na Holanda foram recebidas informações sobre as providências que se tomavam em Lisboa e Madrid, para expedição de uma grande armada ao Brasil e reagiram rapidamente. Assim, entre Dezembro de 1630 e Abril de 1631 fundearam no Recife 16 navios da esquadra de Jan Adriansen Pater que traziam uns mil homens. À medida que aumentava o seu poder no Recife, crescia o ânimo dos flamengos para novos empreendimentos militares.

²⁹³ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 40.

²⁹⁴ A. Souza Júnior, *op.cit.*, p. 55.

Quando da conquista de Olinda, como vimos, em meados de Fevereiro de 1630, pelas forças holandesas, o Conselho Supremo da Companhia das Índias Ocidentais, no Brasil, instalou naquela vila a sua Sede. No entanto, tornava-se insustentável a sua permanência em Olinda devido aos frequentes ataques efectuados pelas forças portuguesas, não apenas às suas instalações na vila mas também às suas forças que circulavam no caminho de cerca de uma légua que tinham de percorrer entre Olinda e o porto do Recife.

Portanto, decidiram abandonar Olinda e instalar-se no Recife, mas diz Diogo Lopes de Santiago, como «sempre trazem posto o ânimo e os olhos no interesse mandaram dizer a Matias de Albuquerque se a queria resgatar por algumas mil caixas de açúcar»²⁹⁵. O General Matias de Albuquerque não aceitou tal proposta. Então, no dia 25 de Novembro de 1631, os holandeses abandonaram-na, não sem que antes a tivessem incendiado, e fixaram a sua sede na praça do Recife junto ao porto marítimo.

O rei Filipe III apreciava-o e dirigia-lhe cartas honrosas, entre elas uma com data de 26 de Janeiro de 1631, em que o nomeia para o seu Conselho de Guerra, e é assim transcrita por Pereira da Costa: « Em consideração ao zelo e cuidado com que sempre me haveis servido, e do bem e do valor com que ultimamente procedestes na ocasião da invasão de Pernambuco, em submergir e queimar os navios; hei tido por bem fazer- vos mercê de nomear- vos do meu conselho de guerra, esperando que em tudo cumprireis com as vossas obrigações, como até aqui o haveis praticado; do que vos hei querido advertir para que assim o tenhaes entendido»²⁹⁶.

4.2.2. A armada de D.Antonio de Oquendo enviada em 1631.

Com a queda de Pernambuco em poder dos holandeses, o rei Filipe IV quando recebeu a infausta notícia tratou de tomar providências²⁹⁷. Umas de natureza financeira, outras de natureza judicial, outras ainda de natureza fiscal e de reforço das trincheiras,

²⁹⁵ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 49.

²⁹⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico...*, p. 708.

²⁹⁷ Carta régia, datada de 28 de Maio de 1630; *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, vol. 4, ..., p.176.

todas visando preparar uma resposta à situação de perda de Pernambuco, prevenindo também ataques à Bahia.

Assim, decretou a dilatação de prazos de letras, possibilitou a comutação de degredos para a armada de Pernambuco, incumbiu o Colégio da Companhia de Jesus na Bahia de contribuir para as trincheiras, e impôs o Real d'Água a ser executado pela Câmara de Lisboa²⁹⁸. Outras medidas de natureza financeira foram postas em prática com o mesmo fim de prestar socorro ao Brasil. Assim, em Agosto, foi enviada outra carta régia à Câmara de Lisboa²⁹⁹ sobre o Real d'Água e, em Novembro, seguiu outra para a Câmara do Porto³⁰⁰.

As medidas tomadas não se ficaram por aqui, pois logo em Dezembro do mesmo ano de 1630, foi estabelecida a isenção de direitos dos abastecimentos enviados para o Brasil³⁰¹. E, em Maio do ano seguinte, com a armada no alto mar, o governo recorria a um empréstimo de quinhentos mil cruzados³⁰².

Entretanto, a 22 de Abril de 1631 os holandeses atacaram a ilha de Itamaracá onde levantaram o forte Orange³⁰³, e a 1 de Julho tentaram expandir-se para o Sul, atacando sem resultado, o porto dos Afogados.

A 5 de Maio de 1631 partiu de Lisboa a armada de socorro ao Brasil que, no regresso, devia comboiar os navios do México ameaçados de ataques pelos holandeses. Constava esta frota de 20 navios, sendo 15 espanhóis e 5 portugueses, artilhadas com 402 canhões, e uma equipagem de 3010 homens. Seguiu sob o comando em chefe do general D. António de Oquendo, tendo por almirante Francisco de Vallecila.

Os socorros constavam de 1600 homens com 12 peças de artilharia e seu trem para deixar em Pernambuco, 200 homens para a Paraíba, e 600 para a Bahia. Na força destinada a Pernambuco figurava um terço napolitano de 300 praças sob o comando do Mestre de campo Giovanni Vincenzo de San Felice, conde de Bagnuolo, que igualmente era governador de toda a mais gente que vinha de socorro³⁰⁴.

²⁹⁸ Cartas régias datadas de 1, 13 e 30 de Junho, de 1630; cf. *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, vol. 4, ..., pp.177, 179 e 185.

²⁹⁹ Carta régia, com a data de 9 de Agosto de 1630; cf. *Ibidem*, p. 185.

³⁰⁰ Carta régia, com a data de 16 de Novembro de 1630; cf. *Ibidem*, p. 199.

³⁰¹ Cartas régias (duas), datadas de 13 de Dezembro de 1630; cf. *Ibidem*.

³⁰² Carta régia datada de 21 de Maio de 1631; cf. *Ibidem*, p. 202.

³⁰³ A ilha de Itamaracá viria a ser conquistada pelos holandeses em 20 de Junho de 1633; cf. Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, pp. 55, 61.

³⁰⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, vol. 2, Recife, FUNDARPE, 1983, p. 568.

Entretanto, os holandeses reforçavam as suas forças militares em Pernambuco, pois logo que o General Enrique Loncq partiu, chegou da Holanda o Coronel Alexandre Citon que trazia dois mil soldados, munições e abastecimentos em doze naus. Mas sabendo-se lá que havia partido de Lisboa D. António de Oquendo, enviaram mais mil e quinhentos homens em oito naus, com o experiente General «para el mar», Juan Adrian Patre³⁰⁵.

Com a certeza que D. António de Oquendo iria primeiro à Bahia, entendeu conveniente o General Matias de Albuquerque enviar dois barcos de coberta, indo num o alferes Rodrigo Fernandez que partiu do Porto do Cabo de Santo Agostinho; no outro foi o «Patron mayor» Francisco Vello de Lemos, que partiu do porto das Pedras que se situa no rio que entra em Porto Calvo. Por eles dava avisos ao Almirante General de quanto lhe parecia necessário para os objectivos pretendidos³⁰⁶.

No dia 13 de Julho de 1631 aportou à cidade do Salvador a armada hispano-portuguesa sob o comando de D. António de Oquendo. Nela vinha Duarte de Albuquerque, «Señor de Pernambuco»³⁰⁷. Tratou com o Governador e Capitão general Diego Luís de Oliveyra que estava na Bahia, e com o conde de Bagnuolo. Foi decidido que, com brevidade, navegasse o socorro para Pernambuco e, no regresso, viesse a acompanhar a frota de açúcares para Espanha.

Porém, nos últimos dias de Julho chegara próximo da Bahia a armada holandesa comandada pelo General J. Adrian Patre, composta por 16 galeões a maior parte deles «mayores que la del Almirante General D. António de Oquendo, com 1500 infantes e boníssimos marineros»³⁰⁸. Aquele enviara, adiante, seis navios ligeiros, para que se reparissem de dois a dois, e andassem «a la boca de la Baia» esperando a saída da Armada hispano-portuguesa, para segui-la de Barlavento, atirando alguns tiros de canhão e fazendo de noite sinais com fogueiras.

O general holandês estava confiante na qualidade do seu pessoal e dos seus navios que vinham com maiores protecções e com alguns dispositivos preparados³⁰⁹.

A três de Setembro fez-se à vela para Norte a armada de Dom António de Oquendo, com vinte «navios de guerra», doze caravelas, e vinte e quatro navios

³⁰⁵ Duarte de Albuquerque Coelho, *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil ...*, fl. 52v.

³⁰⁶ Idem, *Ibidem*, fl. 53.

³⁰⁷ O donatário assim se declara, como era oficialmente reconhecido; cf. Idem, *Ibidem*.

³⁰⁸ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 53v.

³⁰⁹ Diz o autor das *Memorias diarias* que: «llevava el las gabias a prueba de mosquete, com guarnicion de infanteria, i muchos artificios de fuego, para que quando abordasse le pudiessen servir»; cf. Duarte Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 53 v.

carregados de açúcar, perfazendo o número de cinquenta e seis. Conduzia 1200 homens de reforço para Pernambuco e Paraíba. Pretendiam buscar um local seguro, talvez o Cabo de S. Agostinho para desembarcar o reforço destinado ao Arraial do Bom Jesus, e depois seguir viagem para a Europa. Foram navegando com vento contrário³¹⁰.

A 12 de Setembro, as duas esquadras avistaram-se na altura dos Abrolhos. Apesar de surpreendido pela quantidade de velas da esquadra contrária, Patre não recuou do propósito de dar combate. Assim, o General holandês Patre, com os seus 16 navios, depois de algum tempo de espera, deu as suas ordens a toda a armada decidido a atacar. A sua Capitânia vinha de proa contra a de Dom António de Oquendo, e a sua Almiranta atacou a de Francisco de Vallecilla, trazendo logo as suas naus de ajuda. As restantes vinham com ordem de abordar e ajudarem-se, se bem que não o fizessem todas³¹¹.

A batalha naval foi renhida, desde as oito da manhã e eram quatro da tarde quando se manifestou incêndio na *Príncipe Guilherme*, capitânia holandesa. E o fogo ia já comunicando à espanhola a ela aferrada, «quando a conseguiu salvar o capitão João do Prado, subministrando-lhe um cabo ou rajeira»³¹².

Ao cair da tarde, pelas perdas sofridas de lado a lado, apartaram-se as duas esquadras, velejando a flamenga para o Recife e a hispano -portuguesa para a Barra Grande, a trinta léguas do Arraial. As baixas totais atingiram uns mil homens, cerca de metade para cada lado, perdendo os holandeses a capitânia bem como o seu General.

O resultado da batalha pode considerar-se favorável a Oquendo, principalmente por ter conseguido cumprir a outra parte da missão, que era deixar no litoral de Pernambuco os reforços que trazia de Portugal que, devido às baixas sofridas na batalha, só foi possível deixar ali cerca de 700 homens.

A notícia chegou logo ao Recife e ao Arraial. Na praça, os holandeses ficaram alarmados, temendo agora um duplo ataque, por mar e por terra. No acampamento, os pernambucanos encheram-se de coragem e entusiasmo e redobraram de audácia, nos golpes de mão desferidos contra os intrusos.

³¹⁰ Duarte Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 56.

³¹¹ Idem, *Ibidem*, fl. 56v

³¹² Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil...*, II, p. 268.

Em Novembro, o Conselho Político sentiu dificuldade em manter Olinda, decidindo, como vimos, abandoná-la e incendiá-la. Concentraram, então, os seus efectivos no Recife, cujas obras de fortificação estavam adiantadas ³¹³.

No dia 9 de Dezembro, o Tenente-Coronel Callenfels no comando de uma força de 1600 homens, desembarcou no litoral paraibano e atacou o forte de Cabedelo, para estabelecer ali um posto holandês. A guarnição local, que já tinha sido reforçada pelo contingente desembarcado pela esquadra de Oquendo, repeliu valentemente o invasor, causando-lhe, em uma semana de luta, severas baixas, para mais de 500 homens, segundo Richshoffer, testemunha dos acontecimentos.

Os holandeses regressaram ao Recife, mas antes do fim desse mês saíram novamente em busca de outro ponto de apoio no litoral brasileiro. A 27 de Dezembro, ainda o Tenente-Coronel Callenfels, comandando um efectivo maior que o precedente, apresentou-se na foz do rio Potengi, com a intenção de desembarcar nas terras do Rio Grande. Mais uma vez, porém, os seus planos malograram-se, porque o forte dos Reis Magos estava bem artilhado e guarnecido, e os holandeses tiveram de contentar-se em arrebancar gado retornando ao Recife nos primeiros dias de Janeiro de 1632.

Prosseguindo no plano de ataque ao litoral, o Coronel Waerdenburch, então Governador holandês, realizou duas incursões, uma, em Janeiro, contra o Rio Formoso, e outra, em Março, contra o cabo de Santo Agostinho. Em ambas foi mal sucedido, porque não conseguiu firmar-se em terra nem obter a presa desejada, e tiveram os holandeses de voltar ao Recife depois de cometerem depredações e saques.

A continuação deste modo de guerrear desiludia os flamengos, pelo tempo que absorvia, pelo sacrifício que impunha, e pelos poucos proventos que lhes proporcionava, até que um facto aparentemente vulgar nas lutas armadas, veio alterar o curso dos acontecimentos.

4.2.3. Prosseguem as conquistas holandesas

Narra Lopes de Santiago que «por este tempo se meteu com os holandeses um mancebo mameluco esforçado e atrevido, chamado Domingos Fernandes Calabar, o qual aprendeu entre elas a língua flamenga [...] e a causa de se meter com o inimigo foi

³¹³ Antônio de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 59.

o grande temor que teve de ser preso e castigado pelo provedor André de Almeida por furtos graves na fazenda d'El-rei»³¹⁴.

Calabar ³¹⁵ destacara-se pela sua valentia, habilidade e astúcia na luta de emboscadas. Foi neste aspecto que melhor serviu os invasores, após a sua passagem para as fileiras holandesas ³¹⁶.

Com efeito, encerrados nos redutos e trincheiras que cercavam o Recife, os holandeses, apesar dos dois anos transcorridos, quase nada conheciam da terra, cuja estreita faixa litorânea pisavam, assim como, ainda, não tinham podido assimilar os processos de luta usados pelos defensores de Pernambuco.

Os holandeses somente compreendiam a guerra dentro do esquema previsto nas ordenanças da época, e que tão bons resultados estava a dar nos campos de batalha da Europa no decurso da Guerra dos Trinta Anos. No combate, os grupos moviam-se com uma regularidade notável exercendo, cada qual, o papel que lhes era atribuído. Longe estavam os combates singulares das guerras medievais, não havendo agora lugar para a iniciativa isolada de um soldado que, por vezes, podia alterar o resultado de uma acção.

Foi Calabar quem proporcionou aos holandeses a experiência e a prática de outro sistema de pelejar, utilizando os ardis de guerra e as formações irregulares empregadas pelos nativos. Daí em diante, foram as formações portuguesas que sofreram, de dia ou de noite, nas estradas, nos acampamentos e até em seus redutos, ataques inopinados e ciladas fatais.

A primeira acção planeada com o concurso de Calabar, foi o ataque de surpresa contra a vila de Igaracú ³¹⁷. Sob o comando de Waerdenburch, uma força de uns 600 homens saiu do Recife de noite e, na manhã seguinte, 1.º de Maio de 1632, depois de acidentada marcha, surpreendeu os moradores de Igaracú, que não puderam oferecer suficiente resistência.

Animados com o triunfo, os holandeses decidiram levar avante o seu plano de expansão, tanto ao longo do litoral, como na penetração para o interior, esperando contar com a boa vontade de alguns moradores e a cooperação de muitos índios, dos

³¹⁴ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, pp. 51-52.

³¹⁵ De nome Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo cerca de 1600. Passara-se para o lado holandês em 1632 e prestou-lhes ajuda e informações importantes. A origem da sua deserção, segundo Varnhagen, «procedeu de temor do castigo em virtude de grandes crimes cometidos»; cf. Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil ...*, II, p. 271.

³¹⁶ Antônio de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 61.

³¹⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil... II*, p. 271.

quais se dizia Calabar amigo influente. Tal propósito foi fortalecido com a chegada de novos reforços das Províncias Unidas, em Dezembro de 1632 e Janeiro seguinte.

Por essa ocasião, houve também mudança na direcção dos negócios da Companhia, no Recife, com a vinda de novos directores delegados, Van Ceulen e Johan Gysselingh, e com a substituição, no governo e comando das armas, do Coronel Waerdenburch pelo Coronel Laurens Rembach.

No dia 7 de Fevereiro de 1633, pondo em execução um plano de conquista de pontos vitais para os seus abastecimentos, uma força holandesa de 500 homens sob o comando do Major Von Schkoppe, atacaram mais uma vez a guarnição do Rio Formoso, cuja resistência heróica se tornou verdadeiramente lendária. O holandês Netscher, na sua obra histórica sobre a presença holandesa no Brasil, descreve este episódio com admiração. Diz que este não tinha senão duas peças de canhão e por guarnição apenas vinte homens sob o comando de Pedro de Albuquerque. Jamais soldados fizeram melhor o seu dever do que este punhado de portugueses. Intimado a render-se, o bravo comandante respondeu que eles ali se defenderiam até o último suspiro; e com efeito, resistiram a quatro assaltos consecutivos. Dos vinte soldados, dezanove fizeram-se matar; o vigésimo ainda que ferido atravessou o rio a nado e, ao entrarem os vencedores no forte, ali encontraram o comandante português estendido ao lado dos seus dezanove bravos; tinha ele recebido um tiro no peito. «Os nossos, admirados e comovidos ante esse heroísmo, prodigalizaram-lhe socorros aos quais deveu a vida; concederam-lhe, em seguida, a liberdade sob palavra, e ele foi para Lisboa»³¹⁸.

Depois do Rio Formoso, que desta vez conquistaram, os holandeses procuraram ampliar os seus domínios para o interior. A seguir, um ataque bem sucedido deu-lhes a posse do posto dos Afogados. Aí levantaram um forte, denominado depois Príncipe Guilherme, de onde começaram a hostilizar os moradores da Várzea do Capibaribe; e esses, em consequência, retiraram-se para o sertão.

Mais tarde, o assalto e ocupação de outros dois postos na Várzea levaram os invasores a projectar a conquista do próprio Arraial do Bom Jesus, de modo a terminar, definitivamente, com aquela situação no Recife que se tornava humilhante «para

³¹⁸ « Les nôtres , étonnés et touchés de cet héroisme, lui prodiguerent des secours auxquels cet officier fut redevable de sa guérison; on lui accorda ensuite la liberte sur parole, e til se rendit à Lisbonne»; cf. Pieter Marinus Netscher, *Les hollandais au Brésil. Notice historique sur les Pays-bas et le Brésil au XVII siècle*, La Haye, Belinfante Frères, 1853, p. 64.

aqueles orgulhosos representantes da civilização europeia»³¹⁹. Assim, no dia 24 de Março, ainda orientados pelo desertor Calabar, 1200 holandeses, comandados pelo Coronel Van Rembach, acometeram, de surpresa, as fortificações do Arraial. Embora surpreendidos, por muitos estarem na prática de ofícios religiosos pois era uma quinta-feira santa, os defensores reagiram valentemente. Enquanto os de dentro do forte repeliam os assaltos, Luís Barbalho e outros capitães, fora do reduto, davam cargas e atacavam os holandeses com tremenda violência e a audácia costumeira. O inimigo após algumas horas de luta, teve de retirar-se, perdendo algumas centenas de combatentes entre mortes, feridos e prisioneiros. O próprio comandante da expedição atacante foi ferido mortalmente³²⁰.

No primeiro semestre de 1633 a situação dos defensores de Pernambuco passava por um período bastante difícil, quando se apresentou Henrique Dias que vinha acompanhado por outros negros também livres³²¹. O General Matias de Albuquerque fê-lo capitão deles.

A primeira acção militar de importância em que se viu envolvido Henrique Dias, desde que, como capitão, passou a comandar uma companhia de gente de sua cor, foi a de 15 de Julho, quando os holandeses, partindo do Forte dos Afogados, atacaram, sem sucesso, o engenho de São Sebastião de Pedro da Cunha de Andrade, que foi defendido por Henrique Dias com 20 negros, com o auxílio de outros capitães³²².

Reorganizando as suas forças, Matias de Albuquerque prossegue a sua acção de resistência aos invasores com o apoio de valentes capitães como Luís Barbalho, Martim Soares Moreno, Rebelinho, Henrique Dias, Felipe Camarão e tantos outros, decidido a manter a posse de regiões e pontos importantes para a defesa da Capitania, aguardando que chegassem os reforços prometidos da Europa.

Pela sua importância geográfica e militar, foram quatro os centros de resistência eleitos e guarnecidos para o prolongamento da luta: o conjunto fortificado do Arraial, comandado por Andrés Marim e defendido por 547 soldados, além de quase quinhentas

³¹⁹ Antônio de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 64.

³²⁰ Idem, *Ibidem*.

³²¹ A liberdade por alforria era concedida, em geral, por um documento escrito assinado pelo senhor ou por um terceiro, a seu pedido, no caso de este ser analfabeto. Podia ser concedida solenemente ou não, directa ou indirectamente, expressa ou tacitamente ou, ainda, de maneira presumida, por acto entre vivos ou como última vontade, em acto particular ou na presença de um notário, com ou sem documento escrito. Mas, neste caso tornava-se necessário que houvesse testemunhas comprovantes da alforria. Kátia Mattoso diz que um cativo que pertencesse à confraria de São Benedito e que pagasse o seu preço, era imediatamente alforriado; servir como soldado também dava alforria; cf. Kátia de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, 3.^a ed. (1990), 2.^a reimpressão, São Paulo, Editora Brasiliense, 2003, pp. 177-178.

³²² Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fls. 105v-106.

peçoas, entre moradores suas famílias e escravos; a fortaleza de Nazareth, confiada ao comando do Sargento-mor Pedro Corrêa da Gama e Luís Barbalho, que tinham sob suas ordens cerca de 600 homens; Porto Calvo, entregue a algumas companhias italianas e sob o comando do Conde de Bagnuolo; finalmente, Serinhaém, distante seis milhas do cabo de S. Agostinho, onde se instalou o próprio Governador, e para onde acorreram todos os moradores e fazendeiros que não desejavam submeter-se ao jugo dos holandeses.

Desses, o Arraial era o único que realmente constituía uma permanente ameaça aos conquistadores, pela proximidade do Recife e pela gente tenaz e audaciosa que a guarnecia. Porto Calvo e Serinháem eram centros de comunicações ou de contacto com as populações sertanejas, para onde poderiam ser dirigidos os reforços e recursos procedentes do sul e do interior. A fortaleza da Nazareth, no Cabo de Santo Agostinho, representava um dos últimos pontos de ligação directa com a Europa, por onde seria possível receber ainda os contingentes esperados ansiosamente em Pernambuco ³²³.

Os combates aumentavam de violência e, no fim desse ano de 1633, tinham os holandeses recebido mais de 3 000 soldados de reforço, com bastante munição e provisões, ao passo que, da abnegada mas infeliz expedição de Francisco Vasconcellos da Cunha, apenas chegaram ao Arraial cento e oitenta homens e duzentos à Paraíba ³²⁴.

Nessa altura dos acontecimentos, a guerra tomara um carácter tão bárbaro e desumano, que os chefes militares de um e outro lado acordaram em acabar com os actos de crueldade e selvajaria praticados pelos combatentes. Vejamos algumas das condições referidas por Robert Shouthey: «Não se queimaria igreja alguma, nem se destruiria imagens; mas se dentro de qualquer templo se opusesse resistência, ou se alguém tentasse fortificar-se em algum, não seria em tal caso obrigatório este artigo. Em batalha, recontro, emboscada, ou de qualquer forma que um soldado caísse em poder do inimigo, logo que pedisse quartel, nenhum mal mais se lhe faria[...]. Estes artigos foram assinados por Matias de Albuquerque e o Conde de Bagnuolo, de um lado, e por Van Ceulen e Ghijsselin, do outro»³²⁵.

No mês de Dezembro de 1633, uma expedição comandada pelo almirante Lichthardt e constituída de quatro navios e sete patachos, conduzindo 800 soldados de infantaria lançara as suas tropas de desembarque três léguas ao sul da foz do Rio Grande

³²³ Major António de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 74.

³²⁴ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fls. 119 ss.

³²⁵ Robert Southey, *Historia do Brazil*, tomo 2, trad. do inglês por Luiz J. de Oliveira e Castro, Rio de Janeiro, Liv. de B.L. Garnier, 1862, pp. 244-247.

(Potengi) e foi atacar o forte dos Reis Magos, por mar e por terra. A pequena mas valente guarnição de 90 homens resistiu com coragem mas, não pôde conter durante muitos dias os ataques das poderosas forças terrestres e navais do inimigo. Deste modo, no dia 12 de Dezembro, o forte capitulou, passando para as mãos dos conquistadores mais um importante trato de terra do Brasil colonial.

Praticamente ocupado o Rio Grande, onde contavam agora os holandeses com o apoio dos Tapuias, a Paraíba ficava entre dois focos inimigos, tendo feito, em Fevereiro, uma tentativa de conquista sem êxito.

Começava a distinguir-se o Capitão Henrique Dias que combateu denodadamente em Março de 1634 ao repelir um ataque ao Arraial do Bom Jesus e, em Dezembro, foi ferido ao defender, na Várzea, o Engenho Santo António de Francisco de Brito Pereira³²⁶.

Entretanto, a conquista da Paraíba foi novamente decidida e preparada. Assim, em fins de Novembro, uma esquadra flamenga, sob o comando do Almirante Lichthardt e do Coronel Sigismundo von Schkoppe, saiu do Recife tomando o rumo norte impulsionada pelos ventos favoráveis daqueles dias. A 4 de Dezembro apresentaram-se cerca de cinquenta barcaças com tropas holandesas de desembarque diante do Cabo Branco e, ao sinal de içar uma bandeira vermelha, «lançava a gente em terra na enseada de Jaguaribe vizinha, à vista do governador António de Albuquerque»³²⁷.

A defesa da região estava, então, entregue a três fortes, dois já conhecidos, o do Cabedelo a sul, e o de Santo António a norte, e agora mais o da Restinga, ultimamente levantado num banco de areia próximo à primeira daquelas fortificações. (Fig. 5)

O efectivo com que contavam os portugueses não ultrapassava os 800 homens, enquanto as forças holandesas eram compostas por «22 companhias de guerra»³²⁸. As forças do Coronel Schkoppe aquartelaram-se na margem esquerda do rio e as de Artichofsky na direita, perto da praia, de onde podiam observar os defensores a descoberto.

O ataque ao forte da Restinga foi feito de surpresa e com grande furor que, apesar da resistência, os atacantes holandeses conseguiram tomar, sendo, os defensores, passados a fio de espada.

³²⁶ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 170.

³²⁷ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil...*, II, p. 285.

³²⁸ António de Sousa Júnior, *op.cit.*, p. 69.

No dia 15 de Dezembro, foi bombardeado o forte de Cabedelo com todos os canhões assestados nas baterias; e os holandeses mandaram aos do forte um tambor intimá-los a que se rendessem. Os de dentro mostraram-se muito animados e tão altivos que nem quiseram receber a carta que lhes fora enviada, razão pela qual foi redobrado o canhonheio. O cerco ao Forte durou 15 dias, por terra e por mar, e custou aos defensores oitenta e dois mortos e cento e três feridos. Depois, o fortim de Santo António, na margem fronteira, apenas resistiu quatro dias ³²⁹.

Com a retirada do Governador António de Albuquerque, do Conde de Bagnuolo e de seus comandados, que não se encontravam no interior dos fortes vencidos, os holandeses avançaram até à sede da capitania da Paraíba. Cessara, desta forma, ao termo de quatro anos de lutas renhidas, as últimas resistências portuguesas ao longo do litoral do Brasil, entre o Recife e a barra do rio Potengi na capitania do Rio Grande.

Após ter deixado a Paraíba, a esquadra flamenga chegou inesperadamente diante das fortificações do cabo de Santo Agostinho, esperando os holandeses que essas fortificações estivessem fracamente guarnecidas, em consequência dos reforços mandados à Paraíba. Isso, entretanto, não aconteceu, porque Matias de Albuquerque, assim que soube do novo rumo tomado pela expedição inimiga, diligenciou forte socorro destinado ao cabo de Santo Agostinho.

É interessante assinalar como os portugueses, com escassos efectivos, puderam enfrentar as ameaças tão dispersas dos holandeses, ao longo de um litoral tão extenso. Isso era possível pela situação estratégica favorável ocupada pelo Arraial, onde se concentrava o grosso das forças de Matias de Albuquerque. Daí, ele podia reforçar as guarnições dos fortes da Paraíba e do Rio Grande, para norte, e do cabo de Santo Agostinho, Rio Formoso e até as Alagoas, para o sul.

Por este motivo, os holandeses encontraram o Cabo de S. Agostinho fortemente guarnecido. Vinham guiados mais uma vez pelo astucioso Calabar, forçaram a entrada da barra, tentaram um desembarque na praia de Iatapoã e firmaram pé na pequena povoação do Pontal. A situação tornou-se angustiante para os defensores, mas a chegada de contingentes da Paraíba e da Bahia salvou-os. Matias de Albuquerque reforçou os fortes que defendiam a barra do porto, onde se encontrava a esquadra flamenga, agora em dificuldade de retirar-se, e atacou decididamente o Pontal. Um equívoco fez fracassar o ataque e assim a astúcia de Calabar permitiu a Lichthardt retirar todos os

³²⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil...*, II, p. 287.

navios por uma barreta, ou estreita passagem, nos recifes. No Pontal, entretanto, ficou um forte contingente como símbolo da ocupação flamenga.

O ano de 1635 apresentava-se sombrio, cheio de dificuldades e desfavorável às armas dos defensores da terra invadida. Não por esmorecimento nem descrença daqueles bravos e resolutos soldados. O que fazia inclinar para o lado dos conquistadores o fiel da balança da luta, era a assistência que recebiam dos Países Baixos e a colaboração preciosa de Calabar e dos gentios que o acompanhavam na ajuda aos invasores. Enquanto da Holanda chegavam frequentemente reforços e recursos para ampliação das conquistas realizadas pela Companhia das Índias Ocidentais, de Lisboa e Madrid vinham menos meios e mais promessas de esquadras em preparativos³³⁰.

Após o regresso vitorioso da Paraíba, os flamengos lançaram-se à conquista de pontos-chave ainda em poder dos Portugueses. No decurso do mês de Março de 1635 o Almirante Lichthardt saiu do Recife e desembarcou na Barra Grande, marchando por sugestão de Calabar, contra Porto Calvo, do qual se apoderou sem grande oposição do Conde de Bagnuolo; o Governador holandês, Coronel Sigismundo Von Schkoppe começou a investir contra as povoações do interior mais próximas e passou a realizar o sítio da fortaleza de Nazareth, cortando-lhe todas as comunicações terrestres.

Por sua vez, o coronel Artichofsky deu início ao cerco do Arraial do Bom Jesus, cuja resistência se tornou um dos episódios mais emocionantes e heróicos da guerra de resistência. Os holandeses colocaram a sua artilharia em posição, não sem que tivessem que sofrer vários ataques e surtidas feitas por forças que os defensores conseguiam colocar de surpresa fora das suas muralhas.

O cronista coevo Lopes de Santiago escreveu que «a 23 de Março saiu gente do nosso Arraial e teve uma grande pendência com o inimigo, matando a muitos deles e tomando-lhe farinha e munições» e mais adiante : «em uma pendencia um soldado particular dos nossos aprisionou o Artichofsky, pegando-lhe pelas rédeas do cavalo e levando-o consigo; porém descuidando-se, ele feriu ao soldado com a insígnia, que era um martelo de ponta aguda, e escapou das suas mãos ao mais correr do cavalo, exemplo que nos mostra que não fiemos de boas palavras do inimigo rendido»³³¹.

Um mês depois de iniciado o sítio do Arraial, Artichofsky dispunha de 1 200 homens em torno desta fortificação. Dia a dia a situação tornava-se aflitiva mesmo desesperada, mas não esmorecia o espírito de luta dos sitiados.

³³⁰ Major António de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 72.

³³¹ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 86

Os defensores chegaram a padecer gravíssima fome, «chegando a comer treze cavalos, couros de bois e outras sevandilhas; e muitos soldados saíam a buscar umas ervas como beldroegas, que havia em uns alagadiços»³³².

Afinal, depois de três meses de assédio rigoroso, quando já lhes faltavam víveres, munições e, principalmente esperança de receber o socorro prometido, os defensores do Arraial decidiram cessar a resistência. Era o dia 8 de Junho de 1635 em que capitularam, ao cabo de mais de cinco anos de luta e três meses de sítio amargurado³³³.

O cronista desta guerra Diogo Lopes de Santiago relata o que foi o rescaldo da derrota sofrida e da perda do Arraial do Bom Jesus. Diz que os moradores que lá se encontravam, quando quiseram sair para irem para as suas casas foram surpreendidos pela ordem que «os generais e os do conselho» deram, que fossem «passados à espada e outros enforcados, dizendo serem traidores ao príncipe de Orange, como se tivessem eles aceitado seus passaportes ou como se consistisse a traição em serem leais a seu rei»³³⁴. Depois de muitas petições e exclamações dos moradores, os holandeses aceitaram receber resgates pelas suas vidas. Assim, foram resgatados diversos moradores, havendo alguns que foram molestados e outros evitaram os maus tratos por pagarem um valor mais alto como foi o caso do coronel Pedro da Cunha de Andrade que pagou cinco mil cruzados. Também se resgatou «João Fernandes Vieira com dois moços seus, e desta sorte com esta tirania nunca vista ajuntaram vinte e oito mil cruzados»³³⁵.

Não demorou muito a cair o terceiro ponto de apoio dos portugueses, o Forte de N.^a S.^a da Nazareth, cuja resistência e capitulação não foram menos dignas de respeito até dos próprios holandeses.

Num ofício enviado, aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, o Coronel Sigismundo von Schkoppe escreveu o seguinte:

«O Forte de N.^a S.^a da Nazareth, situado no Cabo de S. Agostinho, foi por mim tão bem bloqueado durante quatro meses que apenas para quinze dias havia víveres, quando, muito a meu pesar, uma barca carregada com todo o género de provisões aí chegou[...] Se o Cabo pudesse ser fechado por mar como o está por terra, por onde

³³² Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 87.

³³³ Duarte de Albuquerque Coelho, *op. cit.*, fl. 191.

³³⁴ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 88.

³³⁵ Idem, *Ibidem*.

nenhum abastecimento pode vir, há muito tempo que essa praça teria caído em nossas mãos [...]»³³⁶.

Em outro ofício, o mesmo Coronel comunicava a tomada do forte de N.^a S.^a da Nazareth a 2 de Julho, e dizia que Luís Barbalho, o Sargento-mor e mais alguns portugueses iriam ser transportados para as Índias ocidentais e depois para a Holanda, à disposição dos Estados Gerais .

Entretanto, a 3 de Julho, iniciara Matias de Albuquerque a retirada de Serinhaém para Alagoas, conduzindo cerca de oito mil pessoas, entre soldados (menos de um milhar), índios, moradores com suas famílias e serviçais. Quem pôde, levou consigo bens, escravos, gado e carros. A extensa coluna tinha como vanguarda sessenta índios flecheiros e como retaguarda o valente Filipe Camarão com oitenta homens da sua tribo.

Um acontecimento importante haveria de marcar a retirada de Matias de Albuquerque, de Serinhaém para Alagoas. A estrada que levava a coluna passava pela povoação de Porto Calvo, guarnecida por uns 400 holandeses sob o comando do major Alexandre Picard. Mas, naqueles dias, chegaria a Porto Calvo um reforço de 200 homens comandados por Calabar.

Auxiliado por um morador da região, Sebastião do Souto (que viria a ser dos mais destemidos oficiais), Matias de Albuquerque atacou e venceu os primeiros redutos dos batavos, e procedeu ao sítio da vila. Durante esse tempo a coluna prosseguia a sua retirada para o sul.

A 19 de Julho, depois de seis dias de cerco, os holandeses capitularam. Ainda tentou o Major Picard, nas condições pedidas, salvar a vida de Calabar que, como vimos, se passara para o exército holandês ao qual prestara serviços de monta. Matias de Albuquerque não cedeu, permitindo aos estrangeiros que seguissem com as suas bagagens para a Bahia e dali embarcassem para a Europa. Quanto a Calabar, ele foi submetido a julgamento, condenado à morte, e executado no dia 22 .

Em Agosto, as tropas e moradores em retirada chegaram a Alagoas do norte e, pouco depois, transferiram-se para as do sul, reunidos às forças de Bagnuolo, onde se estabeleceram provisoriamente para aguardar reforços e ordens da metrópole.

³³⁶ Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, *Documentos Históricos*, apud Major António de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 77.

4.2.4. A armada de D. Lope de Hozes y Córdova enviada em 1635 e o comando efêmero de D. Luís de Rojas y Borja

Desde o ano de 1631 que o governo Filipino intentava preparar uma nova armada, deparando com várias dificuldades. Em Setembro houve um motim em Beja contra o recrutamento³³⁷.

No mês de Dezembro desse ano foi expedida uma carta régia que trata da preparação e partida da Armada de Castela e de Portugal, e outra manda suspender a quarta parte das tenças e mais mercês enquanto durarem os apuros da Fazenda³³⁸.

Dois anos depois, em Setembro, o Rei apelou às Câmaras para contribuírem para o socorro da Índia e do Brasil, e em Novembro atribuiu os ofícios do Brasil aos que servissem na guerra³³⁹.

O tempo foi passando, sem que se concluísse a organização da Armada e do corpo de exército necessário, até que em Setembro de 1634, o Rei fez um convite às Câmaras para contribuírem com soldados e dinheiro para o socorro do Brasil³⁴⁰. E, em meados do ano seguinte, por uma portaria e uma carta régia, o governo filipino tratava, uma vez mais, do socorro do Brasil e da questão dos impostos³⁴¹.

Lamentava Duarte de Albuquerque Coelho que “Nuestras Armadas” sempre tão prometidas, sempre tão esperadas, não chegavam. Não saíram de Lisboa nem em Março, nem em Maio, como diziam os avisos, senão a sete de Setembro de 1635. Era General da esquadra de Castela D. Lope de Hozes y Córdova; da de Portugal D. Rodrigo Lobo. Era almirante da primeira D. Joseph de Meneses e da segunda João de Sequeira Varejão. Ao todo, trinta navios.

Vinha D. Luís de Rojas y Borja para suceder a Matias de Albuquerque, e Pedro de Silva para suceder a Diego Luís de Oliveyra como Governador e Capitão general do Brasil na Bahia³⁴². As armadas detiveram-se quinze dias nas ilhas de Cabo Verde, que foram os últimos, para alguns que ali morreram de enfermidade, por ser aquele local pouco são. Fazendo os generais conselho, resolveram que fossem tomar a vila do Recife, que está oito graus ao Sul da Equinocial e oito léguas ao Norte do Cabo de Santo Agostinho.

³³⁷ Carta régia, datada de 19 de Setembro de 1631; cf. *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, 4.º vol, ..., p. 226.

³³⁸ Cartas régias, ambas com data de 1 de Dezembro de 1631; cf. *Ibidem*, p. 227.

³³⁹ Cartas régias, com as datas de 16 de Setembro e 2 de Novembro, de 1633; cf. *Ibidem*, pp. 361 e 369.

³⁴⁰ Carta régia, datada de 26 de Setembro de 1634; cf. *Ibidem*, 5.º vol, ..., p. 51.

³⁴¹ Portaria datada de 17 de Junho de 1635; cf. *Ibidem*, p. 63. Carta régia, com a data de 12 de Julho de 1635; cf. *Ibidem*, p. 64.

³⁴² Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 205v.

Assentando isto, chegaram ao amanhecer do dia 26 de Novembro diante da vila de Olinda e uma légua abaixo, no porto do Recife, estavam nove naus carregadas de açúcar, pau-brasil, tabaco, algodão e gengibre, de partida para a Holanda e com tal descuido, que não teria cada uma mais de cinco a seis homens³⁴³. O General D. Lope mostrou que ia atacar as nove naus, mas desistiu deste intento alegando demandarem mais água que aquela em que estavam as inimigas³⁴⁴.

Comenta pesaroso Albuquerque Coelho que não só se perdeu esta ocasião, mas a melhor que a sorte podia oferecer, «i nosotros desear», como se perdeu uma oportunidade de se estar próximo da costa e se dar tempo e ocasião aos moradores de lhes entregarem as cartas que tinham da parte do General Matias de Albuquerque³⁴⁵.

Com efeito, no Recife estava Sigismundo Von Schkoppe com apenas 200 homens, pois tinha enviado os seus principais contingentes para sul, para a frente das Lagoas na Peripueyra, tendo o resto da gente distribuída por outros postos e praças que ocupavam. O Coronel Artichofsky tinha dos mil homens para fazer frente aos do General Matias de Albuquerque se este quisesse entrar «por la campaña, entendiendolo assi de algunos moradores, a quien èl lo avia avisado»³⁴⁶. O Coronel Sigismundo chegou a exclamar que estava perdido e alguns dos seus oficiais e soldados foram dar aos moradores mais próximos as peças de prata e o que mais tinham «pidiendoles com grandes demõstraciones de rendidos, que se las guardassen, para darles la mitad despues que los niestros los rindiessen, por quanto no se podian defender»³⁴⁷.

Com isto começaram a mover-se os moradores, querendo tomar as armas e enviaram jangadas às Armadas, para avisá-las do estado das coisas ali. Mas as naus não deram fundo e o tempo era de Nordeste, que com as águas correndo ao Sul, foram descaindo de modo, que não puderam tomar alguma destas jangadas.

Assim foi perdida uma tão grande ocasião volta a exclamar Albuquerque Coelho que assinala um outro homem, em outra jangada junto ao cabo de Santo Agostinho,

³⁴³ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.* fl. 206.

³⁴⁴ Era perigosa a barra de Pernambuco «para quem a não sabe bem», não apenas pelos recifes que existem tanto a sul como a norte, como pela pouca profundidade das suas águas, assim descritas num Roteiro de navegar: «[...] na entrada de preamar dagoas vivas 28 palmos que são três braças e meia, e de baixamar duas braças e meya escassas e dagoas mortas tem de preamar duas braças e mea, e de baixamar duas braças [...]»; cf. Biblioteca da Ajuda, Códice 51-IX-21: *Tratado da parte do Roteiro de Navegar por que os mareantes se governam e que se refere à barra de Pernambuco*, s.d., fls. 46 v.º-47.

³⁴⁵ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.* fl. 206.

³⁴⁶ Idem, *Ibidem*, fl. 206v.

³⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

procurando comunicar com a Armada, mas por causa das águas e do vento não permitirem «bordear, poco se podía ya hazer»³⁴⁸.

Porém, usando uma vela pôde chegar-se à Armada e comunicar com o General D. Lope, o de Portugal D. Rodrigo, com D. Luís de Rojas e Pedro de Silva, e com os Almirantes; aconselhava a deixar as tropas no rio Sirinaem, e que logo partisse uma embarcação a avisar o General Matias de Albuquerque, para que viesse juntar-se-lhes. Mas D. Lope de Hozes mal informado pelo Capitão Francisco Duarte, que levava consigo (por ser homem mais prático nas coisas do mar) não resolveu assim, mas o que « el viento, i aguas quisieron, que fue irse a las Lagunas, i llegar enfrente de su Barra», onde deu fundo ao anoitecer do dia vinte e oito de Novembro³⁴⁹.

A 29, logo pela manhã, o soube o General Matias de Albuquerque que logo despachou o Capitão Martin Suarez com cartas para os Generais da Armada, para informá-los do que era necessário e, particularmente, que todo o socorro que ali se deixasse o teria por perdido, por falta de abastecimentos e as outras razões acima referidas. O mesmo escreveu, pelo próprio Suarez, o Conde de Bagnuolo.

Mas nada aproveitou o General D. Lope, a quem tocava responder, desculpando-se com os ventos e correntes que não deram lugar a volver atrás e, também, com o encargo de ir à Baía de Todos Santos a cumprir com as ordens que levava do Rei, em que lhe mandava buscar o Governador e Capitão General Diego Luís de Oliveyra a quem encarregava a empresa de tirar o inimigo de Curaçau, e que havia de ir naquelas Armadas³⁵⁰.

Em trinta desse mês de Novembro começou a infantaria a saltar em terra, na ponta de Iaragua, uma légua a Norte da Barra das Lagoas, e o mesmo fez D. Luís de Rojas y Borja com todo o outro socorro. Esperava-os o General Matias de Albuquerque com a sua gente, com que havia tomado os caminhos porquanto se estava próximo do inimigo, numa praia mui plana e desembaraçada, por onde poderia vir marchando e, a três léguas em frente das suas fortificações de Peripueyra, tinha doze naus que ali vieram pôr-se a barlavento de «nuestra Armada»³⁵¹.

O cargo em que D. Luís de Rojas y Borja vinha investido era o de Mestre de campo general, e Tenente do Marquês de Velada, que fora nomeado Capitão General

³⁴⁸ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.* fl. 207.

³⁴⁹ Idem, *Ibidem*.

³⁵⁰ Comenta o referido memorialista: «Com esto ni Curaçao se recobrò, ni de aquellas Armadas resultò cosa alguna en la restauracion de Pernambuco»; cf. Idem, *Ibidem*, fl. 207v.

³⁵¹ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 208.

para esta guerra, como dizia a patente de D. Luís. Trouxe carta do Rei, em que desobrigava Matias de Albuquerque daqueles trabalhos, e outras datadas de 30 de Janeiro e de 6 de Julho deste mesmo ano, para que Duarte de Albuquerque Coelho os continuasse, encarregando-o do Governo ordinário e político de Pernambuco, como a «Señor que de'l era» e encomendando-lhe que com D. Luís de Rojas tivesse boa correspondência. Atribuía ao Conde de Bagnuolo os cargos de Capitão general de Cavalaria, «sin averla», e de Artilharia que agora vinha no socorro composto de doze peças, e de seu Terço Napolitano, e fez Sargento-mor o seu filho D. Marco António Sanfeliche, que acabava de chegar como capitão de uma companhia dos 400 da sua nação³⁵².

Trouxe também o Mestre de campo general o titulo de Dom para o índio António Felipe Camarão e um hábito da Ordem de Cristo, o que era de justiça como nos diz o donatário: «i a la verdad toda honra merecia su fidelidad; i assi justamente se le hizieron despues mayores mercedes»³⁵³.

Logo tomou o comando do exército, D. Luís de Rojas y Borja, em substituição de Matias de Albuquerque³⁵⁴, que seguiu por terra para a Bahia, partindo daí para Portugal.

Diz-nos Francisco de Varnhagen que este conspícuo chefe, deixou o seu cargo em 16 de Dezembro de 1635 depois de haver militado com tanta constância e firmeza no Brasil durante 6 anos, e que o sentimento geral que se observou na sua partida, «servia para fazer - lhe esquecer alguns desgostos anteriores»³⁵⁵.

O biógrafo Pereira da Costa diz que ele não recebera o soldo a que tinha direito, ficando o estado a dever – lhe mais de 36 mil ducados, e da sua imensa fortuna muito gastou, e tanto que ficou empenhado, por uma guerra tão dispendiosa, e sempre com tanta falta do necessário para animar os soldados, mantendo a maior união entre partes tão belicosas e opiniosas, como castelhanos, portugueses, italianos e mamelucos, índios e negros, sem que aparecesse o menor descontentamento³⁵⁶.

³⁵² Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 208.

³⁵³ Idem, *Ibidem*, fl. 209.

³⁵⁴ Verifica-se que o rei Filipe III mudara de opinião a seu respeito, substituindo-o por D. Luiz de Rojas e Borja, de forma surpreendente depois de, durante mais de 5 anos, haver prestado os mais relevantes serviços em circunstâncias difíceis. Para justificar tal decisão, diz Pereira da Costa, que o motivo que o conde-duque de Olivares fez circular era o de que «Mathias de Albuquerque só desejava aumento de força, para, debelando os holandeses, tornar-se independente e formar em Pernambuco um estado soberano»; cf. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico...*, p. 710.

³⁵⁵ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil ...*, II, p. 298.

³⁵⁶ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico...*, p. 711.

Partiu, pois, Matias de Albuquerque para a Europa, mas esperavam-no as prisões do castelo de S. Jorge em Lisboa, onde logo que chegou o encarceraram³⁵⁷.

Entretanto, o novo comandante, confiante no seu valor militar, pretendeu sem perda de tempo ir em busca do inimigo, apesar das opiniões dos chefes locais mais conhecedores da capacidade e disposição dos holandeses em Pernambuco naquela época.

Assim, a 6 de Janeiro de 1636, comandando uma força de 1500 homens, o Mestre de campo general D. Rojas y Borja deslocou-se para o norte, na direcção de Porto Calvo, por um caminho afastado do litoral, a fim de contornar o inimigo, então estabelecido em Peripueira, entre Porto Calvo e Alagoas. Ao conde de Bagnuolo coube a missão de guardar e defender, com 700 homens, a vila de Santa Luzia, para onde foram encaminhadas a artilharia e as bagagens julgadas desnecessárias à empresa.

Os holandeses, por estes dias, estavam em franca actividade com uma parte das suas forças, sob o comando do Coronel Artichofsky, a tomarem posse das passagens de Peripueira dominando a estrada do litoral; a outra, comandada pelo Coronel Von Schkoppe, tentava firmar-se ora em Porto Calvo, ora em Serinhaém, mas dispôs-se a regressar ao Recife, a fim de evitar um encontro decisivo.

Ao mesmo tempo que o General Rojas se aproximava de Porto Calvo, pensando, depois, cair na retaguarda do inimigo, em Peripueira, o coronel Artichofsky também para ali se dirigia, com a ideia semelhante de atacar pela retaguarda as tropas hispano-portuguesas quando estas se chocassem com o contingente de Von Schkoppe, suposto em posição naquela localidade.

Von Schkoppe, entretanto, havia abandonado Porto Calvo, cujas ruínas passaram novamente para mãos portuguesas. A retirada apressada do Governador holandês veio concorrer, sem dúvida, para aumentar a confiança do General Rojas que, mais uma vez, apesar das opiniões contrárias, decidiu ir ao encontro do inimigo para

³⁵⁷ Anos depois, foi, por carta régia de 31 de Janeiro de 1640, que a Mesa de Consciência lhe mandou tirar devassa pela perda de Pernambuco, de que foi incumbido o Dr. Francisco Leitão. Ainda em fins desse ano dava-se andamento no juízo dos cavaleiros ao processo que lhe instauraram, quando rompeu a Restauração da independência de Portugal em 1 de Dezembro de 1640, e lhe abriram as portas do cárcere. Matias de Albuquerque apoiou o rei D. João IV pondo ao seu serviço toda a sua competência de general, o que foi imprescindível na primeira fase da guerra da Restauração, principalmente na vitória obtida na batalha do Montijo em 1644. Ele era visto pelo cônsul da nação francesa, François Lanier, residente em Lisboa desde 1641, como um verdadeiro homem de combate, entendido em matemática e fortificações; cf. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico...*, p. 712; e Paulette Demerson (ed.), «Correspondance diplomatique de François Lanier, résident de France à Lisbonne, 1642-1644», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXXIII, 1994-1996, p. 812, apud Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 132.

derrotá-lo. Assim, no dia 18 de Janeiro de 1636 os dois exércitos encontraram-se e bateram-se com vigor, em busca de uma vitória que daria ao vencedor o domínio do sul de Pernambuco. Equivaliam-se os efectivos, cerca de 1500 homens para cada lado, e estavam ambas as forças bem aparelhadas e municiadas.

Iniciado o combate que teve o nome de Mata Redonda, as forças hispano-portuguesas repeliram as primeiras linhas inimigas e avançaram resolutamente contra as suas posições mais à retaguarda. Os holandeses resistiam bravamente, até que se aperceberam de alguma desordem e confusão nas linhas opostas, ocasionadas pela morte do General castelhano, atingido, segundo diz Santiago, nas circunstâncias seguintes: «uma bala fementida e infernal veio dentre o nosso esquadrão»³⁵⁸. Acudiram algumas pessoas, entre as quais Henrique Teles de Melo e Frei Manuel Calado que o retiraram para um mato e o cobriram com folhas secas para não ser achado.

Entretanto, as forças holandesas contra-atacaram obrigando as adversárias a uma retirada que somente não se tornou um desastre completo, porque o Capitão Rebelinho e o Capitão-mor dos Índios D. António Filipe Camarão praticaram prodígios de valor e audácia permitindo a retirada para Porto Calvo, onde ali se reuniram.

4. 2. 5. O comando do conde de Bagnuolo

Pela morte do Mestre campo general Rojas y Borja, sucedeu-lhe o napolitano Conde de Bagnuolo³⁵⁹ no cargo mesmo cargo, competindo-lhe o comando do exército que operava em Pernambuco.

A partir de Março, a quase desaparecida vila de Porto Calvo começou a agitar-se em preparativos de guerra. Primeiro, levantaram-se redutos e fortificações, e o conde de Bagnuolo foi reforçando cada vez mais a fortaleza que tinha mandado fazer³⁶⁰, para defesa da povoação, que iria ser, durante algum tempo, o baluarte da resistência e o principal centro de irradiação das lutas contra os holandeses. Formaram - se, depois, as Companhias de emboscadas e Bandeiras de assalto, entregues ao comando dos mais bravos e experimentados capitães, como Francisco Rebello (Rebelinho), Henrique Dias,

³⁵⁸ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 100.

³⁵⁹ Na sua língua pátria o nome era Giovan Vincenzo Sanfelice, conde de Bagnoli; cf. Gino Dória, *I soldati Napoletani nelle guerre del Brasile contro ogli olandesi 1625-1641*, Nápoles, Riccardo Ricciardi Editore, 1932. Por sua vez, Duarte de Albuquerque Coelho, na obra que temos citado, escreve à castelhana “ Bañolo”. A grafia “Bagnuolo” que usamos, é escrita por vários autores, citados no presente estudo, como Francisco Adolfo de Varnhagen, José António Gonsalves de Mello, Francisco Augusto Pereira da Costa.

³⁶⁰ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 117.

Sebastião do Souto e D. António Filipe Camarão. Em pouco tempo, uns dois mil homens aí estavam reunidos; depósitos de provisões e munições tinham sido organizados.

Em Abril começou a actividade destes obstinados combatentes. Primeiro, foi o Capitão Francisco Rebello que, à frente de 300 homens, chegou subitamente a um engenho no Cabo, e aí bateu uma guarnição flamenga de 70 soldados. Continuou a sua marcha até São Lourenço, a cinco léguas do Recife, onde foi atacado por forças inimigas superiores, uns 800 homens, e obrigado a regressar a Porto Calvo.

Em Julho de 1636 foi mandado à campanha o Capitão-mor Antonio Felipe Camarão com 300 índios e, também, foi «Enrique Dias com corenta negros de Angola e o fizeram governador desta tropa e a sua companhia derão a Paulo São Feliche negro do Conde de Banholo»³⁶¹.

Depois, seguiram-se-lhe as forças de índios e negros comandadas por Filipe Camarão e Henrique Dias que realizaram uma perigosa incursão pela Várzea do Recife e atingiram a região de Goiana dez léguas a norte do Recife; regressaram, acompanhados agora de milhares de moradores que fugiam ao domínio flamengo.

Até ao fim do ano de 1636, outras surtidas ao território ocupado pelo inimigo foram realizadas por aqueles Capitães que chegaram até à Paraíba, destruindo o que podiam e praticando toda a sorte de represálias contra os adversários e os habitantes taxados de conivência com os usurpadores. Estas incursões realizadas com tanto desembaraço e eficiência causaram apreensão aos chefes holandeses, quer pela influência que podiam exercer junto da população, quer pelos prejuízos que ocasionavam à lavoura, criações e aos próprios abastecimentos que serviam as suas tropas. Decorridos quase sete anos, desde a conquista holandesa de Olinda, a guerra entre os filhos da terra e as forças invasoras assumia novamente o aspecto de guerra sem quartel, dos primeiros anos. Os que mais sofriam eram os moradores, os habitantes das regiões infestadas, que não tinham tranquilidade para o trabalho e para a vida.

Um episódio relatado por Santiago pode dar uma ideia dos sofrimentos e tiranias impostos pelos vencedores aos habitantes da capitania, em carácter de represália, durante um dos períodos mais negros e trágicos desta guerra.

Diz aquele cronista da Guerra de Pernambuco, que executadas «estas tiranias» retornou para Serinhaém o Coronel Sigismundo Von Schkoppe, deixando ordem ao

³⁶¹ BNP, Res., códice 1555, “Opúsculos de la Guerra de Pernambuco”, fl. 146v .

coronel Artichofsky para que fosse pelas outras freguesias «matando a todos os que lhe haviam malsinado, e para lhes usurparem seu dinheiro»³⁶². Observa aquele autor que, com dinheiro se libertaram muitos e compraram a vida, «e a um moço que prenderam e tinham para matar lhe outorgaram a vida por uma canastra cheia de prata que deu». Ora, indo os oficiais da câmara e outras pessoas principais «deitar a seus pés, pedindo não matassem mais gente», respondeu que não estava em sua mão, mostrando-lhes a ordem de Sigismundo, que se a não executasse lhe mandaria cortar a cabeça, mas que ele iria devagar, detendo-se pelos caminhos, para que eles tivessem tempo de irem pedir ao dito Sigismundo que «não mandasse matar aquela gente»³⁶³.

Foram então ao Recife «como quem buscava a vida na morte, pedindo, sem culpas, misericórdia aos do Conselho, que lhe deram uma carta para o Sigismundo». E, sabendo os da Câmara, que havia um morador que vivia no Cabo de Santo Agostinho que havia granjeado a sua amizade e com ele tinha negócios, logo lhe remeteram esta carta, escrevendo-lhe outra pedindo-lhe muito que apresentasse aquela a Sigismundo e instasse com ele para suspender os castigos e execuções de moradores, e que faria nisso um grande serviço a Deus e ao povo.

Assim procedeu este morador mas não foi atendido como esperavam os da Câmara, pois o Coronel Sigismundo logo o desiludiu dizendo «que não se cansasse em pedir por aqueles, e que a muitos havia de tirar as vidas, porque sem estes tais moradores não viriam as tropas do Porto Calvo a infestar a campanha»³⁶⁴.

Então, como último recurso, este morador, de nome António Vieira, disse-lhe que, no caso de suspender a execução do que havia mandado fazer ao coronel Artichofsky, «lhe prometia e obrigava a correr-lhe com seu engenho e fazer-lhe muito açúcar». Ouvindo isto, o Coronel Sigismundo Von Schkoppe disse que perdoava e logo enviou um soldado a cavalo com uma carta para Artichofsky.

Comenta Santiago que «o que não acabaram rogos, petições, lágrimas de inocentes, veio acabar o interesse para com este Sigismundo»³⁶⁵.

Havia portanto, um ambiente de grande cobiça e corrupção quase desde o começo da ocupação flamenga, e as hostilidades continuavam sem fim à vista.

³⁶² Diogo Lopes de Santiago, *op.cit*, p. 109.

³⁶³ Idem, *Ibidem*.

³⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 110.

³⁶⁵ Idem, *Ibidem*.

4.2.6. O ataque holandês à Bahia em Abril de 1638

A Companhia das Índias Ocidentais, nos finais de 1636, decidiu dar novo rumo ao governo do Brasil Holandês, através da escolha de uma personalidade de prestígio que concentrasse os poderes civil e militar.

Assim, em 23 de Janeiro de 1637 desembarcou no Recife o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, investido nas funções de governador de «todos os lugares conquistados e ainda por conquistar no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, assim como sobre todas as forças de terra e mar ali que a mesma tiver e vier a ter»³⁶⁶.

Logo que se inteirou da situação política, económica e militar das terras ocupadas, planeou o conde de Nassau, em primeiro lugar, destruir o foco de resistência dos defensores da Capitania, percebendo que uma campanha rápida e uma vitória decisiva poderiam aumentar-lhe o prestígio e dar-lhe a confiança necessária para pacificar os habitantes das regiões subjugadas e fazê-los voltar aos lares, ao trabalho e à prosperidade.

Para esse fim, Nassau, ao contrário dos seus antecessores, reuniu todas as forças disponíveis e seguiu ao encontro das forças hispano-portuguesas estabelecidas em Porto Calvo. Sob o seu comando, nos primeiros dias de Fevereiro duas fortes colunas deslocaram-se para o sul: a primeira seguiu por terra, com o efectivo de três mil homens (inclusive cavalaria) e seiscentos índios, era comandada por Sigismundo Von Schkoppe; a outra seguiu por via marítima, composta de oitocentos marinheiros armados de fuzil, comandada por Artichofsky, e devia desembarcar na Barra Grande e dali seguir para Porto Calvo. Os fortes tiveram as suas guarnições reforçadas e uns 600 homens foram destacados para fazer guerrilha contra as tropas hispano-portuguesas.

A 17 de Fevereiro, as duas colunas reuniram-se, após a passagem do rio Una, e marcharam ao encontro das tropas comandadas por Bagnuolo.

No dia seguinte, uma força de cobertura de oitocentos homens, comandada pelo Tenente Almiron, ofereceu a primeira resistência aos holandeses, na passagem do rio Comendatuba. A desproporção de forças era tal, que mesmo a vontade e a bravura dos defensores não pôde deter os atacantes. Apesar das façanhas do famoso Henrique Dias, que perdeu a mão esquerda em consequência de um ferimento então recebido, as forças defensoras tiveram de retirar, umas para Porto Calvo e outras para Alagoas.

³⁶⁶ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” in *O Brasil e os Holandeses, 1630-1654*, org. por Paulo Herkenhoff, Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1999, p.48.

O conde de Bagnuolo preparava a defesa de Porto Calvo com cerca de mil homens, com os quais guarneceu a fortaleza. Assim que a notícia da derrota do combate de Comendatuba, ou da Barra Grande como alguns lhe chamaram, chegou a Porto Calvo, Bagnuolo resolveu retirar-se entregando o comando da fortaleza ao seu adjunto Miguel Gilberton.

O conde de Nassau avançava para Porto Calvo, onde não demorou a chegar e a sitiá-la, que atacou várias vezes. A resistência que encontrou foi heróica e para vencê-la foi necessário trazer a artilharia. Conseguiram os holandeses levar da Barra Grande para Porto Calvo em chalupas, pelo rio das Pedras, grossos canhões, que foram instalados contra os defensores. Antes de abrir fogo Nassau intimou Gilberton a render-se, e o comandante da fortaleza, depois de quase quinze dias de sítio, aceitou capitular.

Assim, no dia 3 de Março de 1637, caía Porto Calvo novamente em poder dos holandeses e desta vez com valiosa presa de guerra. O Governador holandês prosseguiu a sua marcha para o sul, pois pretendia fixar na linha do rio São Francisco os limites meridionais dos domínios flamengos no Brasil, onde chegou em fins de Março. Aí, na margem norte, levantou dois fortes: um perto da povoação de Penedo a que deram o nome de Maurício, e na foz do rio, o menor, como sentinela da entrada para o interior, por via fluvial.

Regressou João Maurício de Nassau triunfalmente ao Recife, embora mais tarde tivesse lamentado não ter perseguido as forças de Bagnuolo e não ter tentado a conquista de Salvador dada a superioridade de forças que possuía. Deixou a guarda e defesa da fronteira sul a cargo do Coronel Von Schkoppe e mandou Lichthardt com a sua armada, para o sul, apresar os navios adversários que encontrasse e atacar as povoações e engenhos do litoral, apoderando-se do que fosse possível. Fez regressar à Holanda, por divergências pessoais, o Coronel Artichofsky.

Dedicou-se então, o Conde de Nassau, a administrar a colónia tendo adoptado uma política que lhe permitiu ganhar a confiança de diversos moradores da capitania.

Porém, não deixou de se aplicar em operações militares não apenas pelas recomendações da Companhia, como também pelas exigências do seu brio e aspirações militares. Assim, em Agosto de 1637 conquista a fortaleza de S. Jorge da Mina, na costa da Guiné, apanhando de surpresa a debilitada guarnição ³⁶⁷.

³⁶⁷ Fortaleza mandada erigir pelo rei D. João II, e construída em 1482 após o acordo do chefe Casamansa. O ataque holandês de 1637 foi realizado por uma força de oitocentos homens transportados em oito

Em Outubro do mesmo ano, Nassau mandou uma expedição conquistar o Ceará o que foi feito sem grande oposição; em Novembro, determinou ao Coronel Schkoppe que expulsasse as tropas de Bagnuolo de Sergipe, afastando-as o mais possível das fronteiras recentemente estabelecidas o que, meses depois, se revelará contraproducente.

Em seguida, propôs-se realizar um grande objectivo da Companhia das Índias Ocidentais que era a conquista da Bahia, já conseguida mas logo perdida treze anos antes.

Assim, no dia 8 de Abril de 1638, sob o seu comando pessoal, saiu do Recife uma armada de 40 navios, com cerca de 3000 homens, entre soldados e índios. No dia 14 pela manhã chegaram às imediações de Tapoam e a 16 depois do meio-dia a esquadra holandesa deu entrada na grandiosa baía de Todos os Santos.

No seu relatório enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas, o Conde João Maurício de Nassau respeitante ao dia 16, lê-se: «o vento tornando-se favorável, impellio-nos pela volta do meio dia com a correnteza para a Bahia, de modo que passámos por defronte da cidade, das fortalezas e dos navios que dispararam contra nós algumas bandas de artilharia, mas sem fazer-nos mal algum»³⁶⁸.

Nas suas *Memorias diarias...*, Duarte de Albuquerque Coelho diz que os «40 vasos de diferentes portes, de que era cabo Juan Mastio» deitou ferros para dentro da ponta de Tapagipe a cerca de «uma légua de la ciudad»³⁶⁹.

Entre as quatro e as cinco da tarde desse dia foi realizado o desembarque das tropas flamengas, sob a protecção de alguns patachos numa praia entre as ermidas de N.^a S.^a da Escada e S. Braz, a uma légua da cidade, sem lhes ser oferecida resistência.

Na cidade de São Salvador todos pegaram em armas, lembrados da tremenda invasão de 1624, acorrendo aos apelos dos sacerdotes que preveniam os habitantes contra os hereges. Muitos dos padres brandiam igualmente a espada para combater.

Do que foi a luta travada pela posse da cidade, durante cerca de quarenta dias, daremos voz a alguns autores coevos. Diogo Lopes de Santiago, na sua obra escrita na década de 1660-70, diz que a esquadra holandesa chegou de surpresa à Bahia, e desembarcou as suas tropas na parte de «Pirajá, na praia que chamam Água dos

navios, tendo-se rendido em 20 de Agosto a guarnição portuguesa de 30 homens (em parte doentes); cf. T. da M. , “Castelo de S. Jorge da Mina” in *Dicionário de História de Portugal...*, vol. IV, p. 303.

³⁶⁸ “Relatório do que se passou na expedição contra a Bahia” em anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 29 de Junho de 1638; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, colig. por Joaquim Caetano da Silva (1897?), trad. da versão francesa por Luiz de Queirós Mattoso Maia, p. 22.

³⁶⁹ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fls. 263.

Meninos e deitou em terra algumas peças de artilharia, e dali veio logo marchando para a cidade, que é distância quase de meia légua, e com tanta fúria acometeu a cidade que chegou sua infantaria até as portas dela»³⁷⁰.

Por sua vez, o autor das *Memorias diarias...*, que participou na defesa da cidade, diz que no dia 17 de madrugada as forças flamengas ocuparam um monte que está eminente ao engenho de Diego Moñiz Tellez, onde fizeram alto. As forças hispano-portuguesas ocuparam rapidamente esse engenho. Eram tropas dos Terços dos Mestres de campo Fernando de Lodeña e Luís Barbalho, que foram acompanhados pelo Tenente do Mestre de campo general Alonso Ximenez de Almiron.

Logo foram chegando o Governador e Capitão general Pedro da Silva e o Mestre de campo general Conde de Bagnuolo, e Duarte de Albuquerque Coelho donatário da capitania de Pernambuco, com a gente que puderam juntar e ocuparam um outro monte da parte da cidade, em frente daquele onde o inimigo se situava a distância de tiro de canhão, ficando no meio o engenho referido. Estiveram nessas posições mais de duas horas sem qualquer movimento.

O Conde de Bagnuolo foi de parecer que não se devia acometer o inimigo, que era mais numeroso³⁷¹, considerando que as tropas que perdesse aí depois faltariam para o essencial que era a defesa da cidade e, por outro lado, como esta ficara com poucos soldados para sua defesa, parecia-lhe que se deveria retirar para a cidade para impedir qualquer manobra inimiga com lanchas e barcaças que desembarcasse na cidade e a conquistasse, nessa noite, de surpresa. Não faltou quem contrariasse este parecer do Conde, mas o Governador Geral concordou e resolveu retirar.

No seu relatório o Conde de Nassau mostra-se informado dessa discordância, pois escreveu que «oO inimigo tomou imediatamente a resolução de abandonar o passo e ir ocupar a cidade, contra a opinião de todos os coronéis que tinham proposto brigar connosco»³⁷².

Na cidade, o vulgo fez largo protesto e alguns começaram a tocar a «campana del Ayuntamiento». Juntaram-se muitos e houve quem levantasse a voz dizendo que se não se queria defender a cidade e pelejar com o inimigo, que eles encontrariam quem os governasse e o fizesse. Esta situação preocupou o donatário de Pernambuco que

³⁷⁰ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 123.

³⁷¹ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 263v.

³⁷² “Relatório do que se passou na expedição contra a Bahia” em anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 29 de Junho de 1638; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, Códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil, ...*, p. 24.

comenta nestes termos: «Temeraria, i peligrosa voz sin duda»³⁷³. Acorreram o Bispo e o próprio Duarte Albuquerque Coelho («no con poco peligro») procurando chamá-los à razão e aquietá-los, o que conseguiram.

No dia 19, não apenas para dar satisfação ao povo, mas para fazer algo, foi o Conde de Bagnuolo com a sua gente de Pernambuco e os Terços da Baía, em busca do inimigo, na mesma parte onde o deixaram no dia anterior, que era pouco menos de uma légua, mas não o encontraram, pois deslocara-se para um caminho mais acima. A situação complicava-se e a segurança da cidade estava em causa, pelo que o Conde de Bagnuolo resolveu voltar à cidade. Por sorte o inimigo não se apercebera destes movimentos de que resultara um período de desfalcamento da defesa da cidade.

Duarte de Albuquerque comenta nestes termos: «en estos principios, faltando las noticias de que tanto se necessita en tales cocaciones, no faltava en esta lo que fuera bueno que faltasse, i era la confusion»³⁷⁴.

Retirando-se o Conde de Bagnuolo com as suas forças, não o quis fazer o Mestre de campo don Fernando de Lodeña, ficando no mesmo posto; e o Tenente do Mestre de campo general Alonso Ximenez de Almiron depois de vir com o Conde até à ermida de Santo António que estava fora da cidade um tiro de mosquete, voltou aonde estava don Fernando.

O Conde de Bagnuolo deixou aí Felipe Camarão com a sua gente e Henrique Dias com a sua; depois enviou o Capitão João Lopes Barbalho com 150 homens para, como pudesse, surpreender o inimigo pelas espaldas, capturar algum deles e obter informações. Indo este Capitão a fazer o que se lhe mandava, e querendo passar por onde estava o Mestre de campo don Fernando, este não o consentiu.³⁷⁵ Tal situação inquietou o Conde de Bagnuolo justamente. Então, o Governador e Capitão general, mandou ordem a 20 de Abril logo de manhã, para que se retirasse don Fernando que, antes de ela chegar, já se retirava obrigado pelo inimigo com quem se havia encontrado sendo as forças tão desiguais. Veio, pois, a juntar-se às forças de Bagnuolo no posto da ermida de Santo António, onde o Governador e Capitão general antecedente Diego Luis de Oliveyra fizera uma trincheira, de que restavam ruínas³⁷⁶.

Ali, no posto da ermida de S. António, ordenou Bagnuolo que com toda a pressa se renovasse a trincheira em que todos trabalharam. À uma hora da tarde do próprio dia

³⁷³ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit*, fl. 264.

³⁷⁴ Idem, *Ibidem*, fl.264v.

³⁷⁵ Idem, *Ibidem*, fl. 265.

³⁷⁶ Idem, *Ibidem*.

vinte, apareceu o inimigo à vista da cidade, «ocupando el collado» em que tinha uma casa o Padre Bartolomeu Ribeiro, à distância de tiro de mosquete da trincheira que tinham renovado, e logo naquele tarde fez tiro com duas peças de artilharia.

A seguir, puderam os holandeses atacar e ocupar o forte de Água de meninos que, diz-nos Duarte de Albuquerque, «largamos por no poderle sustentar»³⁷⁷ e tinha duas peças, com as quais mataram quatro soldados da companhia de don Diego de Azevedo do Terço de don Fernando de Lodeña.

Em seguida, as forças hispano-portuguesas retiraram do forte do Rosário (também situado junto à praia para protecção das naus que lançavam ferros naquela parte da baía), deslocando três peças para a trincheira de S. António, onde foram colocadas em esplanadas.

Havia, contudo, alguma confusão no quadro hierárquico da parte hispano-portuguesa, porque os oficiais e Cabos da gente da Baía não obedeciam às ordens do Conde de Bagnuolo, nem os de Pernambuco obedeciam às do Governador geral, que considerando isto inconveniente, resolveu algo de notável na opinião de Duarte de Albuquerque, que foi entregar o comando de todas as tropas ao Conde de Bagnuolo, «i mandar a los suyos le obedeciessen»³⁷⁸. O Conde de Bagnuolo aceitou a responsabilidade oferecida, e foi trabalhando com grande aplicação sobretudo na trincheira de Santo António, e enviou alguns dos seus Capitães de emboscadas para vigiarem e tomarem posições em vários caminhos que conduziam à cidade.

No mesmo dia 20 os atacantes enviaram um corneta à trincheira dos defensores. Antes que chegasse a vê-la, enviou o Conde de Bagnuolo um Ajudante ao seu encontro, para que viesse com os olhos tapados. Ele levava duas cartas do Conde Nassau (por elas souberam que ele estava ali), uma para o Governador e Capitão general Pedro da Silva, outra para o Conde de Bagnuolo. O conteúdo era que, de Pernambuco, trazia um religioso dos Descalços de S. Francisco que lá ficaram, o qual necessitava de falar com seu Custódio. Pareceu que Nassau usava este pretexto para outro fim, pelo que lhe foi recusada a vinda daquele religioso.

Desde aquela noite em que os holandeses iniciaram a ofensiva à Bahia, foram despachadas para Espanha algumas embarcações avisando o Rei do estado das coisas.

Na madrugada de 21 as forças flamengas atacaram o forte de Monserrate que tomaram, sem grande custo, pois era pequena a guarnição e avançada a idade do

³⁷⁷ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 265v.

³⁷⁸ Idem, *Ibidem*, fl. 266.

capitão. Estava a meia légua da cidade e tinha seis peças de ferro de até seis libras. Antes fez uma manobra de diversão com sete lanchas e uma barçaça correndo junto à praia onde estavam surtos os navios dos defensores³⁷⁹.

No seu relatório Nassau diz que a 21 de Abril mandou o Major Van den Brande «com alguma gente para apoderar-se do Forte de S. Filipe que rendeu-se com cinco peças»³⁸⁰.

Por seu lado, o Capitão de emboscadas de Pernambuco Gaspar de Morais e Távora tomou um prisioneiro, com que se certificou do intento do Conde de Nassau de ganhar a cidade, e trazia para isso Juan de Guezelin e cinco mil homens de guerra, de que eram índios 800, e quase dois mil de mar, e que Sigismundo Von Schkoppe era contrário a esta empresa da Bahia, e tinha ido à Holanda.

Estas notícias foram confirmadas pelo Capitão Sebastião do Souto chegado naquela mesma tarde. Muitos receavam e faziam juízos temerários. No mesmo dia, um mosquetaço holandês feriu um Ajudante do Terço do Mestre de campo Juan Ortiz.

Nessa altura, as forças hispano-portuguesas prosseguiram os trabalhos de melhoramento da trincheira de Santo António que ainda estava pouco preparada, situação que o comando holandês procurou aproveitar ao desferir um ataque na noite do dia 21 com 1500 homens escolhidos. Porém, as companhias de emboscadas (comandadas pelos Capitães João de Silva de Azevedo e Estêvão de Távora) que estavam fora nessa noite, deram o alarme e começaram a escaramuçar com as forças holandesas. Acudiu logo o Conde de Bagnuolo com a tropa que lhe assistia, e foi fazendo frente ao inimigo, ainda que no primeiro ímpeto parecesse a Duarte de Albuquerque Coelho que o ataque holandês poderia ter sucesso se fosse feito com três ou quatro mil homens, como tinham possibilidade de o fazer³⁸¹.

O Conde de Bagnuolo andou de espada em punho acudindo a todo o lado, com os Capitães António de Freytas e Silva, don Juan de Estrada, Atilano Gonzalez de Orejon, don Pedro de Roxas, e depois com o Mestre de campo Luís Barbalho, e os Capitães do seu Terço Pedro Cavalcanti de Albuquerque, e Gaspar de Sousa e Carvalho.

Também aconteceu o Governador geral. O exército holandês foi repellido tendo perdido 200 homens e levou um mosquetaço o Sargento-mor Torlon.

³⁷⁹ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit*, fl. 267.

³⁸⁰ “Relatório do que se passou na expedição contra a Bahia” em anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 29 de Junho de 1638; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, Códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil, ...*, p. 25.

³⁸¹ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit*, fl. 268 v.

Entre as baixas das forças hispano-portuguesas são de assinalar as mortes de alguns oficiais, como foi o caso do Capitão Juan de Silva e Azevedo, natural de Guimarães, cuja companhia deu Bagnuolo ao capitão Nicolau Aranha Pacheco; a do Capitão Estêvão de Távora, perdida muito sentida «con mucha razon, por lo bien que siempre procedio, i gran valor mostrado en muchas ocasiones, en que salio herido sete vezes: era natural de Pernambuco»³⁸². A sua companhia foi para o Ajudante André Vidal. Também morreu o Capitão Salvador de Mitarte e houve 18 feridos nas forças hispano-portuguesas.

Depois desta provação, a trincheira de Santo António foi melhorada e guarnecida com quatro peças de 16 a 24 libras de bala. Da defesa desta trincheira foram encarregados os Mestres de campo don Fernando de Lodeña e Luís Barbalho, para que a «governassem a semanas com toda buena correspondencia»³⁸³.

Em seguida, o Conde de Bagnuolo mudou-se para a cidade, para a residência do Governador geral e dali dava as suas ordens, indo quando lhe parecia à trincheira de S. António; o Governador cooperava com tudo o que podia. Por sua vez, diz Duarte de Albuquerque Coelho que ele próprio não faltava, «assistiendo a los dos com el cuydado que convenia, para que entre ambos se conservasse la conformidad que en tal ocasion era aun mas importante»³⁸⁴.

Em 22 do mesmo mês as forças holandesas tomaram o forte chamado de São Bartolomeu de que era Capitão Luís de Vedoy e que ficava entre a casa do Padre Ribeiro e o local onde desembarcaram. Fora edificado no tempo do Governador e Capitão geral Diego Luís de Oliveyra, para melhor guarda dos navios a que «alli se davan carenas». Tinha dez peças e 70 soldados, com que se podia defender alguns dias e o Capitão não o fez uma hora, como refere Duarte de Albuquerque. Assim, diz este memorialista, facilmente conseguiu «el inimigo el poder com mas facilidad, i cercania desembarcar lo que quisesse de sus navios»³⁸⁵.

Esta perda e consequente vantagem conseguida pelas forças holandesas, gerou algum desânimo nas forças portuguesas havendo algumas tentativas de fuga da cidade por mar, ou de rendição aos holandeses como forma de acabar com aqueles trabalhos e na presunção de que passaria a Espanha com mais segurança nos próprios navios inimigos. Narra Duarte de Albuquerque que antes do amanhecer quando foram à casa da

³⁸² Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 268 v.

³⁸³ Idem, *Ibidem*, fl. 269.

³⁸⁴ Idem, *Ibidem*, fl. 269 v.

³⁸⁵ Idem, *Ibidem*.

pólvora buscar munições, acharam um cordão incendiado que se estendia para dentro por debaixo da porta. Se tardassem a encontrá-lo poderia suceder o que Nassau pretendia mais cedo do que desejava³⁸⁶. Visto isto, pensou-se que os holandeses teriam alguma «inteligencia en la ciudad»³⁸⁷.

No dia 23 o Conde de Nassau enviou outro trombeta que vinha avisar que não enviava logo os 70 homens tomados no Forte de S. Bartolomeu, porque cria que os não queriam. Dava assim a entender, que teriam falta de abastecimentos. Pedia juntamente que lhes enviassem os seus prisioneiros, no que foi obedecido com a devolução de 18 que havia, e que voltaram mais bem vestidos do que quando foram feitos prisioneiros. Nassau não enviou os 70 oferecidos sem que fossem pedidos; o que para Duarte de Albuquerque dependia mais da sua vontade³⁸⁸.

Na noite desse dia chegaram à Barra, junto aos fortes que ali tinham as forças hispano-portuguesas, dois barcos carregados de farinha que vinham do Camamu, dezasseis léguas a Sul, de onde se provia geralmente a cidade, por ser região em que mais se plantava.

Tratou o Mestre de campo general Conde de Bagnuolo do que melhor lhe parecia, que era manter uma força fora da cidade para assegurar os caminhos dos abastecimentos e para vigiar o quartel do inimigo, inquietando-o e também para enganá-lo sobre o que pretendia fazer. Para tal nomeou o Capitão Sebastião do Souto que formou uma companhia com cem homens escolhidos.

Em várias acções nos quatro dias seguintes, pôde o capitão Souto causar cerca de meia centena de baixas às forças holandesas e trazer 25 prisioneiros. Um deles era francês, dizia-se católico e deu informações importantes. Disse que o Conde de Nassau queria tomar outro posto, para o que tinha já alguma artilharia subida e posta uma bateria a 60 passos (sobre o mar) da casa do Padre Ribeiro, e que até fim de Abril ou princípio de Maio lhe parecia que começaria a bateria com seis canhões, cinco de 24 libras e um de 28. E que também tinha ouvido que haviam de acometer outra vez a fortificação de S. António.

Do exposto pareceu conveniente que se ocupasse rapidamente o posto de Las Palmas, que estava mais perto e sobre a cidade, separando-a apenas um fosso. Assim, nomeou o Mestre de campo Hector de la Calche, que com o seu Terço e alguma milícia

³⁸⁶ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 270.

³⁸⁷ Idem, *Ibidem*.

³⁸⁸ Idem, *Ibidem*, fl. 270 v.

da Bahia, deu logo início aos trabalhos de fortificação do posto e começou a exercer controle de alguns caminhos que ali convergiam.

Passou a haver mais confiança na defesa da cidade, com os socorros que as forças, que andavam fora, faziam entrar. No dia 28, João Barbosa, Ajudante do Terço de Portugal, trouxe 250 vacas, de que já necessitavam; não tardou que o Capitão de cavalos Francisco Rebello (que também por fora andava com 60 homens) trouxe 200 vacas, após se defrontar, de noite, com 200 soldados holandeses a quem emboscou e fez 15 baixas, junto a uma fazenda dos monges Beneditinos, cerca de Papoam, três léguas a norte da cidade³⁸⁹.

Tão apreciada era a ajuda dada à Bahia por tropas de Pernambuco, diz Duarte de Albuquerque, que se viram obrigados os da Câmara a fazer uma demonstração de reconhecimento para com os soldados de Pernambuco, que foi fazerem-lhes um pagamento, à sua custa, que montou em 16 mil ducados. Diz o memorialista: «Despues que ellos sirvieron en la guerra de Pernambuco, hasta este dia, fueron tan pocas las pagas»³⁹⁰.

A 30 de Abril, o Conde de Nassau enviou um trombeta, trazendo o Tambor-mor que lá havia ido com o Ajudante don Fernando de Alvarado, que então não quiseram deixar regressar dizendo que havia ido sem ordem; e isso dito com um império que «parecian nos davan leyes»³⁹¹.

No mesmo dia proveu o Conde de Bagnuolo vários cargos superiores do seu exército. No primeiro de Maio, conforme as informações recolhidas, começou o bombardeio dos canhões holandeses que originaram seis mortes entre as forças hispano-portuguesas, porque batia todo o caminho que ia da cidade à fortificação de S. António. Também meteram muitos tiros na cidade de modo que, lamentava-se Duarte de Albuquerque, já não havia parte sem perigo.

Nem o quartel dos holandeses estava sem perigo, pois o Tenente General da Artilharia Francisco Perez de Soto fazia-lhe, com ela, grande dano. Pareceu, então, conveniente aos defensores da Bahia que se fizessem dois redutos a mais de mil passos para o interior da terra e à direita da fortificação de S. António, encarregando-se de um o Mestre de campo Luís Barbalho e do outro D. António Felipe Camarão, assistido pelo Tenente Francisco Perez de Soto, que logo fez uma esplanada com duas peças de dez

³⁸⁹ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 272 v.

³⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

³⁹¹ Idem, *Ibidem*, fl. 273.

libras, que com grande trabalho trouxera dos fortes da Barra mas que consideraram bem empregado pelo efeito conseguido ao bater o quartel da parte contrária.

O Sargento-mor António de Freytas, com o seu Terço, encarregou-se de um posto que dominava dois caminhos principais e, também, podia cooperar com os Mestres de campo Lodeña e Barbalho quando a ocasião se proporcionasse.

Em 4 de Maio foram encontrados alguns espias dos holandeses que buscavam informações várias que, como confessaram, eram principalmente sobre as fortificações da cidade, o estado dos abastecimentos e os locais onde os donos dos engenhos guardavam os seus cobres.

Neste mesmo dia enviou Nassau um trombeta com cartas achadas num navio que tomaram, vindo de Lisboa; nelas se leu que não havia de se esperar que as Armadas de Espanha e Portugal pudessem vir com a pressa de que necessitava a restauração do Brasil, porque com a mesma necessidade estavam todas as outras coisas da Monarquia Hispânica. Diz Duarte de Albuquerque que era claro que «si estas nuevas nos fuesen utiles, no nos embiara el de Nassau». O mesmo refere que nesse dia, detiveram um negro, enviado a saber que tropas deixaram de noite de emboscada, e por onde mais dano causava a sua artilharia. Diz que se «cogio otro» de um sapateiro da cidade que ia ao lado do inimigo, como «lo hizo un artillero genovês. Cosa que sucede muchas vezes en los sitios, sin poderse evitar, i casi siempre en daño del que los defende»³⁹².

Informa-nos o mesmo memorialista que a 5 de Maio entraram dois barcos com boa carga de farinha ³⁹³ mil e trezentas «hanegas de harina» e, por terra, entraram na cidade oitenta vacas. Na distribuição destes abastecimentos e em tudo o mais que tocava ao cargo de Provedor geral Pedro Cadena Villasanti, deu ele nesta ocasião muito boa conta. Nas espaldas da igreja maior foram postas duas peças com que se fizeram tiros certos, de tal maneira que por pouco não era atingida a tenda do Conde de Nassau, como disse um negro de lá fugido. Mas rapidamente se puderam vingar, porque no dia 7 estando o Governador geral e Duarte de Albuquerque na trincheira de S. António, perto de um carpinteiro, veio uma bala de 24 libras que «se contento en levar aquel hombre, que estava trabajando en su oficio»³⁹⁴.

³⁹² Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 274 v.

³⁹³ Mil e trezentas «hanegas de harina» (55,5 litros /hanega), correspondem a mais de setenta mil litros.

³⁹⁴ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 275.

Amanheceu o dia nove de Maio com um trincheirão feito a seiscentos passos do seu quartel, «à zia» dos redutos que o Mestre de Campo Luís Barbalho estava acabando e o do Capitão-mor Camarão.

No morro que chamam de S. Paulo (doze léguas a sul da barra da Baía) havia um reduto com quatro peças, a que fazia guarda cada mês duzentos homens com um Capitão, por ser paragem de onde vinha a farinha para a cidade, como do Camamu (quatro léguas mais a Sul) mas também por ser ali que demandavam os navios de Castela nos seis meses do ano em que correm os Suestes. Para melhor defesa da cidade, quando começava a faltar gente, foi mandado retirar 150 homens e o seu Capitão Manuel Mendez Floes, que chegou à cidade na noite do dia 10, deixando um Ajudante com os cinquenta soldados.

No dia onze trouxe o Capitão Sebastião do Souto seis prisioneiros quase conformados. Perguntados, disseram que lhes estava faltando os abastecimentos, o que não convenceu os defensores, dado haver pouco tempo que haviam saído do Recife. Todavia, ficou a suposição de que essa falta poderia ocorrer, tal como outra já começava a notar-se que era a dificuldade em conseguir atingir o objectivo que os trouxera ali. É que começavam a dar sinais de raiva, e também de crueldade, matando vários moradores que buscavam pelo recôncavo da Bahia com as suas barcaças e lanchas³⁹⁵.

No dia 12 os holandeses bombardearam a cidade de Salvador com pouco dano mas muito receio dos habitantes. Considerando isto, pareceu ao Conde de Bagnuolo que o Mestre de campo Luís Barbalho com mil e quinhentos homens, entre as dez e as onze da noite fosse reconhecer e investir a bateria que atingira a cidade. Porém, foi descoberto o intento pelas forças de Nassau que prenderam alguns dos que participaram numa prévia manobra de diversão entretanto realizada, pelo que foi suspensa a acção da força de Luís Barbalho.

Indo o Capitão Sebastião do Souto, em catorze de Maio, a correr a campanha, com menos gente que outras vezes, deu com uma emboscada dos holandeses e foi feliz em poder salvar-se tendo sofrido quatro mortos, sendo um Francisco Donel Sabyano que servindo o exército holandês, se passara para a parte hispano-portuguesa havia três anos, tendo procedido sempre com grande valor, que o Conde de Bagnuolo o fez Capitão da unidade dos rendidos; destes mesmos foram outros dois mortos e o quarto foi o Alferes reformado Simão Suarez, português da vila de Ameda (?).

³⁹⁵ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl.276.

Não passava dia que a artilharia holandesa não matasse gente de entre os defensores, como sucedeu nos dias dezasseis e dezassete no reduto do Mestre de campo Luís Barbalho em que uma bala de canhão matou dois soldados e o Alferes reformado Álvaro Luís natural de Alcobaça e feriu outros . Os remédios para os feridos eram tão poucos e maus, com que os cirurgiões sanavam poucos. Mas, como assinala Duarte de Albuquerque, era muita a caridade dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia, a cujo cargo estava o Hospital.

O Conde de Nassau decidiu, então, fazer um último esforço para concluir o seu intento. Mandou investir outra vez a trincheira de S. António, com três mil homens escolhidos e ajuramentados, em suas mãos, de não regressar sem ganhá-la.

Intentaram-no às sete da noite do dia dezoito de Maio, atacando primeiro o reduto do Mestre de campo Barbalho, numa manobra de diversão e, a seguir, investindo, como logo fizeram, o lado onde estava o Mestre de campo don Fernando de Lodeña. Logo, aos primeiros tiros, acudiram da cidade o Conde de Bagnuolo e o Governador e Capitão general, e também Duarte de Albuquerque Coelho.

Dos atacantes, muitos levavam granadas incendiárias para franquear melhor e poder subir a trincheira, causando ferimentos em Juan Suarez de Sequeyra, Page de Duarte de Albuquerque, que o tinha perto de si.

Este aconselhou Bagnuolo e o Governador geral, por algumas vezes, que fizessem sair uma força de duzentos homens pelo lado direito da trincheira, para atacar de través o atacante holandês que estava em «el fofo», pelo pouco dano que recebiam dos da fortificação, por «quedar muy cortos». Assim, receberam ordem para saírem os Capitães Gaspar de Sousa Uchoa, Juan Rodriguez Pestana, Asenso de Silva, do Terço de Portugal, e Juan de Lucena, Cristoval de Silva, do Terço de don Vasco de Mascareñas. Também saiu o Tenente Soto com alguns soldados.

Todos foram causando grande dano nas tropas atacantes que estavam em posição avançada e desenfada, onde se defendiam com valor e faziam trabalhos de fortificação, tendo trazido todos os instrumentos e materiais necessários³⁹⁶.

Da trincheira dos defensores, em que estava o mestre de campo don Fernando de Lodeña, causaram-lhes vários danos com «unas vigas que se le echaron, i algunos cantos» que trouxera o Tenente general Alonso Ximenez, e Pedro Martinez, Sargento

³⁹⁶ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 278 v.

mor de don Fernando; e também o Capitão Lourenço de Brito ajudou a dificultar a acção dos atacantes com pesos que «les caian en las cabeças, mal los podian reparar»³⁹⁷.

Entretanto, o Mestre de campo Luís Barballo, apercebendo-se que o ataque principal dos holandeses foi dirigido à trincheira de don Fernando de Lodeña, decidiu sair com as suas tropas e os Sargentos mores don Juan de Estrada, e António de Freytas e Silva com a sua gente que não era muita, por estar, a maior parte nas emboscadas. Não foram reforçar as tropas instaladas na trincheira de S. António, mas foram por fora, para se juntarem aos das emboscadas, e com isto cortar melhor o campo das forças holandesas, interpondo-se entre estes e o seu quartel.

A tempo o fizeram que colheram pelas espaldas os três mil que estavam atacando a trincheira de S. António. As forças holandesas vendo-se assim assaltadas por onde se achavam mais seguras, foram desanimando e perdendo a esperança de conseguir o que haviam prometido e jurado. Começaram a desordenar-se ainda que pelejando sempre. Como era de noite, não faltava a confusão, e por duas vezes se puderam salvar duas unidades holandesas que se encontraram com forças hispano-portuguesas «por hablar algunos Español»³⁹⁸.

Mas deste engano, observa Duarte de Albuquerque que resultaram alguns mortos e feridos e um prisioneiro que foi o Alferes Pedro Gomez de Abreu; e que houve a sorte de ter aparecido próximo o Capitão Nicolau Aranha Pacheco, que investiu com a sua companhia de emboscadas e causou várias baixas à tropa holandesa.

O Sargento mor Antonio de Freytas e Silva, do Terço de Portugal, não andou nessa noite menos «bizarro», porque depois de haver recebido uma arcabuzada, tomou e trouxe dois soldados do lado flamengo. Por sua vez, o Sargento mor don Juan de Estrada e os Capitães do seu Terço andaram com muito valor, tendo havido dois feridos.

Entretanto, na trincheira de S. António continuava a defesa com grande alento, e o Mestre de campo Hector de la Calche, chegara rapidamente à zona dos combates a tempo de intervir com os seus mosqueteiros³⁹⁹.

Tendo em conta o curso dos acontecimentos, e as perdas sofridas naquelas três horas continuas de combates na trincheira e fora dela, as forças holandesas resolveram retirar-se e tão desordenadamente o fizeram que, por muitos não saberem por onde fazê-lo, foram feitos prisioneiros, o mesmo acontecendo na manhã seguinte a outros que

³⁹⁷ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 278 v.

³⁹⁸ Idem, *Ibidem*, fl. 279.

³⁹⁹ Idem, *Ibidem*, fl. 279 v.

estavam perdidos. Destes e dos feridos que não puderam retirar, conta Duarte de Albuquerque cinquenta e dois, e muitas armas e instrumentos que trouxeram para os trabalhos de fortificação.

O mesmo memorialista comenta este insucesso holandês, dizendo que estes, porém, vingaram-se ao ferirem no peito com um mosquetaço o Capitão Sebastião do Souto, na mesma trincheira de S. Antonio, de maneira que morreu no outro dia, com sentimento geral de todos como ele na verdade o merecia e era reconhecido oficialmente⁴⁰⁰. Duarte de Albuquerque salienta o seu valor, fidelidade, «i buena fortuna com que sirvio»⁴⁰¹. Era natural da vila de Chaves.

O comandante das forças holandesas, Conde João Maurício de Nassau, no seu relatório, diz «que houve uma emboscada do inimigo com 400 homens, de que resultou violento combate tendo havido centenas de mortes de parte a parte»⁴⁰².

As acções bélicas não ficaram por aqui. Pois, na madrugada do dia 19, um tiro de canhão disparado pelos holandeses, matou três homens na trincheira de S. António, sendo um Alferes do Terço de don Fernando de Lodeña.

Às nove horas do mesmo dia, o Conde de Nassau enviou um corneta a pedir suspensão de armas por algumas horas, para retirar os mortos e enterrá-los, e enviava como refém um Capitão. O que foi aceite, tendo a parte solicitada enviado o Capitão Pedro de Carrera de Arenas.

Relata o autor das *Memorias diárias...*, acerca das perdas dos holandeses que «solamente en esta ocasion perdieron mas de seiscientos, i entre ellos cinco Capitanes ; i su Sargento mayor Andres Zon quedò coxo, i valdado de una pierna»⁴⁰³.

No dia seguinte, entrou na cidade o Capitão Francisco Rebello com mil vacas, com que, no dizer do donatário de Pernambuco, os sitiados abasteciam-se mais dos campos em redor do que os sitiadores.

A seguir, o Conde de Nassau enviou mais um corneta para pedir os seus feridos e prisioneiros, o que foi recusado pelo Conde de Bagnuolo por anteriormente aquele não

⁴⁰⁰ ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, livro 35, fls. 99-100: Carta da Mesa de Consciência e Ordens ao rei Filipe III, com data de 11 de Agosto de 1638, a respeito das provanças e das ordens de que poderão tomar hábitos os capitães Francisco Rebello, Sebastião do Souto e o Governador dos negros Henrique Dias.

⁴⁰¹ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 280.

⁴⁰² “Relatório do que se passou na expedição contra a Bahia” em anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 29 de Junho de 1638; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil...*, p. 31.

⁴⁰³ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 281 v.

ter cumprido a prometida entrega dos setenta soldados que detivera no Forte de S. Bartolomeu.

A vinte e três do mesmo mês de Maio foi encarregado o Capitão reformado Lourenço de Brito Correa de guarnecer o baluarte Santiago, que o Governador e Capitão General passado Diego Luís de Oliveyra havia feito entre o Convento de S. Bento e a ermida de S. Pedro, porque estava em mau estado. Ele logo começou a trabalhar com alguma gente de milícia.

No dia vinte e quatro, a artilharia holandesa voltou a bombardear a cidade sem dano considerável, além de matar um cavalo e um boi; mas no dia seguinte atingiram e mataram o Capitão de milícia Miguel Brandam, da Bahia.

Por fim, amanheceu a quarta-feira vinte e seis de Maio quando se retiravam as forças holandesas, deixando atrás várias peças de vinte e quatro libras em duas baterias. No seu quartel deixaram a própria tenda do Conde de Nassau com as suas «tablas», e também muitas armas, ferramentas de sapadores, mais de mil barris de farinha de que faziam o seu pão de munição, e muitos legumes e arroz. Nos Fortes de Água de Mininos, Monserrate, e S. Bartolomeu ficaram todas as peças. Embarcaram-se ali mesmo onde haviam desembarcado, para o que a sua capitânia e outras sete ou oito naus, que haviam dado fundo em frente da cidade (para impedir a entrada e saída dos navios dos defensores) levantaram ferro na própria noite, e foram para onde o conde de Nassau embarcou as suas tropas, onde estiveram dois dias.

Em vinte e sete, o Conde de Nassau enviou uma chalupa a terra com o Ajudante don Fernando de Alvarado que ainda retinha, com alguns moradores que havia tomado no sitio, e tornava a pedir os seus prisioneiros, mas voltaram a recusar-lhos.

No dia seguinte entrou um navio vindo de Portugal, sem que a armada holandesa o pudesse estorvar.

Até que, na noite desse dia vinte e oito a esquadra holandesa fez-se à vela, regressando a Pernambuco. Antes disso enviou Nassau quatro navios ao Camamu, a queimar um navio português que estava carregando farinha. Depois, ali deixaram mais de cem prisioneiros que detinham e que eram moradores de fora da cidade.

No dia seguinte, na cidade de S. Salvador, deram-se graças a Deus, com todas as demonstrações públicas que se puderam, pelo bom sucesso na guerra com o invasor holandês. Depois, logo se tratou de desfazer o quartel, baterias e as outras fortificações feitas pelos invasores.

Diz-nos Duarte de Albuquerque que, aos de Pernambuco, quando lá chegou, e particularmente a alguns donos de engenhos, e pessoas de mais posição, o Conde de Nassau mandou prender «como si ellos fueran los culpados en su mal sucesso del sitio»⁴⁰⁴.

Por outro lado, Frei Manuel Calado, fala no edital que o Conde de Nassau mandou publicar, dirigido aos religiosos de qualquer Ordem, hábito e condição «que fossem assistentes nas terras subjogadas aos Estados de Holanda, dentro de um mês, termo preciso e peremptório, com pena de morte se recolhessem dentro da ilha de Itamaracá»⁴⁰⁵.

Diz o mesmo cronista da Insurreição Pernambucana que, logo que os religiosos ficaram concentrados na ilha, os soldados batavos «fizeram-lhes muitas injúrias e agravos, e lhes roubaram a roupa e miudezas»⁴⁰⁶.

Também Diogo Lopes de Santiago se refere a esta deportação dos religiosos, dizendo que dois meses depois de estarem divididos na ilha, «o conde mandou que os embarcassem nas «naus que estavam de fora [...] e os foram deitar por umas praias desertas das Índias de Castela, e em outras partes diferentes, com tanta desconfortabilidade que muitos deles morreram»⁴⁰⁷.

O Conde de Bagnuolo, depois de dar tão boa conta do que lhe incumbira o Governador e Capitão general Pedro da Silva, passou com todas as suas tropas de Pernambuco para fora da cidade, para a localidade de São Bento. Com o Governador manteve a mesma boa correspondência.

Enviaram-se logo três caravelas de aviso a Castela, e em cada uma iam cartas do Governador e Capitão general, e do Conde de Bagnuolo. Grande satisfação causou na Corte esta nova, pelos cuidados em que ficaram com os primeiros avisos do ataque holandês. As demonstrações de regozijo patentearam-se nas honras e mercês que o Rei concedeu a muitos que se distinguiram na defesa da Bahia.

No que respeita aos que mais se distinguiram, o cronista Santiago diz-nos que os quatro capitães valorosos que comandaram as Companhias de emboscadas, além de outros que também saíram em seu seguimento, eram o capitão André Vidal de

⁴⁰⁴ Duarte de Albuquerque Coelho, *op.cit.*, fl. 283 v.

⁴⁰⁵ Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, 4.^a ed., Recife, FUNDARPE, 1985, p. 109.

⁴⁰⁶ Idem, *Ibidem*.

⁴⁰⁷ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p.127.

Negreiros, «o qual por seu valor grande nome e fama alcançou»⁴⁰⁸, pois, mais tarde será um dos grandes protagonistas da restauração de Pernambuco. O segundo capitão, foi Ascenso da Silva, «acostumado a ser o primeiro nestas ocasiões; o terceiro, o capitão Francisco Rebelo (por alcunha o Rebelinho), o qual na guerra de Pernambuco antes que o conde de Bagnuolo se retirasse, teve muitos recontros com o inimigo, e era por seu valor conhecido e temido dos holandeses; o quarto foi o capitão Sebastião do Souto, «que pelejando animosamente foi morto com uma bala pelo inimigo nesta ocasião da guerra da Bahia»⁴⁰⁹.

Também salienta o mesmo cronista da Guerra de Pernambuco, que se houveram valorosamente» os dois «capitães maiores, D. António Felipe Camarão e Henrique Dias, um com seus índios, e outro com a tropa de seus negros crioulos e mulatos», os quais o fizeram com tanto valor e com tanta perda dos holandeses «que se fizeram dignos de imortais louvores»⁴¹⁰.

Na carta que escreveu aos Estados Gerais, após o seu regresso ao Recife, Nassau procurou justificar a derrota sofrida. Em primeiro lugar, diz que tinha recebido da «mãe pátria» numerosas cartas, exigindo todas em altos brados a tomada da Bahia, sem todavia tomarem em consideração a fraqueza dos meios que possuía.

Depois, diz que recebeu falso aviso «em relação à fraqueza do inimigo», suas poucas munições de víveres e de guerra, as boas disposições por parte dos habitantes da Bahia a respeito do governador holandês que, conforme diz: «queriam (dizia-se) pôr-se do nosso lado, por causa dos bons vencimentos de que os Portugueses gozavam junto de nós»⁴¹¹.

Diz que também foi enganado acerca do desentendimento que reinava entre o Conde de Bagnuolo e o Governador da Bahia, o que verificara ser completamente falso, porquanto, tal como «antigamente Herodes e Pilatos tinham-se tornado os melhores amigos do mundo, o governador da Bahia tinha cedido ao conde de Bagnuolo o comando de todas as tropas»⁴¹².

Além disso, Nassau não duvidava de receber o reforço prometido, que tinha contado receber antes de empreender esta expedição, mas que «receava no entretanto

⁴⁰⁸ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p.123.

⁴⁰⁹ Idem, *Ibidem*, p. 124.

⁴¹⁰ Idem, *Ibidem*.

⁴¹¹ “Relatório do que se passou na expedição contra a Bahia” em anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 29 de Junho de 1638; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*,..., p. 33.

⁴¹² *Ibidem*.

faltar a ocasião e perder tempo». E, afirma: «Foi essa confiança que reagiu sobre os acontecimentos e que não contribuiu pouco para nos collocar em má situação»⁴¹³.

Nassau confessa ser para ele bem penoso, apesar dos fracos meios que tinha à sua disposição não ter podido fazer o que, conforme reconhece: «prescrevia o meu dever para com a Pátria e para com a Companhia»⁴¹⁴.

Termina o seu Relatório, com a disposição de recomeçar esta expedição se, como deseja, as câmaras concordarem e lhe mandarem boas tropas e, quanto aos gastos desta expedição, não recairão sobre a Companhia, pois diz: «poderão ser largamento incluídos no apresamento de 400 negros, açucares e embarcações hespanholas carregadas de todas as espécies de mercadorias. O que há somente a deplorar é a perda de tantos bravos officiaes e tantos bons soldados . (Assignado) Maurício, Conde de Nassau»⁴¹⁵.

De volta ao Recife, Nassau pediu novos reforços aos Estados Gerais das Províncias Unidas, não apenas com o objectivo de manter as conquistas realizadas como também para tentar mais uma vez a posse da Bahia, que era um dos persistentes desígnios da Companhia das Índias Ocidentais.

4. 2.7. A armada do 1.º Conde da Torre enviada em fins de 1638

Continuavam as dificuldades no apresto de uma nova armada, desde a chegada da infausta notícia da morte do General D. Luís de Rojas y Borja e da derrota havida no combate da Mata Redonda em Janeiro de 1636, continuando o governo Filipino a tomar providências para a preparação de uma forte armada destinada à recuperação do Brasil.

Assim, em Dezembro desse ano, por Carta Régia o rei Filipe III (IV de Castela), apelava aos Comendadores e Cavaleiros das Ordens para se embarcarem na Armada da recuperação do Brasil ou, em alternativa, contribuírem para as despesas dela; duas semanas depois, saía outra carta advertindo para o cumprimento das recomendações dadas acerca das mercês de hábitos com a obrigação de servir como soldado na guerra

⁴¹³ “Relatório do que se passou na expedição contra a Bahia” em anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 29 de Junho de 1638; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*,..., p. 34.

⁴¹⁴ *Ibidem*.

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 35.

de Pernambuco⁴¹⁶. No ano seguinte, duas cartas régias dos meses de Maio e Agosto, insistiam no apresto da Armada para a recuperação do Brasil⁴¹⁷.

No ano de 1638 houve vários documentos régios respeitantes à preparação da Armada e da sua guarnição. Assim, logo em Janeiro, uma carta régia mandava embarcar os despachados, e em Março outra referia-se às mercês para as pessoas que embarcassem na Armada, e às penas para os que não o fizessem⁴¹⁸.

Porém, as dificuldades na angariação de pessoal de mar e de guerra continuavam, pelo que o Rei em Março desse ano mandou fazer uma leva de mil homens nas ilhas dos Açores⁴¹⁹.

Para maior rapidez na preparação da armada, o Rei delegou competências na Governadora, Princesa Margarida (Duquesa de Mântua)⁴²⁰. Por essa altura foi nomeado Governador do Brasil⁴²¹ com a responsabilidade de comandar a armada hispano-portuguesa D. Fernando de Mascarenhas 1.º conde da Torre⁴²².

O mês de Agosto de 1638 decorreu em grande azáfama no campo logístico, mas o Rei não deixou de enviar ao Conde da Torre um documento com orientações de ordem táctica para a operação de desembarque em Pernambuco, considerando vários cenários tendo em conta as possíveis formas de reacção das forças holandesas⁴²³.

As últimas semanas correram atribuladas, ante as insistências da Princesa Margarida e do seu Secretário Miguel de Vasconcelos e Brito⁴²⁴, chegando a ordenar a partida imediata da capitânia real e que aguardasse em Cabo Verde a chegada da armada de Castela, o que levou o Conde da Torre a responder no mesmo dia ao Secretário e no dia seguinte à Duquesa.

Nesta carta, D. Fernando de Mascarenhas, fala das muitas tarefas em que anda ocupado para o apronto das duas armadas, e queixa-se da descoordenação das ordens

⁴¹⁶ Cartas régias, datadas de 10 e 24 de Dezembro, de 1636; cf. *Colecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, vol. 5, p. 111.

⁴¹⁷ Cartas régias com as datas de 30 de Maio e 4 de Agosto, de 1637; cf. *Ibidem*, pp. 124 e 129.

⁴¹⁸ Cartas régias com as datas de 24 de Janeiro e 6 de Março, de 1638; cf. *Ibidem*, pp. 143 e 146.

⁴¹⁹ Carta régia, datada de 27 de Março de 1638; cf. *Ibidem*, p. 147.

⁴²⁰ Cartas régias, datadas de 23 de Junho e 23 de Julho, de 1638; cf. *Ibidem*, pp. 153 e 161.

⁴²¹ ANTT, Chancelaria de Filipe III, livro 27, fl. 214v: Carta patente de nomeação, para o cargo de Governador do Brasil, passada a D. Fernando de Mascarenhas em 25 de Julho de 1638.

⁴²² ANTT, Chancelaria de Filipe III, livro 27, fl. 214: Carta patente do título de Conde da Torre, dado a D. Fernando de Mascarenhas em 26 de Julho de 1638.

⁴²³ Carta régia, datada de 10 de Agosto de 1638; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, 4 vols., I, João Paulo Salvado e Susana Munch Miranda (editores), Nota Prévia de Joaquim Romero de Magalhães, Prefácio de Evaldo Cabral de Mello, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Centro de História e Documentação Diplomática do M.R.E. [Brasil], 2001, pp. 31-34.

⁴²⁴ Carta do Secretário Miguel de Vasconcelos e Brito, de Alcântara, aos 27 de Agosto de 1638; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I ..., p. 103.

que ultimamente recebeu dos dois secretários. Diz que enquanto o secretário Gaspar Ruiz Scharay transmitia ordens da Governadora para, no domingo “29 deste”, tomar “mostra a gente do mar da armada de Castela e que juntamente se pague”; outra, pelo secretário Miguel de Vasconcelos e Brito (entregue “ a meya noute”) dizia que “ Vossa Alteza estava resoluta lançar a armada no dito domingo, ordenando que me estivesse embarcado e fizesse prestes tudo para que o galeão São Domingos fosse o primeiro que desamarrasse”. Diz, também, que, em sua opinião, não deve partir o galeão São Domingos deixando neste porto a armada de Castela, porque ele é a capitania da dita armada⁴²⁵.

A resposta, dada em 31 de Agosto, por uma «carta de Sua Majestade» para o conde da Torre, escrita pelo governo e firmada pela Princesa Margarida insiste em que saia com o seu galeão e mais armada de Portugal, e que aguarde a de Castela em Cabo Verde. O conde da Torre responde no mesmo dia, dizendo que não pode deixar a armada de Castela, de cujo comando Sua Majestade o encarregou, pelo seu Conselho de Guerra, sem «nueva orden suya», argumentando com a incerteza das coisas do mar e também com receio de demoras em Cabo Verde por ser «parte tan contaxioza»⁴²⁶.

No dia seguinte, escreve uma carta ao Rei, historiando as trocas de correspondência com a Princesa Margarida e a insistência desta para que abreviasse a sua partida, mesmo sem terminar as inspecções que fazia aos navios das duas armadas, uma em Belém, a outra em Lisboa.

Igualmente referiu o inconveniente que era ter de partir deixando a armada de Castela sem nenhum dos Capitães gerais, indo aguardá-la a Cabo Verde, situação que considerava muito inconveniente pelas contingências a que estaria sujeito; e, ele, como Capitão general da armada de Castela, recebera ordem régia para, na altura do desembarque em terra do Brasil, entregar o comando das tropas - nas suas palavras- «a quien Vuestra Magestad se sirve mandar esto»⁴²⁷.

A resposta que lhe deu a Princesa Margarida em nome do Rei, não foi agradável, pois mandava que saísse a armada de Portugal apesar das objecções postas e, por causa dessas mesmas, devesse ficar em terra o dito Conde, advertindo-o com as seguintes palavras: «tirareis logo o que por vossa conta tiverdes metido no galião São Domingos

⁴²⁵ Carta do Conde da Torre à Princesa Margarida, Duquesa de Mântua, de Lisboa, aos 28 de Agosto de 1638; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I..., pp. 104-106.

⁴²⁶ Carta do Conde da Torre à Princesa Margarida, do navio São Domingos ancorado em Belém, aos 31 de Agosto de 1638; cf. *Ibidem*, I, p. 110.

⁴²⁷ Carta do Conde da Torre ao Rei, do navio São Domingos ancorado em Belém, a 1 de Setembro de 1638; cf. *Ibidem*, I, p. 118.

sem que por esta causa se detenha a partida, e quando não ira todo nelle com o resguardo conveniente, porquanto o dito galião a de sair juntamente com os demais da armada desta coroa»⁴²⁸. Esta carta perturbou-o e, logo no dia 5, respondeu enviando carta ao Rei, dando conhecimento à Princesa Margarida.

Na sua carta, D. Fernando de Mascarenhas, lamenta a diversidade de ordens recebidas, narra o que tentara o secretário Miguel de Vasconcelos que, na sua ausência, quando corria inspeccionando os navios da armada, pretendia que o capitão Custodio Favacho, que era de mar e guerra da capitânia São Domingos, partisse logo pela manhã aproveitando a maré, seguindo o general Francisco de Mello e a sua capitânia. Respondeu o capitão Favacho que a ordem teria que ser dada por escrito, ao que o secretário disse que sim. Mas depois não o fez, e houve uma conversa nada edificante entre os dois. Reclamava o Conde da Torre do Rei, que mandasse ver se são modos respeitáveis os usados por um ministro inferior para com os seus capitães generais⁴²⁹.

Este assunto foi objecto de outra carta do Conde da Torre, de 5 de Setembro, dirigida ao secretário Gaspar Roiz Escarai para o informar do que pretendia o secretário Miguel de Vasconcelos e Brito exorbitando as suas funções e desrespeitando a hierarquia da armada. E terminava suplicando que apresentasse o assunto a Sua Alteza a princesa Margarida, assim como ele o fazia a Sua Majestade⁴³⁰.

Finalmente, o conde da Torre partiu de Lisboa em 7 de Setembro desse mesmo ano de 1638, a bordo do galeão S. Domingos. Apenas levava oito galeões da coroa de Portugal e catorze de particulares a cargo de Francisco de Mello y Castro, general da dita coroa, levando ordens, transmitidas pela princesa Margarida para, nas ilhas de Cabo Verde, esperar a armada de Castela.

Sofre, porém, a vicissitude de uma calmaria de quarenta dias e chega a Cabo Verde em 16 de Outubro⁴³¹. Aqui a estada torna-se penosa, pois resultou numa elevada perda de homens aptos ao combate, devido a enfermidades e mortes, levando o Conde da Torre a ponderar a ida à Bahia antes de tentar o desembarque em Pernambuco. Entre as mortes contava-se a do General Francisco de Melo e Castro, pelo que teve de passar para D. Rodrigo Lobo o comando da Armada de Portugal.

⁴²⁸ Carta da Princesa Margarida ao Conde da Torre, de Alcântara, em 1 de Setembro de 1638; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I..., p. 119.

⁴²⁹ Carta do Conde da Torre ao Rei, do galeão São Domingos ancorado em Belém, aos 5 de Setembro de 1638; cf. *Ibidem*, I, pp. 126-127.

⁴³⁰ Carta do Conde da Torre ao secretário Gaspar Roiz Escarai, do galeão São Domingos aos 5 de Setembro de 1638; cf. *Ibidem*, I, pp. 127-128.

⁴³¹ Relação que o Conde da Torre enviou ao Rei, datada de 2 de Novembro de 1638; cf. *Ibidem*, I, pp. 139-140.

Retardada como foi a partida de Cabo Verde, apenas em Janeiro de 1639 surge a Armada hispano-portuguesa diante do Recife, causando grande sobressalto ao Governador holandês do Recife que, no momento, encontrava-se com os meios de defesa reduzidos e dispersos. Porém, foi escolhido o rumo do Sul dirigindo-se a Armada hispano-portuguesa à Bahia, onde chegou no dia 21.

Na Bahia, o Conde da Torre, nas visitas e inspecções que fez aos armazéns e instalações de defesa, deparou-se com escassez de víveres e de materiais de campanha, e insuficiência de efectivos de tropas, pelo que considerou conveniente retardar o início da missão.

Em Fevereiro, convoca os Comandantes e principais oficiais para uma junta, tendo ouvido os pareceres das seguintes entidades: O conde de Bagnuolo Mestre de campo general do exercito, Dom Francisco de Moura dos Conselhos de Estado e Guerra e General da cavalaria, Don João de Vega Bazan⁴³² General da armada da coroa de Castella, Dom Rodrigo Lobo General da armada de Portugal, Dom Vasco de Mascarenhas conde de Óbidos e General de artilharia, e os mestres de campo Don Fernando de Ludenha, Fernando da Silveira e Luís Barbalho Bezerra, e os Tenentes de mestre de campo general Pedro Correa da Gama e Don Phellippe de Moura, e o Provedor mor da fazenda de Sua Majestade deste estado Pêro de Cadena de Villasanti. Expôs-lhes o Conde da Torre o seu parecer sobre a situação que encontrara, e propôs as medidas que achava necessárias para o apresto das armadas e o abastecimento das tropas e da cidade⁴³³.

Entretanto, no Recife o Conde de Nassau recebe em Março um novo reforço da Holanda, de 1600 homens, que lhe trazia duas surpresas desagradáveis: era menos de metade do que pedira e vinha comandado pelo seu desafecto pessoal, o célebre polaco Artichofsky, promovido então a General.

Por isso, queixa-se aos Estados Gerais das Províncias Unidas de que os Directores da Companhia das Índias Ocidentais não atenderam os seus pedidos e não enviaram os meios de que carecia. Informa que, da frota que esteve nas Índias Ocidentais, voltaram 5 navios que encontraram a esquadra hispano-portuguesa de 33

⁴³² *Archivo General de Índias*, Sevilha, Patronato, 258, N.8, G.8, R.1, pp. 1-16 : Real Armada, Méritos y servicios do general Juan de Vega Bazán. Pode ver-se que este general era cavaleiro da Ordem de Santiago, fora Capitão general de Ceuta e Capitão general de várias frotas. Estas informações são datadas de Abril de 1633.

⁴³³ Acta da Junta de 7 de Fevereiro de 1639, realizada em Salvador; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, 4 vols., II, João Paulo Salvado e Susana Munch Miranda (ed.), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Centro de História e Documentação Diplomática do M.R.E., 2001, pp. 173-175.

velas o que lhes causou admiração, e que outras embarcações encontraram mais navios de Castela, de modo que, no seu cômputo «a frota que chegou à Bahia compunha-se de 46 a 48 embarcações»⁴³⁴.

Por sua vez, na Bahia, o Conde da Torre mantém grande actividade na preparação da Armada, convocando juntas, em cujas actas se podem apreciar as opiniões e posições dos comandantes e principais oficiais quer militares quer da administração, nomeadamente o provedor da Fazenda Real. O completamento dos efectivos de militares e marinheiros, o apresto dos navios e o aprovisionamento de víveres foram as suas preocupações constantes.

No Recife, por sua vez, o Conde de Nassau, num ofício para os Estados Gerais, dá as informações que obtivera de alguns prisioneiros e das muitas cartas que tomaram de uma barca carregada de açúcar com destino a Castela que fora apresada pela esquadra holandesa, dizendo que «em 46 embarcações, das quaes 26 galeões, a bordo dos quaes tinham-se achado 5000 soldados. Morreram 3000 durante a viagem no Cabo Verde, e o resto chegou doente ao Brazil. D'esse numero morrem ainda todos os dias»⁴³⁵.

Mais adiante, Nassau diz que na Bahia «o inimigo ocupa-se activamente nos preparativos para a missão que havia recebido». Diz, também, que alimenta como única esperança «depois de Deus, que o inimigo não possa fazer grande coisa pois não cessa de queixar-se da falta de viveres»⁴³⁶.

Revela, na mesma carta aos Estados Gerais, que encontraram na correspondência apreendida, as ordens do rei da Monarquia Hispânica ao Conde da Torre ordenando-lhe conservar a sua frota durante 2 anos nesta costa, e informando de que de ano a ano lhe mandaria homens e navios necessários para, nas suas palavras: «nos disputar o mar e nos impedir de aportar». E, diz mais: «Parece que o Rei de Hespanha principia a reconhecer que d'aqui podemos fazer-lhe muito mal, pois que agora toma muito mais a peito os negócios do Brasil do que fazia até agora»⁴³⁷.

Entrementes, na Bahia, na Junta que reuniu em Setembro desse ano de 1639, o Conde da Torre ouviu em primeiro lugar o Conde de Bagnuolo que reunira informações sobre o inimigo calculado em cerca de quatro mil e quinhentos homens, pelo que

⁴³⁴ Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 18 de Fevereiro de 1639; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p. 48.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 82.

⁴³⁶ *Ibidem*.

⁴³⁷ *Ibidem*, p. 85.

recomendava que, no mínimo, se dispusesse de três mil homens de guerra, além de mil e quinhentos que deveriam ficar a guarnecer a cidade de Salvador. Era de parecer que se fizesse leva de gente indicando alguns oficiais para a conduzirem; igualmente recomendava que se dispusesse e ordenasse o trem de artilharia e de campanha. Quanto à estratégia a seguir, conforme já dissera em Juntas anteriores, considerava conveniente a tomada de um posto que, fortificado, a partir dele se pudesse lançar a gente necessária pela campanha por partes onde haja abastecimentos para sustentar a gente de terra e da armada.

Depois foi dada a palavra a Dom Francisco de Moura «que tem daquelle estado tanta noticia e tanta experiencia»⁴³⁸ que, em Cabo Verde, fora de parecer que se viesse à Bahia «pelo miserável estado que a armada trazia de mortos e enfermos», o qual disse que concordava com o parecer do Conde de Bagnuolo⁴³⁹. Todos os mais ministros se conformaram com os dois pareceres referidos.

Assim, mandou que André Vidal de Negreiros e António Filipe Camarão, com as suas guerrilhas, actuassem, o primeiro a Norte do Recife e o segundo a Sul. Esses capitães e mais João Lopes Barbalho deveriam inquietar constantemente o inimigo e estar em condições de agir em uma operação combinada com a esquadra, logo que esta se aproximasse de Pernambuco.

A chegada das provisões de carne seca de Buenos Aires e de farinha, pescado e legumes das repartições do Sul do Brasil, embora não fossem nas quantidades esperadas, permitiram a decisão da partida.

Em Novembro de 1639 a frota de D. Fernando de Mascarenhas, Conde da Torre, levantou âncoras do Recôncavo rumo ao norte, com um total de 20 galeões, 27 navios e 39 caravelas carregadas de mercadorias, armados aqueles com 850 bocas de fogo. Eram 70 velas pouco mais ou menos, conforme se lê no auto que mandou fazer o Conde da Torre.

No dia primeiro de Janeiro de 1640, o almirante da Armada da coroa de Castela, queixava-se de haver navios que não seguiram a sua Almiranta o que é motivo de preocupação. Sobre o parecer solicitado pelo Conde, diz que considera desaconselhável

⁴³⁸ Era inexperiente nas matérias do Brasil, o Conde da Torre, que dissera anteriormente a respeito de si próprio : «declaro que nas materias de Affrica, ainda servi a Sua Magestade perto de dezoito annos, darey muito boa rezão e na guerra que aos mouros pode fazer se el Rey nosso senhor lhe quiser dar algum castigo, mas nas matérias do Brazil confesso que para falar nellas que he necessário ver primeiro aquelle estado, reconhecer pessoalmente as forças do enemigo e a campanha, e tudo o mais consenrente a mesma materia», na Junta de 19 de Novembro de 1638, a bordo da Real, surta na vila da Praia, ilha de Santiago; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I ..., p. 172.

⁴³⁹ Acta da Junta de 23 de Setembro de 1639, realizada em Salvador; cf. *Ibidem*, IV , pp. 373-375.

desembarcar tropa no Cabo de S. Agostinho e em qualquer lugar do Recife para Sul, porque «podran salir del los navios que el enemigo savemos que tiene a popa y los yra desbaratando como fueren llegando en pequenas frotas, como yo jusgo a los derrotados [...] ». O seu parecer é que se juntem «en la punta de Lucena de la Parayva desde adonde se yra mas breve y facilmente a el Arrecife com la moncion que corre desde S. Alejo a el cavo[...]»⁴⁴⁰.

No dia 7 a capitânia real estava surta sobre as Alagoas aguardando a reunião da armada depois do Conde da Torre ter mandado que se procedesse à busca da capitânia de Portugal e do São Jorge Ingres e outros navios que, havia vários dias, «estavão sotaventados». E, porque ainda não tinham aparecido mandou o Conde da Torre fazer um auto onde constasse tudo o que ocorrera, e decidiu partir para o Norte e ir aguardar os ditos navios na «paragem referida que he entre a Paraiba e Tamaraca»⁴⁴¹.

Pelo lado holandês, o almirante Willen Corneliszoon Loos que, desde algum tempo cruzava em frente da Bahia, partiu dali a 14 de Novembro, depois de fazer observar pelos seus yachts a marcha da armada hispano-portuguesa.

No seu relatório, o conde de Nassau diz o seguinte: «Pusemos a bordo tantos soldados quanto pudemos distrair de nossas guarnições e formavam uma força de 17 companhias. Nossa esquadra, tendo 9 yachts, 13 urcas fretadas e 2 chalupas flamengas, ao todo compunha-se de 41 velas, com as quaes o nosso Almirante foi tomar posição na altura de Olinda, a uma distancia de 4 milhas de terra»⁴⁴².

Por seu lado, na Junta que reuniu na capitânia real a 8 de Janeiro, o Conde da Torre recebeu pedidos de informação sobre a força do inimigo, designadamente do Tenente general Gaspar Pinheiro Lobo sobre a área junto ao forte do Cabedelo, e na ilha de Tamaraca e praia de Pau Amarelo. O almirante Francisco Diaz Pimenta deu a informação preocupante de que faltava quase metade da armada, e o Capitão de mar e guerra Pêro Gonçalves Rotea disse que se acham com treze navios da armada e que, se

⁴⁴⁰ Parecer do almirante Francisco Diaz Pimenta, dado da Almiranta, a 1 de Janeiro de 1640; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, IV..., pp. 245-247.

⁴⁴¹ Auto que mandou fazer o Conde da Torre, na capitânia real surta nas Alagoas, datado de 7 de Janeiro de 1640; cf. *Ibidem*, IV, pp. 383-385.

⁴⁴² “Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil” anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., pp. 94-95.

escolhessem os mais artilhados dos navios mercantes, talvez atingissem o número de trinta ⁴⁴³.

O conde de Nassau diz no seu relatório que no dia 11 soubera que se tinha visto o inimigo em frente à ilha de Itamaracá de sorte que na mesma noite às 10 horas, o almirante holandês fez-se à vela para ir ganhar o alto mar, sendo o vento completamente de Norte, «e portanto favorável ao inimigo». Mas, no dia seguinte, João Maurício de Nassau reconheceu que «o vento virando para o Sul» passou a ser vantajoso para a sua esquadra ⁴⁴⁴.

Nestas condições, no dia 12 de Janeiro de 1640, as duas esquadras encontraram-se e, como se disse, o vento passara a soprar de Sul. A armada hispano-portuguesa estava tentando efectuar o desembarque de tropas nas praias de Pau Amarelo, quando a flamenga se aproximou, inesperadamente. Aquela, no momento dispersa, evitou o combate e velejou para o Norte. Mas, na altura da ilha de Itamaracá foi alcançada pela armada do Almirante Loos e obrigada a empenhar-se. Depois de três horas de luta, a noite separou os contendores, que haviam sofrido pequenas perdas. Entre essas, porém, contava-se a do Almirante holandês, vítima do seu arrojo em levar a sua nau capitânia a combater no meio da frota adversária.

No dia seguinte, 13, a batalha recomeçou quando as esquadras navegavam de Goiana para o Cabo Branco, com o mesmo vento favorável aos holandeses. Relata o conde de Nassau que logo de manhã, o major Pedro Legrant, comandante das tropas embarcadas, resolveu, por causa da morte do Almirante, convocar o Conselho Secreto no navio Almirante, e foi decidido conferir o Comando em qualidade de Almirante ao Vice-almirante Jacob Huygen, «que içou o seu Pavilhão a bordo do navio *Faam*. Tendo pedido a Deus Todo Poderoso socorro e assistência; os nossos tendo o mesmo vento do Sul, atacaram imediatamente com grande coragem pelas 10 horas da manhã» ⁴⁴⁵.

O combate desenvolveu-se com tal encarniçamento e com tal fúria, a tiros de mosquetaria e de artilharia que, na opinião do Governador holandês, «se deve considerar como um grande prodígio de coragem e de valor, que tenha assim durado até noite fechada». Nassau disse mais: «Como um milagre e grande protecção de Deus,

⁴⁴³ Junta realizada na capitânia real, em 8 de Janeiro de 1640; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I ..., pp. 334 - 343

⁴⁴⁴ “Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil” anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p. 6.

⁴⁴⁵ *Ibidem*, pp. 97-98.

tivemos n'essa refrega apenas um muito pequeno numero de mortos e feridos, exceptuando o navio *Geele Son*, que foi a pique. O Capitão Martume e 44 soldados pereceram nas ondas; o piloto e 34 marinheiros e 1 soldado salvaram-se na chalupa, contra a qual o inimigo continuou a fazer fogo; mas nem por isso deixaram de escapar»⁴⁴⁶. Segundo o governador holandês, foram afundados dois navios da parte contrária.

No mesmo dia, o Conde de Bagnuolo, Mestre de campo general do exército, enviava uma comunicação ao Conde da Torre, dizendo que era forçoso deixar a infantaria em terra por estarem a acabar as provisões de água e alimentos⁴⁴⁷.

No terceiro dia, 14 de Janeiro, as esquadras impelidas pelos mesmos ventos e pelas correntes defrontaram-se, mais a Norte, nas proximidades do forte de Cabedelo na Paraíba, combatendo com redobrado furor. No seu relatório, João Maurício de Nassau afirma que continuava a haver vento sul, de sorte que «os nossos tinham sempre o inimigo em linha diante de si. Concluída a reza e de algum modo reparados os estragos, os nossos atacaram de novo o inimigo com a mesma coragem que tinham mostrado na véspera»⁴⁴⁸.

O seu navio Almirante penetrou entre os navios almirantes da esquadra contrária, e sofreu o fogo contrário do modo que refere no seu relatório: «com mais furor e animosidade que ainda não tinham mostrado em toda a acção, mas no entretanto sem nos causar um grande numero de mortos ou de feridos, mas só grandes estragos no nosso velame e aparelhos»⁴⁴⁹. Este combate deu-se em frente da Paraíba. Foi renhido com navios de ambas as partes a aproximarem-se das rochas e a baterem no fundo, depois do navio do Contra- almirante Jacob Aldericksen ter tido «o mastro grande partido e sido arrastado pela corrente e batido no fundo»⁴⁵⁰.

Houve abordagem por parte dos soldados hispano-portugueses e a luta foi cruenta no convés do navio holandês, dando-se «outros combates corpo a corpo noutras

⁴⁴⁶ “Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil” anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p. 98.

⁴⁴⁷ Carta do Conde de Bagnuolo, do Galeão S. Felipe, em 13 de Janeiro de 1640; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, IV..., p. 249.

⁴⁴⁸ “Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil” anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p.98.

⁴⁴⁹ *Ibidem*.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, p. 99.

embarcações com muitos mortos, feridos e prisioneiros»⁴⁵¹. Nassau fala, nessa ocasião, em 230 prisioneiros que foram levados pelas lanchas holandesas a terra.

Entretanto, na Armada hispano-portuguesa realizaram-se duas juntas, nos dias 14 e 16. Na do dia 14, o Conde da Torre fez um balanço da situação, considerando que havia cinquenta e seis dias que a armada saíra da Bahia, e que para juntar ao navio do general D. Rodrigo Lobo e outros que se «avião derotado por ser os ventos muy contrarios os veyo aguardar a paragem do regimento que se lhes deu, que era por balrravento de Pernambuco, e que as correntes das agoas abaterão de sorte a armada a puserão na altura da Paraíba, donde não puderão ganhar nenhuma couza para balrravento por mais forsa de vela que tem feito [...] mais com a oposição grande que a armada do enemigo lhe fazia no mar com trinta e seis naos de guerra muy artilhadas e muy guarnecidas de infantaria [...] ». Mais disse, que estando a armada e o exército de terra com falta de água, e navegando a armada a Norte dos pontos de desembarque planeados, lhes pedia parecer. Os presentes na Junta foram de parecer que se tomasse o porto dos Franceses e, caso não fosse possível, se procurasse a baía da Traição⁴⁵².

Na Junta do dia 16, o Conde da Torre, dada a necessidade urgente de fazer aguada, e achando-se a armada a sotavento da baía da Traição, e vistas as condições em que navegavam com o vento a empurrar cada vez mais para Norte e, dizia, «com o inimigo por balrravento dificultosamente nos ajuntamos» e para conservação «desta armada e exercito» pedia parecer aos presentes. Falou em primeiro lugar o Mestre de campo Luís Barbalho Bezerra que informou haver muitos «doudos de sede e segos [sic] e que a agoada se faça a todo o risco, sem embargo do enemigo andar por balrravento desta e com isso poder peleijar connosco cada vez que quer, como o tem feito trez dias continuos»; mais disse que feita a aguada e repartidos os mantimentos que houver, siga a armada na volta do mar para desembarcar para o Sul na paragem que puder tomar, mas desembarcando aqui primeiro a maior parte da infantaria que puder ser para que vá queimando e atalhando a campanha, tirando proveito ao inimigo com queimar-lhe as canas e todos os seus engenhos, marchando na volta das Alagoas ali se juntar com a outra parte do exército e em caso de não poder juntar-se, dali socorrer a Bahia. Termina oferecendo «sua pessoa para tudo aquilo que for necessário do serviço de Sua

⁴⁵¹ “Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil” anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil, ...*, p. 99.

⁴⁵² Junta realizada na capitânia real em 14 de Janeiro de 1640; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I..., pp. 343-345.

Magestade». A seguir falou Lourenço de Britto Correa que, no essencial, concordou com a parecer do Mestre de campo Barbalho. Por seu lado, o almirante Francisco Diaz Pimenta foi de parecer que, pelas boas condições que apresenta, se procurasse desembarcar na baía da Traição, embora se esteja já a sotavento dela, mas que «se faça forsa de vella por montar a dita bahia da Treição com toda a armada, conservando os navios de sotavento e fazendo cara ao inimigo com os navios que primeiro puderem montar, para que a sua sombra e a seu sotavento possuão os que levão o exercito deitar a gente em terra». Este parecer foi acolhido pelo Conde da Torre que decidiu dar ordem ao Mestre de campo Luís Barbalho para ir ocupar a baía da Traição ⁴⁵³.

No campo holandês houve, nestes dois dias de interregno, tempo para a reparação dos aprestos estragados e também foi realizada uma reunião a bordo do navio Almirante. No relatório do conde de Nassau consta: «Em seguida foram chamados a bordo do navio Almirante todos os Officiaes e Capitães da nossa esquadra: foram exhortados para desempenharem o seu dever, e foi-lhes dito que chegára a ocasião em que deviam ser úteis á pátria e á Companhia. Responderam todos á uma que estavam promptos para sacrificarem a sua vida e o seu sangue» ⁴⁵⁴.

Finalmente, as esquadras chocaram-se pela quarta vez, no dia 17, nas alturas de Cunhaú. O comandante holandês, Jacob Huyghens, tomou a iniciativa do ataque e acometeu violentamente a armada hispano-portuguesa infligindo-lhe perdas consideráveis. Ao fim da tarde, diante das perdas sofridas e ante a situação dos ventos que continuavam a favorecer os holandeses, o comandante da armada hispano-portuguesa decidiu suspender os combates e retirar-se.

No seu relatório, Nassau diz:

«A 17, tendo-nos Deus conservado o mesmo vento, mandámos um yacht portador de avisos e de aprestos; ao mesmo tempo chegou para a nossa esquadra uma galeota carregada de pólvora e de cartuchame. Feita a leitura das nossas ordens, os nossos imediatamente atacaram o inimigo, e desde as 9 horas da manhã até ao por do sol bateram-se com encarniçamento» ⁴⁵⁵.

⁴⁵³ Junta realizada na capitânia real em 14 de Janeiro de 1640; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I..., pp. 345 - 350.

⁴⁵⁴ “Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil” anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p.100.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, p. 101.

Diz, também, que o navio Almirante contrário foi vivamente assaltado, de modo que teve de fazer-se ao largo e foi substituído por outros galeões que trataram de fazer vigorosa resistência. Neste combate a esquadra holandesa atravessou a hispano-portuguesa.

Neste mesmo dia o Conde da Torre reuniu uma junta na capitânia real, onde foi resolvido que o Mestre de campo Luís Barbalho Bezerra saltasse em terra com o seu Terço, levando em sua companhia os que vieram do Rio de Janeiro e os índios das capitânias do Sul e os pretos do governador Henrique Dias, o qual ira também com eles em companhia do dito Mestre de campo Luís Barbalho, e que marcharão na volta das Alagoas. De caminho irão queimando os canaviais e os engenhos dos «framengos e os asucares que delles ouver armazenados e encaixados [...]. E enquanto assistir naquele posto governara a gente das ditas Alagoas e moradores daquele dito destrito [...]. E chegando as Alagoas mandara a copia desta ordem ao dito senhor conde de Óbidos para a ter entendido e se poder valer da pessoa do dito mestre de campo e gente que leva[...] A seguir, com data de 17 de Janeiro, passou ordem escrita ao Mestre de campo Luís Barbalho, para quando chegarem à baía da Traição ser ele a «dar ordem a saltar a gente em terra»⁴⁵⁶.

Entretanto, a esquadra holandesa preparava-se para mais um combate já que o vento ainda lhes era favorável. É o que nos conta o governador holandês Nassau no seu relatório: «A 18, o Almirante mandou ir a seu bordo todos os capitães. Foi resolvido atacar-se ainda o inimigo no dia seguinte, e com o auxilio de Deus repellil-o vigorosamente da costa»⁴⁵⁷. Diz também que em todos os combates, «o inimigo tinha sempre procurado aportar à costa com as suas pequenas embarcações para poder abastecer-se d'água de que precisava muito; mas cada uma d'essas tentativas tinha sido impedido pelos nossos yachts que tinham também conseguido empurrar de encontro a costa 3 barcas perto de Cunhaú e a pôl-as em pedaços. Os 300 homens que as guarneciam tinham escapado para terra refugiando-se nos mattos»⁴⁵⁸.

Por outro lado, o Conde da Torre, vendo a impossibilidade de chegar à baía da Traição, deu nova ordem a Luís Barbalho, na qual diz que se pode aproveitar a água da

⁴⁵⁶ Junta realizada na capitânia real, sobre a baía da Traição, em 17 de Janeiro de 1640; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, I..., pp. 352- 354.

⁴⁵⁷ “Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil” anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, Códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p. 102.

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

chuva que caía, e dada a mudança dos ventos recomenda que se siga para Sul e se lance o exército em terra o mais perto possível do cabo de Santo Agostinho, ou aproveite a ocasião em que a armada inimiga esteja a pelejar e, portanto, esteja embaraçada, e não impeça os navios de sotavento de lançarem gente em terra⁴⁵⁹.

Embora fracassasse o plano de recuperação de Pernambuco, foram lançados em terra cerca de 1.500 homens, sob o comando de Luís Barbalho Bezerra, um dos mais bravos guerrilheiros de Pernambuco. Desembarcaram nas praias de Pipa e Touros, na capitania do Rio Grande.

Após este insucesso, o Conde da Torre retornou à Bahia e alguns navios foram bater no Maranhão e outros foram até às Antilhas, enquanto os navios da armada de Castela, como estava previsto⁴⁶⁰, seguiram para as Índias de Castela sob o comando do General D. João de Vega Bazan .

Por sua vez, a esquadra flamenga, partia do Rio Grande a 25, com um bom vento de Nordeste, tendo chegado ao Recife a 1 de Fevereiro.

Retomemos o relato de João Maurício de Nassau, que nos diz: «De tarde fomos dar publicamente graças a Deus, e à tardinha mandámos que todas as nossas fortalezas salvassem com artilharia e mosquetaria para anunciar a nossa Victoria e atemorizar os nossos outros inimigos»⁴⁶¹.

«Os holandeses cantaram vitória», diz Francisco A. de Varnhagen, considerando pequena a sua perda, pois além do navio que foi a pique e os estragos noutros, tiveram apenas «22 mortos e 82 feridos»⁴⁶².

O mesmo autor oitocentista considera que foi grande a perda, não tanto pelas naus afundadas ou tomadas, nem pelo número de mortos e feridos nos quatro combates, mas pelas consequências, pois «Pernambuco não foi restaurado, como pudera havê-lo sido, se desembarcam convenientemente as tropas que para isso vinham»⁴⁶³.

⁴⁵⁹ Ordem do Conde da Torre dada ao Mestre de campo Luís Barbalho, com data de 19 de Janeiro de 1640; cf. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, IV..., p. 73.

⁴⁶⁰ O capitão Lourenço de Brito Correia, no relatório que entregou ao Conde da Torre em 10 de Março desse ano, diz que após ter recebido a sua ordem para o desembarque na Baía da Traição, em que se ordenava à armada que amanhecesse perto de terra no dia seguinte para proteger o lançamento da tropa em terra, ao interpelar o general Don João da Vega Bazan este respondeu que o faria mas que «os oito galeoíns que Sua Majestade tinha ordenado fossem as Índias avião de ir as Índias, ainda que se fundisse o mundo»; cf. *Ibidem*, I, pp. 354 - 355.

⁴⁶¹ «Relatório succinto e verídico da chegada e da partida da poderosa esquadra hespanhola do Brasil» anexo ao Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 28 de Fevereiro de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, Códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p. 103.

⁴⁶² Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil...*, II, p. 351.

⁴⁶³ Idem, *Ibidem*.

Sujeito aos ataques das forças holandesas e entregues à sua sorte, as forças do exército hispano-português desembarcadas, empreenderam a marcha de cerca de 400 léguas, sob o comando de Luís Barbalho, desde o Rio Grande até à Bahia, onde chegaram ao fim de acidentada viagem.

Entretanto, em fins de Março aportara ao Recife uma frota de 27 navios conduzindo 1.200 homens, sob o comando dos Almirantes Lichthardt e Jol. Faziam os directores da Companhia recomendações especiais ao Governador Geral holandês para que uma nova tentativa de conquista de Salvador fosse realizada, tão breve quanto possível.

O conde de Nassau aprestou uma expedição mas, em carta à Direcção da Companhia das Índias Ocidentais, mostrou os inconvenientes e as dificuldades da empresa, face à insuficiência de meios, concluindo por solicitar que fosse dispensado das suas funções, tão logo expirasse o prazo de cinco anos, estipulado inicialmente para a sua permanência no Brasil. Mas o ataque fez-se.

Diz-nos Netscher que o conde de Nassau enviou, à Baía-de-todos-os-Santos, uma frota de 20 navios sob o comando do Almirante Lichthardt, levando 2500 soldados sob as ordens do coronel Tournalon. Dera-lhes ordens para incendiar e devastar a região de Salvador, poupando apenas as mulheres e as crianças, determinação essa executada com inexorável severidade. Para este sistema de destruição, o conde justificava-o como resposta às incursões devastadoras de Camarão, Barbalho e Vidal nos meses antecedentes e, ao mesmo tempo, «esperava diminuir as rendas da capital do Brasil português, e esgotá-la de tal modo que lhe seria mais fácil, depois, submetê-la às suas armas»⁴⁶⁴.

Lichthardt rumou para a Bahia e, ainda em Abril, entrava no Recôncavo, cumprindo a ordem recebida. Somente não tentou investir e conquistar a praça fortificada de Salvador, porque, entretanto, havia chegado ali, providencialmente, na ocasião, a referida força militar de Luís Barbalho, após quatro meses de esforçada e perigosa caminhada desde o Rio Grande.

O conde de Nassau, em Maio desse ano, num ofício dirigido aos Estados Gerais faz referência a esta expedição à Bahia, sob o comando do Almirante Lichthart com 28 navios e cerca de 2500 homens comandados pelo Capitão da sua guarda Carlos de Tournalon, e de sargentos mores, para «assolar e incendiar o paiz por toda a parte onde se

⁴⁶⁴ Pieter Marinus Netscher, *op.cit.*, pp. 114-115.

possa penetrar, e matar todos os habitantes em que o inimigo é senhor, exceptuando as mulheres e as crianças»⁴⁶⁵. Rematando: «O inimigo verá então se a sua maneira de fazer a guerra é a melhor e que será o primeiro a cansar-se de tantas crueldades»⁴⁶⁶.

O resto do ano de 1640 foi assinalado por violentas escaramuças entre contingentes holandeses e forças portuguesas no rio Real, em Sergipe, Camamú e até no Espírito Santo.

4.3. O tempo da ocupação holandesa

4.3.1. A organização política adoptada pelos invasores

Quando decorreram os preparativos para a conquista de Pernambuco, os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos⁴⁶⁷ aprovaram, em 1629, o «Regimento do governo das praças conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais» que fora proposto pelo Conselho dos XIX da Companhia das Índias Ocidentais⁴⁶⁸.

Nele se determinava que elas seriam administradas por um Conselho (que viria a ser designado de Conselho Político) formado por nove membros, naturais das Províncias Unidas ou nelas residentes há mais de sete anos, professando a religião reformada e versados “nas matérias de polícia, justiça e comércio ou, pelo menos, em algumas das ditas matérias”⁴⁶⁹.

Quatro deles seriam escolhidos pela Câmara de Amesterdão, dois pela da Zelândia e um por cada uma das três Câmaras restantes. Ao Conselho seria adido um jurista, com o título de assessor, nomeado pelo Conselho dos XIX, o qual deveria estar presente às reuniões do Conselho e redigiria os documentos, a correspondência, as ordens, e, exerceria «as funções de pensionário e secretário nos negócios de justiça e política». Funcionava, ainda, como notário público.

⁴⁶⁵ Ofício do Conde de Nassau enviado aos Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos, escrito na ilha de António Vaz, com data de 8 e 10 de Maio de 1640; Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Secção de Manuscritos, Códice 5,1,36, *Documentos para a História do Brasil*, ..., p. 114.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

⁴⁶⁷ Em 1579 sete províncias dos Países Baixos aderiram à União de Utreque, a saber: Holanda, Zelândia, Utreque, Frísia, Groninga, Oversijssel e Guéldria. A esta federação deu-se o nome de República das Províncias Unidas dos Países Baixos das quais, a Holanda, devido à sua riqueza, era a mais poderosa; cf. *História dos Países Baixos*, Haia, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1998, p. 24.

⁴⁶⁸ A direcção superior da Companhia das Índias Ocidentais (*West Indische Compagnie* - WIC) era exercida por um colegiado, o qual, pelo número dos que dele participavam, era chamado Conselho dos XIX. Este era composto por oito membros designados pela Câmara de Amesterdão, quatro pela da Zelândia, e seis pelas restantes, sendo o décimo nono nomeado pelos Estados Gerais; cf. José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” in *O Brasil e os Holandeses, 1630-1654*, org. por Paulo Herkenhoff, Rio de Janeiro, Sextante Artes, 1999, p. 43.

⁴⁶⁹ *Ibidem*.

O Conselho era presidido sucessivamente por cada um dos seus membros, por períodos de 30 dias e tinha autoridade superior em toda a administração. Ao tratar de questões militares ou outras de maior importância, poderia convocar o general e o governador, isto é, os comandantes superiores da Marinha e do Exército.

O Conselho exercia, também, funções judicantes. Na justiça civil, esta seria exercida por um tribunal formado por três dos seus conselheiros de três em três meses. Em casos de justiça criminal, os julgamentos eram atribuição do Conselho pleno, convertido em tribunal, funcionando nele um advogado fiscal como promotor público.

Nas questões civis e comerciais vigoravam os preceitos do Direito Romano (*de gemeene ordre*) no direito de família e sucessório, a legislação da Província da Holanda, bem como os usos e costumes da Zelândia e Holanda do Sul. A justiça militar era exercida por um Conselho de Guerra e um Conselho Naval, formados pelo chefe militar respectivo e por oficiais superiores.

A administração da Fazenda era encargo de dois dos conselheiros, com o título de tesoureiros, servindo por um ano, ocorrendo a sua substituição com intervalo de seis meses.

O Conselho Político foi instalado em Olinda a 14 de Março de 1630 e funcionou como tal até Janeiro de 1633, mas com um número inferior de membros do que o previsto para a sua composição⁴⁷⁰. A sede do governo holandês passou então para o Recife localizado cerca de uma légua a sul de Olinda que apresentava boas condições naturais favoráveis à defesa da praça e do porto, tanto de ataques terrestres como os vindos do mar⁴⁷¹.

No que respeita a aspectos da governação, para contornar os contínuos desentendimentos entre o Conselho Político e o governador que era o Coronel Diederik van Waerdenburch, o Conselho dos XIX designou dois dos seus membros para, com a autoridade de participantes no órgão superior da Companhia, dirimir dúvidas e assumir a administração superior. Os dois directores delegados, Mathias van Ceulen (de Amesterdão) e Johan Ghijselin (da Zelândia) receberam instruções datadas de 2 de Junho de 1632 e chegaram ao Recife, respectivamente, em 14 de Dezembro de 1632 e

⁴⁷⁰ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 46.

⁴⁷¹ O seu nome deriva da série de recifes que se encontram a pequena distância da costa, como um molhe natural de protecção que delimita um canal interno de águas tranquilas e liga com o mar por uma passagem facilmente controlável. Do lado de terra, o acesso é dificultado devido aos dois rios – Beberibe e Capibaribe – que desenham diversas curvas e se misturam na foz como se fosse uma laguna mas com uma saída estreita para o mar. Forma-se assim um território muito recortado, com algumas ilhas, pequena península e uma barreta. Os governantes holandeses organizaram a defesa da sua Sede com um sistema de fortes que também controlavam as entradas do porto.

17 de Janeiro de 1633. Como o contrato dos dois era pelo prazo de dois anos, a contar da data da partida dos Países Baixos, regressaram na frota que deixou o Recife nos primeiros dias de Setembro de 1634, não atendendo aos apelos pela permanência de ambos feitos pelo Conselho dos XIX, pelos Estados Gerais e pelo Príncipe de Orange⁴⁷².

Em Setembro de 1634, o Conselho Político era composto pelos conselheiros Carpentier, Schott e Strachhouwer, aos quais se juntaram Wijntgis e Eisens, e o cargo de governador era ocupado por Sigemundt von Schkoppe. Durante os dois anos seguintes, ocorreram acusações graves de extorsões, roubos e até de mortes.

4.3.2. A governação do Conde de Nassau (1637-1644)

Reconhecendo as dificuldades na governação e na pacificação de Pernambuco, a Companhia das Índias Ocidentais decidiu efectuar alterações importantes.

Assim, o Conselho Político entregou o governo da conquista, em 28 de Janeiro de 1637, ao Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-79), nomeado nessa qualidade por carta-patente dada em Amesterdão a 8 de Agosto de 1636, recebendo autoridade sobre «todos os lugares conquistados e ainda por conquistar no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, assim como sobre todas as forças de terra e mar ali que e mesma tiver e vier a ter». Ainda como tal presidiria a um Alto e Secreto Conselho, ao qual «concerne a política, finanças e tudo o mais que depende da administração pública e todos os empreendimentos em terra e mar, localização de novas fortificações e demolição de antigas»⁴⁷³.

Esse Alto e Secreto Conselho (ou, simplesmente, Alto Conselho) tinha um assessor, que participava das sessões, nas quais oferecia o seu parecer, cabendo-lhe ainda a redacção e guarda dos registos, da correspondência, despachos e actos, «em breves palavras, exercendo a função de pensionário na polícia e justiça, assim como a função de secretário do referido Alto e Secreto Conselho». No caso de falecimento de algum conselheiro, o conde ficava autorizado a substituí-lo por um dos conselheiros políticos, até a chegada do conselheiro nomeado pelos Senhores XIX. O Alto Conselho compunha-se de três membros, chegando, contudo, a haver um quarto conselheiro⁴⁷⁴.

⁴⁷² José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 46.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 48.

⁴⁷⁴ *Ibidem*.

Uma *generaal missive* datada do Recife de 28 de Março de 1637 conta que os altos e secretos conselheiros verificaram que «alguns conselheiros políticos tinham a seu serviço um mordomo, um lacaios, um cozinheiro, dois pajens e 8, 10 ou 12 negros para cuidarem deles, de suas cozinhas, estrebaria e cavalos». E em outra carta acrescentam: «teria sido bom que, quando da nossa chegada, todo o colégio dos conselheiros políticos tivesse sido renovado, pois assim teria sido possível extirpar deste Estado, de uma vez, essa corrupção enraizada». E o predicante Vicente Soler fizera trocadilho, ao escrever em francês ao Conselho dos XIX: «Retirez d'ici ces Rats Politiques»⁴⁷⁵.

Deve notar-se que a administração de serviços no Recife e de jurisdições territoriais foram dois campos em que a participação dos conselheiros políticos se fez desde 1635, quando há referência a conselheiros exercendo o governo de antigas capitânicas. Servaes Carpentier teve a seu cargo a da Paraíba, Willem Schott recebeu o encargo de direcção de área territorial ao sul da capitania de Pernambuco e Ippo Eisens dirigiu a capitania de Itamaracá em 1636.

A partir do governo do Conde de Nassau, esses governos foram frequentes e estenderam-se a determinados sectores da administração: a direcção dos armazéns de víveres, das munições, das casas pertencentes à Companhia, das construções, especialmente as do estaleiro, etc. Em 1639, por exemplo, conhece-se a seguinte distribuição de cargos: o Prof. Johan Bodecher Banning recebeu a direcção dos armazéns de víveres da Companhia; o Dr. Gijsbert de With, o dos víveres e o das mercadorias dos comerciantes; o Dr. Sebastien van Hoogeveen, os dos açúcares e das mercadorias da Companhia, etc.

Além destas funções administrativas, os conselheiros tinham funções judicantes, mas a maioria, ao que parece, não tivera formação jurídica em universidade. O conde e o Alto Conselho recomendaram em 1637, porém, que alguns dos que viessem a ser designados no futuro tivessem prática judicial, já que os moradores luso-brasileiros tinham aqui bons juristas (*rechtsgeleerden*), a saber: Drs. Francisco Barbosa da Silva e António Pereira⁴⁷⁶.

Nesse ano de 1637, foi criada a Câmara de Escabinos. Esta também funcionava como tribunal de justiça de primeira instância, passando o Conselho Político a servir, também, como tribunal de segunda instância. No ano seguinte, foram levantadas

⁴⁷⁵ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 46.

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p.52.

algumas questões a esse respeito, pela Câmara de Escabinos de Olinda. Era assim denominada antes de ser estabelecida oficialmente no Recife a sede do governo holandês, quando ela passou a designar-se Câmara de Escabinos da Cidade Maurícia.

Diziam os escabinos de Olinda que o Recife e a ilha de António Vaz tinham pertencido, desde o tempo da soberania portuguesa, a sua jurisdição, enquanto o Conselho Político argumentava que no local de sua sede era ele instância única. Na questão, o conde e o Alto Conselho eram de parecer que a Câmara de Olinda tinha uma área enorme sob sua jurisdição, que se estendia pelo litoral por mais de 17 milhas, do Rio Jaguaribe ao Rio Serinhaém, e eram por isso favoráveis à criação de uma Câmara do Recife, desmembrada daquela. Argumentavam o conde e o Alto Conselho que o Recife e a ilha de António Vaz (que eles se propunham unir por meio de uma ponte) tinham uma população considerável, que merecia alcançar e exercer as dignidades e encargos cívicos que não eram negados aos moradores portugueses das outras jurisdições; além disso, os moradores do Recife não deviam ser forçados a deslocar-se para Olinda para tratar das suas questões na Câmara; por isso, salientavam que o Recife era o local « de maior importância e valor de toda a conquista»⁴⁷⁷.

Enquanto submetiam a questão à decisão do Conselho dos XIX, o conde e o Alto Conselho resolveram provisoriamente - pois que o assunto o exigia, já que a Câmara de Escabinos de Olinda suspendera as audiências - que os moradores do Recife e António Vaz que o quisessem, submetessem as suas questões em uma única instância ao Conselho Político e os que preferissem as duas instâncias poderiam apresentá-las, primeiro, à Câmara de Olinda. Os moradores que não fossem do Recife e de António Vaz deviam obrigatoriamente apresentar os seus pleitos à Câmara de Olinda.

O Conselho dos XIX respondeu de pronto, mas mostrava desconhecer aspectos da questão. À vista da autorização recebida, resolveram o conde e o Alto Conselho, em 14 de Novembro de 1639, transferir a sede da Câmara de Olinda para a ilha de António Vaz, permanecendo com relação às instâncias judiciais a solução provisória.

Como vimos, era de nove o número dos conselheiros políticos fixado pelo Regimento, mas em 1642 o seu número chegou a 13, devido ao aumento dos encargos administrativos.

Na década de 1640 foi o Conselho Político substituído pelo Conselho de Justiça, e no ano seguinte foi criado o Conselho de Finanças. É do Conselho de Justiça que se

⁴⁷⁷ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 52.

conservam dois selos com a inscrição GRT SEL VANDEN RAED DER IUSTICIE IN BRASIL (isto é, Grande Selo do Conselho de Justiça no Brasil) em documentos de 1650 e 1652⁴⁷⁸.

O Conselho das Finanças, composto de cinco membros, fora criado pelo Conselho dos XIX em 1641, competindo aos seus membros as responsabilidades da tesouraria e a fiscalização dos livros de registo de despesas e de contabilidade. No entanto, como a instalação deste Conselho coincidiu com a grave crise financeira da conquista, a sua actuação foi muito criticada.

No campo social e assistencial, em 1637, a Santa Casa da Misericórdia de Olinda estava a funcionar, e o seu provedor, Francisco Monteiro, expôs ao conde e ao Alto Conselho a sua organização e pediu instruções. Disse que a Irmandade compunha-se de duzentos irmãos, os quais anualmente, no dia 2 de Julho, elegiam um provedor, dez mordomos e um secretário. Que as rendas incluíam alugueis de casas e de outras propriedades de raiz e o dízimo das miunças, mas que elas eram insuficientes e o provedor recorria aos seus próprios bens para ajuda das despesas. Que a Misericórdia sustentava não apenas os doentes pobres como ainda órfãs pobres, a quem educava e dotava para o seu casamento; e também os presos pobres, os sobrecarregados de filhos e órfãos também pobres⁴⁷⁹.

O conde e o Alto Conselho deram nova administração à Misericórdia, designando três holandeses, Samuel Halters, Adriaen Pauwels e Abraham Cabeljau, aos quais se juntariam quatro portugueses eleitos pela Irmandade.

Em 1637 foi, também, instituída uma Curadoria dos Órfãos, para a qual o conde e o Conselho escolheram três membros de uma lista tríplice para cada qual: Abraham Cabeljau, Gaspar da Silva e Antônio de Bulhões. Outras comissões semelhantes, com a mesma composição, foram eleitas nas demais jurisdições. Para a manutenção dos órfãos contribuía a comunidade através dos anciãos e diáconos da Igreja Reformada.

O hospital também era dirigido por outro colegiado, o dos Regentes, estes com a colaboração das respectivas esposas. Os serviços de saúde compreendiam ainda um médico, um cirurgião e um farmacêutico.

O hospital (na altura da segunda batalha dos Guararapes organizou-se um segundo hospital para atender os feridos daquela ocasião) era dirigido por um director e

⁴⁷⁸ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 54.

⁴⁷⁹ *Ibidem*, p.59.

contava com um barbeiro-chefe e um auxiliar, um escriturário, uma cozinheira e um pajem, mas em 1651 fez-se uma redução no pessoal da direcção e serviço ⁴⁸⁰.

No que respeita à administração dos indígenas, cada aldeia contava além do seu chefe nativo, com um capitão holandês, cuja principal função, indica o Alto e Secreto Conselheiro Adriaen van der Dussen, era “animá-los para o trabalho, dirigi-los na melhoria das plantações e conceder-lhes permissão para trabalhar para os senhores de engenho”. Em certos casos, quando alguns chefes indígenas tinham postos militares, ocupavam também os postos de capitães das suas respectivas aldeias. Foram os casos de Pedro Poti e de António Paraupaba, que ambos tinham sido levados à Holanda em 1625 e lá educados pela Companhia das Índias Ocidentais.

Um *Commandeur* (título genérico usado na tropa holandesa para designar alguém que comanda) dos índios tinha a direcção superior de todas as aldeias, com as quais os holandeses estavam em contacto e tinham os seus aldeados como aliados. Wilhelm Doncker exercia tal função desde 1639, mas quando da Insurreição Pernambucana de 1645, a função era ocupada por Johan Listry ⁴⁸¹.

Pereira da Costa dá-nos notícia que em 27 de Agosto de 1640 houve a instalação solene de uma assembleia das capitanias do Brasil holandês, representados pelos escabinos das Câmaras e moradores notáveis das suas freguesias, com o fim de deliberar sobre assuntos de importância, sendo as resoluções desse congresso político havidas por lei ⁴⁸².

Diz o mesmo autor que, dos trabalhos da Assembleia, foi escrito um alentado código traduzido por José Higino que teceu alguns comentários transcritos pelo citado autor. Diz que «se o governo holandês desejava sinceramente esclarecer-se, ouvindo os moradores nacionais, estes não iludiram a sua expectativa. Entretanto, poucas foram as medidas propostas por eles que mereceram a aprovação do Conde e do Conselho Supremo; não é que considerassem as outras nocivas ou inconvenientes, mas por se julgarem incompetentes para as admitir, prometendo submetê-las à consideração da Assembleia dos Dezanove, na Holanda ⁴⁸³.

Na sessão de encerramento discursou o governador Conde de Nassau. Este manifestou o desejo de «ver o porto do Recife aberto ao comércio de todas as nações, e aclimar nas conquistas do Brasil a canela, o cravo, a noz moscada e mais especiarias do

⁴⁸⁰ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 59.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 60.

⁴⁸² F. A. Pereira da Costa, *Anais* ..., vol. 3, p. 136.

⁴⁸³ *Idem*, *Ibidem*, p. 139.

Oriente [...] muitos moradores que por sua penúria não são capazes de fabricar o açúcar e por isso vivem na miséria, bem poderiam ocupar-se com a cultura do algodão, do anil, do gengibre, da pimenta, da malagueta (que aqui se encontra de diversas espécies) ou explorar o salitre que sabemos pode haver também no Brasil». Recomendou aos representantes das câmaras ali reunidos em assembleia, que persuadissem os moradores dos seus respectivos termos a plantar e a beneficiar com aqueles frutos, declarando que o Supremo Conselho se obrigava a comprá-los, devendo os cultivadores apresentar-se para ajustarem previamente o preço»⁴⁸⁴.

Houve outra assembleia que reuniu no Recife em 9 de Janeiro de 1646 e teria havido uma assembleia geral quatro anos antes segundo relata Guelen⁴⁸⁵.

De assinalar que, durante a sua permanência no Brasil, o conde de Nassau esteve acompanhado por homens de artes e ciências, poetas e humanistas como Gaspar Baerle (ou Gaspar Barlaeus), e patrocinou obras, como a *Historia Naturalis Brasiliae* da autoria de Georg Marcgraf, Willem Piso e Johannes de Laet, considerada a primeira obra de história natural da América do Sul⁴⁸⁶. Sobre os oitos anos do governo de João Maurício de Nassau-Siegen, Gaspar Barlaeus publicou no ano de 1647 uma obra, primorosa na forma mas não tanto no que concerne à crítica histórica, intitulada *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub Praefectura Illustrissimi Comotis J. Mauritii Nassoviae*, que citámos na presente tese por consulta na versão em língua portuguesa.

Entre os artistas, devemos citar Franz Post, Albert Eckhout e Zacharias Wagener. O primeiro distingue-se como pintor de povoações e paisagens campestres em que estão presentes as descrições topográficas bem como as da fauna e da flora, tendo como nota o seu encanto pela amplidão⁴⁸⁷.

Albert Eckhout apresenta obras de cariz etnográfico, notabilizando-se com pinturas de índios, mamelucos, negros e mulatos⁴⁸⁸.

⁴⁸⁴ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 3, pp. 140-141.

⁴⁸⁵ Idem, *Ibidem*, p. 137.

⁴⁸⁶ David Freedberg, “Ciência, comércio e arte” in *O Brasil e os holandeses 1630-1654*, org. por Paulo Herkenhoff, Rio de Janeiro, Sextante Editora, 1999, p. 202.

⁴⁸⁷ Os seus quadros encontram-se, por exemplo, no Museu do Louvre, num de Roterdão, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; cf. Luís Pérez Oramas, “Franz Post, Invenção e aura da paisagem” in *O Brasil e os holandeses 1630-1654*, org. por Paulo Herkenhoff, Rio de Janeiro, Sextante Editora, 1999, pp. 218 ss; e Beatriz e Pedro Corrêa do Lago, “Os quadros de Post pintados no Brasil” in *Ibidem*, pp. 238 ss.

⁴⁸⁸ As suas telas podem encontrar-se no Museu Real da Dinamarca; cf. Ronaldo Raminelli, “Habitus canibal, os índios de Albert Eckhout”, in *O Brasil e os holandeses 1630-1654*, org. por Paulo Herkenhoff

Zacharias Wagener que, como soldado, viera para o Brasil, foi depois aproveitado devido à sua caligrafia apurada e jeito para a pintura. Fez levantamentos cartográficos a pedido do governador e dedicou-se à pintura.

4.3.3. governação seguinte (1644-1654)

Com a partida do Conde de Nassau, a administração passou ao Alto e Secreto Conselho que administrou o Brasil desde 6 de Maio de 1644.

Alguns dos seus conselheiros sofreram grandes críticas e acusações de desonestidade e corrupção. Dois folhetos violentos foram escritos acusando tanto o Conselho quanto, em especial, Adriaen van Bullestrate, além da correspondência que foi endereçada ao Conselho dos XIX e aos Estados Gerais das Províncias Unidas. Os dois folhetos são *O Saco de Ouro do Brasil* e *O Machadão do Brasil*, ambos publicados em 1647. Há cartas igualmente acusatórias escritas por Abraham de Vries, Pieter Verhagen e por Johannes Grevingh, este último ex-mordomo do Conde de Nassau, no Recife.

Para averiguação dessas acusações, os três altos conselheiros, depois da transmissão dos seus cargos, ficaram retidos no Recife até Maio de 1647. A sua defesa foi apresentada num relatório de que teve conhecimento o comissário Johan Nieuhof ou Nijhov, que o incluiu no livro em que conta o que vira, e ocorrera, ao tempo em que aí residira de 1640 a 1649, o qual, todavia, só veio a ser impresso postumamente em 1682⁴⁸⁹.

Passados dois anos, mais precisamente em 16 de Agosto de 1646, assumiu a administração do Brasil holandês um novo órgão de governação, designado Alto Governo, composto de um presidente e cinco conselheiros, que veio a estar em exercício até ao fim da ocupação holandesa, em 27 de Janeiro de 1654, embora dois dos seus membros permanecessem no Recife à frente dos interesses da Companhia até o dia 9 de Abril de 1654. Foi o mais longo de toda a história do Brasil holandês, pois durou sete anos, sete meses e 23 dias.

Por razões diversas, os cinco conselheiros tiveram o seu número reduzido. Um deles faleceu logo em seguida à posse (Abraham Trouwers, em 19 de Agosto de 1646); Haecxs viajou aos Países Baixos e regressou (4 de Setembro de 1647 e 18 de Março de

, Rio de Janeiro, Sextante Editora, 1999, pp. 110 ss.; e Paulo Herkenhoff, “ Representação do negro nas Índias Ocidentais” in *Ibidem*, pp.146 ss

⁴⁸⁹ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p.48.

1848), permanecendo até ao fim; Simon Van Beaumont foi fazer relatório (22 de Abril de 1649) e não voltou; o mesmo aconteceu com Michiel van Goch (3 de Março de 1653).

No fim do ano de 1653 o Conselho dos XIX planeava fazer uma nova modificação na administração do Brasil, voltando-se ao sistema vigente sob o Conde de Nassau; o governo seria composto de um Governador-geral e três conselheiros, presididos por aquele. Havia, mesmo, sugestão de nomes para o cargo de governador-geral, todos já com larga experiência brasileira, nesta ordem: Michiel van Goch, Hendrick de Moucheron, Paulus de Linge e Gijsbert de With ⁴⁹⁰.

No que concerne à administração dos armazéns-gerais ou de determinados géneros, tem-se notícia de algumas nomeações. Um desses comissários, o dos víveres, François de Sweerts, serviu por longos anos, até 1654; o do açúcar, nos anos de 1646-49, foi Johannes Nieuhof ou Nijhov; no mesmo cargo esteve Matheus van den Broeck, autor de depoimento valioso acerca da fase inicial da Insurreição Pernambucana.

Um crítico da administração do Brasil conquistado, faz referência a essa categoria funcional: «Os comissários são, sem excepção, pequenos condes; vivem, comem, bebem, vestem e aprontam-se como gente graúda, principalmente os que superintendem a artilharia, os víveres, as mercadorias e os açúcares da Companhia; tudo são vestidos preciosos, mesa preciosa, cavalos, criados, etc. Donde tudo isto provém, que o medite a quem toca» ⁴⁹¹.

Não incluímos aqui a organização e os quadros da administração militar (de terra, mar e trem), da eclesiástica, isto é, da Igreja Reformada (cujos predicantes recebiam salário da Companhia), da judiciária (tabeliães, etc.) e da civil (escriturários, artesãos diversos e outros).

4.3.4. As câmaras sob o poder holandês. As câmaras de escabinos

As Câmaras de Escabinos exerceram funções análogas às Câmaras do mundo português; como vimos, só foram instituídas no segundo semestre de 1637, quando os problemas militares mais urgentes foram resolvidos pelo conde Maurício de Nassau e o “Alto e Secreto Conselho”.

⁴⁹⁰ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p.49.

⁴⁹¹ *Ibidem*, p. 60.

Graças à presteza da resposta do director da capitania da Paraíba, Elias Herckmans, o primeiro grupo de escabinos a ser escolhido foi o da Câmara da cidade de Frederica, em 7 de Agosto de 1637. Herckmans apresentou uma relação de 15 nomes de pessoas que ele «julgava capazes de servir como escabinos» e dela o conde e o Alto Conselho escolheram cinco (três portugueses e dois holandeses).

A lista de nomes para a Câmara de Olinda foi organizada por um corpo de eleitores composto de 24 pessoas, escolhidos pelo Conselho Político em Setembro de 1637, o qual estabeleceu uma lista de 15 nomes que foi submetida à escolha do conde e do seu Alto Conselho, sendo designados cinco deles para a função. Nas demais jurisdições procedeu-se de forma semelhante.

Os escabinos de Olinda pediram que lhes fossem apresentadas as normas de direito segundo as quais deveriam administrar «a justiça e a polícia». Resolveram as autoridades que o assessor do Alto e Secreto Conselho, Dr. Servaes Carpentier, o Conselheiro Político Hendrick Schilt e o advogado-fiscal Willem van der Hern, com base nas ordens e decretos dos Estados da Província da Holanda, fizessem excerto daquilo que fosse útil à manutenção da justiça e da ordem civil, especialmente em matéria de casamento (onde, segundo eles, se observava aqui grande desordem), acomodando a matéria à natureza e condições do país e submetessem a redacção final à aprovação do Conde e do Conselho. Nesse texto deveriam ser incluídas determinações de pesos e medidas, os quais, por serem diversos nas várias províncias dos Países Baixos, deveriam aqui ser adoptados os padrões seguidos em Amesterdão, devendo existir deles exemplares nas Câmaras do interior do país e no Recife, em poder de pessoas delegadas para isso ⁴⁹².

Porém, essas instruções não foram prontamente elaboradas, pois ainda em Maio de 1642 a versão não estava pronta e o encargo passou ao Conselheiro Político Dr. Daniel Alberti .

As Câmaras de Escabinos procuraram de algum modo seguir o modelo português, embora se tornassem principalmente uma primeira instância em assuntos de justiça, passando o Conselho Político a servir de tribunal de segunda instância.

Quanto à sua composição, as Câmaras de Escabinos eram compostas de três luso-brasileiros e dois holandeses nas jurisdições predominantemente povoadas por população de língua portuguesa. Na Câmara de Olinda (depois do Recife), a maioria veio, desde

⁴⁹² ARA, OWIC 68, *Dag.notulen* de 24 de Setembro de 1637, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 55.

1638, a favorecer os neerlandeses: três (depois cinco) destes e dois(depois quatro) luso-brasileiros. Porém, mesmo em maioria, as condições eram sempre desfavoráveis a estes últimos, como nos diz Frei Manuel Calado que, para Gonsalves de Mello, é testemunho fundamental. Leiamos uma passagem : «como os escabinos portugueses poucas vezes se juntavam todos os quatro, por morarem em lugares distantes, e os flamengos estavam ao pé da obra, sempre eram mais os votos dos flamengos e, quando os escabinos portugueses se ajuntavam todos, se punham os flamengos a falar uns com os outros na sua língua e davam o despacho como lhes parecia e o punham diante dos escabinos portugueses, os quais, por força ou por grado, assinavam o que os flamengos queriam »⁴⁹³.

Há que ouvir, também, as queixas dos escabinos neerlandeses em relação aos seus colegas portugueses⁴⁹⁴. Uma das mais constantes era originada pelos inúmeros dias santos do calendário católico, quando os luso-brasileiros não compareciam na Câmara. Uma carta dos escabinos neerlandeses da cidade Maurícia, de 1642, calcula que tais dias santos eram, “no mínimo, 150 por ano”. Outra, que em matéria de casamento os luso-brasileiros declaravam-se impedidos de se pronunciar, por ser matéria sacramental, por isso da alçada do bispo e dos seus vigários. Casamentos de tio com sobrinha, comuns na sociedade patriarcal brasileira, eram proibidos na legislação neerlandesa, que os considerava incestuosos. Por fim, a intransigência dos colegas portugueses estendia-se à recusa de aprender a língua neerlandesa e adoptar os usos e costumes holandeses o que, no dizer de um colega holandês, era frequentemente causa de «aborrecimentos e disputas entre nós»⁴⁹⁵.

A Câmara de Escabinos era presidida pelo Escolteto, de nacionalidade holandesa nomeado pelo Governador holandês⁴⁹⁶.

O cargo de escolteto estava previsto no «Regimento do governo das praças conquistadas nas Índias Ocidentais», datado de Haia, 13 de Outubro de 1629 (artigo 53); incumbia-lhe «prender os criminosos, promover a execução das sentenças, assistir à

⁴⁹³ Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno* (Lisboa, 1648), p. 68 e na 2.^a ed. 2 vol. (Recife, 1942), I, p. 144, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais”..., p. 55 .

⁴⁹⁴ Também designados, frequente e anacronicamente, “luso-brasileiros”, por autores recentes como José António Gonsalves de Mello. No entanto, por vezes irei usar estas designações.

⁴⁹⁵ ARA, OWIC 57, Carta dos escabinos holandeses da cidade Maurícia ao Conselho dos XIX datada de 25 de Junho de 1642, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 56.

⁴⁹⁶ José António Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, 3.^a edição, Recife, Fundação Joaquim Nabuco-Editora Massangano, 1987, p. 64.

mesma execução, velar sobre a observância das ordens e regulamentos civis e punir os transgressores»⁴⁹⁷.

Hermann Watjen resume assim as atribuições do escolteto: «ele era promotor de Justiça, exactor da Fazenda e chefe de polícia em sua respectiva circunscrição»⁴⁹⁸. Por esses encargos e, ainda, pelo facto de vários deles não terem escrúpulos de prender e extorquir os moradores luso-brasileiros, sob falsos pretextos, foram os escoltetos os funcionários mais odiados e temidos de toda a administração holandesa no Brasil. Basta ler Frei Manuel Calado, no seu depoimento fundamental sobre aqueles anos, as actas da assembleia-geral de 1640 e as das sessões do Alto Conselho para comprovar a frequência e gravidade das queixas contra tais funcionários⁴⁹⁹.

A questão do uso da língua neerlandesa era uma preocupação constante do Conselho dos XIX, embora o Conde de Nassau fosse transigente com as determinações recebidas nesse sentido. Em 1641, o Conde de Nassau e o Alto Conselho informam que tinham determinado o uso da língua holandesa nas Câmaras de Maurícia, Itamaracá e Paraíba, nos casos em que houvesse demandantes de uma e outra nacionalidades, mas quando fossem ambos portugueses podiam usar a sua língua⁵⁰⁰. Frei Manuel Calado repara que para trasladar para o neerlandês as suas petições e documentos, os pleiteantes portugueses pagavam uma pataca por documento: «considere quem isto ler quantas patacas haveria mister qualquer pleiteante»⁵⁰¹. O Conde de Nassau naquela mesma memória, refere-se ao alto custo dos emolumentos judiciais.

Queixas havia, também, contra os escabinos holandeses de Maurícia. O conde e o Alto Conselho investem contra eles em consequência de protesto por eles apresentado ao Conselho dos XIX, por motivo da criação da Câmara de escabinos do Cabo e consequente desmembramento de parte de sua jurisdição. O conde e o Conselho declaram que aquela criação «atendeu à necessidade da comunidade, cuja criação, segundo as instruções, é matéria de nossa competência. Teria sido melhor que os escabinos (que vivem a queixar-se dos pesados trabalhos da Câmara) se limitassem a

⁴⁹⁷ O cargo de escolteto da Câmara de Olinda(e, talvez, das demais) foi autorizado pelo Conde de Nassau em 1638; ARA, OWIC 68, *Dag. notulen* de 2 de Março de 1638, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 57.

⁴⁹⁸ Hermann Watjen, *O Domínio Colonial Holandês no Brasil, um capítulo da história colonial no século XVII*, São Paulo, Companhia Ed. Nacional, 1938, p. 305, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 58.

⁴⁹⁹ José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 58.

⁵⁰⁰ ARA, OWIC 69, *Dag. notulen* de 25 de Junho de 1641; idem, OWIC 56, *Gen. Missive* do Recife, 31 de Maio de 1641, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 56.

⁵⁰¹ Frei Manuel Calado, *O Valeroso Lucideno*, cit., p. 68 da ed. de 1648 e I, p. 144 da 2.ª ed., apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 56.

reduzir os custos dos processos, a promover o bem-estar dos moradores e o benefício destes, a animar a cobrança do imposto sobre os aluguéis das casas, para redução das despesas com a ponte e as fortificações, do que se empenharem contra uma causa que lhes reduz os encargos e não traz prejuízo a ninguém»⁵⁰².

Os conselheiros de Justiça manifestaram também as suas queixas: «Esses escabinos parecem ter por máxima que eles devem ser iguais à magistratura das suas respectivas cidades na Holanda, procurando, nesse pressuposto, segurar nas suas mãos não apenas matérias de justiça, mas ainda as de polícia e, conseqüentemente, todo o governo». E ainda querem debater as questões não só com o Conde e o Alto Conselho como também com o Conselho de Justiça⁵⁰³.

Em decorrência desse clima de desentendimento e de discórdia, os escabinos holandeses perderam a oportunidade de alcançar uma distinção pela qual se empenharam. Em carta de 25 de Julho de 1642 escrevem eles ao Conselho dos XIX referindo-se a uma carta anterior (não encontrada) na qual solicitaram determinadas concessões⁵⁰⁴. Entre os privilégios pretendidos estava a criação do cargo de burgomestre de Maurícia, função que daria a um certo número de burgueses o encargo de administrar a cidade, permanecendo a Câmara de Escabinos com a função de tribunal de justiça de primeira instância.

O Conselho dos XIX concordou com o atendimento do pedido e em carta ao Conde e ao Alto Conselho, datada de Amesterdão em 18 de Abril de 1642, informou que examinara o pedido feito em nome da cidade de Maurícia para ter burgomestres e que resolvera, para aliviar os encargos dos escabinos e lhes dividir as funções, que na oportunidade da eleição dos escabinos « sejam escolhidos dois dos neerlandeses mais competentes, pessoas judiciosas e de bom comportamento, e que professem a religião reformada, para burgomestres, os quais administrarão as matérias civis (*policie*) subalternas, sob a autoridade do Alto e Secreto Conselho, substituindo-se um deles anualmente». Acrescentam os Senhores XIX [sic] que o outro pedido, de contarem os escabinos com uma pessoa competente em leis que lhes servisse de pensionário, a quem incumbisse o exame das peças dos processos, fora igualmente deferido e que em breve

⁵⁰² ARA, OWIC 57, Carta do escolteto e escabinos holandeses de Maurícia ao Conselho dos XIX, Maurícia, 25 de Junho de 1642, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 56.

⁵⁰³ ARA, OWIC 59, Cartas do Conselho de Justiça aos XIX, Recife, 10 de Maio e 1 de Outubro de 1644; idem, OWIC 60, carta do Conselho de Justiça aos mesmos, Recife, 25 de Março de 1645, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 56.

⁵⁰⁴ ARA, OWIC 57, Carta do escolteto e escabinos holandeses de Maurícia aos XIX, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 56.

fariam embarcar tal pessoa para o Recife ⁵⁰⁵. O Alto Conselho foi contrário à criação daquela função, argumentando: «com o título de burgomestre, julgar-se-ão qualificados e autorizados a se opor às resoluções de Vossas Nobrezas e às nossas» ⁵⁰⁶.

Se não alcançaram a honrosa distinção da função de burgomestres de Maurícia, obtiveram a designação de um pensionário para a Câmara de Escabinos. Ao pensionário, sempre formado em direito civil, competia o exame das questões submetidas ao Conselho, representando-o em público e responsabilizando-se pela redacção e guarda dos documentos oficiais. Foi escolhido o Dr. Jacob le Maire, chegado ao Recife na mesma ocasião em que aqui desembarcaram os conselheiros de finanças, em 21 de Novembro de 1642 ⁵⁰⁷.

Mas em 1639, os escabinos de Olinda solicitaram a criação de um “tribunal pequeno” para decidir questões que envolvessem pequeno valor; pretendiam eles que o Conde e o Alto Conselho designassem comissários para funcionar nele, mas estes declararam que a solução mais conveniente seria a escolha de dois dos escabinos e, duas vezes por semana, nos dias em que não houvesse sessão conjunta, concedessem audiência e julgassem as questões apresentadas. O assunto não teve prosseguimento então, mas em 12 de Agosto de 1642 o “tribunal pequeno” foi criado na Câmara de Maurícia e era formado por dois escabinos e três comissários, podendo julgar questões de quantia inferior a 150 florins. Os três primeiros comissários designados foram Gilles van Luffet, Willem van Tongeren e Hugo Graswinckel ⁵⁰⁸.

⁵⁰⁵ ARA, OWIC 9, Carta do Conselho dos XIX ao Conde de Nassau e ao Alto Conselho, datada de 18-4-1642. A referência à função de burgomestre para o Recife consta do memorial da Câmara ao Conde e ao Conselho, em ARA, OWIC 68, *dag. notule* de 23 de Dezembro de 1639, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 57.

⁵⁰⁶ ARA, OWIC 59, *Gen. missive*, Recife, 10 de Maio de 1644. O assunto foi novamente versado em carta da Câmara de Escabinos de Maurícia, 3 de Agosto de 1652, com parecer contrário do Alto Governo [Conselho], *Gen. missive*, Recife, 12 de Agosto de 1652, ambas em ARA, OWIC 87, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 57.

⁵⁰⁷ Como se disse, os holandeses sabiam que os portugueses tinham bons juristas; cf. José António Gonsalves de Mello, José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 57.

⁵⁰⁸ Antes da criação do tribunal pequeno estava determinado que a Câmara de Escabinos de Maurícia podia julgar causas, sem direito de apelação, até 120 florins; cf. ARA, OWIC 68, *Dag. notulen* de 2 de Março de 1638, apud José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 57.

4.3.5. A situação social no período dos flamengos

A escolha da praça do Recife para sede do governo holandês em Pernambuco, impôs a necessidade de intervir para melhorar o espaço público e regular a sua relação com o privado. Era restrito o espaço disponível. Várias posturas visaram a melhoria das condições de higiene nas ruas, foram os moradores obrigados a varrer a rua defronte das suas casas e até houve a proibição de deixar animais soltos no perímetro urbano. O serviço de limpeza pública, que entretanto fora organizado, lançava o lixo no lado oeste do Recife, fora das paliçadas, com o fim, também, de «aterrar os mangues ali existentes e com isto ganhar terreno, podendo mais tarde serem construídas casas aí»⁵⁰⁹.

Assinala J.A. Gonsalves de Mello que neste período assume expressão significativa uma nova classe surgida com a dominação holandesa, uma classe burguesa composta de comerciantes ricos, donos de sobrados, negociantes de escravos; mas não apenas estes, também os ferreiros, carpinteiros, alfaiates, pedreiros, que viviam dos seus salários, e cujos nomes não surgem nos documentos de então, mas que nem por isso deixaram de influir na sua época. E também os caixeiros, os comissários, os encarregados de serviços da Companhia⁵¹⁰.

Observa o mesmo autor que este povo teve também o seu prestígio militar. Formaram inúmeras “companhias de burgueses”, que foram fortes no Recife e em Maurícia. Por intermédio dessas companhias se fazia ouvir a voz do povo, como acontecera em 1645, e eram atendidos. Era essa voz dos burgueses e dos artesãos que se sentia através dos senhores da Câmara de Escabinos, que algumas vezes se dirigiram ao Conselho dos XIX, protestando contra resoluções do Conde ou expondo a triste situação da colônia.

Entretanto, essa classe não tinha bases económicas sólidas, que no caso eram as da agroindústria açucareira. Estava concentrada no Recife e em cidade Maurícia. Na realidade não conseguiram os holandeses uma imigração rural de importância, pois a maioria dos imigrantes deixava-se ficar no Recife e em cidade Maurícia⁵¹¹.

Nesse período, o “capitão de cavalos” Gaspar van Niehof van der Ley adquiriu o engenho Algoduais, no Cabo, e depois outros dois arruinados. Residiu muitos anos no Cabo, converteu-se ao catolicismo para casar com D. Maria de Mello, filha do senhor de

⁵⁰⁹ *Dag. Notulen* de 27 de Março de 1641, apud José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, 3.^a ed. aumentada, Recife, FUNDAJ-Ed. Massangana, 1987, p. 107.

⁵¹⁰ José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*,..., p. 119.

⁵¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 120.

engenho Manuel Gomes de Melo, descendente do fundador da família dos Mello, senhor do engenho do Trapiche ⁵¹².

Mas foi raro o holandês que se tenha fixado na vida rural como van der Ley, que raramente aparecia no Recife onde era pessoa acatada. Fez inimigos no Conselho de Escabinos de Maurícia ao defender a criação de uma jurisdição que compreendesse Santo António do Cabo, Ipojuca e a Muribeca. Por vários anos foi escabino do Cabo ⁵¹³.

Outro holandês que criou raízes no seu engenho foi Servaes Carpentier (Aachen 1599-Recife 1646), médico, conselheiro político, assessor, membro influente do governo do Recife e que abandonou tudo para viver no seu engenho Três Paus, em Goiana. Obrigado durante a insurreição a voltar ao Recife, logo faleceu, sendo enterrado no Corpo Santo.

É de crer que um número considerável de holandeses se tenha fixado em engenhos de Pernambuco e se deixaram ficar após a insurreição de 1645. Presume Gonsalves de Mello que muitos desses flamengos estariam ligados a pessoas da terra por casamento ou por dependência económica ⁵¹⁴.

No que se refere aos judeus, neste período da ocupação holandesa, eles gozaram de liberdade religiosa em Pernambuco e, assim, puderam erigir duas sinagogas, uma no Recife e outra na ilha de António Vaz. Também construíram um cemitério privativo ⁵¹⁵.

Acorreram ao Recife vários talmudistas, poetas e ilustres sefardins, entre os quais Gilberto Freyre indica os nomes de Aboab da Fonseca e Rafael de Aguilar. Outros membros da comunidade judaica foram: David Senior Coronel, Dr. Abraham de Mercado, Tahacob Mucate, Isahac Castanho. Refere-se ainda a Jacob de Andrade Velosino, cuja fama de médico tornou-se europeia, no século XVII, e que nascera no Recife. Os sefardins depois da restauração portuguesa de Pernambuco, saíram quase todos, ficando alguns que se converteram ao catolicismo ⁵¹⁶.

Quanto à divulgada alegação de que foram os cristãos-novos do Brasil, e de Pernambuco em particular, os que solicitaram e favoreceram a invasão dessa Capitania pelos holandeses, diz J. A. Gonsalves de Mello que é ponto ainda a estudar. Vários

⁵¹² António José Victoriano Borges da Fonseca, *Nobiliarquia Pernambucana*, vol. 1, Rio de Janeiro, Bibliotheca Nacional, 1935, p. 117.

⁵¹³ Interessante referir que o requerimento entregue ao Alto Conselho por *van der Lay* estava escrito em português; cf. José António Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, 3.ª ed. aumentada, Recife, FUNDAJ-Ed. Massangana, 1987, p. 141.

⁵¹⁴ José António Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, ..., p. 142.

⁵¹⁵ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais...*, vol. 3, p. 434.

⁵¹⁶ Gilberto Freyre, *Recife. Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade*, 5.ª ed., São Paulo, Global Editora, 2007, p. 127.

autores que escreveram na época não deixaram de referir esta acusação, de que foram os judeus os principais instigadores da aventura brasileira da Companhia das Índias Ocidentais⁵¹⁷.

Para mostrar que esta era a suposição dos católicos da Península, na época da monarquia dual sob a égide dos Habsburgos, pode – se citar a peça teatral de Lope de Vega intitulada “El Brasil Restituído”. Nesta peça o autor representa a invasão da Bahia em 1624 e a vitória de D. Fradique de Toledo no ano seguinte. Nela são os judeus apontados como tendo sido os que solicitaram e favoreceram a ocupação da Bahia⁵¹⁸.

Sabe-se que elementos estrangeiros residentes no Brasil ou aqui conservados como prisioneiros, revelaram notícias valiosas sobre o país. Tal o caso de Gedeon Morris de Jonge, Dierick Ruiters e Johan Maxwell. Possivelmente o mesmo sucedeu com Joosten Glimmer. Outros teriam agido da mesma forma: é o que nos mostram panfletos ou brochuras dos dois primeiros decénios do século XVII⁵¹⁹.

Alguns mercadores ou técnicos, como Adriaan Verdonck e Pieter van Buren, passaram-se de imediato para o serviço dos invasores; muitos dos cristãos-novos judaizantes revelaram-se crentes da lei mosaica e foram circuncidados. Frei Manuel Calado conta que entre estes estavam Gaspar Francisco da Costa, Baltasar da Fonseca e seu filho Vasco Fernandes, Manuel Rodrigues Mendes, Simão do Vale e muitos outros⁵²⁰.

A marcha dos acontecimentos nas capitanias do Brasil sob dominação holandesa favoreceu a transmigração de judeus portugueses para Pernambuco principalmente após a consolidação da conquista em 1635. Emigravam individualmente, em família ou em grupos. Porém, a chegada incessante de judeus ao Recife começou a inquietar seriamente os holandeses, sem falar nos moradores portugueses que viam na “gente da nação” os maiores inimigos da fé católica⁵²¹.

A respeito da atitude dos holandeses para com os escravos negros, considera José António Gonsalves de Mello que seguiu a dos portugueses e que se pode afirmar ter sido humana. Havendo exceções certamente. Somente a atitude oficial ou a dos

⁵¹⁷ Havia 18 judeus portugueses entre os subscritores da Companhia das Índias Ocidentais que perfizeram o capital de 2.846.582 florins correspondendo a 40% do capital; cf. José António Gonsalves de Mello, *Gente da Nação*, Recife, Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1996, p. 207.

⁵¹⁸ J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, ..., p. 230.

⁵¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 231.

⁵²⁰ Idem, *Ibidem*.

⁵²¹ Idem, *Gente da Nação*, ..., p. 223.

ministros protestantes destoou da adoptada pelos governantes portugueses e religiosos católicos, pois procuraram manter as populações, branca e de cor, afastadas⁵²².

Para os escravos era quase um castigo trabalhar para os flamengos, pois trabalhavam todos os dias da semana e nem aos domingos tinham licença para folgar ou para invocar os seus orixás. Daí, como dizia um documento holandês, procede a preferência dos negros pelos senhores portugueses, que nos seus dias santos, que são muitos, não os fazem trabalhar. Verificava-se então, com frequência, que os escravos dos holandeses procuravam fugir e meter-se pelos matos.

No mesmo documento dizia-se que os senhores judeus eram os preferidos sobre todos, pois «não fazendo os seus negros trabalhar nos seus sabbaths são obrigados ainda a deixá-los livres aos domingos»⁵²³. Talvez haja exagero nesta preferência, que seria assim no ambiente da cidade onde o respeito ao domingo era vigiado, mas muitos judeus alugavam-nos para trabalhar no interior, nos engenhos, e neste casos passavam a obedecer às instruções de quem os contratara⁵²⁴.

Era também preocupação dos responsáveis holandeses que fosse ministrada, aos negros, a catequese cristã da igreja reformada. Assim, o «Regulamento do povoamento e cultivo das terras e cidades conquistadas no Brasil», de 1634, elaborado pelos Estados Gerais, por sugestão do Conselho dos XIX, estabelecia que se devia fazer o possível para levar os negros escravos ao conhecimento da palavra de Deus e da verdadeira religião cristã⁵²⁵. Mas tal intento demorava a realizar-se.

Inconformado, o predicante Vicente Joaquim Soler⁵²⁶ escreveu à Câmara da Zelândia. Começa por descrever o país onde se encontrava como «muito bom», que «estando em vosso poder absoluto, a gente passaria a sua miserável existência nele com bastante doçura». Logo a seguir diz que «não vos seria possível conservá-lo sem um câmbio total», advertindo que «a desordem e a confusão daqui são inimagináveis»⁵²⁷.

⁵²² J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*,..., p. 186.

⁵²³ *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, datada do Recife, em 24 de Setembro de 1642, apud Idem, *Ibidem*, p. 189.

⁵²⁴ J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*,..., p. 189.

⁵²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 191.

⁵²⁶ Vicente Joaquim Soler, ex- frade Agostinho nascido em Valência, Espanha, que se convertera ao Calvinismo em França, fora nomeado pastor-ministro para os soldados francófonos da Companhia das Índias Ocidentais em Pernambuco. Ente 1636 e 1643, enviou, desde o Recife, várias cartas em língua francesa a diversas pessoas das províncias Unidas dos Países Baixos, das quais se conhecem dezassete: cinco no Arquivo Geral em Haia e doze na Biblioteca Universitária de Leiden; cf. “Dezassete cartas de Vicente Joaquim Soler” in *Brasil Holandês*, org. por B. N. Teensma, vol III, Rio de Janeiro, Editora Index Lda, 1999.

⁵²⁷ Carta de Vicente Joaquim Soler aos Directores da Câmara Zelandesa da Companhia das Índias Ocidentais, em Midelburgo, enviada do Recife com data de 8 de Junho de 1636; cf. “Dezassete cartas de

Em sua opinião, cada um pensa em si e pouco ou nada no bem da Companhia e, também, «não há nenhum vestígio de temor a Deus, nenhuma justiça, e os vícios pululam». Queixa-se ainda que não tem conseguido que se ordenasse a reunião de 500 pessoas, tanto negros como índios, para virem à predicação espanhola, se bem que os senhores Vankulen e Guisselin os obrigassem no seu tempo ⁵²⁸.

Outra dificuldade era que a instrução religiosa dos escravos exigia pessoa com conhecimento da língua portuguesa, já que a maioria deles não entendia o neerlandês. Observa Gonsalves de Mello que todas estas dificuldades foram superadas quando se tratou da instrução dos índios ⁵²⁹.

As dificuldades continuaram e ainda em 1645, outra *generaal missive* esclarecia que «para instruir os negros não achamos ainda alguém que se revelasse capaz disto ou que espere obter algum resultado com a instrução, uma vez que os escravos são todos pessoas de pouca inteligência e sendo empregados em serviços domésticos têm pouco tempo para aprender a ler e a educar-se para, com esse princípio, iniciarem-se na religião cristã. Agora encontramos uma pessoa que conhecendo os portugueses e a língua deles, mostra – se inclinada a aceitar o encargo de instruí – los» ⁵³⁰.

Três anos passaram sem melhoria na instrução dos negros, mas agravara-se consideravelmente a situação político-militar, levando alguns responsáveis a deplorarem o caso.

A respeito dos assuntos dos índios, em data próxima de 30 de Março de 1645, refere Pereira da Costa a instalação de uma assembleia de índios na aldeia de Tapesserica, distrito de Goiana, para a qual foram convocados pelo Supremo Conselho do Recife, e estiveram presentes, os capitães das aldeias, os seus tenentes e alferes os seus juizes e adjuntos, atingindo o número de 145 indivíduos, índios brasis, dos mais notáveis aliados dos holandeses e, alguns até mesmo educados, ou que estiveram, na

Vicente Joaquim Soler”, in *Brasil Holandês*, org. por B. N. Teensma, vol III, , Rio de Janeiro , Editora Index Lda , 1999, p.11, apres. em Apêndice, doc. n.º 5.

⁵²⁸ Carta de Vicente Joaquim Soler aos Directores da Câmara Zelandesa da Companhia das Índias Ocidentais, em Midelburgo, enviada do Recife com data de 8 de Junho de 1636; cf. “Dezassete cartas de Vicente Joaquim Soler”, in *Brasil Holandês*, org. por B. N. Teensma, vol III, , Rio de Janeiro , Editora Index Lda , 1999, p. 15.

⁵²⁹ Era grande o interesse pelo índio na Europa, e foi uma preocupação constante dos holandeses no Brasil o fazer uma aliança com as tribos ameríndias. Organizavam-nos em aldeias chefiadas por “comandeurs”; cf. José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, ..., p. 191, 197, 207.

⁵³⁰ *Gen. Missive* ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 13 de fevereiro de 1645, apud José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, ..., p. 192.

Holanda, como Pedro Poti e António Paraupaba⁵³¹. Estavam representadas as aldeias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande.

A assembleia encerrou os trabalhos no dia 3 de Abril tendo aprovado sete resoluções sobre diversos assuntos a começar pela garantia das suas liberdades; também, sobre a necessidade de prover as suas aldeias com pastores (ministros calvinistas) e mestres de escola; três das resoluções referiam-se a junções e fusões de aldeias, e duas à organização de câmaras em algumas das principais aldeias. Seguiu-se a proposta das pessoas para escabinos das Câmaras, em lista tríplice, para escolha ou eleição. A 11 de Abril de 1645, na sessão do Supremo Conselho do Recife foram aprovadas as resoluções⁵³².

Com o agravamento da situação política e social, chegou o ano de 1648, lê-se numa acta do Supremo Conselho: «o Conselho inclina-se a considerar que, entre outras causas, Deus se mostra irritado, por não termos neste país conseguido um modo ou tomado providências para fazer chegar ao conhecimento dos negros a existência de Deus e a do Seu filho Jesus Cristo, já que a alma dessas pobres criaturas, cujo corpo nós empregamos a nosso serviço, deviam ter sido arrancada da escravidão do diabo[...]. Tudo isto poderia ter sido facilmente remediado se algumas poucas pessoas bem instruídas em religião e de vida piedosa e honesta, tivessem sido enviadas para cá, onde aprenderiam a língua portuguesa e dedicar-se-iam ao ensino dos negros. Sobre este assunto dever-se-à escrever seriamente às Igrejas com as quais nos correspondemos e ao Conselho dos XIX, solicitando-se aos Conselheiros Supremos que apoiem o nosso pedido junto aos XIX»⁵³³.

Noutra ocasião tratou – se do ensino de ofícios aos negros; os mestres seriam os artífices holandeses empregados da Companhia, que deveriam, segundo determinação do Conselho dos XIX, «ensinar os seus ofícios a um ou mais negros», podendo-se prometer aos mestres «um prémio quando tiverem ensinado a um suficientemente»⁵³⁴. Vários teriam beneficiado com o ensino, como é o caso de um negro que servia com tanta habilidade no estaleiro que os holandeses, quando se retiraram, concederam – lhe a alforria⁵³⁵.

⁵³¹ F. A. Pereira da Costa, *Anais ...*, vol. 3, p. 195.

⁵³² Idem, *Ibidem*, pp. 195-198.

⁵³³ «Ata da Classe reunida no Recife de 7 a 11 de Maio de 1648», apud José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos, ...*, p. 193.

⁵³⁴ Carta do Conselho dos XIX ao Conde e Conselho, datada de 24 de Outubro de 1643, apud J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos, ...*, p. 193. .

⁵³⁵ J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos, ...*, p. 193.

Quanto ao emprego, em serviços domésticos, os flamengos usaram, como os portugueses, os serviços domésticos de negras e negros, como consta da documentação da época e que vários cronistas confirmam. Um recenseamento levado a efeito em 1645 no Brasil holandês indica que no Recife e na cidade Maurícia havia 1.962 negros escravos. E não somente em casas de particulares ⁵³⁶.

Entretanto, em Maio de 1637, o governo holandês começou a proceder à venda dos engenhos de açúcar confiscados, ficando Servais Carpentier com os denominados Três Paus e Tracunhãem de Cima por 60000 florins pagos em prestações, segundo apurou F. A. Pereira da Costa ⁵³⁷.

O mesmo autor continua a narração das vendas de engenhos expropriados nestes termos:

«-Engenho Ipitanga, sob a invocação de Santo António, pertencente a Lourenço Cavalcanti, ausente, vendido a Jan Wynants por 48000 florins, pagos em prestações:

-Engenho Goiana, sob invocação de S.Filipe Santiago, pertencente a Gaspar Pacheco e vendido a Willen Louisen.

-Engenho Jacaré, sob invocação da Santa Cruz, pertencente a João Pais Barreto, e vendido ao referido Louisen. Reivindicado o engenho depois da evacuação holandesa, e entrando na sua posse o mestre de campo D.João de Sousa, por herança de seu tio o referido João Pais, vendeu ele a propriedade por 12000 cruzados a João Fernandes Vieira, que assim o declara no seu testamento datado de 1674.

-Engenho Traconhai de Baixo, sob a invocação do anjo S.Miguel, pertencente a Rui Vaz Pinto que ficou com os holandeses, não sendo assim confiscada a propriedade.

-Engenho Mariúna, pertencente a Francisco Homem de Almeida e ainda não vendido.

-Engenho Três Paus, sob a invocação de N.S. da Encarnação, pertencente a Jerónimo Cavalcanti, que emigrou para a Bahia em 1635 com o General Matias de Albuquerque. Confiscado o engenho foi vendido a Carpentier como ficou dito.

-Engenho Santos Cosme e Damião, que pertenceu a Cosme da Silveira, ausente, vendido a Helmich Fereres.

-Engenho Bujari, de Jerónimo Cavalcanti e foi vendido a Fereres.

Estes engenhos convenientemente reparados vieram a ter vantajosas safras no período que decorre de 1637 a 1644, vindo daí uma exportação para a Holanda de

⁵³⁶ J. A. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, ..., p. 194.

⁵³⁷ Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais*..., vol. 3, p.63.

512.273 arrobas de açúcar branco, mascavado e de panela, remetidos pelo Supremo Conselho do Recife à Companhia das Índias Ocidentais e para particulares foram 1.557.862 arrobas, dando a soma de 2.070.135 arrobas de açúcar exportado naquele período ⁵³⁸.

Em 1640 em Pernambuco já moíam 121 engenhos de açúcar, em Itamaracá e Goyana 23, na Paraíba 21. Cresciam os rendimentos públicos anuais procedentes dos tributos que iam pagando os habitantes pois, conforme escreve Varnhagen, o produto das décimas e do tributo dos engenhos e meúças arrematadas em hasta pública perfazia 276.400 florins, enquanto o rendimento das alfândegas orçava a 700.000 florins, sendo 400.000 os direitos de importação e 300.000 os de exportação do açúcar. Os tributos dos escravos importados subiam a 600.000 florins; o valor das presas e despojos era de 300.000 florins e, finalmente, o produto dos bens e engenhos vendidos atingia 2.400.000 florins ⁵³⁹.

Em Pernambuco, com o correr do tempo, principalmente após o regresso do conde de Nassau à Holanda, a situação social veio a alterar-se, verificando-se um agravamento das condições impostas pelos holandeses.

Diogo Lopes de Santiago diz que tinham os holandeses no Recife e noutras partes dois oficiais ou ministros de justiça; a um chamavam fiscal e a outro “escolteto” que no dizer do autor «se faziam mais que bispos e vigários gerais porque condenavam em cem dobrões e talvez em muito mais aos párocos das nossas freguesias se assistiam a algum casamento de alguém que fosse acolhido entre portas» ⁵⁴⁰.

Publicaram também, os holandeses, algumas leis impondo que cada morador plantasse em cada ano um certo número de covas de mandioca, segundo o número de escravos que cada um possuísse e que as «ditas covas de mantimento lhes dariam os moradores razão todas as vezes que lhas pedissem, e que fossem obrigados a ter cada um seu meio alqueire de pau, afilado por oficiais que para isso ordenavam, e que os do campo e matos consertassem os caminhos das terras onde viviam» ⁵⁴¹.

No entanto, os seus “escoltetos” saíam cada seis meses pelos campos e matos com outros ministros da justiça e chegavam às casas dos moradores e nenhum havia que não ficasse condenado em dinheiro, ainda que tudo fizesse para cumprir as suas

⁵³⁸ F. A. Pereira da Costa, *op.cit.*, vol.3, p.80.

⁵³⁹ Francisco Adolfo Varnhagen, *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654 ...*, pp. 193 -194.

⁵⁴⁰ Diogo Lopes de Santiago, *História da Guerra de Pernambuco*, Recife, FUNDARPE, 1984, p. 156.

⁵⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 157.

pragmáticas. E muitas vezes, quando chegavam a alguma povoação mandavam um mensageiro aos principais moradores dizendo o montante que queriam receber e, se tal lhes fosse entregue, eles não entrariam na povoação nem buliriam com eles. Diz Santiago: «Vendo os moradores que, por fas ou por nefas, lhes havia de levantar mil caramilhos, e haviam de pagar todos, muito mais lhe ajuntavam entre si todos uma soma de dinheiro, inda que lho não devessem, nem se achassem compreendidos em cousa alguma das pragmáticas, com que ele não entrava na povoação»⁵⁴².

A seguir, narra Santiago a acção do escolteto Paulo António, do Recife com outros ministros da Câmara, nas freguesias de Santo Amaro e S.Lourenço que as «abrasou com tirânicas condenações», porque não cumpriam perfeitamente a pragmática da plantação de mandioca e a outros por não terem os caminhos bem planos e consertados. Condenou a seguir um mancebo pobre em doze mil reis, porque tinha um cachorro de caça, dizendo que não era fidalgo para o poder ter»⁵⁴³.

Se algum senhor de engenho devia alguma coisa aos da Companhia, conta Frei Manuel Calado, que lhe mandavam pôr olheiros nos seus engenhos, os quais não lhe deixavam tirar nem uma arroba de açúcar para «fazer doces para os enfermos, senão que tudo lhe levavam, e sobretudo lhe sustentavam os olheiros enquanto a safra durava»⁵⁴⁴.

Escreve também que os do supremo Conselho mandaram publicar editais determinando, sob graves penas, aos portugueses moradores na capitania de Pernambuco, que não podiam vender carne nem sequer matar rês nenhuma para comer em suas casas sem licença dos ministros da Câmara, e «não somente compreendia este edital as reses maiores, como boi, vaca, porco, carneiro, ovelha, bode, ou cabra, senão também um leitão, que fosse, de maneira que os moradores haviam de criar o gado e o haviam de vender em pé aos carneiros flamengos por baixo preço, e depois comprar-lhes a carne aos arráteis pelo preço que os do Conselho ordenavam»⁵⁴⁵.

Ainda antes da partida do conde de Nassau, os holandeses tinham publicado editais em que proibiam sob pena de morte a todo o morador de Pernambuco, que ninguém escrevesse à Bahia, nem recebesse de lá cartas, nem agasalhasse, ou tratasse com alguns soldados que viessem «a correr a campanha», ou a outra qualquer pessoa que da Bahia viesse, e que os que soubessem de algum morador que cometesse culpa nesta matéria, sob a mesma pena o fosse logo declarar ao seu tribunal.

⁵⁴² Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 158.

⁵⁴³ Idem, *Ibidem*.

⁵⁴⁴ Frei Manuel Calado, *Valeroso Lucideno e triunfo da Liberdade*, Recife, FUNDARPE, 1985, p. 278.

⁵⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 281.

Apesar destas penas que eram aplicadas com grande rigor, era frequente a ida e vinda de religiosos de várias Ordens que faziam ligação com o Governador e o Bispo, como anteriormente tinha acontecido quando algumas pessoas importantes de Pernambuco tinham pedido ao Bispo que lhes mandasse da Bahia alguns sacerdotes para lhes administrarem os Sacramentos, «e que não permitisse que perecessem as almas ao desamparo»⁵⁴⁶.

Frei Manuel Calado comenta a voracidade dos flamengos que se excediam na aritmética, filosofando e imaginando câmbios com que o judeu e o holandês porfiavam, recíprocos, todos os enganos sobre «os pobres senhores dos engenhos, que não tinham domínio útil, e só feitorizavam sua fazenda para a desfrutarem flamengos e judeus; e sendo necessário algum fornecimento para suas moendas, tomando-o por excessivos preços cresciam em breves dias os câmbios, [...] se lhe multiplicaram os câmbios com tal extremo, que em quatro anos lhe levaram o engenho pelo débito»⁵⁴⁷.

O autor holandês Pieter Marinus Netscher, no século XIX, reconhece que após a partida do conde Maurício de Nassau, houve uma quebra da disciplina e os holandeses sucederam-se em casos de vexação e extorsão para com os Portugueses⁵⁴⁸.

Por seu lado, o alemão Hermann Watjen, afirma que a cobrança das dívidas não precisava de ser feita de maneira tão brutal, e exclama: «Para quê enviar aos estabelecimentos agrícolas portugueses uma multidão de procuradores, entre os quais se achavam personalidades de reputação dúbia»⁵⁴⁹.

Capítulo 5. A Restauração de Pernambuco e capitánias vizinhas

5.1. A aclamação de D. João IV como rei de Portugal em 1640

Na manhã do dia 1 de Dezembro de 1640 «o grupo de quarenta nobres relacionados com o clero e com a Casa dos Vinte e Quatro»⁵⁵⁰, depõe a Duquesa de Mântua que representava o poder de Filipe IV de Espanha e, entrega-o a D.João, o Duque de Bragança. A sua legitimidade ao trono de Portugal será explicada a alguns

⁵⁴⁶ Frei Manuel Calado, *op.cit.*, p. 98.

⁵⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.258

⁵⁴⁸ Pieter Marinus Netscher, *Les hollandais au Brésil. Notice historique sur les Pays-bas et le Brésil au XVII siècle*, La Haye, Belinfante Frères, 1853, p. 143.

⁵⁴⁹ Watjen, Hermann, *O domínio colonial holandês no Brasil. Um capítulo da história colonial no século XVII*, São Paulo, Companhia Ed.Nacional, 1938, p. 224.

⁵⁵⁰ Maria do Rosário Themudo Barata, «Estudo evocativo sobre a Batalha de Montijo», *Revista Militar*, Nº12, Dezembro de 1994, p.1141.

monarcas europeus, em termos jurídicos, pela eloquência dos embaixadores que escolheu.

Quando D. João IV sobe ao poder, a grande e imediata realidade dominante é a da guerra com todas as suas condicionantes humanas e materiais. O rei toma várias providências, promovendo que as instituições internas sejam restauradas.

As Cortes reúnem em 7 de Janeiro de 1641 e, um ano depois, são convocadas para Fevereiro. O Conselho Ultramarino reúne em Julho desse ano de 1642 e a Junta dos Três Estados é organizada no princípio do ano seguinte, e são nomeados os Secretários de Estado

Uma das primeiras tarefas do seu Conselho da Fazenda, foi a de chamar os mercadores estrangeiros e animá-los a continuarem o comércio assegurando-lhes todo o bom acolhimento e favor ⁵⁵¹.

A debilidade naval era evidente, agravada pelas perdas muito severas no mar cada vez mais hostil. São iniciadas laboriosas negociações no estrangeiro para compra de navios. Pelos registos do seguro, Gustavo de Freitas diz que, pela acção dos holandeses, os portugueses perderam 249 em 2 anos, num total de 300, ou seja cinco sextas partes ⁵⁵².

Apesar do reconhecimento diplomático da França, da Holanda e de outras potências europeias, a situação era muito grave para Portugal, hostilizado por Castela e pelo Império, considerado por estes como reino rebelde e, por isso, sujeito às sanções internacionais, incluindo actos de guerra. Daí que Portugal fosse ignorado nos Tratados de Westefália e o infante D. Duarte, irmão de D. João IV, que combatia na Europa nas fileiras dos Habsburgos, viesse a ser feito prisioneiro e nunca libertado apesar dos protestos da diplomacia portuguesa, vindo a morrer no cárcere em Milão no ano de 1649.

A notícia da Restauração do trono português chegou à Bahia em Fevereiro de 1641 e veio trazer um sopro de alegria e esperança àquele povo que esperava que o grande acontecimento permitisse o advento da paz e da liberdade nas terras brasileiras com o provável entendimento entre Portugal e a Holanda e a possível retirada dos usurpadores.

⁵⁵¹ Gustavo de Freitas, «Companhia Geral do Comércio do Brasil», Colecção da *Revista de História*, dir. por Simões de Paula, São Paulo, 1951, p.10.

⁵⁵² *Ibidem*, p.20

Em Junho desse ano, Portugal e a Holanda celebraram um tratado de paz pelo qual se estabelecia «um armistício de dez anos quanto às respectivas colónias». Entre outras condições estipulava que «era reconhecido ao Governo holandês o domínio adquirido pela conquista assim como aos seus súbditos o direito às propriedades e engenhos de que estavam de posse (...) e que a publicação da citada trégua e cessação de todas as hostilidades tivesse lugar nas aludidas praças e mares respectivos, a partir do qual momento as partes contratantes teriam reciprocamente de se abster de quaisquer actos de hostilidade»⁵⁵³.

Aproveitando-se das tréguas estabelecidas e antes que se publicasse no Brasil a ratificação do tratado por parte do Governo de Portugal, o conde João Maurício de Nassau, seguindo recomendações dos directores da Companhia das Índias Ocidentais, mandou ocupar Sergipe e o Maranhão.

Aumentou então o descontentamento e o espírito de revolta começa a ter efeitos no Maranhão, e não demora a propagar-se a Pernambuco.

Em 30 de Setembro de 1642 eclode a revolta do Maranhão em que António Moniz Barreiros e cinquenta conjurados assaltam e recuperam cinco engenhos guarnecidos por 300 holandeses. A seguir atacam o forte do Calvário onde os holandeses se rendem e com as armas e munições tomadas vão sitiar a cidade de S.Luís. Com as fileiras engrossadas pelas muitas adesões de moradores e o ânimo fortalecido pelas primeiras vitórias apertaram o cerco levando os holandeses, apesar dos reforços recebidos, a retirarem por via marítima, a única que lhes restava, em 28 de Fevereiro de 1644⁵⁵⁴.

Em Maio deste ano, Maurício de Nassau embarcou para a Holanda deixando uma obra governativa assinalável, mas a falta do seu espírito moderador fez-se sentir, pelo que os ambiciosos argentários da Companhia e os Conselheiros do Recife desmandaram-se em violências e usurpações. Assim o espírito de revolta acentuou-se e cresceu o movimento conspiratório.

O autor brasileiro Rocha Pombo escreve que a obra deixada por Nassau em Mauritsstad (a cidade Maurícia como era chamada pelos portugueses) «valeu como um sinal do que ele seria capaz de fazer se não tivesse vindo para a América como representante de uma empresa de comércio»⁵⁵⁵.

⁵⁵³ Major António de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 99.

⁵⁵⁴ Idem, *Ibidem*, p.103.

⁵⁵⁵ Rocha Pombo, *História do Brasil*, S.Paulo, Comp. de Melhoramentos de S.Paulo, 1925?,p.199.

Na metrópole, nos primeiros anos da guerra da Restauração, o general Matias de Albuquerque, a quem o Rei confiou o comando de um exército, vai seguir uma estratégia ofensiva, depois de um período em que tratou de fortificar Olivença e completar as defesas de Elvas e Campo Maior a tempo de sustentar com sucesso dois ataques castelhanos àquelas duas praças. Assim, depois de algum tempo em que ocorreram escaramuças e combates de cerco, teve lugar, em campo aberto, a primeira batalha de vulto, da Guerra da Restauração, em 26 de Maio de 1644. Ocorre nesse dia a Batalha do Montijo, num lugar chamado Lobon, perto de Montijo, a cinco léguas de Badajoz.

As forças reunidas e comandadas por Matias de Albuquerque não seriam mais de 7500 homens, assim distribuídos: 6000 infantes organizados em 9 terços, 1100 cavaleiros, 6 unidades de artilharia, cerca de 400 mosqueteiros. Tinham víveres para 20 dias; o exército incorporava alguns mercenários estrangeiros, holandeses e franceses.

O exército de Castela comandado pelo Marquês de Torrecusa, dispõe de 6000 infantes, 2500 cavaleiros em 34 corpos e 2 unidades de artilharia.

Matias de Albuquerque escolhe combater em campo aberto. O ataque castelhano decorre com impetuosidade, tendo sido tremendo o choque da cavalaria que conseguiu romper a formação portuguesa, tomando-lhe a artilharia que passou a bater as forças portuguesas.

No campo de batalha, Matias de Albuquerque reúne os principais comandantes, reorganiza a forças e manda avançar, para surpresa geral. Ataca e retoma a artilharia, luta, persegue e faz debandar o inimigo desorganizado que começa em fuga até à derrota completa. O conde de Ericeira, comenta a propósito, que os castelhanos souberam começar a batalha mas não a souberam terminar. Portugal, ao contrário, começou mal mas acabou bem. Matias de Albuquerque, na organização para a batalha, não seguiu o dispositivo habitual como assinala M^a do Rosário T. Barata citando Ângelo Ribeiro ⁵⁵⁶.

A mesma autora observa que, ao contrário dos de Castela que vinham em força, mas sem reserva, Matias de Albuquerque pensa na reserva e segura a retaguarda com a carriagem. E enaltece as qualidades de chefia do general português e dos chefes que o

⁵⁵⁶ Belisário Pimenta seguindo a descrição de Luis Marinho de Azevedo diz-nos que «a formatura da infantaria era distanciada, com capacidade de se unir e formar um só corpo mais flexível. Tal não estava na prática do tempo, mas era seguido por Turenne e outros chefes de prestígio»; cf. Maria do Rosário Themudo Barata, «Estudo evocativo sobre a Batalha de Montijo», *Revista Militar*, Nº12, Dezembro de 1994, p.1159.

acompanharam, da sua capacidade de decisão no momento decisivo e do elevado moral mantido nas tropas. A vitória foi recebida com satisfação e alívio na Corte e no País.

No ano seguinte, porém, a situação agrava-se pois as forças de Castela voltam a atacar e desta vez tomam o forte de Santo António junto à ponte de Olivença, sitiando a vila.

Entre as forças organizadas para a defesa da fronteira, refere-se o corpo de estudantes da Universidade de Coimbra, num total de 630 homens, sob a chefia do reitor Manuel de Saldanha, a quem competiu a defesa da praça de Elvas ⁵⁵⁷.

O certo é que, com a Restauração da coroa portuguesa e a aclamação do rei D.João IV aumentou o ânimo e a esperança dos pernambucanos, mas ante a demora na expulsão dos flamengos começaram os contactos secretos entre alguns moradores para tentarem uma solução. Começa a salientar-se João Fernandes Vieira que nascera na ilha da Madeira e foi para Pernambuco ainda jovem. Frei Rafael de Jesus conta que «na escola da adversidade e no meio das calamidades que afligiam a sua pátria adoptiva, se formou aquelle grande coração, que depois havia de quebrar os ferros que o agrilhoavam» ⁵⁵⁸.

Diz que ele na juventude havia-se distinguido nos jeitos de armas, mas reconhecendo que a resistência só servia para dar alento aos holandeses para porfiarem na conquista, largou as armas. Valeu-se da indústria, e com prudente sagacidade introduziu-se nas relações com os holandeses prosperando nos negócios.

Pela sua influência, conseguia evitar o desterro de padres e reparava à sua custa as igrejas que os holandeses danificavam, e todos os anos amparava órfãs nos seus casamentos que apadrinhava e a quem oferecia dotes.

Este homem, segundo narra Lopes de Santiago, ajudou «muitos portugueses que estavam sentenciados à morte e com a sua fazenda os livrou, como foram os casos de Pero da Cunha de Andrade, Arnau de Holanda Barreto, Belchior da Rosa, Jerónimo da Silva, Gonçalo Pires, Gonçalo de Almeida, João Afonso, João Jorge, António Martins e outras pessoas principais que estiveram presas, e isto por ter grande amizade com Jacob Stachouwer, um dos do supremo conselho e outros muitos que fez embarcar, dando-lhes, por exemplo, as matalotagens para o mar ⁵⁵⁹.

⁵⁵⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol.V, Lisboa, Ed. Verbo, 1980,p.32.

⁵⁵⁸ Frei Rafael de Jesus, *Catrioto Lusitano*, Paris, J.P. Aillaud, 1844, p.179.

⁵⁵⁹ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 179.

Conseguiu também converter cinco judeus ao catolicismo, de todos foi padrinho e deu-lhes de sua fazenda. Casou com uma jovem das melhores famílias da terra e era aparentado com todos os principais por via de o tomarem por compadre e padrinho.

Diz Santiago que este homem «floresceu nestes haveres, estado e opulência até ao ano de 1643, em que começou a tratar da restauração das capitanias de Pernambuco», mas não era por razões económicas pois levava uma vida próspera.

5.2. A Insurreição Pernambucana de 1645

Estava, pois, João Fernandes Vieira empenhado em organizar a acção dos moradores quando passou por Pernambuco André Vidal de Negreiros vindo da Bahia para visitar a sua família na Paraíba e, então, recebeu-o em sua casa e pô-lo ao corrente da situação de revolta contra os holandeses, entregando-lhe uma carta dirigida ao Governador António Telles da Silva na qual fazia relato da situação e pedia apoio⁵⁶⁰.

Segundo Capistrano de Abreu, era André Vidal de Negreiros quem planeava a insurreição, e sondou o espírito de Fernandes Vieira achando-o disposto à empresa⁵⁶¹.

Na Bahia, o governador, tanto que leu a carta que André Vidal de Negreiros e o padre Frei Inácio lhe entregaram, sendo informado por eles do que se passava em Pernambuco, e de tudo o que tinham visto e ouvido aos moradores e a determinação em que estavam, mandou que partisse o capitão António Dias Cardoso e os capitães António Gomes Taborda e Paulo Veloso com 60 soldados e que, caminhando pelo sertão sem serem sentidos nem vistos de pessoa alguma, procurassem avistar-se com João Fernandes Vieira e obedecessem a tudo que ele lhes ordenasse, e lhe dissessem que aquela tropa era «só para se defenderem deles se se vissem em algum grande aperto»⁵⁶².

Em Pernambuco, João Fernandes Vieira assentou com os principais moradores «a empresa da liberdade da pátria e se ajuramentaram todos em um missal»⁵⁶³.

A 23 de Maio de 1645 os principais conjurados pernambucanos assinaram um compromisso de honra, nos seguintes termos:

«Nós abaixo-assinados nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar a todo o tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e pessoas,

⁵⁶⁰ Diogo Lopes de Santiago, p. 185.

⁵⁶¹ João Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 4.ª ed. revista, Rio de Janeiro, Sociedade Capistrano de Abreu, 1968, p. 170.

⁵⁶² Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 185.

⁵⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 201.

contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria; para o que nos obrigamos a manter todo o segredo que nisto convém; sob pena de quem o contrário fizer ser tido por rebelde e traidor e ficar sujeito ao que as leis em tal caso permitam. E debaixo deste comprometimento nós assinamos, em 23 de Maio de 1645»⁵⁶⁴. Assinaram: João Fernandes Vieira, António Bezerra, Antonio Cavalcanti, Bernardim de Carvalho, Francisco Berenger de Andrada, António da Silva, Pantaleão Jorge da Silva, Luís da Costa Sepúlveda, Manuel Pereira Corte-Real, Antonio Borges Uchôa, Amaro Lopes de Madeira, Bastião de Carvalho, Manuel Álvares Deusdará, Antonio Carneiro Falcato, Antonio Carneiro de Mariz, Francisco Bezerra Monteiro, Álvaro Teixeira de Mesquita e o Padre Diogo Luiz da Silva⁵⁶⁵.

João Fernandes Vieira foi, também, aclamado «governador da liberdade»⁵⁶⁶ e nomeou capitães de milícias para freguesias sujeitas ao domínio holandês⁵⁶⁷.

Entretanto, as buscas e prisões efectuadas pelas autoridades holandesas em princípios de Junho, começaram a precipitar os acontecimentos. No dia 13 desse mês, Vieira e outros conjurados reuniram-se no engenho de Luís Braz Bezerra e deram início ao movimento insurreccional. Retiraram para o interior, reunindo todos os que se ofereciam para lutar, se e quando os holandeses atacassem.

Entretanto, os flamengos publicaram editais ameaçadores, chegando a publicar um decreto em termos tais, como nos dá notícia Frei Rafael de Jesus nestes termos: «o flamengo publicara um decreto, pelo qual obrigava a todas as mulheres de seu domínio, de qualquer qualidade e estado que fossem, que tivessem maridos, filhos, cunhados ou irmãos no exército de João Fernandes Vieira, os fossem acompanhar em termo de cinco dias, sob pena de morte e confiscação de fazendas: que irremissivelmente se executaria em todas as que depois do tempo consignado fossem achadas»⁵⁶⁸.

Diz o autor que soou muito mal este rigor bárbaro e não houve quem não ficasse abrasado pela ira e a vontade de vingança. Formou-se uma delegação composta por Gaspar de Mendonça, de Apipucos, Luís Braz Bezerra e outros moradores, que foram buscar o padre Frei Manuel Calado, pessoa por quem os holandeses tinham grande respeito, e foram apresentar forte reclamação pelo bárbaro teor do recente decreto.

⁵⁶⁴ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil ...*, III, p. 7.

⁵⁶⁵ José Antonio Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira, Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*, Lisboa, Comissão nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000, pp. 131-132.

⁵⁶⁶ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 219.

⁵⁶⁷ Frei Rafael de Jesus, *op.cit.*, p. 217.

⁵⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 255.

Por sua vez, João Fernandes Vieira, na sua qualidade de governador da liberdade, mandou publicar em 15 de Julho, um edital no qual considera o decreto dos holandeses «fora de todo o estilo da razão» e portanto ordena «que nenhuma mulher ou outra qualquer pessoa se saia de sua casa» e que, pelo primeiro que começar a molestá-las, promete não lhe dar quartel. Termina, afirmando: «E bem conhecem os mesmos flamengos que além de ter eu o favor do céu, tenho o poder da terra, que eles não ignoram, para dar à execução todo o conteúdo neste edital»⁵⁶⁹.

Escreve Frei Rafael de Jesus que os holandeses suspenderam a execução do referido decreto. Pouco depois, descansados de que não vinham reforços para os insurrectos, prepararam uma força militar bem armada, sob o comando de João Blar que já se notabilizara pela sua índole brutal.

Frei Manuel Calado soube desta determinação que lha declarou um judeu a quem andava catequizando, como já o tinha feito a outros sete da mesma nação; logo mandou aviso a Fernandes Vieira por intermédio do Padre Manuel Ribeiro, morador na Várzea, permitindo que os insurgentes⁵⁷⁰, mudassem de local e de posição.

Entretanto os moradores chefiados pelo madeirense mudaram-se dos mocambos do Borralho para Maciape onde receberam um reforço de 800 voluntários e depois passaram ao Engenho do Covas e aí aguardaram a chegada das tropas de Henrique Dias⁵⁷¹ e António Filipe Camarão⁵⁷² a quem Vieira tinha enviado emissários. Nos últimos dias de Julho retiraram-se com destino ao monte das Tabocas em busca de local mais seguro. Aquele é o ponto mais alto da serra do Camocim perto da actual cidade de

⁵⁶⁹ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 235.

⁵⁷⁰ Termo usado por Belisário Pimenta; cf. Belisário Pimenta, *As duas Guararapes*, Coimbra, Coimbra Ed., 1947, Sep. *Brasília*, vol. IV, p. 8.

⁵⁷¹ Henrique Dias: Negro nascido em Pernambuco, tornado livre quando se ofereceu a Matias de Albuquerque acompanhado de vários companheiros de origem africana. Foi nomeado Governador dos «crioulos, negros e mulatos de servem nesta guerra», por patente do 1.º conde da Torre, de 4 de Setembro de 1639, porque o rei «foi servido fazer-lhe mercê» pelos seus serviços, e porque «convem que o sirva no dito cargo, para que com a sua boa diligencia e zelo com que serve a Sua Majestade se augmente o numero da dita gente»; além de outras mercês, veio a receber o título fidalgo, o de Mestre de campo honorário do Terço dos “Henriques”, e fez a habilitação para uma comenda da Ordem de Cristo; cf. Antonio Joaquim de Mello, *Biographias de alguns poetas e homens illustres da Província de Pernambuco*, 3 tomos, tomo II, Typographia Universal, Recife, 1858, p. 230; cf. José António Gonsalves de Mello, *Henrique Dias, Governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*, Recife, Univ. do Recife, 1954, pp. 17 ss.

⁵⁷² António Filipe Camarão: Índio chamado Poti pelos do seu povo, que em 1630 se apresentou a Matias de Albuquerque chefiando um troço da sua tribo potiguar. Combateu os holandeses em diversas situações. Distinguido com diversas mercês régias, entre as quais a patente de capitão-mor dos índios do Brasil com direito a brasão de armas e uma comenda da Ordem de Cristo e uso do respectivo hábito; cf. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982, pp. 78-86.

Vitória, onde os revolucionários acamparam e de onde descobriram todos os contornos até à Várzea do Recife na distância de mais de seis léguas.

A 3 de Agosto, uma coluna de 1100 soldados holandeses comandados pelo coronel Hus apresentou-se às 2 horas da tarde diante das posições do Monte das Tabocas. O Capitão António Dias Cardoso já havia tomado as disposições para a luta tirando partido do terreno em duas linhas de tabocas (barreiras de canas bravas muito resistentes), preparando três locais de emboscadas e mantendo como reserva uma força sob o comando de Fernandes Vieira no alto do monte.

Os combates foram encarniçados com os holandeses a penetrarem na primeira linha e a conseguirem repelir as forças da segunda, já com muitas baixas, mas a não resistirem ao choque da força chefiada por Vieira a que se seguiu um combate corpo a corpo tremendo, que a noite veio interromper e separar os contendores. Ao clarear o dia quando os revolucionários mandaram alguns grupos em busca dos holandeses, estes tinham retirado levando os feridos e deixando nos campos, segundo Santiago, trezentos e setenta mortos o que era seis vezes mais baixas do que as suas ⁵⁷³.

O feito aumentou bastante o moral dos insurgentes, mas segundo os vários autores, ele ficou a dever-se em grande parte ao plano de defesa delineado e posto em execução pelo Capitão Dias Cardoso e à determinação de Fernandes Vieira.

Entretanto, os holandeses em meados de Julho perpetraram um bárbaro massacre na igreja de Cunhaú, no capitania do Rio Grande, no decorrer de uma missa, em que foram mortas mais de sessenta pessoas incluindo o padre André do Soveral ⁵⁷⁴.

No mês seguinte atacaram de surpresa oito navios que estavam na enseada de Tamandaré, destruindo dois e tomando outros dois; neste combate os portugueses sofreram cerca de cem mortos e o capitão-mor Jerónimo de Paiva, ferido, foi preso ⁵⁷⁵.

Entretanto, os revolucionários montaram cerco ao Recife, que se tornava cada vez mais rigoroso, se bem que a situação dos sitiados melhorasse com a chegada das frotas que traziam víveres e reforços em material e munições, e também 2000 homens comandados pelos coronéis Von Schkoppe e Henderson.

A notícia desta vitória, teria contribuído, provavelmente, para a publicação da carta patente de 27 de Outubro de 1645 dada ao Príncipe D. Teodósio na qual o Rei o

⁵⁷³ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p.257.

⁵⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 236-237.

⁵⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 286.

declarou “ Príncipe do Brasil” e Duque de Bragança , «e que os sucessores deste Reyno se chamarião Príncipes do Brasil [...]»⁵⁷⁶.

5.3. As batalhas dos Guararapes

A pedido da Câmara de Pernambuco, o rei D. João IV resolvera nomear um comandante para as forças que, nessa Capitania, lutavam contra o invasor holandês.

O Conselho Ultramarino, em reunião de 14 de Abril de 1646, deu a sua concordância à proposta régia, mas D. João IV aguardou altura mais conveniente para tal nomeação, tendo em conta as negociações que decorriam em Haia e Munster. Por isso, só em 12 de Fevereiro de 1647 o Rei assinou a carta patente de nomeação de Francisco Barreto como Mestre de campo geral do estado do Brasil⁵⁷⁷.

Em Maio, ao chegar ao litoral brasileiro, a esquadra em que seguia foi localizada pelos holandeses e derrotada, ficando, Francisco Barreto, prisioneiro no Recife juntamente com Filipe Bandeira de Melo e outros.

Em Janeiro de 1648 conseguiram escapar-se, fugindo com Francisco de Bra, filho do carcereiro natural de Roterdão e com o francês João Voltrin, e foram ter ao acampamento dos insurgentes no Arraial Novo do Bom Jesus, onde os Mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros os receberam com toda a lealdade⁵⁷⁸.

No Recife, o mês de Março foi passado com grande agitação na praça forte holandesa. Era esperada uma frota comandada pelo almirante With Cornelis De With que ali aportou no dia 18, constituída por 9 vasos de guerra, 4 iates e 28 naus de transporte com tropas, víveres e munições.

⁵⁷⁶ D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VII, n.º 29, Lisboa, na Regia Officina Sylviana, e Academia Real, 1740, p. 264.

⁵⁷⁷ ANTT, Chancelaria de D. João IV, livro 17, fl. 347: Carta patente de nomeação para o cargo de Mestre de campo geral do estado do Brasil dada a Francisco Barreto em 12 de Fevereiro de 1647.

⁵⁷⁸ Aí reencontra vários companheiros da memorável retirada de 1640, chefiada por Luiz Barbalho, do porto de Touros no Rio Grande para a Bahia; cf. Pedro Calmon, *Francisco Barreto. Restaurador de Pernambuco*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p.8.

No acampamento do Arraial, a notícia da chegada de reforços da Holanda obrigou o Comando Português a tomar medidas de reforço das fortificações e a enviar um emissário à Bahia a solicitar auxílio ao Governador geral.

Em Abril desse ano, o Supremo Conselho do Recife decidiu atacar os insurrectos e cortar as suas comunicações com a Bahia e o sul de Pernambuco. Entretanto, realizava uma intensa campanha de propaganda com promessa de amnistia aos que se apresentassem e com a ameaça de represálias aos que o não fizessem.

As respostas dadas pelos Mestres de campo aos editais e panfletos publicados pouco antes da batalha, foram um claro sinal da força de ânimo e da determinação das forças portuguesas que pretendiam pôr fim à dominação dos flamengos. Nas suas respostas Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e D. António Filipe Camarão lembraram as violências dos flamengos, referindo, entre outras, a cometida contra uma igreja de Igarauçu e os graves casos ocorridos na Paraíba e no Rio Grande.

Assim, no dia 18 de Abril, de madrugada, sob o comando de Sigismundo Von Schkoppe, elevado ao posto de tenente-general, saíu do Recife uma força que, segundo Souza Júnior, era de 4500 homens e dispunha de cinco peças de artilharia.

As sentinelas portuguesas deram aviso aos capitães fronteiros que já estavam alerta porque ouviram os ruídos e estrondos feitos pelas tropas holandesas. Parecia que estes vinham com todo o poder acometer o Arraial, onde o Mestre de campo general mandou formar as tropas numa campina, onde até pela manhã estiveram com as armas nas mãos; os holandeses, afinal, contornaram, passando o rio dos Afogados para a Barreta .

Francisco Barreto chama a conselho os Mestres de campo e toma a sua decisão, exigindo o compromisso de fiel cumprimento, seguindo uma prática que nele se tornará habitual.

No Arraial Novo, a infantaria começava a tomar uma pequena ração de farinha cerca das duas horas da tarde, quando chegou a notícia de que o inimigo havia degolado a gente da estância da Barreta e ia marchando para diante. Foi, então, mandado tocar a marchar ficando o Arraial guarnecido com uma força comandada pelo capitão Manuel Ribeiro.

Os holandeses estiveram todo o dia na Barreta, formados, esperando Sigismundo que as tropas do Arraial os fossem acometer, mas os soldados portugueses, por seu lado, marcharam muito animosos, inicialmente a caminho da Barreta, porém, ao chegarem a

Ibura (ou Obura), flectiram para Sudoeste dirigindo-se aos Montes Guararapes⁵⁷⁹ onde, pelas 10 horas da noite desse sábado acabaram de se instalar numa baixa e planície situadas ao pé do último monte que vulgarmente chamam Outeiro, a Sul. (Fig. 6)

Clareava o dia 19 de Abril quando chegaram as sentinelas que fizeram aviso de que o inimigo estava ainda formado sem marchar, pelo que o Mestre de campo Fernandes Vieira ordenou ao seu Sargento-mor Dias Cardoso, que mandasse vinte homens de mais confiança e valor com quarenta índios do Capitão-mor Filipe Camarão porem-se à vista do inimigo e, quando este iniciasse a marcha, lhe dessem a primeira carga.

Algum tempo depois, tocaram as sentinelas rebate, porque os sessenta desta força de segurança estavam empenhados na primeira carga sobre a vanguarda das forças holandesas que, como diz Santiago, imaginaram que eram dos que escaparam do recente recontro da Barreta e avançaram contra eles com muita fúria; diz este cronista que «os nossos» com notável valor se vieram retirando em boa ordem, pelejando sempre com a cara ao inimigo, com tanta bizarria, que admiravam os flamengos e alegravam o nosso exército pelo modo como pendenciavam e atraíam o inimigo para perto do Boqueirão, que era uma passagem limitada a Leste por uns alagados e a Oeste pelo sopé do monte Oitizeiro⁵⁸⁰.

O general Sigismundo Schokppe dava confiança aos seus soldados, dizendo que não tinham que temer o muito que os seus braços tinham que obrar e seus alfanges que cortar, que aqueles que viam eram moradores casados, os mais deles não pelejavam, outros eram filhos dos mesmos moradores, mal disciplinados na milícia.

A vanguarda dos holandeses era composta de dois «esquadrões», um de oitocentos e outro de novecentos soldados, escolhidos entre os mais experientes das fortalezas deixando-as guarnecidas com os que de novo vieram na armada da Holanda por não serem ainda práticos e, por outro lado, parte do efectivo do seu exército era composto por franceses, alemães, polacos, húngaros, ingleses e de outras nações das partes do norte, e o resto eram holandeses, todos versados e experimentados em diversas batalhas no teatro europeu da Guerra dos Trinta Anos.

⁵⁷⁹ Guararapes, em linguagem ameríndia significa “estrépito de golpe” e “tambores” segundo Lopes de Santiago, em razão do ruído característico feito pelas águas caídas nas ravinas destes montes, por ocasião de chuvadas fortes; cf. Cláudio Moreira Bento, *As batalhas dos Guararapes*, 2 vols, I, Pernambuco, Imprensa Universitária, 1971, p. 35.

⁵⁸⁰ A cerca de três léguas do Arraial do Bom Jesus; cf. Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 490.

A infantaria vinha armada com clavinhas, pistolas, mosquetes reforçados, chuços, piques e alfanges.

Vejamos agora como o cronista já citado faz a descrição das forças portuguesas que designa de «nossa parte». Em contraste com o aparato do exército holandês, diz que os nossos levavam bem poucas librés, porque a maior parte trazia as «mombachas» (tipo de calças largas e curtas), muitas «safadas e rotas» do contínuo trabalho de guerra e jornadas que pela campanha faziam. Não traziam artilharia e a infantaria vinha armada com mosquetes, arcabuzes, e *espadas* bem fornidas e rígidas. Não levavam bandeiras e em lugar delas «levavam seus rosários de contas pendurados do colo que eram as bandeiras da Virgem Senhora Nossa» em quem confiados acometiam as do inimigo⁵⁸¹.

Segundo o relatório de Manuel de Queiroz Siqueira, as forças portuguesas presentes na 1ª Batalha, totalizaram 2490 homens, constituindo dois Terços comandados pelos Mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros; estavam incluídos naquele número 350 índios do Capitão-mor Camarão, bem como 300 negros do Governador Henrique Dias e 3 pequenas unidades de mulatos⁵⁸².

Retomando a narrativa de Lopes de Santiago, este diz que aguardaram «os nossos» duas espantosas cargas de mosquetaria e artilharia sem da «nossa parte» se atirar nenhum tiro, indo caminhando para os holandeses e estando já perto. Em ritmo apressado, avistando bem o inimigo com notável resolução e valentia, foi dado sinal de batalha com todas as caixas e trombetas.

O próprio Mestre de campo geral Francisco Barreto na sua “Carta dando conta da vitória...” , tanto que o inimigo se descobriu pelo alto dos montes Guararapes , diz: «mandei tocar a investir e tendo posto na vanguarda ao Mestre de campo André Vidal de Negreiros e logo ao Mestre de campo João Fernandes Vieira e para dar nos lados do inimigo o Capitão-mor Camarão de uma parte e da outra o Governador Henrique Dias»⁵⁸³.

Continuando a sua escrita, diz Santiago que por toda a parte disparou a «nossa infantaria, toda a um mesmo tempo», sobre as tropas atacantes e, logo a seguir, os dois Mestres de campo meteram mãos às espadas incitando a que todos investissem, o que

⁵⁸¹ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 498.

⁵⁸² José António Gonsalves de Mello, *João Fernandes Vieira, Mestre-de-campo do Terço de Infantaria de Pernambuco*, Lisboa, Comissão Nacional p^a. as Comem. dos Descobr. Portugueses, 2000, p. 263.

⁵⁸³ “Carta dando conta da vitória que alcançou dos holandeses nos Montes Guararapes”; Biblioteca Pública de Évora, Papéis Avulsos, Maço CXVI/2-13, Peça N.º 8 fls. 49-50.

fizeram os mais capitães e soldados como leões no esforço, e em corrida investiram o inimigo com tal coragem e ímpeto, que não puderam ser rebatidos pelos chuceiros holandeses e desta sorte romperam os esquadrões, causando baixas e fazendo destroço durante cerca de meia hora, obrigando-os a retirar-se para o alto dos montes⁵⁸⁴.

A seguir, vieram os troços (escalão companhia) de Fernandes Vieira juntar-se na campina com os de Vidal de Negreiros e com a pouca cavalaria com que se achou o capitão, e cabo dela, António da Silva, e foram sobre os esquadrões holandeses que vieram socorrer os de 1ª linha já destruídos e destroçados pelo ímpeto do ataque que permitiu tomar armas e bagagens, com que se detiveram muitos índios de Camarão e parte da gente de Henrique Dias por serem muitos os despojos; a artilharia ganha ficou guardada por sentinelas dirigidas pelo Sargento-mor António Dias Cardoso.

Relata o mesmo autor que o inimigo vendo-se «tão oprimido pelas nossas espadas», desesperado deitou-se ao referido alagadiço e parte foi costeando o monte com muita pressa, sendo perseguidos e sofrendo baixas.

Era próprio de exércitos experimentados na guerra, terem forças de reserva para intervirem em altura crítica ou decisiva, e o exército holandês tinha, entre dois montes, «quatorze bandeiras de gente que os nossos não viram», a que se somava a força do coronel Henrique Hus que chegara naquela manhã vinda do Recife. A certa altura, quando os «nossos» já cansados cuidavam que levavam tudo de vencida por terem por duas vezes «cortado o inimigo», então este avançou pela baixa e pelo monte com tanta pressa e furor que não pôde Henrique Dias sustê-los.

Os Mestres de campo Fernandes Vieira e Vidal de Negreiros vendo a fúria e ímpeto com que o inimigo vinha avançando, diz Santiago que mandaram de socorro alguns troços, mas os soldados como estavam já cansados não foram suficientemente rápidos a subir o monte e foram rebatidos pelo inimigo e vinham retirando dando e recebendo grandes cargas.

Souza Júnior refere a acção previdente de Francisco Barreto na formação de nova reserva que acudiu logo, para que o inimigo não recuperasse a artilharia e munições, mas reconhece que não o conseguiu porque as suas forças não actuaram da melhor maneira na ajuda ao flanco onde recuava Henrique Dias; porém, diz que se pôs junto a um regato que havia na campanha, onde reuniu e reorganizou algumas forças de infantaria, e pondo na vanguarda o Mestre de campo André Vidal de Negreiros, este

⁵⁸⁴ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 500.

tornou, com grande esforço a investir contra as mangas que o inimigo trazia diante dos seus Batalhões; e escaramuçando com eles os tornou de novo a romper; causando-lhe baixas em graduados e muitos soldados⁵⁸⁵.

Combatia-se no Boqueirão com os holandeses a desenvolverem notável esforço para o conquistarem e onde se distinguiram muitos capitães e soldados dos Terços dos Mestres de campo fazendo heróicas proezas, mas aqui morreram os capitães João Rodrigues e Domingos da Costa do Terço de Fernandes Vieira, ficando outros feridos.

Havia cinco horas que a horrenda bateria durava sem cessar e os soldados não podiam segurar nas mãos as armas por estarem muito esquentadas, e faltando já a muitos a pólvora, aproveitaram-se de duas caixas de cartuchos que tomaram aos holandeses; estes pela grande perda que recebiam, retiraram-se do contacto, diz-nos Santiago, ficando um pouco atrás, com «os nossos permanentes à vista dos holandeses, cobrando algum alento porque de cansados apenas podiam falar»⁵⁸⁶.

Finalmente, o campo ficara na posse das forças portuguesas na frente do boqueirão e os holandeses colocaram-se no alto dos montes, formando-se os campos de parte a parte.

Na dúvida sobre as intenções dos holandeses, o Mestre de campo geral do exército português mandou formar outra vez os soldados em troços aos quais mandou dar de ração algum açúcar que desfeito em água beberam e mantiveram-se alerta. Mas não houve acção da parte contrária, até que ao amanhecer, os Mestres de campo com algumas forças foram à frente fazer reconhecimentos e verificaram a fuga dos holandeses, deixando no campo de batalha muitos mortos e feridos, entre os quais mais de uma centena de graduados, sendo referidas as mortes dos coronéis Vanelles e Henrique Hus, e o aprisionamento do coronel Kerver. O general Sigismundo Von Schkoppe ficou passado num tornozelo com uma ferida que o diminuiu por vários meses e o coronel Hauthyn ficou ferido no pescoço.

No seu relatório, o Tenente General Sigismundo Von Schkoppe, diz que os seus soldados quiseram passar o alagado, pensando que havia solo firme, mas foram obrigados a retroceder; que o inimigo vendo a grande desordem em que retiravam em direcção à direita, caiu sobre a sua retaguarda com grande fúria e cercou os que estavam no alagado que não puderam resistir. Daí resultou, disse, terem ficado mortos e feridos tantos oficiais e soldados.

⁵⁸⁵ Major António de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 158.

⁵⁸⁶ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 506.

Sobre as baixas em combate, Moreira Bento apresenta diversos cálculos de várias fontes ⁵⁸⁷. Da parte holandesa teriam sido :

515 mortos e 523 feridos(F. holandesa: Supremo Conselho do Recife)

470 mortos e 523 feridos(Netscher e Watjen)

900 mortos e feridos(Francisco Barreto de Menezes)

As baixas portuguesas, seriam :

80 mortos e 400 feridos (Francisco Barreto de Menezes)

70 mortos e 350 feridos (Felipe Bandeira de Melo)

84 mortos e 400 feridos (Lopes de Santiago)

80 mortos e 400 feridos (André Vidal de Negreiros)

Sobre o significado da vitória, o cronista tece diversas considerações acerca da coincidência de ocorrer no Domingo de Pascoela, em dezanove de Abril de 1648, dia da festa de Nossa Senhora dos Prazeres, e diz que mandou o vigário geral daquelas capitânicas que no «domingo próximo estivesse exposto o Santíssimo Sacramento» nas igrejas matrizes de todas as freguesias, para que o povo cristão lhe desse públicas acções de graças pela vitória concedida»⁵⁸⁸.

A motivação religiosa geral, está presente na crónica de Lopes de Santiago, ao descrever as cerimónias religiosas que precederam os acontecimentos bélicos e as disposições pessoais dos principais protagonistas, desde o início da Insurreição Pernambucana. Outros autores são ainda mais atentos à devoção católica dos portugueses e à invocação divina que sempre fizeram antes dos combates, como são os casos de Frei Manuel Calado e Frei Rafael de Jesus.

Sobre as actuações dos comandantes, Souza Júnior salienta a actuação do Mestre de campo general no que concerne à direcção da luta. Realmente, o comandante das forças portuguesas acompanhou, seguro, todas as acções que se desenvolveram tanto na baixada como nos montes e por três vezes, pelo menos, interveio oportuna e sabiamente.

Belisário Pimenta nota que os holandeses com a continuação dos combates convenceram-se da impossibilidade de resistir e a disciplina nas suas hostes quebrou-se,

⁵⁸⁷ Cláudio Moreira Bento, *As batalhas dos Guararapes*, 2 vols, I, Pernambuco, Imprensa Universitária, 1971, p. 83.

⁵⁸⁸ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 510.

ficando expostos à desordem, à fuga e, daí, à «consternação e ao pânico», conforme observou o conselheiro Van Goch⁵⁸⁹.

O dia 19 de Abril veio a ser instituído como dia do Exército Brasileiro, o que é revelador do significado dado a esta Batalha, que foi de grande importância para a recuperação da unidade territorial do Brasil e a ulterior concretização da Restauração da independência de Portugal.

A segunda Batalha dos Guararapes

Sabendo o Mestre de campo geral Francisco Barreto de Menezes que os holandeses queriam outra vez sair à campanha «mandou deitar um bando⁵⁹⁰» que todos os soldados viessem às suas companhias, porquanto estava o inimigo para sair do Recife com todo o seu poder. Foi rápida a sua apresentação.

A seguir, em cada Terço, todos foram mandados à confissão e comunhão como tinham procedido para a primeira Batalha. O mesmo fizeram os mais soldados das fronteiras, onde foram mandados sacerdotes para os ouvir de confissão. O cronista Santiago refere as muitas rogativas e procissões, tendo mandado o provisor e vigário geral, licenciado Domingos Vieira de Lima, «expor o Santíssimo Sacramento pelas igrejas matrizes por espaço de três dias contínuos, e que em todas as igrejas se cantassem as ladaínhas com muita devoção dos fiéis cristãos para que Deus se lembrasse de todos»⁵⁹¹.

Parecendo provável que os holandeses tornassem a marchar por Muribeca, foi mandado guarnecer as trincheiras dos Barachos e as do Engenho Novo que estavam no caminho, e eram neste tempo fronteiros nos Guararapes os capitães Francisco Barreiros e Felipe Ferreira, ambos do Terço do Mestre de campo Fernandes Vieira. O capitão-mor de Muribeca era Bartolomeu Marques que se distinguia pela sua diligência em defender os moradores e os das freguesias circunvizinhas e, quando necessário, mandava dar rebate com três peças de artilharia para que todos acudissem.

No Recife, logo que os holandeses reuniram os meios necessários, determinou sair à campanha o coronel Brinck, que governava as armas holandesas na indisponibilidade de Von Schkoppe que continuava ferido no tornozelo.

Apesar da opinião contrária deste, que conhecia bem a resolução dos portugueses e o seu modo de pelejar à espada, «a que não havia resistência», persistiu o

⁵⁸⁹ Belisário Pimenta, *As duas Guararapes*, Separata de *Brasília*, vol IV, Coimbra, Coimbra L.da, 1947, p. 42.

⁵⁹⁰ Bando: pregão, anúncio.

⁵⁹¹ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p.533.

coronel Brinck no seu plano baseado nas informações que recebera de uns italianos e portugueses e outros negros fugidos do arraial para o Recife, segundo os quais a infantaria estava de folga, havia poucos soldados no arraial e com poucas munições e abastecimentos⁵⁹².

Brinck confiava na vanguarda do seu exército, formada por uma boa quantidade de fortes e valentes soldados, com seus chuços e piques os quais ele adestrara e exercitara no Recife durante um mês, para que os portugueses os não pudessem romper à espada, porque com eles «seriam logo rebatidos e reprimidas as espadas portuguesas que tanto temiam»⁵⁹³.

E assim pela manhã de quinta feira dia 18 de Fevereiro de 1649 saiu do Recife o coronel Brinck comandando as forças holandesas que, segundo Santiago, traziam cinco mil homens, «todos soldados velhos e guerreiros», também «duzentos índios destros na milícia, tendo por cabo Pero Poti, e duas companhias de negros (afora muitos tapuias) e trezentos marinheiros com os quais vinha o seu almirante do mar; traziam seis peças de artilharia de campanha e doze bandeiras»⁵⁹⁴.

Vinham novamente com muitas trombetas, clarins e caixas, com o seu exército formado, tomaram a volta da Barreta e dali seguiram para os montes Guararapes⁵⁹⁵. Na vanguarda traziam uma quantidade de soldados com chuços e piques e outros que vinham nas frentes dos esquadrões «para reprimirem os nossos quando os investissem à espada»⁵⁹⁶.

Vejamos como Santiago narra as acções desenvolvidas pelas forças portuguesas reunidas no Arraial e que somavam dois mil e seiscentos homens de todas as castas, todos com muito ânimo e brio, prometendo-se uns aos outros a vitória, porque, diz o autor, «os bons princípios são presságios de gloriosos efeitos na guerra».

⁵⁹² Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 534.

⁵⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 535.

⁵⁹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 537.

⁵⁹⁵ Cláudio Moreira Bento faz uma descrição dos Montes Guararapes baseando-se em Lopes de Santiago e no Padre Lino do Monte Carmelo. O monte actual da Igreja de N.S^a dos Prazeres é constituído por duas cotas gémeas, sendo sobre a de Oeste que se encontra a Igreja mandada erigir em 1655 pelo Mestre de campo general. Este monte era chamado na época das batalhas, vulgarmente, de Outeiro.

Ao lado, a nascente, fica o monte do Oitizeiro, o maior no sentido Leste-Oeste e na sua extremidade Sudeste encontra-se o célebre Boqueirão que era uma estreita passagem limitada a Leste por alagados. O monte recebeu este nome em virtude da abundância, nas suas partes altas, do vegetal do mesmo nome. A leste fica o monte do Telégrafo ou monte de Barreiras segundo o padre Lino, pois aquela denominação data do século passado; cf. Cláudio Moreira Bento, *As batalhas dos Guararapes*, 1.º vol, Pernambuco, Imprensa Unversitária, 1971, p. 35.

⁵⁹⁶ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 538.

Escreve que, no mesmo dia pelas 10 horas, fez aviso o capitão Francisco Barreiros, que estava por fronteiro dos Guararapes, que o inimigo marchava para a Barreta; continuou a enviar as suas informações até que na última mandou dizer que o inimigo vinha marchando para os Montes Guararapes com todo o exército e artilharia. No Arraial foi então mandado tocar, e todos formaram incluindo os das estâncias fronteiras.

Reunido o conselho, foi decidido ordenar o exército para dar batalha ao inimigo, com a seguinte repartição das forças: O Mestre de campo Francisco de Figueiroa⁵⁹⁷, a quem tocava a vanguarda naquele dia, avançava com trezentos homens que ali se achavam do seu Terço; o Mestre de campo André Vidal de Negreiros com outros trezentos; D. Diogo Pinheiro Camarão que sucedeu no cargo a D. António Filipe Camarão, com trezentos e vinte índios; Henrique Dias com trezentos e trinta de seus soldados; o Mestre de campo João Fernandes Vieira, na retaguarda com mil trezentos e cinquenta, perfazendo número de 2600 homens. O exército foi marchando em demanda dos Montes Guararapes onde chegou cerca das 4 horas da tarde ao monte que se chama do Oitizeiro, onde formou, e mais para diante a cavalaria de que era capitão, e cabo, António da Silva e seu tenente Domingos Gomes de Brito, e levava consigo outro capitão de cavaleiros chamado Manuel de Araújo.

Entretanto, as forças holandesas já estavam formadas nos outros montes que ficavam em frente da baixa e boqueirão, onde havia sido a primeira batalha, e nas suas eminências estava fortificado como também na campina com a sua artilharia.

Quando avistou o dispositivo inimigo, mandou fazer alto o Mestre de campo general⁵⁹⁸ Francisco Barreto e buscou conselho antes de tomar uma decisão. Seguindo o parecer de João Fernandes Vieira, mandou virar o exército e marchar pelo caminho do Engenho-Novo; passaram o engenho que chamam dos Guararapes e o que dizem dos Barachos, e foi nos canaviais destes engenhos que ficou instalado o exército pelas 9 horas da noite, e ali dormiram.

Coube ao Mestre de campo Francisco de Figueiroa guarnecer as trincheiras, mas ficaram de fora, à vista dos flamengos, com as suas companhias os capitães ali fronteiros Francisco Barreiros e Filipe Ferreira, do Terço do Mestre de campo

⁵⁹⁷ O Terço de ilhéus (de naturais das ilhas da Madeira e dos Açores) comandado pelo Mestre de campo Francisco de Figueiroa, recebido após a primeira batalha, fora enviado de reforço pelo Governador geral ; cf. A. de Souza Júnior, *Do Recôncavo aos Guararapes*, Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1949, p.176.

⁵⁹⁸ Termo usado como sinónimo de “geral”.

Fernandes Vieira, os quais «de noite inquietaram o inimigo, picando e tocando-lhe arma por diversas partes com que o tiveram desvelado»⁵⁹⁹.

Durante a noite, o Mestre de campo general reuniu o conselho e foi decidido que se havia de combater os holandeses quando eles se movessem dos sítios onde se instalaram, embora houvesse vários pareceres contrários que defendiam que se pelejasse dentro das trincheiras onde estavam, mas venceram os pontos de vista dos dois Mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros ⁶⁰⁰.

Ao amanhecer o dia 19 de Fevereiro, Francisco Barreto deu ordens para se reconhecer as posições das forças holandesas, a saber: António Dias Cardoso do Terço de João Fernandes Vieira, Paulo da Cunha do de André Vidal de Negreiros, Jerónimo de Enojosa do de Francisco de Figueiroa, com o capitão de cavalos António da Silva. Viram que estava com o dispositivo do dia anterior, situados nas eminências dos Montes Guararapes podendo apoiar-se mutuamente; eram apoiados por seis peças de artilharia e tinham um esquadrão que defendia a água do seu abastecimento.

Quando os Mestres de campo desceram a uma campina em direcção às forças holandesas, estes dispararam duas cargas de artilharia mas sem danos.

Entretanto, começaram a aparecer muitos moradores que de todas as freguesias vieram com os seus capitães e armas, e logo mandou o Mestre de campo general «deitar bando sob pena de morte» que nenhuma pessoa saísse daquele arraial sem ordem, e estavam vigiadas as estradas com sentinelas, pelo que quem entrava não saía por razões de segredo e segurança.

Os holandeses esperavam que os portugueses se apresentassem pelo Norte, mas foram surpreendidos com o adversário surgindo a Sul e pela retaguarda do seu dispositivo inicial. Surpresos, reajustaram o dispositivo, mudando a frente do Norte para Sul e ao longo da crista do monte onde se encontra actualmente a Igreja de N.^a S.^a dos Prazeres.

Sendo 10 horas foi organizada uma força de 80 homens do Terço de Vidal de Negreiros, por lhe caber naquele dia a vanguarda, tendo, três capitães, ido picar o inimigo obrigando-o a mover-se, mas ele percebendo o estratagema, regressou aos seus postos, «estando-lhe os nossos dando lentamente tiros»⁶⁰¹.

⁵⁹⁹ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p.541.

⁶⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 540.

⁶⁰¹ Idem, *Ibidem*, p.544.

Quando passava da uma hora da tarde, verificou-se o início da desocupação do alto dos montes pelas forças holandesas, juntando-se num grande esquadrão pela meia ladeira, fazendo o capitão França aviso que o inimigo tocava a marchar e que ia para o Recife. Com efeito, observa Santiago, que o inimigo desocupava os montes por aquele lado, vindo para a meia ladeira «por imaginar que os nossos os cometeriam pela campina para vir por entre outros montes a cortá-los, mas ficou enganado»⁶⁰².

Dada a informação de que o inimigo retirava para o Recife, o Mestre de campo general mandou atacar, o que de pronto fizeram em direcção a uma área alagada onde os holandeses os viram, e logo quiseram ocupar os montes mas foram impedidos porque os Mestres de campo «davam muita pressa à infantaria que com eles ia»⁶⁰³.

O ataque luso-brasileiro realizou-se da seguinte maneira: marchou o Mestre de campo André Vidal de Negreiros, a quem competia a vanguarda naquele dia, pelo alto dos montes, com a sua gente e com alguns troços do Terço do Mestre de campo João Fernandes Vieira e com as duas companhias de cavalos que dissemos, e pelo contralado dos altos por onde foi acometendo ia o Sargento-mor António Dias Cardoso com quatro troços do seu Terço, e logo em seu seguimento ia o Mestre de campo Francisco de Figueiroa com o seu Terço. Pelo terreno da baixa marchou o Mestre de campo João Fernandes Vieira com oitocentos homens do seu Terço a buscar o Boqueirão que estava fortificado, porque nele tinha o exército holandês duas peças de artilharia e quatro no alto do monte. Por contralado do mesmo Boqueirão, iam algumas forças de Henrique Dias e de D. Diogo Pinheiro Camarão, que também iam acometer o inimigo⁶⁰⁴.

Este autor descreve a batalha, com o ataque ao Boqueirão pelas forças do Mestre de campo Fernandes Vieira que acometia-os com grande ânimo e resolução, apesar de defrontar sete esquadrões holandeses que defendiam aquele objectivo e que, quando esperavam ter detido o ataque, eis que o Mestre de campo Fernandes Vieira mandava dar carga. No mesmo tempo estava o Mestre de campo general Francisco Barreto dispendo e mandando socorrer as partes, onde era necessário, com muita diligência, de espada na mão, exortando-os e dando exemplo a todos.

Continuava-se a combater com muito ardor no Boqueirão quando o Mestre de campo Fernandes Vieira perde o cavalo que se atolara num profundo lamarão quando desenvolvia uma manobra de envolvimento e logo saltou, se pôs de pé, e acudiram-lhe

⁶⁰² Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p.544.

⁶⁰³ Idem, *Ibidem*.

⁶⁰⁴ Idem, *Ibidem*,p. 545.

com outro cavalo. Logo retoma o combate, dizendo aos seus soldados com animosa resolução que dessem aquela última carga e investissem à espada, como ele fazia, o que se fez com grandíssimo valor e esforço, assinalando-se naquela ocasião, avançando contra as forças holandesas com tanto ímpeto e coragem que, apesar da brava resistência, lhes romperam os chuceiros e piqueiros em que tanto se fiavam e os mais esquadrões, e assim lhes ganharam o Boqueirão bem como duas peças de artilharia ⁶⁰⁵.

Entretanto, o Mestre de campo André Vidal de Negreiros com as suas forças ia pelejando pelo alto dos montes fazendo à espada grande estrago nos holandeses, e pelo contralado esquerdo ia o capitão e cabo de cavalaria, António da Silva e o capitão Manuel de Araújo, levando, ambos, quarenta homens a cavalo. Nessa zona de acção o Sargento-mor António Dias Cardoso, com quatro troços do Terço do Mestre de campo João Fernandes Vieira ia pelas faldas do monte encurtando o caminho e deu uma grande carga ao inimigo com que o fez virar logo.

Ao Mestre de campo Fernandes Vieira coube, com rapidez, ocupar o Boqueirão abandonado, e combater com a retaguarda do Regimento do Coronel Brinck que tentou recuperar o Boqueirão apoiado pela artilharia de Van Gielissen colocada em posição.

Moreira Bento atribui a Henrique Dias o ataque ao Regimento do tenente-general Von Schkoppe comandado por Claes e, com a impetuosidade do ataque de Henrique Dias aquele Regimento foi obrigado a recuar para o monte Oitizeiro e muitos dos seus integrantes começaram a fugir, num prenúncio de grande confusão ⁶⁰⁶.

Coube a D. Diogo Camarão acometer o Regimento de Hauthyn em deslocamento sobre o monte Oitizeiro, mas este Regimento avançou após largar os seus mosquetes e utilizar lanças, procurando assim anular a eficiência das espadas dos contrários. No entanto, ocorre a Cavalaria que ataca o Regimento Hauthyn e após anular o efeito das lanças e chuços usados pelas forças holandesas, fere o Coronel Hauthyn que é obrigado a retirar sobre o monte Oitizeiro com o seu Regimento em desordem, e «se juntou aos demais regimentos holandeses na entrada norte do Boqueirão» ⁶⁰⁷. Ao Mestre de campo Francisco Figueiroa coube atacar o Regimento de Van der Branden e ao Sargento-mor António Dias Cardoso coube atacar o Regimento Van Elst pela retaguarda, num quadro de emboscada.

⁶⁰⁵ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 548.

⁶⁰⁶ Cláudio Moreira Bento, *op.cit.*, p.128.

⁶⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p.129.

A luta continuava na baixa entre os montes com as duas forças combatendo com muito valor mesclados uns com os outros, quando veio um esquadrão holandês que, no entanto, foi repellido pelas quatro companhias dos capitães Francisco Berenger, António Borges, Mateus Fagundes e Estêvão Sacramento.

Tinham os holandeses um esquadrão de reserva que, vendo as tropas do Mestre de campo André Vidal de Negreiros e do Sargento-mor António Dias Cardoso mesclados com os seus, com quem pendenciavam, veio logo pelo monte em sua ajuda, para atacar os contrários pelas costas. Ante este novo perigo, o Mestre de campo Francisco de Figueiroa foi com grande pressa marchando pelo monte acima, levando à frente o troço do Sargento-mor Jerónimo de Enojosa, e quando o inimigo holandês vinha para «cortar os nossos lhe saiu a tão bom tempo» que, com uma carga, fez virar os holandeses com muita perda de mortos e feridos⁶⁰⁸.

Entretanto, a batalha no Boqueirão estava no auge, com o Mestre de campo Fernandes Vieira a conseguir tomá-lo depois de rija luta em que lhes ganhou a artilharia e onde morreu o comandante holandês coronel Brinck, sendo atingido Fernandes Vieira por uma bala no ombro direito. Também ficou morto no campo junto à artilharia o almirante holandês e foi aprisionado Pero Poti que era regedor dos índios.

Na entrada norte do Boqueirão finalizou-se a batalha, diz Moreira Bento, e os holandeses começaram a retirar-se para o Recife sendo perseguidos até à porta da cidade.

No seu relatório, o coronel Van den Branden diz que com a aproximação da noite o seu exército diminuiu muito, «até a metade ou mais, não só pelas deserções, como pelos que se esconderam nas matas, como pelos que encarregamos de transportar mortos e feridos»⁶⁰⁹.

Frei Rafael de Jesus regista que os cansados e feridos faziam da necessidade virtude, enquanto os mais, «desatinados e perseguidos do horror, do estrago, e da sombra do ferro, corrião a precipitar-se pelas quebradas e grutas dos montes»⁶¹⁰.

Pelas forças portuguesas foram ganhas dez bandeiras, seis peças de artilharia, muita pólvora, balas, munições e a bagagem deixada, onde vinha muito de comer «com que se alentaram os nossos soldados»⁶¹¹.

⁶⁰⁸ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p.552.

⁶⁰⁹ Relatório do Coronel Van den Branden, escrito após a segunda Batalha dos Guararapes; cf. A. de Souza Júnior, *op.cit.*, pp.226 e 227.

⁶¹⁰ Frei Rafael de Jesus, *Castrioto Lusitano*, Paris, J.P. Aillaud, 1844, pp.538-539.

⁶¹¹ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 555.

Souza Júnior diz que as forças holandesas sofreram mais de mil baixas, entre mortes e prisioneiros, e cerca quinhentos feridos evacuados para a Barreta e Recife, enquanto os luso-brasileiros não perderam mais de trezentos homens, entre mortos e feridos⁶¹².

Sobre as baixas das forças portuguesas diz-nos Santiago que ficaram mortos quarenta e sete homens, onde entraram o Sargento-mor do Terço de André Vidal de Negreiros, Paulo da Cunha Souto-Maior e o capitão de cavalos Manuel de Araújo; foram feridos duzentos homens, onde entraram, do Terço de João Fernandes Vieira os capitães Paulo Teixeira, Cosme do Rego Barros, Manuel de Abreu, João Soares de Albuquerque, Jerónimo da Cunha do Amaral, Estêvão Fernandes, e do Terço de André Vidal de Negreiros feriram os Capitães Manuel António de Carvalho e João Lopes; também foi ferido o Governador da gente negra Henrique Dias, e os dois Mestres de campo João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros foram feridos cada um por sua bala.

Os oficiais holandeses que escaparam diziam no Recife que jamais viram ou ouviram que houvesse gente como aqueles portugueses que acometessem com tanta resolução e investissem os seus esquadrões formados e guarnecidos com tantos chuços, piques e com artilharia, sem temer nem recear a morte; e mais diziam, que os portugueses deviam ter duas vidas, nem menos poderiam presumir deles, que uma deixaram em casa e com a outra vinham à pendência, porque admiravam-se de ver gente que arriscava a vida daquela forma em que acometiam para diante sem fazer caso dos seus bem formados e fortes esquadrões. O próprio Von Schkoppe teria dito aos membros do Supremo Conselho do Recife que os da Companhia das Índias Ocidentais «tinham pouco que esperar daquela guerra tão arriscada e custosa, pois em dez meses perderam duas batalhas tão célebres»⁶¹³.

A análise feita por Cláudio Moreira Bento, à luz dos actuais princípios da guerra, permite-nos apreciar melhor a actuação do Mestre de campo general. Com efeito, verificou que o judicioso e brilhante emprego da surpresa e da segurança, combinados com a aplicação eficiente dos princípios da ofensiva, objectivo e manobra, tornaram possível esta segunda vitória de um pequeno exército de patriotas sobre um exército moderno, mais numeroso e bem equipado mas sem motivação, por ser constituído de mercenários.

⁶¹² António de Souza Júnior, *op.cit.*, p. 187

⁶¹³ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 557.

Verificou-se uma alteração estratégica fundamental, ao contrário do que acontecera na fase inicial da insurreição, pois com a chegada de Francisco Barreto a situação alterou-se e a guerra assumiu uma nova dimensão, pois ele adopta uma estratégia directa pela qual procura, através duma batalha decisiva, reduzir o inimigo e a sua vontade de combater.

Se a primeira vitória dos Guararapes servira de alento aos estadistas de Portugal para se oporem à cessão ou venda de Pernambuco, esta segunda veio desalentar os estadistas e mercadores da Holanda, demonstrando-lhes que só mediante grandes sacrifícios poderiam manter esta conquista.

5.4. A capitulação holandesa em 1654

Nos anos seguintes às duas batalhas dos Guararapes, os holandeses procuraram manter-se na vila do Recife, aguardando conjuntura mais favorável para recuperarem em Pernambuco a liberdade de acção.

A escolha da sede do poder holandês no Brasil no século XVII, obedecera, à época, a um adequado critério estratégico devido às boas condições naturais favoráveis à defesa da praça do Recife, tanto de ataques terrestres como vindos do mar. Como vimos, forma-se ali um território muito recortado, com algumas ilhas, pequena península e uma barreta, onde as diversas fortalezas e fortes nelas edificados, constituíam um poderoso sistema, se bem que algumas fortificações fossem provisórias.

Protegidos por tal sistema defensivo que garantia a defesa do Recife e cidade Maurícia, dispondo do domínio dos mares, os holandeses continuaram a exercer o seu poder sobre algumas capitânicas do Norte onde exploravam consideráveis riquezas e, a Sul, procuravam ocupar posições no Rio S. Francisco e atacavam algumas estâncias prejudicando os abastecimentos e dificultando as ligações dos insurgentes pernambucanos com a Bahia.

O cerco mantinha-se, todavia verificava-se um certo cansaço e uma perda de ânimo por parte dos soldados portugueses e dos moradores, apesar da bem sucedida acção de uma força comandada pelo Sargento-mor Antonio Dias Cardoso, em Maio de 1652.

Entretanto, depois de instado pelo Padre António Vieira, o rei D. João IV, em 8 de Março de 1649, instituiu a Companhia Geral do Comércio do Brasil, que devia garantir uma frota de protecção à navegação portuguesa para o Brasil ⁶¹⁴.

Lopes de Santiago refere-se às armadas da Companhia como muito desejadas por todos, tanto por razões económicas como militares. Então, a terceira frota da Companhia partiu de Lisboa a 3 de Outubro de 1653, composta de 62 navios, e chega a Pernambuco em 20 de Dezembro, sendo recebida em Olinda com grande alvoroço, mas a armada vinha com missão comercial e pouco se demoraria dado que o seu destino era Salvador e outros portos. No entanto o Mestre de campo general Francisco Barreto, não quis perder a oportunidade de dispor de meios navais consideráveis para desferir o ataque final ao Recife e fez essa proposta ao General da armada.

Pedro Jacques de Magalhães apesar de ter em conta os «preceitos do regimento de El-Rei» e em caso de malogro correriam por sua conta todas as perdas e danos que sucedessem na frota, que «eram infalíveis passada a monção para navegar», não recusou a proposta, fazendo depender a sua posição final de uma conferência de todas as pessoas principais da frota e do exército, que «ajustaram se fizesse na vila de Olinda, para onde logo marcharam» ⁶¹⁵.

O conselho realizou-se em 25 de Dezembro, estando presentes, o Mestre de campo general Francisco Barreto, o General da armada da Companhia Geral do Comércio Pedro Jacques de Magalhães, o almirante da armada Francisco de Brito Freire, os Mestres de campo João Fernandes Vieira, André Vidal e Francisco Figueiroa, e «todos os oficiais a quem o largo exercício militar tinha feito mais práticos e mais inteligentes» ⁶¹⁶.

Neste conselho, diz-nos D. Francisco Manuel de Melo ⁶¹⁷, que os mestres de campo foram favoráveis ao aperto do sítio e ao ataque às posições holandesas.

⁶¹⁴ A Companhia Geral do Comércio do Brasil foi criada por alvará de 6 de Fevereiro de 1649, sem ser definido o montante do capital, com duração prevista de vinte anos, renováveis por mais dez. A sua principal tarefa consistia na protecção ao comércio do Brasil por intermédio de uma frota de «36 naus de guerra guarnecidas de gente de mar e guerra com todo o mais necessário» dividida em duas esquadras de 18 naus, cada uma para dar, em cada ano, comboio a todos os navios mercantes que forem para aquelas partes. A direcção era entregue a uma Junta de nove mercadores, oito eleitos pelos interessados com mais de 1000 cruzados, e um escolhido entre quatro nomes indicados pelo juiz e Casa dos Vinte-e-Quatro de Lisboa; cf. J.Borges de Macedo, «Companhias Comerciais» in *Dicionário de História de Portugal*, vol.II, dir. Joel Serrão, Porto, Liv.Figueirinhas, s.d., pp.124-125.

⁶¹⁵ D. Luís de Meneses, 3.º Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, vol.II, Porto, Livraria Civilização Ed., 1945, p.431.

⁶¹⁶ 3.º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 444.

⁶¹⁷ D. Francisco Manuel de Melo, *Epanáforas de vária história portuguesa*, 3ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p.400.

Para o almirante Francisco de Brito Freire a decisão não era fácil, como escreveu na sua Relação dirigida ao Rei. Segundo ele, havia falta de «pessas grossas para as baterias» que estavam muito necessitadas de balas e de artilheiros. Inconvenientes a que podia acudir a armada, mas não como era necessário. Outros meios eram insuficientes. Diz Brito Freire que os holandeses tinham mais abastecimentos que os portugueses⁶¹⁸.

Brito Freire, como almirante e homem do mar, era mais sensível ao enorme poder naval holandês da época, pelo que temia que o movimento das armas, chamassem a tempo os socorros da Holanda, apesar de afligida pela guerra com os ingleses, mas beneficiada pela paz com os castelhanos.

Por outro lado, D. Francisco Manuel de Melo escreve que o general da armada Pedro Jacques de Magalhães, falando em seu nome e no dos seus capitães, foi de parecer que já que o perigo era grande pois temia-se a chegada de reforços para os holandeses, que então «elle não deixaria por sua ausencia percelllos; porque antes vinha em receber o castigo de ser complice em sua salvação, que em sua ruina, se de tudo lhe resultasse alguma culpa»⁶¹⁹. E argumentava que se a Companhia Geral, a quem servia, era mais em benefício dos vassallos do Brasil, ele seguia esse mesmo fim, ajudando-os para que escapassem deste último perigo.

Por fim, o Mestre de campo general Francisco Barreto de Menezes decidiu atacar o poder holandês no Recife. (Fig. 7)

As operações militares iniciaram-se a 5 de Janeiro de 1654 e desenvolveram-se com mais intensidade a partir do dia 13, entrando em fase decisiva quando do ataque ao forte de Altanar.

Na sua narrativa, Barbosa Bacellar, diz que a dezoito de Janeiro começou «a nossa bateria» a disparar contra o Forte de Altanar, atravessando com as balas os parapeitos de uma e outra parte, por serem delgados. O que visto pelo inimigo, tratou de os engrossar, na parte batida, com mais seis pés de largura com areia sustentada por dentro com tábuas e estacas; para perturbar a pontaria dos «nossos artilheiros», tratou de disparar continuamente mosquetaria sobre as «torneiras da nossa bateria», com que feriram um deles, e outros dois ou três que acorreram.

⁶¹⁸ Francisco de Brito Freire diz: «viamos ao proprio em nos, pello contrario nos enemigos, que sendo mais de dous mil, quasy igualavão os sitiados, aos sitiadores: tinhão de comer para hum anno, e os nossos ya comessavão a sentir a fome»; cf. Francisco de Brito Freire, *Relação inédita de Francisco de Brito Freire sobre a capitulação do Recife*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1954, p. 6.

⁶¹⁹ D.Francisco Manuel de Melo, *op.cit.*, p. 398.

O Mestre de campo general tomou rápidas medidas de resposta aos tiros dos holandeses e outras de reparação dos estragos causados. Mandou também nessa noite abrir aproches pelo Norte e pelo Sul, para chegar à porta do Forte, e ameaçou com a abertura de uma mina ⁶²⁰. Os trabalhos de organização de terreno permitindo a circulação protegida dos atacantes, assumiram, como vemos, importância crucial nesta manobra.

Nesta mesma noite, os holandeses destelharam e retiraram madeiras das casas que tinham dentro do Forte para repararem as obras de protecção contra a artilharia portuguesa.

Competiu a Henrique Dias, «Governador dos Minas» ⁶²¹, fazer a bateria do forte do Altaná por haver sido sua aquela estância largo tempo que, aliás, fora perdida pelos portugueses por descuido, não havia muitos anos. Henrique Dias chamou os seus soldados, e com razões e exemplos, «lhes mostrou como o valor não consistia nas cores»⁶²². Formaram outra plataforma de seis canhões e adiantaram-se com as trincheiras, ousados e diligentes, mais de novecentos homens «entre Minas e Portugueses; até que cubertos de sua trincheira, e descubertas as do inimigo, se começaram a bater de parte a parte, por muytas horas, com grande peso de artilharia»⁶²³.

Vai então desenvolver-se, no dia 19, uma manobra de envolvimento do forte do Altaná protagonizada por uma força composta por índios sob o comando de Diogo Camarão que com trezentos de seus soldados, rodeou pelo lado da Barreta, passando tanto adiante, que foi achar uma casa forte guarnecida por alguns holandeses armados, a qual acometeu e desalojou-os a um tempo, seguindo-os depois até ao forte da Barreta; donde encerrados e de novo acometidos por repetidas cargas como pelo temeroso alarido (de que usam com frequência nos seus combates), originaram não menos temor pelas armas que pelas vozes, a quem a escuridão da noite fazia mais horríveis; o que mais desesperava os defensores. Estes procurando salvar-se, desamparam o forte, que em breve «veyo às mãos do Camarão sem golpe de espada ou tiro de mosquete»⁶²⁴.

Por sua vez os «Minas» chefiados pelo seu cabo Henrique Dias que com «mãos e conselho» lhes era companheiro e guia, procediam incansavelmente. Ele tinha ordenado a alguns que induzissem os caboclos a que desamparassem a praça que estava

⁶²⁰ A. Barbosa Bacellar, *op.cit.*, p. 5v.

⁶²¹ Governador dos Minas, isto é, dos negros; designados em meados do sec. XVII por “Minas” certamente pela proveniência dominante, então, que devia ser da região da Mina, no Golfo da Guiné.

⁶²² D. Francisco Manuel de Melo, *op.cit.*, p. 403.

⁶²³ Idem, *Ibidem*.

⁶²⁴ Idem, *Ibidem*.

a ser minada e em breve iria pelos ares. E os gentios temerosos, relata D. Francisco Manuel de Melo, lançaram-se de noite pela muralha ao rio, deixando desmoralizados os que ficaram que foram de pouco préstimo à defesa. E ao amanhecer começa a desenvolver-se um motim, pois os soldados holandeses da guarnição do forte, por motivo do perigo imaginado, que a constância dos sitiadores fazia mais certo, clamavam a entrega do forte, ameaçando com as armas os seus oficiais a quem diziam para escolherem entre a morte e a capitulação.

D. Francisco Manuel de Melo descreve com mais atenção as actuações dos índios e negros leais aos portugueses, dando ênfase às suas formas de atemorização dos sitiados, especialmente de noite.

Não demorou a que cessassem as baterias e mandassem como refém com o título de capitão um ajudante chamado Van Hagen. Capitularam sair com as armas e bagagens, com passagem livre para Portugal e entregaram o forte com artilharia e munições. Acharam-se nele nove peças de artilharia de bronze e uma de ferro, e ficava exposta às suas baterias a praça do Recife e o forte das Cinco Pontas.

D. Francisco Manuel de Melo salienta os bons efeitos dos boletins (panfletos) lançados para as guarnições holandesas, pois passavam-se para os portugueses muitos dos soldados estrangeiros que defendiam as praças⁶²⁵.

Francisco Barreto, logo que ganhou o forte de Altanar, mandou preparar a artilharia para bater o das Três Pontas, ainda que não fosse seu desígnio continuar a empresa por aquela parte. Antes que o Mestre de campo general se decidisse pela parte por onde se deviam continuar os ataques, foi avisado de que os holandeses, com mais pressa do que se podia imaginar, tinham desocupado o forte dos Afogados e duas casas fortes que guarneciam entre este forte e o das Cinco Pontas.

Deu ordem ao Sargento-mor António Dias Cardoso que, com trezentos soldados, marchasse a cortar o passo aos holandeses que se retiravam do forte, porém eles «aplicando o receio à diligência»⁶²⁶ recolheram-se à praça, primeiro que ele chegasse.

Nesse tempo, havia o General Segismundo Von Schkoppe mandado ocupar as ruínas de um forte desmantelado, chamado Milhou, duzentas braças distante do das Cinco Pontas, para a parte da ilha Cheira-dinheiro e passagem da Barreta. Esta resolução deu que pensar a Francisco Barreto que, neste forte, planeava alojar o exército

⁶²⁵ D. Francisco Manuel de Melo, *op.cit.*, pp. 405-406

⁶²⁶ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 450.

para atacar o forte das Cinco Pontas que considerava como o mais importante para conseguir a «empresa do Recife», como escreve Ericeira; com este desígnio havia começado lentamente a bater o forte das Três Pontas, como manobra de diversão, para que os holandeses não vissem urgência na ocupação do posto do Milhou.

Logo que recebeu este aviso, estando o Mestre de campo general reunido em Conselho com todos os Mestres de campo e o engenheiro Pedro Garsin, marcharam todos a reconhecer o posto e resolveram que, antes que os holandeses tivessem mais tempo para organizar as defesas, o investisse a todo o risco, cabendo a missão ao Mestre de campo André Vidal.

Entretanto o General da armada, nas palavras de D.Francisco Manuel de Melo, mantinha o cerco impenetrável impedindo que o «comendor» da ilha de Itamaracá enviasse víveres para a praça do Recife e o mesmo sucedia com as remessas dos da Paraíba, onde se achava o Coronel Hautin, «cuja pessoa para a guerra e conselho fazia aos Olandeses muyta falta»⁶²⁷.

O forte velho do Milhou constava de quatro baluartes e um fosso que na preamar se enchia de água. Tinha dentro uma praça capaz de alojar oitocentos homens e, dele se podia bater com efeito considerável tanto a praça como a porta do Recife e também o forte das Cinco Pontas, que havendo-lhe dado este nome outros tantos baluartes de que primeiro se compunha, se conservava só com três, tendo os holandeses cortado os dois que lhes pareceram pouco necessários⁶²⁸.

Barbosa Bacellar confirma a capacidade de alojamento do velho forte mas difere de Ericeira na apresentação do forte das Cinco Pontas, pois considera que os holandeses lhe tinham cortado três⁶²⁹.

Logo que anoiteceu, o Mestre de campo André Vidal marchou com o Sargento-mor António Dias Cardoso e os mil infantas que levava à sua ordem e, entrando na campina do Taborda onde estava o forte do Milhou, formou a infantaria à claridade⁶³⁰ do fogo de uma casa forte da ilha do Cheira-dinheiro, que os holandeses naquela mesma hora tinham desocupado e pegado fogo a tudo o que podia ser matéria de incêndio. Aguardou André Vidal hora e meia que vazasse a maré porque o caminho que desocupava a água, era só o que tinha para passar ao assalto do forte.

⁶²⁷ D.Francisco Manuel de Melo, *op.cit.*, p. 406.

⁶²⁸ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 451.

⁶²⁹ Antonio Barbosa Bacellar, *op.cit.*, p. 7v.

⁶³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 8.

Vencida esta dificuldade, superou também a de marchar por junto do forte das Cinco Pontas, por entender que por aquela parte lhe ficaria a empresa mais fácil e, investindo o forte pelas espaldas, posto que os defensores menos o esperavam, na convicção de estarem cobertos nela com o forte das Cinco Pontas. Os dez holandeses que estavam num reduto fora do forte, tiveram que se recolher no forte das Cinco Pontas e os dez índios que estavam noutra reduto recolheram-se rapidamente no forte do Milhou. André Vidal investiu este Forte, debaixo do fogo de duas peças de artilharia carregadas com balas de mosquete disparadas do Forte das Cinco Pontas e, rompendo com machados os tabuões que seguravam a areia com que era formado o reduto do meio, deu lugar à brecha que permitiu o impulso de entrada dos soldados que, depois de mortos cinco holandeses e alguns índios, levou à rendição do capitão Brinck com trinta e sete soldados da holandeses e sete índios. Morreu no assalto o capitão João Barbosa Pinto que «foi geralmente sentido pelo valor e industria de que era dotado»⁶³¹, morreram mais dois soldados, ficaram feridos vinte e quatro, entre os quais os Capitães D. Pedro de Sousa, Gregório de Caldas e o Alferes reformado António de Barros Rego. Ao Mestre de campo André Vidal uma bala atingiu-lhe a perna sem dano considerável.

Barbosa Bacellar salienta a contenção dos atacantes que pouparam as vidas de dezenas de holandeses a começar pela do seu comandante e, atribui-a, a ordem do Mestre de campo general porque nesta campanha sempre usou de clemência e piedade, « & assi o ajudou Deos»⁶³².

As horas que lhe restavam na noite, gastou-as a fortificar o alojamento que tinha ganho e a levantar uma espalda que defendesse os soldados das baterias do forte das Cinco Pontas. Ao amanhecer, saíu do forte uma força comandada pelo valoroso índio António Mendes que servia os holandeses, que investiu o Milhou mas foi rechaçado e retirou com cinco soldados menos. Com maior poder intentou o general Segismundo fazer uma surtida; porém chegando ao forte das Cinco Pontas e, nas palavras de Ericeira, «reconhecendo a boa disposição do nosso alojamento mudou de parecer e se retirou para o Recife»⁶³³.

Sem parar um instante, mandou o Mestre de campo continuar um ramal de trincheira contra o forte das Cinco Pontas, o que foi feito com tanta diligência, que

⁶³¹ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 452.

⁶³² A. Barbosa Bacellar, *op.cit.*, p. 8v.

⁶³³ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 452.

amanhecendo o dia 23, estavam os soldados cobertos e em boas posições para o ataque ao forte.

Fora horrendo, pela hora e resistência posta no combate, o assalto do primeiro reduto e, pela vizinhança do Recife, diz D. Francisco Manuel de Melo, tal efeito espalhando-se, causou muito medo das «nossas armas aos Judeos, mulheres e mininos que se achavão dentro da praça, em mayor numero de cinco mil almas, todos com lagrimas e vozes andavam pellas ruas, já lamentando a perda das vidas fazenda e liberdade»⁶³⁴.

Porém, diz, que como o interesse da fazenda entre aqueles, parece que se antepõe ao risco da vida, e o seu receio aumentou quando foi ouvida uma voz incertamente introduzida, segundo a qual os próprios defensores pretendiam fazer um saque à praça e depois entregá-la aos portugueses, dos quais sempre alcançariam com a livre passagem, os bens que pudessem levar consigo, o que sendo favorável aos soldados, «poria o povo em tal miseria, que nem para conseguir a escravidão lhe ficava esperança». Pelo que clamavam que «melhor era renderse à força dos inimigos, que à cobiça dos seus proprios; e fazer a prudencia o que a malicia pretendia»⁶³⁵.

Logo que anoiteceu, as forças portuguesas avançaram o aproche duzentos passos, e fortificaram-se com um alojamento capaz de cem mosqueteiros. Porém, os holandeses com poucas esperanças do socorro da Holanda, desejavam salvar as vidas e as fazendas, sem as expor aos contingentes perigos do prolongamento da guerra. Por este respeito mandaram os governadores do Recife o capitão Wauter Van Loo, governador ou «comendor» (como eles chamam, como vimos) do forte das Cinco Pontas, com uma carta para o Mestre de campo general Francisco Barreto, em que lhe pediam ouvisse o capitão Van Loo e quisesse deferir o negócio que da sua parte lhes ia propor. Julgou Francisco Barreto conveniente ouvir esta proposta.

Os holandeses pretendiam uma trégua para acertarem os termos da sua rendição. Aproximava-se o fim da ocupação flamenga do Brasil depois de um período de ocupação de vinte e quatro anos, e nove de guerra aberta.

Capitulações de rendição

Respondeu Francisco Barreto que estava pronto para executar o que lhe pediam e assim, no dia seguinte que era 24 de Janeiro, poderiam vir as pessoas nomeadas pelo

⁶³⁴ D. Francisco Manuel de Melo, *op.cit.*, p.408.

⁶³⁵ Idem, *Ibidem*.

Supremo Conselho com toda a segurança para se dar início à conferência e que a cessação de armas se observaria, enquanto ela durasse, da vila de Olinda até ao forte das Cinco Pontas e exceptuou a barra, como escreve o Conde de Ericeira, por que «Segismundo havia mandado ordem ao coronel Haultaijn, para que com gente da Paraíba fizesse por se introduzir no Recife a todo o risco»⁶³⁶.

Partiu Van Loo com a resposta. Deu conta Francisco Barreto a Pedro Jacques da proposição dos holandeses, advertindo-o que mandasse ter particular cuidado a qualquer tentativa do coronel Haultaijn para entrar no Recife. No dia seguinte, como estava ajustado, juntaram-se na campina do Taborda, por parte dos portugueses: o capitão de cavalos reformado Afonso de Albuquerque, o capitão Manuel Gonçalves Correia, secretário do exército, e Francisco Álvares Moreira, ouvidor e auditor geral daquela província; da parte dos holandeses vieram Gysberth de With, primeiro conselheiro do governo político do Recife, Wauter Van Loo, «comendor» do forte das Cinco Pontas, e Brest, presidente dos escabinos(veredores) e director das fragatas «pechilingas»⁶³⁷, segundo o relato de Ericeira.

Depois de passadas as primeiras cerimónias, disse Gysberth de With, por ser mais prático na língua portuguesa, que vinham da parte do Supremo Conselho, atalhar os descontos que a guerra costuma trazer consigo; que ao Supremo Conselho havia chegado a notícia que os Estados Gerais tinham mandado um ministro a negociar com el-rei D. João IV «conveniencias de grande utilidade para Pernambuco» e que, apesar de convir aguardar a resolução de assunto tão importante que dependia mais dos Príncipes que dos vassallos, como o Mestre de campo general Francisco Barreto se achava com exército formado sobre aquela praça para a ganhar, atendendo eles aos forçosos estragos da guerra e querendo evitar mortes e calamidades, resolviam-se a entregar a praça, ajustando-se primeiro as capitulações que fossem convenientes para ambas as partes.

Com satisfação ouviram os deputados portugueses esta proposição, mas também a tomaram com sobressalto nos seus ânimos como nova de grande prejuízo porque, exclama Ericeira, «muitas vezes faz nos corações o mesmo efeito o pesar e o alvoroço»⁶³⁸. O autor bem retrata os sentimentos contraditórios então vividos por quem tinha a vitória das armas ao seu alcance.

⁶³⁶ 3º Conde da Ericeira, *op. cit.*, II, p. 453.

⁶³⁷ Pechelinguês ou Pechilingues: corsários, piratas.(Dicionário Lello Universal)

⁶³⁸ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 454.

Os negociadores holandeses pediram dois dias de prazo para o início dos trabalhos porque, diziam, para se chegar à última conclusão de negócio de tanta importância eram necessárias muitas horas de cuidado. Os «nossos deputados», escreve Ericeira, disseram que só para esse efeito traziam ordem do Mestre de Campo General pelo que havia de se iniciar a prática das capitulações, sem dilação alguma, senão, como escreve Barbosa Bacellar, «prossegirão o curso das armas». Vendo, os deputados holandeses cerrados todos os outros caminhos, pediram licença With e Brest para irem dar conta ao Supremo Conselho desta resolução, e antes de passar uma hora chegou-lhes aviso que os capítulos se ficavam fazendo e, pelas três da tarde, voltaram os dois com dois notários práticos na língua portuguesa, para a tradução do que se ajustasse. Deu-se parte ao Mestre de campo general e, depois de ventiladas algumas proposições difíceis, deixando pronto o último ajustamento do que pretendiam, pelas dez horas da noite recolheram-se os deputados holandeses dirigindo-se ao Recife.

Logo a seguir, Francisco Barreto chamou a conselho os Mestres de campo e os oficiais maiores do exército e, com eles, os dois «prelados das religiões» da Companhia de Jesus e de S. Francisco porque as proposições dos holandeses continham «algumas matérias para a consciência escrupulosa». Na mesma noite ficaram respondidas todas as capitulações dos holandeses, umas concedidas outras negadas, «conforme a qualidade delas»⁶³⁹.

O resto da noite foi passado em geral alvoroço de todo o exército, considerando quase chegado por tantos anos e esforços, o tempo desejado. Logo que amanheceu, Francisco Barreto «que qualquer instante lhe parecia larga dilação», mandou os mesmos três deputados da conferência ao Recife com as capitulações que tinham concedido aos holandeses. Voltaram eles com uma carta do general Segismundo para Francisco Barreto, em que cortesmente pedia lhe concedesse licença para mandar um tenente-coronel a tratar com outro oficial «nosso, qual ele escolhesse», as matérias militares. Respondeu-lhe Francisco Barreto com igual cortesia e nomeou para a conferência o Mestre de campo André Vidal, em quem concorriam todas as qualidades, nas palavras de Ericeira, para este e maiores empregos.

Veio do Recife o tenente-coronel Valde, com os três deputados e acharam André Vidal e os seus no mesmo local das conferências antecedentes. Gastaram três dias a ajustar as capitulações que se intitularam: “Assento e condições com que os senhores

⁶³⁹ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 455.

do Conselho supremo residentes no Recife entregão ao senhor Mestre de campo general Francisco Barreto, Governador em Pernambuco, a cidade Maurícia, Recife & mais Forças & Fortes ao redor, & mais Praças que tinham ocupadas na banda do Norte a saber, a ilha de Fernão de Noronha, Ciará, Rio Grande, Paraíba & Ilha de Itamaracá, acordado tudo pellos comissários de uma & outra parte abaixo assinados⁶⁴⁰.

Eis, em resumo:

«Que o Mestre de campo general Francisco Barreto, em nome de el-Rei D.João seu Senhor, esquecido de todos os danos passados, ajustava paz firme e valiosa com o Supremo Conselho dos holandeses que assistia na praça do Recife e concedia a todos os holandeses assistentes naquela província todos os móveis que possuíssem; que daria as embarcações para passarem a Holanda aos holandeses que estavam no porto, com alguma artilharia de ferro para sua defesa; que os holandeses que quisessem ficar naquela província seriam tratados como os portugueses e, no tocante à religião, viveriam como os que assistiam em Portugal; que o forte das Cinco Pontas, Casa da Boavista, Kate da Vila Maurícia, o das Três Pontas, o Brum com seu reduto, o castelo de S.Jorge, o do Mar com as mais casas fortes, se entregariam com a artilharia e munições que neles se achassem. E que, logo que nestes fortes entrasse a guarnição portuguesa, se introduziria a guarnição necessária na praça do Recife e cidade Maurícia e, nela poderiam ficar por tempo de três meses os holandeses que quisessem, sem arma alguma para sua defesa; e que para a decisão de seus pleitos, se lhe concediam Ministros de justiça que os sentenciassem pelas leis de Portugal; que os navios que viessem de Holanda sem notícia da paz no termo de quatro meses, ou os que andassem na costa, pudessem entrar naqueles portos sem ofensa alguma[...]»⁶⁴¹.

Os autores citados são coincidentes nestes termos das capitulações, a começar pelo propósito exposto de o Mestre de Campo General esquecer os danos passados, mas a descrição de Ericeira omite outras deliberações que Barbosa Bacellar refere na sua Relaçam, como eram: a garantia dada pelo Mestre de campo general de que os vassallos dos senhores Estados Gerais não seriam molestados nem vexados por nenhuma pessoa portuguesa, que poderiam levar todos os papéis que tivessem de qualquer forte, que poderiam nomear procuradores para venderem os bens móveis que não quisessem levar, que lhes concedia os mantimentos secos e molhados dos seus armazéns mas não lhes outorgava o massame para os navios porque prometia dar-lhos aprestados. Também

⁶⁴⁰ Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil...*, III, pp.116-121.

⁶⁴¹ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 456.

lhes concedia, Francisco Barreto, o direito de recurso para o rei de Portugal para decidir, ouvidas as partes, sobre as questões de cobrança de dívidas que se achassem com direito.

Também omite duas disposições que D.Francisco Manuel de Melo refere e que nem Barbosa Bacellar nem Francisco de Brito Freire fizeram referência. Uma era que seriam compreendidas neste acordo «todas as nações de qualquer qualidade ou religião» que sejam; que a todas perdoa, posto que hajam sido rebeldes à Coroa de Portugal: e o mesmo concede, «no que pode, a todos os Judeos que estão no Arrecife e cidade Mauricea». E a outra concedia aos holandeses que fossem casados com mulheres portuguesas ou nascidas na terra, «que sejam tratados como se foram casados com Framengas, e que possam levar consigo as mulheres portuguesas por sua vontade»⁶⁴².

Foram, a seguir, ajustadas as condições militares que ficaram com a seguinte redacção:

«Que os oficiais e soldados de todos os presídios saíam com armas, e que, depois de passarem pelo exército, as entregariam nos armazéns para se lhes tornarem a dar quando se embarcassem, ficando só com as armas ordinárias os oficiais de sargento para cima; que se dariam reféns, para se entregarem logo todas as praças e fortalezas de Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, Ceará e ilha de Fernão-de-Noronha, com toda a artilharia e munições que tivessem, excepto vinte peças de bronze, de quatro até dezoito libras(«sorteadas» diz Bacellar) que se concediam a Von Schkoppe, e que assim a ele, como aos mais oficiais de guerra, se lhes concediam todos os bens móveis e de raiz, que justamente lhes pertencessem; que os índios, mulatos, mamelucos e negros se lhes concedia perdão, mas que saíssem sem armas, e que todos os moradores dos lugares fora daquele distrito gozariam das condições acima declaradas»⁶⁴³.

Continham as capitulações outras matérias menos importantes omitidas por Ericeira mas Barbosa Bacellar refere-as, como eram as embarcações mais necessárias e os mantimentos indispensáveis à viagem e, ao General Segismundo e aos seus oficiais concede, o Mestre de campo general, que possam possuir, alienar ou embarcar os escravos que tiverem consigo, sendo seus, e que possam morar nas casas em que vivem até à hora da partida. Também concede que os soldados doentes e feridos, possam permanecer no hospital até que se curem para se poderem embarcar, e garante que não serão molestados por nenhuma pessoa portuguesa.

⁶⁴² D. Francisco Manuel de Melo, *op.cit.*, pp. 412-413.

⁶⁴³ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p. 456.

Os artigos seguintes mantêm a mesma generosidade do vencedor, pois concede que poderão levar todos os papéis e mantimentos para seu sustento na viagem, e sobre as embarcações holandesas, que aportarem nos primeiros quatro meses sem terem notícia deste acordo, podem livremente voltar à Holanda.

Uma capitulação final era a que dizia respeito ao interesse manifestado pela outra parte, em não prejudicar as conveniências que na Europa poderiam estar a ser feitas, se acaso antes da notícia destas capitulações se houvesse celebrado algum ajustamento entre el-Rei D. João e os Estados Gerais, nesse cado, como diz Ericeira, se haviam por inválidas e de nenhum vigor e não poderiam alterar em caso algum a menor circunstância deste tratado. Barbosa Bacellar escreve nestes termos: «não concede o Mestre de campo general, porque se não intromete nos taes acordos que os ditos senhores tiverem feito, por quanto de presente ten exercito & poder para conseguir quanto emprehender em restituição tam justa»⁶⁴⁴.

Na sua Relaçam, Barbosa Bacellar diz que foram fechados os concertos pelas 11 horas da noite no dia 26, assinadas as Capitulações pelos deputados de ambas as partes, depois pelo Mestre de campo general Francisco Barreto, pelo Presidente, Conselheiros do supremo Conselho do Recife e pelo General Segismundo.

No dia 27 de Janeiro mandou Francisco Barreto o exército tomar posse do Recife, da cidade Maurícia e de todas as fortalezas adjacentes. Para tal marchou o Mestre de campo João Fernandes Vieira, que lhe competia nesse dia a vanguarda, com o seu Terço a pé, entrando pela parte do Forte das Cinco pontas, guarneceu-o com duas companhias do seu Terço e uma do Governador Henrique Dias. Marchou também o Mestre de campo André Vida de Negreiros com o seu Terço na forma referida pela parte da Boa Vista e, não achando entrada por ela, tornou a buscar o caminho por onde foi João Fernandes Vieira e, ficou guarnecendo a cidade Maurícia e o Forte de S. António. Marchou o Mestre de campo Francisco de Figueiroa pelas Salinas e foi guarnecer o Forte do Brun, o Castelo de terra e o do mar.

Entretanto, João Fernandes Vieira acercando-se da cidade Maurícia mandou recado ao que governava a praça que mandasse sair a sua infantaria, o que fizeram marchando com os seus coronéis. Deu então ordem ao seu Sargento-mor Antonio Dias Cardoso que fosse desarmado, arrumando num armazém as armas que lhe eram

⁶⁴⁴ A. Barbosa Bacellar, *op.cit.*, p.16.

entregues. Diz Santiago que «visto a gente que se desarmou na quantidade e no lustro, bem se via que era obra do céu»⁶⁴⁵.

A seguir, o Mestre de campo João Fernandes Vieira, entrou na praça do Recife onde formou a infantaria que levava, e depois mandou recado para que as tropas holandesas viessem, companhia por companhia, e ali se desarmaram todos. A seguir mandou guarnecer todas as forças, portas e lugares necessários e mandou aquartelar a infantaria. Foram-lhe entregues 73 chaves de todas as fortalezas do Recife e da cidade Maurícia e de todas as portas de armazéns de munições, armas e fazendas, de trens de navegação e de casas em que havia apetrechos de guerra.

Depois de desarmados os soldados e moradores holandeses, misturaram-se os portugueses com uma familiaridade como se nunca entre eles tivesse havido guerra, tendo para isso contribuído segundo Barbosa Bacellar a boa ordem, que sobre isso deu o Mestre de campo general através de um «bando» com gravíssimas penas a quem fizesse qualquer agravo a morador ou soldado dos rendidos.

No dia seguinte, 28 de Janeiro, entrou o Mestre de campo general na praça do Recife e, nas palavras do Conde de Ericeira, triunfando dos holandeses, os venceu «também em cortesia, não havendo acção de urbanidade que não exercitasse com todos os oficiais e soldados daquela nação»⁶⁴⁶.

Vinha a cavalo acompanhado da cavalaria e, ao entrar na cidade Maurícia saiu a recebê-lo a pé o General Segismundo acompanhado dos seus oficiais. Diz-nos, também Barbosa Bacellar, que desmontou o Mestre de campo general e desprezando os favores da fortuna teve grandes cortesias com o dito General Segismundo e a pé o trouxe à sua mão direita.

No meio da ponte, que vem da cidade Maurícia para o Recife, chegou o Presidente e os do Conselho Supremo a receber o Mestre de campo general, que lhes fez «grandíssimas cortesias», trazendo-os até as suas casas, mas o dito Presidente, não condescendendo nisso, acompanhou Francisco Barreto até à casa em que se recolheu.

⁶⁴⁵ Diogo Lopes de Santiago, *op.cit.*, p. 585.

⁶⁴⁶ 3º Conde da Ericeira, *op.cit.*, II, p.457.

5.5. Aspectos diplomáticos

Desde Janeiro de 1641, que a diplomacia de D.João IV iniciara negociações com o governo de Richelieu a quem propusera uma *liga formal*, quer dizer, uma aliança com a França, que não se situasse meramente no plano de facto e acautelasse o reino de Portugal contra as contingências de uma paz separada que condenasse Portugal a uma nova absorção no espaço político castelhano. Em 1 de Junho de 1641 celebrou-se o Tratado Luso-francês, que não excluiu a hipótese de paz separada; um artigo secreto previa que, no caso da França e seus confederados fazerem paz com a Casa de Áustria, «o Rei Cristianíssimo, por sua generosidade, faria o possível por se reservar a liberdade de assistir o Rei de Portugal, em suas justas pretensões, contanto que os aliados da França concordassem nisso»⁶⁴⁷.

Na negociação com os Estados Gerais da República das Províncias Unidas dos Países Baixos, D. João IV instruiu o seu embaixador para oferecer vantagens comerciais além de apoio militar contra Castela mas, reclamar, a restituição dos territórios usurpados, com o fundamento de que a usurpação se deveria a uma causa removida - o domínio filipino, inimigo comum da república das Províncias Unidas e do reino de Portugal.

Os holandeses também tiveram uma reacção rápida e benevolente, ao menos no campo jurídico, pois logo em 27 de Fevereiro de 1641, os Estados Gerais ordenaram aos seus súbditos que não hostilizassem os Portugueses. Mas o conde João Maurício de Nassau, governador holandês do Brasil, não só ali se conservou, como, aproveitando as naturais dificuldades do momento, ocupou com as suas tropas, além do Maranhão, algumas posições portuguesas na África Ocidental – Angola e S.Tomé -, depois de assinadas, em 12 de Junho de 1641, as tréguas entre Portugal e a Holanda⁶⁴⁸.

Assim ficou definida a política dualista da Holanda em relação a Portugal após a Restauração. Na Europa, era aliada de Portugal que lhe fornecia o sal, muito necessário às suas indústrias tendo, ainda, uma esquadra holandesa vindo a Lisboa prestar ajuda e veio uma força de cavalaria neerlandesa participar na Batalha de Montijo.

⁶⁴⁷ *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao Presente*, org. por José F. Borges de Castro, vol I, Lisboa, 1856-1858, pp.16 e ss., apud P. Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1985, p.143.

⁶⁴⁸ *Collecção dos Tratados, Convenções, ...*, vol. I, pp. 25 ss., apud Idem, *Ibidem*, p.145.

Entretanto, os Estados Gerais das Províncias Unidas opuseram-se às restituições, no Brasil e em África, pedidas por Mendonça Furtado. A este embaixador sucedeu Francisco de Andrade Leitão tido por violentamente intransigente e, depois dele, apresentou-se Francisco de Sousa Coutinho que se iria notabilizar como diplomata extremamente hábil na fase mais difícil das negociações.

Mas, em Pernambuco, eclode uma insurreição chefiada por João Fernandes Vieira que recebe muitas adesões, resiste a um ataque das forças holandesas em Agosto de 1645 infligindo-lhe pesada derrota e cerca o Recife. Ante os protestos dos Estados Gerais das Províncias Unidas que exigiam o cumprimento da trégua assinada, o rei de Portugal achou-se em sérias dificuldades para agir em conformidade.

Em Haia, Francisco de Sousa Coutinho procurava, a todo o transe, evitar o rompimento com as Províncias Unidas e continuava a garantir que o rei de Portugal não só era alheio ao movimento revolucionário como ordenaria a substituição do Governador geral do Brasil, caso este estivesse implicado na insurreição. Os holandeses na posse de provas documentais indignaram-se com o caso, a ponto de haver populares que tentaram assaltar a Embaixada de Portugal.

Nesse final de ano, de 1645, D. João IV convocou as Cortes que reuniram em Janeiro, para tratar assuntos de grande importância para a defesa do Reino⁶⁴⁹. Para além de propor o acréscimo das receitas fiscais e aumento dos efectivos militares, o Rei fez, também, uma proposta de natureza religiosa⁶⁵⁰.

Entretanto, o Rei encarregou o Padre António Vieira de algumas missões diplomáticas. Assim, viajou para Paris onde chega a 20 de Fevereiro de 1646 mas não encontra o embaixador, conde da Vidigueira, que dali havia partido para embarcar em Nantes, de regresso a Portugal. Na embaixada encontrava-se o secretário António Moniz de Carvalho, com o título de Residente. Com ele o padre Vieira teve audiência com Mazarino⁶⁵¹.

Deixa Paris a 2 de Abril, domingo de Páscoa, e dirige-se a Ruão, onde recebe, dos judeus portugueses lá estabelecidos, créditos para Amesterdão. De Ruão viaja para Calais, e dali, embarcado a Rotterdão, chega a Haia em 18 de Abril.

⁶⁴⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, Ed. Verbo, 1980, p. 31.

⁶⁵⁰ Com efeito, as Cortes aprovaram a proposta régia de proclamação de Nossa Senhora da Conceição como Padroeira de Portugal, renovando a promessa do primeiro rei, D. Afonso Henriques, que «colocou o Reino debaixo da sagrada protecção da Mae de Deus»; *vide* Provisão régia de 25 de Março de 1646; ANTT, Leis, livro 4, fl.181v.

⁶⁵¹ Padre António Vieira, *Cartas*, coord e anot. por João Lúcio de Azevedo, tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, p. 76.

Na Holanda fica três meses auxiliando o embaixador Francisco de Sousa Coutinho que procurava, a todo o transe, evitar o rompimento com as Províncias Unidas dos Países Baixos por causa da insurreição pernambucana, continuando a garantir que o rei de Portugal não só era alheio àquela revolta como ordenaria a substituição do Governador geral do Brasil, caso estivesse implicado. Mas os holandeses na posse de provas documentais, indignaram-se com o caso, a ponto de os populares tentarem assaltar a Embaixada de Portugal.

Entretanto, na carta que escreveu ao conde da Vidigueira, de Paris, em 4 de Março de 1646, o Padre António Vieira refere-se aos boatos que em Paris « semeiam os castelhanos, e consideram ou murmuram os franceses» sobre a pouca fortuna da campanha passada na fronteira portuguesa (que envolveu Olivença, Juromenha e Badajoz) e, em que uma retirada dos castelhanos era tida como vitória, tirando partido de não ter havido perseguição pelo exército português, impedido pelas chuvas. Vieira salienta a importância da informação e da propaganda na formação da opinião pública.⁶⁵²

Chegado a Haia, o Padre António Vieira escreve aos judeus de Ruão em 20 de Abril, começando por lhes dizer « Escrevo a todos V.Mcês no mesmo papel, porque não é justo faça divisões a pena onde não reconhece diferença o coração». E continua: «Foi tão igual a grande mercê, que V.M.cês me fizeram, e tão igual o affecto que em todos experimentei que, quando particularmente o considero, o que devo a cada um me parece maior, e assim não quero fiar a significação do meu agradecimento a diversas cartas»; diz que o rei de Portugal saberá muito cedo por cartas suas «quão leais vassallos tem em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si»⁶⁵³. Promete que quando voltar a Portugal tudo fará para que os assuntos fiquem confirmados no bom ânimo do Rei, porque até agora o persuadia com argumentos do discurso, e daqui por diante o poderá fazer com experiências da vista.

Em 16 de Dezembro, D.João IV despachou para a Holanda uma carta patente com a nomeação de Francisco de Sousa Coutinho para o cargo de Governador geral do Brasil em substituição de Teles da Silva. Era a demonstração, para os holandeses verem, de que o rei de Portugal cumpria o que prometera. Sousa Coutinho responde numa carta de 22 de Janeiro de 1647 em que agradece ao Rei a prova de confiança, mas diz que

⁶⁵² Carta ao Conde da Vidigueira (futuro marquês de Niza), de Paris em 4 de Março de 1646; cf. Padre António Vieira, *Cartas*, I, ..., p. 82.

⁶⁵³ Carta aos judeus de Ruão, de Haia em 20 de Abril de 1646; cf. Idem, *Ibidem*, pp. 92-93.

conversou com o Padre António Vieira e que, atentas as circunstâncias em que desempenhava o cargo de embaixador nas Províncias Unidas numa altura em que ganhara a confiança dos holandeses, considerava mais importante a sua permanência na Holanda. Mais adiante afirma que a sua renúncia ao prémio que aquela nomeação representa, não é novidade para o Rei, pelas provas por ele já dadas, pois, diz: «obrigame mais ser serviço de VMgde⁶⁵⁴ e bem do Reino que ter por prémio do serviço metade do mesmo Reino»⁶⁵⁵.

Neste ano em que a Bahia esteve bloqueada pela armada holandesa, vive-se na Europa um ano particularmente difícil. Já não se duvidava da proximidade da paz entre a Castela e a República das Províncias Unidas, e o desagrado de ambas para com Portugal era de mau agoiro. Poderia Portugal enfrentar, simultaneamente, a maior potência naval do mundo de então e a sua poderosa vizinha peninsular?

Resolveu o monarca português que Sousa Coutinho apresentasse em Haia uma proposta de aquisição do Brasil holandês, mediante elevada indemnização pecuniária, que se admitia ser tentadora para a Companhia, dadas as dificuldades por que passava. Mas os Estados Gerais recusaram-se a considerar a perda de soberania sobre aqueles territórios.

Então, em situação já desesperada, o rei de Portugal dispôs-se a negociar a devolução dos territórios atingidos pela insurreição, posição que era advogada pelo Padre António Vieira, como medida provisória, no quadro da sua concepção imperial futura.

Assim, Sousa Coutinho numa longa proposta aos Estados Gerais holandeses datada de 16 de Agosto de 1647, pusera a hipótese do rei de Portugal devolver à Holanda (apenas) os territórios de Pernambuco que se tinham rebelado contra a ocupação dos flamengos em troca da paz entre os dois Estados, e ainda com a condição de os Estados Gerais servirem de medianeiros entre Portugal e Castela para a negociação da paz e o reconhecimento, por esta, da legitimidade de D.João IV. Os Estados Gerais não responderam logo pois queriam mais do que lhes era prometido, tanto mais que esperavam, em breve, assinar um tratado de paz com a Monarquia Hispânica.

⁶⁵⁴ Nos documentos da época, a palavra aparece escrita com a grafia: “Magestade”.

⁶⁵⁵ Francisco de Sousa Coutinho, *Correspondência diplomática durante a sua embaixada na Holanda*, vol. II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, p.19.

Entretanto em Agosto de 1647 resolvera D. João IV mandar outra vez à Holanda o Padre António Vieira, e conjuntamente tratar em França o casamento do Príncipe D. Teodósio com M.elle Montpensier, filha do Duque de Orléans, sobre que já antes tinha feito tentativas. Tão pouco segura julgava o soberano a coroa, que propunha abandoná-la ao filho, e retirar-se para os Açores, declarando-se rei de um novo Estado, com Angra por capital, constituído pelo arquipélago e, juntamente, o território do Pará e Maranhão. A noiva podia ser, já aquela princesa, já a filha do Duque de Longville. O essencial era que, pelo consórcio, ficasse a defesa do reino assegurada pela França. Até à maioridade do Príncipe, o sogro, qualquer dos dois que fosse, governaria por ele ⁶⁵⁶.

Porém, numa carta de 17 de Novembro de 1647, dirigida ao Rei, Sousa Coutinho disse que recebera carta do Mestre de campo general Francisco Barreto, de tal teor que «pelas notícias que me dão estes prisioneiros de Pernambuco, quatro gatos bastão para lançarem delle fora os holandezes» ⁶⁵⁷.

Pouco depois, de Lisboa, foi expedida uma esquadra de socorro à Bahia e mandado regressar o Governador geral António Teles da Silva, seguindo em sua substituição o conde de Vila Pouca de Aguiar, António Teles de Menezes.

A paz entre a Monarquia Filipina e a República das Províncias Unidas foi assinada no principio de 1648 e, nos seus termos, incluía a restituição aos holandeses de todos os territórios brasileiros tomados pelos insurrectos.

Neste período em que se agrava a situação internacional para Portugal, o padre António Vieira, de Haia, mantém, com o embaixador de Portugal em Paris, uma correspondência frequente que permite a melhor coordenação nos esforços diplomáticos, em vésperas das assinaturas dos Tratados de Westefália. Assim, na sua carta de 8 de Junho dirigida ao Marquês de Niza, fala na paz entre as Províncias Unidas e Castela. Acusa a recepção da remessa de catorze mil cruzados, e diz que até quinze deste mês está mandada convocar a Junta de Holanda «na qual nos dizem se há-de concluir isto, traga-nos Deus tais novas do Brasil que não metam em outras esperanças esta terrível gente». Faz referência ao plano de casamento de D. Teodósio e propõe (escrevendo em cifra) uma companhia mercantil multinacional (agregando Portugal, França e Suécia), porque assim «destruiria em pouco tempo o comércio destas

⁶⁵⁶ Padre António Vieira, *Cartas*, I, ..., p. 97.

⁶⁵⁷ F. Sousa Coutinho, *op.cit.*, II, p. 254.

Províncias, e consequentemente a elas, pois é o fundamento total do seu poder e opulência»⁶⁵⁸.

Na semana seguinte, na carta ao Marquês de Niza, também de Haia, datada de 15 de Junho, refere a notícia de que Nápoles novamente se revoltara contra Castela, o que não veio a confirmar-se. Diz que a sua nomeação para acompanhar D. Luís de Portugal na representação de Portugal em Munster, seria diligência de quem o deseja longe de Portugal, e pede cópia da carta que Sua Majestade escreveu ao conde de Vila Pouca, «porque é bem que aqui se tenha particular notícia de como estão as cousas do Brasil»⁶⁵⁹.

Em 22 de Junho escreve ao mesmo de Haia, dizendo que «hoje levou o senhor Embaixador um memorial ao Presidente», e fez votos que «não venha do Brasil alguma nova que mude as esperanças e os pareceres, que geralmente estão inclinados à paz»⁶⁶⁰.

No entanto, em Pernambuco, ocorrera a vitória do exército português comandado por Francisco Barreto de Menezes na primeira batalha dos Guararapes, em 19 de Abril de 1648, nos arredores do Recife, facto de grande importância para a melhoria da posição portuguesa nas negociações com os Estados Gerais das Províncias Unidas dos Países Baixos. Acresce que o embaixador português foi autorizado pelo seu Governo, a oferecer à Companhia das Índias Ocidentais, ao Príncipe de Orange, à princesa de Orange e a Maurício de Nassau, somas elevadíssimas a troco do abandono do Brasil, tendo distribuído também compensações generosas a funcionários holandeses dos quais podia depender o atraso no envio de socorros para a América e para África.

Assim, na carta ao Marquês de Niza, de Haia, em 29 de Junho, o Padre António Vieira diz que viu carta de um holandês de Amesterdão interessado na Companhia, escrita a outro holandês nesta corte, na qual diz que as forças holandesas se bateram em Pernambuco com os portugueses e que «da nossa parte ficaram mortos tresentos e da sua novecentos»; diz Vieira, que aquele informando-se melhor e vendo as cartas do Recife, afirmou: «consta que os nossos mortos foram mais de seiscentos, e mais de quatrocentos os mal feridos. Dos portugueses que morreram não se sabe o número certo,

⁶⁵⁸ Carta ao marquês de Niza, de Haia em 8 de Junho de 1648; cf. Padre António Vieira, *Cartas*, I, ..., p. 207.

⁶⁵⁹ Carta ao marquês de Niza, de Haia em 15 de Junho de 1648; cf. Idem, *Ibidem*, p. 210.

⁶⁶⁰ Carta ao marquês de Niza, de Haia em 22 de Junho de 1648; cf. Idem, *Ibidem*, p. 215.

só se diz que os levaram em catorze carros». E remata Vieira « Agora sabemos mais: que os portugueses de Pernambuco tomaram doze bandeiras»⁶⁶¹.

Na carta de 6 de Julho ao mesmo embaixador em Paris, faz referência a um escrito da Rochela que noticiava o desastre dos holandeses no Brasil, «cuja tradução envia o senhor Embaixador» e diz que assim «ficamos com maiores esperanças que nunca, e eu com o coração muito desassombrado, porque para a guerra ou para a paz sempre é melhor serrar de cima»⁶⁶².

Na semana seguinte, a 10 de Julho, envia de Haia nova carta ao Marquês de Niza, em Paris, referindo a conferência que houve na quarta-feira, na qual se debateu mais ou menos açúcar, que se subiu a oitocentas caixas cada ano, por espaço de doze. Refere a última junta dos Estados que durou o dia inteiro, na qual se entende, diz Vieira, que «ficou resolvida a paz, debaixo, porém, de algumas condições que se saberão melhor quando delas nos derem vista». Aliás, o Presidente dos Comissários teria dito que toda a dificuldade consistia em Angola, e o caso é que queriam os da Companhia ficar absolutamente senhores de toda a costa, e que o comércio das fortalezas que os portugueses têm no sertão deveria passar todo pelos portos sob domínio holandês, a quem pagariam os direitos.

Para o Padre António Vieira, eles fundam-se principalmente na sua cobiça, e também em que conforme um artigo das tréguas, o que é senhor das fortalezas o deve ser das terras que ficam entre elas. Porém, diz Vieira: «nós, pelo contrário, pegamo-nos a que se deve repor no estado em que estava ao tempo da publicação da trégua, e nos ajuda a isso o exemplo da fortaleza de Gale em Ceilão, e a resposta que os mesmos Estados deram ao Embaixador Francisco de Andrada, em que deliberaram isto mesmo»⁶⁶³.

Três dias depois, em 13 de Julho, escreve ao mesmo embaixador em Paris, anunciando que tinha chegado a primeira nova do Brasil sobre a batalha dos Guararapes, ganha a 19 de Abril; diz também que os primeiros movimentos da dor brotaram em desejos e ameaças de vingança, mas, por outro lado, não eram passados três dias quando alguns de Zelândia, por si, e outros por eles, se vieram oferecer ao senhor Embaixador, «para mediar no acomodamento daquela Província, entendendo que sem dúvida se abrandaria, e querendo muitos ter merecimentos na obra». Noutra

⁶⁶¹ Carta ao marquês de Niza, de Haia em 29 de Junho de 1648; cf. Padre António Vieira, *Cartas*, I, ..., p. 222.

⁶⁶² Carta ao marquês de Niza, de Haia em 6 de Julho de 1648; cf. Idem, *Ibidem*, p. 224.

⁶⁶³ Carta ao marquês de Niza, de Haia em 10 de Julho de 1648; cf. Idem, *Ibidem*, p. 230.

passagem da carta, diz que « o senhor Embaixador e eu não fazemos senão escrever que toda a salvação do Brasil consiste em que o holandês não tire proveito dos navios que traz a corso, nem para os outros possa lograr cousa alguma dos frutos da terra, desfazendo-se e arruinando-se, quando seja necessário, tudo o que estiver sujeito a suas invasões»⁶⁶⁴.

Com efeito, quando em Outubro de 1648, na Europa, são assinados os Tratados de Westefália sem qualquer referência a Portugal, tendo meses antes, em Janeiro, as Províncias Unidas, celebrado o tratado de paz com a Monarquia Filipina⁶⁶⁵ agudizando a situação de Portugal, vemos que, no Brasil, regista-se importante vitória das forças portuguesas comandadas por Francisco Barreto e, em Angola os holandeses são expulsos pela acção da armada de Salvador Correia de Sá e Benevides, perdendo assim o acesso à mão de obra que muito usavam nas explorações coloniais.

Regressado a Lisboa, o Padre António Vieira, solicitado pelo Rei a dar a sua opinião sobre um parecer elaborado na Corte acerca das negociações sobre Pernambuco, responde, em finais do ano de 1648, num documento de resposta que recebeu do Rei o epíteto de “Papel forte”⁶⁶⁶. Neste documento o Padre António Vieira começa por discordar da ideia que parecia prevalecente entre os conselheiros do Rei, de que se, os holandeses não quisessem vender Pernambuco, mais conviria a guerra que a paz.

Entretanto, Portugal achava-se em condições de negociar, mas os holandeses, depois de algum tempo em que contaram com uma completa conformação de Portugal em face dos factos consumados da ocupação dos seus territórios, não estavam por ajustes.

Assim, em Fevereiro de 1649, o governo holandês e o comando militar no Recife decidiram obter a desforra da derrota sofrida no ano anterior. Desencadearam uma operação militar, com forças avaliadas em cinco mil homens, conseguindo, de surpresa, ocupar as posições nos montes Guararapes que os portugueses tinham ocupado quando da primeira batalha, esperando tirar partido dessa vantagem.

⁶⁶⁴ Carta ao marquês de Niza, de Haia em 13 de Julho de 1648; cf. Padre António Vieira, *Cartas*, I, ..., p. 234.

⁶⁶⁵ Tratado de 30 de Janeiro de 1648; cf. Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa*, Constantes e linhas de força, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s.d.?, p.177.

⁶⁶⁶ “Papel que fez o Padre António Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses” (“Papel forte”) dado ao Rei nos finais do ano de 1648; cf. Padre António Vieira, *Obras Inéditas*, vol.1, (3 tomos) tomo III, Lisboa, J.M.C. Seabra & T.Q. Antunes, 1856, pp. 5-59.

Todavia, assim não aconteceu, pois no dia 19 de Fevereiro, ao fim de horas de espera, e quando pretendiam retirar das suas posições, sofreram pesada derrota e uma penosa perseguição até perto da praça do Recife.

Verificou-se que, apesar das distâncias, houve boa coordenação entre as diligências diplomáticas de Sousa Coutinho em Haia e as acções militares que ocorriam nos dois lados do Atlântico Sul. Esta vitória veio desanuviar a posição da diplomacia portuguesa.

Entretanto, como vimos, o rei D. João IV, em 8 de Março de 1649, instituiu a Companhia Geral do Comércio do Brasil, contra o parecer do Conselho de Estado. A criação de uma Companhia que servisse o comércio do Brasil era preconizada pelo Padre António Vieira desde 1644, com o argumento de que Portugal não poderia continuar a guerra «presente sem muito dinheiro», e que para obtê-lo o meio mais efectivo era o comércio que, para ser viável, era urgente que a navegação portuguesa para o Brasil fosse feita em comboio, sob protecção da frota de guerra de uma Companhia, libertando assim as forças navais do Rei. Para a angariação dos capitais, Vieira preconizava a participação do dinheiro dos cristãos-novos portugueses instalados no estrangeiro.

O capital subscrito foi, segundo parece, 1. 300 000 cruzados e o regimento era assinado por uma junta de deputados eleitos, em que, no entanto, não figuravam vários dos accionistas principais alguns deles reconhecidamente cristãos-novos, o que pode interpretar-se como menor adesão destes que, como escreve Borges de Macedo, não se teriam entusiasmado com a Companhia regateando a transferência de capitais e a reforma da Inquisição ⁶⁶⁷.

Salienta Edgar Prestage que Sousa Coutinho deu uma importante contribuição diplomática para o êxito das acções empreendidas no Ultramar contra os holandeses, ao mantê-los indecisos e indeterminados acerca da sua política para o Brasil⁶⁶⁸.

No entanto, no ano de 1657, os comissários holandeses que vieram a Lisboa com o propósito declarado de felicitar D. Afonso VI pela subida ao trono, despediram-se com uma declaração formal de guerra apresentada ao secretário de Estado português. E, ao tempo, achava-se no Tejo uma esquadra holandesa. Contudo, ou porque também uma esquadra inglesa vinda do Mediterrâneo se dirigia então para Lisboa, ou porque as

⁶⁶⁷ Jorge Borges de Macedo, “Companhias comerciais” in *Dicionário de História de Portugal*, ..., II, pp. 124-125.

⁶⁶⁸ Edgar Prestage, *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*, Coimbra, 1928, pp. 211 ss., apud P. Soares Martinez, *op.cit.*, p.146.

várias Províncias ditas Unidas manifestassem divergências quanto à hipótese de uma guerra com Portugal apesar das pressões de Castela nesse sentido, as hostilidades não chegaram a ser iniciadas.

Passado algum tempo, as negociações com os holandeses recomeçaram num contexto bastante modificado. Assim, em vez da oferta de Sousa Coutinho de oito milhões de cruzados, o novo embaixador Teles de Faro, limitou-se a oferecer três milhões e meio, mas as negociações foram interrompidas pela traição e fuga deste embaixador que, receando que fossem descobertos os seus entendimentos com o embaixador espanhol na Haia, acolheu-se a Madrid levando os arquivos da nossa representação diplomática. Coincidiu esta fuga com o Tratado dos Pirinéus que, naturalmente, reconciliando a França com a Espanha, tornou mais vulnerável a causa portuguesa.

Entretanto, no ano de 1660, foi restaurada a monarquia na Inglaterra e, com esse facto, retomou-se o projecto de casamento da infanta D. Catarina com o filho de Carlos I, então elevado ao trono, dando novas perspectivas de enraizamento da dinastia brigantina. Este casamento e os acordos com ele relacionados, foram decisivos no sentido de consolidar a Restauração portuguesa e pôr termo à guerra com a Espanha.

As negociações entre as duas Coroas depararam com o desagrado de Luís XIV e com as manobras de oposição da diplomacia castelhana que chegaram à ameaça sobre Carlos II. Contudo, o casamento ficou ajustado, e a 23 de Junho de 1661 celebrou-se o tratado entre Portugal e a Inglaterra⁶⁶⁹, pelo qual foram cedidas as praças de Tânger e de Bombaim, estabelecendo-se também o dote de dois milhões de cruzados à infanta. Igualmente seriam cedidas as praças portuguesas que esta potência lograsse conquistar aos holandeses ou outros. Quanto à ilha do Ceilão, se ela viesse a ser ocupada pela Inglaterra, esta ficaria obrigada a restituir a cidade e o porto de Colombo, dividindo-se o comércio da canela entre ingleses e portugueses. Em contrapartida de todas estas vantagens, o rei de Inglaterra «prometia trazer no coração as cousas de Portugal» e defendê-lo «como à mesma Inglaterra».⁶⁷⁰

Ficou assente, desde logo, o envio para Portugal de 2000 soldados de infantaria e 1000 de cavalaria, armados e equipados à custa do rei inglês. Se Portugal fosse invadido, a Inglaterra mandaria em seu socorro 10 naus de guerra, ou se necessário, todas as que se achassem no Mediterrâneo.

⁶⁶⁹ Carlos Roma du Bocage, *op.cit.*, I, pp.234 ss. , apud Idem, *Ibidem*,p.154.

⁶⁷⁰ P. Soares Martinez, *op.cit.*,p.154.

As vantagens deste tratado têm sido postas em dúvida, mas segundo Soares Martinez, por força dele, ao fim de 21 anos de luta, Portugal obteve finalmente um apoio extenso que não tinha apenas carácter circunstancial. E foi presumivelmente esse apoio que decidiu a guerra da Restauração.

Por outro lado, em Haia, o novo titular da embaixada, conde de Miranda, aproveitando as dissensões entre as Províncias, acabou por conseguir que os Estados Gerais fizessem a paz com Portugal, renunciando ao Brasil e aos territórios portugueses de África, na base de uma indemnização de quatro milhões de cruzados, a pagar em 16 anos. Nos termos do respectivo tratado assinado em 6 de Agosto de 1661, os holandeses conservaram as conquistas do Oriente e obtiveram vantagens comerciais de ordem vária⁶⁷¹.

Este acordo com as Províncias Unidas num período de reconciliação da França com a Castela, portanto, numa conjuntura muito difícil para Portugal, só foi possível obter, na opinião de Soares Martinez, devido, à ocorrência recente da restauração dos Stuarts na Inglaterra, ter aberto novas perspectivas à política à política externa portuguesa. Também a boa-vontade colectiva das Províncias Unidas relativamente ao estabelecimento da paz, se fica a dever à conquista das boas-vontades individuais de notáveis holandeses, aos quais foram concedidas grandes indemnizações pela renúncia aos interesses que pudessem ter no Brasil⁶⁷².

Depois do tratado celebrado, ainda os holandeses conquistaram a Portugal as praças de Cochim, Cananor e a ilha de Ano Bom. Os diferendos acabaram por solucionar-se pelo tratado de 1669 que concedeu, ainda, facilidades comerciais aos holandeses nomeadamente quanto ao comércio do sal de Setúbal⁶⁷³.

⁶⁷¹ *Collecção dos Tratados, Convenções ...*, I, pp. 260 ss., apud P. Soares Martinez, *op. cit.*, p. 147.

⁶⁷² *Collecção dos Tratados, Convenções ...*, II, pp. 32 ss., apud Idem, *Ibidem*, p. 148.

⁶⁷³ *Collecção dos Tratados, Convenções ...*, I, pp. 444 ss., apud Idem, *Ibidem*.

5.6 . O apelo das Câmaras

A documentação holandesa referente à invasão de 1630, revela que as Câmaras que existiam em Pernambuco e noutras capitânicas vizinhas, formadas por moradores portugueses (se não todas, pois não há evidência nesse sentido, pelo menos algumas) continuaram a funcionar após a invasão.

Não se encontra notícia de como foram então organizados os pelouros, talvez os juizes ordinários das Câmaras fizessem as pautas e os pelouros, pois tinha desaparecido a autoridade competente para isso, que era o ouvidor⁶⁷⁴ da capitania.

Com efeito, na acta da sessão de 3 de Setembro de 1636 do Conselho Político no Recife, consta que ali compareceram os juizes, vereadores e o procurador da Câmara da capitania de Itamaracá, sediada em Goiana, para relatar o assalto sofrido por moradores e índios seus aliados, de que resultaram alguns mortos e pediam garantia de vida⁶⁷⁵.

Em 4 de Maio de 1637 consta da acta do Alto e Secreto Conselho que “ os senhores da Câmara de Olinda de Pernambuco” expuseram uma série de questões pedindo para elas respostas do governo holandês. As questões, todas de nítido interesse da comunidade portuguesa e católica, começavam com as indagações acerca do exercício religioso dos fiéis católicos, da hierarquia em relação ao Bispado da Bahia, da admissão de noviços nas ordens religiosas, etc. O 4º quesito indagava se lhes seriam conservados os privilégios que lhes eram concedidos pelo rei de Portugal e se seriam regidos pelas Ordenações do Reino. A resposta do Alto e Secreto Conselho foi de que indicassem os privilégios de que gozavam mas, quanto à justiça, deveriam reger – se pelas leis, usos e costumes da Holanda, Zelândia e Frísia Ocidental.

A Câmara da capitania da Paraíba também fez indagações análogas e as respostas dadas pelo Conselho constam da ata da sessão de 2 de Julho de 1637.

⁶⁷⁴ As Ordenações Filipinas indicavam como responsável pela eleição o corregedor, mas no Brasil como nos diz Cabral de Melo, a palavra “ouvidor” designava o magistrado nomeado pelo senhorio jurisdicional, leigo ou eclesiástico, reservando – se o termo “ corregedor” aos de designação régia; como legado da fase donatorial, no Brasil, mantivera- se o de “ouvidor” mesmo para os juizes da Coroa; cf. Evaldo Cabral de Melo, *A Fronda dos Mazombos, Nobres contra Mascates. Pernambuco 1666 – 1715*, 2ª. edição, S. Paulo, Editora 34, 2003, p. 28.

⁶⁷⁵ ARA, OWIC 68, *Dagelijks notulen* de 29 de Agosto de 1636, apud José António Gonçalves de Mello, “ Companhia das Índias Ocidentais” ..., p. 54.

A Câmara da Vila Formosa de Serinhaém, conforme se vê em carta datada de 14 de Dezembro de 1637, incluía um neerlandês (Guill Placquer) como um dos dois juízes ordinários, talvez como solução de conciliação⁶⁷⁶.

As suas representações ao Rei no período de 1645 a 1654

Na década de quarenta do século XVII há o registo de vários apelos ao rei D. João IV por parte da Câmara e povo de Pernambuco, principalmente a partir de 1646 quando a Insurreição Pernambucana contra o domínio holandês estava no seu início.

Os perigos do lado da Holanda cresciam com o levante dos Pernambucanos, e perfilava-se um horizonte muito preocupante com a possibilidade de aquela romper as tréguas e ficar o rei de Portugal a defrontar na Europa, simultaneamente, duas potências inimigas. As negociações prosseguiram em Haia e Paris, no meio de inúmeras dificuldades.

Neste contexto, são recebidas em Lisboa várias cartas dos moradores de Pernambuco de que, no Arquivo Histórico Ultramarino, há registo das seguintes:

Com data de 12 de Abril de 1646 há uma representação dos moradores da Capitania de Pernambuco, relatando o estado de pobreza em que se encontram e pedindo socorro contra os holandeses. Foi apresentada por Francisco Gomes de Abreu, que veio do Brasil como procurador da câmara e povo da capitania de Pernambuco, para apresentar uma memória sobre o que necessitavam os moradores para a campanha da Restauração, e um dos pedidos era a nomeação de uma pessoa que comandasse as forças e governasse a Capitania.

O texto começa nos seguintes termos:

«Representão a VMgde os portugueses moradores da Capitania de Pernambuco o miseravel estado em q. se achão postos em hua continua guerra, Com os olandezes ajudados dos indios que estão Snors de todas as prasas, dos portos daquela Capitania eseto o de Nazare e Cabo de Santo agostinho e com isso Snors do mar e do Comersio fazendo muitos asaltos por todos aqueles portos e lugares cõ que fazem grande dano nos portuguezes que com suas familias vivem espalhados, e fora do arraial. Pedem 2 000 infantes, 2 000 quintaes de polvora, 2 600 armas de fogo, monisois a Respeito, muitas espadas [...]» .

⁶⁷⁶ O outro juiz era Miguel Fernandes de Sá e ambos eram senhores de engenho; cf. José António Gonsalves de Mello, “Companhia das Índias Ocidentais”..., p. 54.

O Conselho Ultramarino reuniu dois dias depois e, no seu relatório, propôs ao Rei o envio de duzentos quilos de pólvora, quinhentas armas de fogo, mosquetes e arcabuzes, murrão e balas, diversas ferramentas necessárias aos trabalhos de fortificação e, ainda duas boticas grandes e um cirurgião, «fazendo-se a lista do custo destas couzas para os moradores de Pernambuco contribuirem com a valia ou parte dela». Também propôs o Conselho Ultramarino que se deve mandar para governar aquela guerra uma pessoa «com experiencia della, de qualidade e talento para seja nella respeitado». O relatório é extenso e apresenta-se em apêndice ⁶⁷⁷. Tem um acrescento respeitante à proposta de mercês para os Índios que se distingam, cujos proponentes eram o Mestre de campo Martim Soares Moreno e o Capitão mor dos índios dom Felipe Camarão

Assinam :

Marquez de Montalvão

Jorge de Castilho

Jorge de Albuquerque

João Delgado Figueira

Salvador Corrêa de Saa e benavides

Com data de 9 de Setembro de 1646 o Conselho Ultramarino, na sua consulta ao Rei, faz referência ao memorial, incluso, do Procurador da Câmara e Povo de Pernambuco, Francisco Gomes de Abreu, sobre as «couzas que pede para os moradores daquela Capitania». No seu parecer, o Conselho Ultramarino diz que já deu parecer de que será justo e conveniente que seja enviado o melhor socorro e com brevidade em diz que deve o Rei servir-se «mandar definir as as consultas que estão em mão de VMgde sobre estes particulares» ⁶⁷⁸. Assinam quatro membros do Conselho Ultramarino. A seguir tem uma nota que diz: « Foi do mesmo parecer Salvador Corrêa de Saa que não assinou por não estar presente».

Com data de 16 de Novembro de 1646 há um requerimento ao Rei, do procurador da Câmara e povo de Pernambuco, Francisco Gomes de Abreu, pedindo , mais uma vez, socorro para a população, em virtude da situação causada pela guerra contra os holandeses.

Na sua carta pode ler-se: «[...] o grande socorro que ao inimigo tem chegado de serto e o de mais que esperão e lhe vay que se afirma de serto ser de coatro mil e

⁶⁷⁷ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei em 14 de Abril de 1646; AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, caixa 5, doc. 334.

⁶⁷⁸ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei em 9 de Setembro de 1646; AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, cx. 5, doc. 343.

quinhentos soldados, e porque as vidas de mais de cem mil almas vassallos de VMgde estão arriscadas a padecerem nas mãos de seus inimigos se VMgde os não socorrer com muita brevidade Com muita polvora balas armas e gente e com coatro pesas de bom calibre com todo o necessario para elas como a VMgde tem representado nos outros memoriais[...] retirados mais de trinta mil almas mal se poderão sustentar muito tempo porque gente retirada de suas cazas e metidas pelos matos dezagazalhados comesarão a vrear e com o novo posto que o inimigo tem feito no passo da barreta donde lhe fica livre o caminho da freguezia de santo amaro e moribeqa [...]

«VMgde [...] mande socorrer áqueles pobres e leais vassalos que por todos com escravos pasão de sem mil almas [...]e gente demais deste socorro fica na Bahia e a pernambuco tem ido muito pouquo pelo que Pede o supplicante em nome de todos estes aflegidos moradores a VMgde como a seu Rei e Senhor e como a prinsepe Cristão com toda a sumissão devida lhe fasa merce de os socorrer com o que pede com a maior brevidade que a VMgde for possivel [...]. Como procurador da Camera e do povo de pernambuco, Francisco Gomes de Abreu »⁶⁷⁹ .

Com data de 20 de Fevereiro de 1647 há uma nova representação dos moradores da Capitania de Pernambuco ao Rei pedindo munições, armas e mantimentos para combater os holandeses. O documento vem assinado pelos oficiais de cinco Câmaras e por várias dezenas de moradores. É um expressivo documento feito no Arraial do Bom Jesus, a pouco mais de uma légua da praça do Recife.

O texto começa do seguinte modo:

«Recorrendo os moradores desta Capitania de Pernambuco e os de todas as mais do Norte assistentes nesta, ao amparo e protecção de VMgde como a seu Rey e S.ºr natural, como a principe catholico e piadozo: e querendo no meyo de suas grandes opreções exclamar de novo: e propor (como por outras vezes fizeram) as queixaz de seu desemparo fundadaz e, tanta Reção quanta he a que a VMgde corre para os socorrer e amparar: entre todaz as merces que da Real mão de VMgde esperão Reçeber a primeira que de presente pedem he que VMgde se sirva de tomar muito a sua conta e Resolver muy particularmente per sy hua causa tão importante como a da restauração desta conquista não a deixando [...]

⁶⁷⁹ Requerimento ao Rei, da Câmara e povo de Pernambuco, em 16 de Novembro de 1646; AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, cx. 5, doc. 348.

«Por onde S.or so de VMgde se pode fiar o juízo desta causa: so nas Reais mãos de VMgde tem os moradores desta capitania por bem livradas suas esperanças[...]»⁶⁸⁰.

O documento fala na quebra das tréguas por parte dos holandeses, muitas vezes, incluindo o ataque a embarcações que tomaram.

Assinaram pela Câmara de Pernambuco:

O Juiz Bernardim de Carvalho L.....

Arnao de Sande Barreto~

O Procurador Abel Pachequo

B..... de Bras Jacome

O vereador Dy..... daraújo dajud.º

O vereador Fellipe Paulo

Pela Câmara da Paraiba

O juiz

O vereador mais velho Philipe Barbalho Bezerra

O vereador Manuel A..... Figueira

O vereador José.....

Francisco

Pela Câmara de Goiana

O Juiz João de Moura

O Juiz Manuel Gomes Cerqueira

O vereador mais velho Herónimo F.ºr do Valle

O procurador Geronimo

Pela Câmara de Igarasu

O Juiz João Pessoa Baracho

O Juiz Sebastião Lopes da Fonseca

O vereador João Saa

O vereador E..... Cerqueira Anos....

O procurador Francisco de Caldeira

O vereador mais velho João Freire

Pela Câmara da vila do Serinhaem

Vereador mais velho Francisco d'Athayde dalbuquerque

O Juiz mais velho Guillof

⁶⁸⁰ Representação ao Rei, dos moradores da Capitania de Pernambuco, com data de 20 de Fevereiro de 1647; AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, cx. 5, doc. 353.

O vereador Joel de

O Juiz Albano Alvares Vicente

O procurador B.º Costa de Luna

Seguem – se assinaturas de vários moradores (mais de oitenta) havendo alguns com os títulos de “Cappitam”.

A 12 de Fevereiro de 1647 o Rei assinou a carta patente de nomeação de Francisco Barreto como Mestre de campo geral do estado do Brasil ⁶⁸¹.

Porém, em Maio desse ano, ao chegar ao litoral brasileiro a esquadra em que seguia foi localizada pelos holandeses e derrotada tendo, vários, ficado prisioneiros no Recife incluindo o Mestre de campo geral. Por isso, com data de 28 de Maio de 1647 há uma carta dos oficiais da Câmara de Pernambuco, enviada juntamente com cartas do Provedor da Fazenda Real Cosme de Castro Passos, em que informam da grave situação ocorrida pelo ataque holandês às naus portuguesas que traziam o Mestre de campo general Francisco Barreto, outros oficiais e soldados, bem como os abastecimentos em falta.

Transcreve – se parte da carta:

«Temos dado conta a VMgde em todo o Pernambuco do estado e grande opressão desta Capitania que podíamos de presente referir mais encarecidas a vista do infelice successo que teve o socorro com que VMgde nos fazia mercê de nos acudir [...] posto que nos falta o mais necessário para ellas como são arthilheyros, engenheiros, polvora, munições, e mais bastimentos para vestir e guarnecer os soldados e juntamente para os sustentar por haver grande falta de carnes, porque o gado que havia nestas capitancias está de todo consumido com a guerra de tantos anos.

«Guardé Deus a Cathólica e Real pessoa de VMgde por tão largos annos como os vassallos de VMgde desejamos em Câmara de Pernambuco em Maio aos vinte oytos de seiscentos e quarenta sete annos.

Amaro Lopes de Madeira como escrivão de Câmara a fis escrever e sobescrevi.

Arnao de Sande Barreto

B. de Brás Jacome

Felipe Paulo

Abel Pachequo».

⁶⁸¹ ANTT, Chancelaria de D. João IV, liv. 17, fl. 347: Carta patente de mercê do cargo de Mestre de campo geral do estado do Brasil, dado a Francisco Barreto, a 12 de Fevereiro de 1647.

A consulta do Conselho Ultramarino tem a data de 23 de Julho de 1647. Nela o conselho refere o Mestre de campo geral Francisco Barreto, o tenente Filipe Bandeira de Melo e o provedor – mor da Fazenda Real Simão Álvares de la Penha que foram feitos prisioneiros pelos holandeses em alto mar, e informa sobre as naus abatidas, as mortes e prisões de muitos portugueses que vinham nelas, salientando o pedido de socorro para a dita capitania⁶⁸².

Anos depois, devido a um requerimento, há uma Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, com data de 14 de Junho de 1653, sobre o que expôs o proprietário do ofício de escrivão da Câmara e chanceler de Olinda, José Tavares de Vasconcelos, pedindo provisão para, sob fiança ser ouvido e ser solto em razão das acusações feitas pelos oficiais da Câmara por não assinar certidões falsas, e ser restituído em seu ofício que os mesmos oficiais proveram em Amaro Lopes da Madeira⁶⁸³.

Cartas régias dirigidas às Câmaras de Pernambuco

As cartas régias recebidas pelas câmaras de Pernambuco, de que há registo no Arquivo Público do Estado de Pernambuco, têm datas que vão de 27 de Novembro de 1651 a 23 de Julho de 1703⁶⁸⁴. São 44 cartas régias enviadas à Câmara de Pernambuco (em Olinda) e uma à Câmara de Iguaraçu que, todavia, não se encontram no Arquivo Público Estadual no Recife, nem no de Olinda (criado na década de 1980).

Aquelas cartas enviadas nos reinados de D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, podem classificar – se em cinco tipos:

Um são de agradecimento, outras de esclarecimento sobre jurisdições e protocolos, havendo uma a pedir informação; há também as que dão informações à Câmara e as que apresentam recomendações sobre assuntos vários como questões fiscais, obras e pagamentos à Infantaria.

Deste conjunto de cartas, referiremos as que foram enviadas à Câmara de Pernambuco no período da ocupação holandesa, que tratam dos seguintes assuntos: Com data de 27 de Novembro de 1651 foi enviada uma carta em que o Rei agradece aos

⁶⁸²Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei em 23 de Julho de 1647; AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, cx. 5, doc. 358.

⁶⁸³ Consulta do Conselho Ultramarino ao Rei em 14 de Junho de 1653; AHU, Conselho Ultramarino, Pernambuco, cx. 5, doc. 450.

⁶⁸⁴ Arquivo Público do Estado de Pernambuco, Livro de Registo de Cartas Provisões e Ordens Regias da Câmara municipal da cidade de Olinda, fls. ?

Oficiais da Câmara de Olinda pelo zelo que mostraram no «Real Serviço no tempo da guerra dos Olandezes», e a 20 de Abril de 1652 outra foi enviada «em agradecimentos aos Serviços que fizeram».

Na de 29 de Julho de 1652 dirigida à mesma Câmara, o Rei informa que, «se prometo mandar embarçoens dos assucares desta Companhia, para fazer merce aos seus moradores».

No ano de 1654 há duas cartas dirigidas à Câmara de Pernambuco, com datas de 15 de Maio e 20 de Agosto, recomendando o Rei, na primeira, que continue a efectuar os pagamentos aos soldados «athe ver a determinação dos olandezes»; na segunda, faz recomendações sobre dois navios que admitiram contra as capitulações da Companhia Geral do Comércio do Brasil.

